

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-IFCH**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BASEADA EM  
VALORES: UMA ANÁLISE DE BRASIL E CANADÁ**

**CRISTIANA VERÔNICA MUELLER**

**PORTO ALEGRE**

**2024**

CRISTIANA VERÔNICA MUELLER

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BASEADA EM  
VALORES: UMA ANÁLISE DE BRASIL E CANADÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

**Porto Alegre**

**2024**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Mueller, Cristiana Verônica  
Internacionalização da educação superior baseada em valores: uma análise de Brasil e Canadá / Cristiana Verônica Mueller. -- 2024.  
269 f.  
Orientador: Herique Carlos de Oliveria Castro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Internacionalização da Educação Superior. 2. Valores. 3. Cultura Política . 4. Brasil. 5. Canadá. I. de Oliveria Castro, Herique Carlos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cristiana Verônica Mueller

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BASEADA EM  
VALORES: UMA ANÁLISE DE BRASIL E CANADÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Ciência Política.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro - Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Daniel Jaime Capistrano  
University College Dublin

---

Profa. Dra. Marília Costa Morosini  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Prof. Dr. Nicolás Maillard (UFRGS)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

Os agradecimentos são a todas àquelas pessoas que, de alguma forma e, em algum momento, contribuíram, questionaram, apoiaram, incentivaram e ensinaram algo para o desenvolvimento da presente tese. São indicados apenas os nomes próprios como forma de proteger a identidade e tornar esse agradecimento algo intimista.

São elas: Malene, Walter, Vânia, Thiago, Isabela, Leonice, Delmar, Eduarda, Airton, Carmen, Carla, Tanara, Luciana, Erion, Ângela, Pietro, Silvia, Andréia, Rafael, André, Vitória, Eveline, Joice, Eduarda, Anajúlia, Antero, Sonja, Arif, Chris, Patricia, William, Cecile, Amanda, Márcio, Vanessa, Lucas, Carolina, Marcelha, Marcelo, Douglas, Henrique, Daniel, Luciane, Nicolás, José, Michele, Rodrigo, Sofia, Sônia, Adriana, Luana, Jéssica, Juliana, Débora, Rodrigo, Tiago, Ana Paula, Vanderlei, Gabriela, Rafael, Leandro, Liana, Ana e Gabriela.

Merecem agradecimentos especiais Paulo e Antônia.

## RESUMO

A tese investiga a relação entre valores de uma sociedade e o processo de internacionalização da educação superior. Os valores são entendidos a partir da Cultura Política que interpreta os valores como componentes constituintes do desenvolvimento humano e variáveis explicativas da atuação dos indivíduos em uma sociedade. Já a internacionalização é entendida como um processo que decorre das relações entre pessoas de diferentes países. Com base nisso, a pesquisa critica o enfoque institucional predominante na literatura que negligencia o papel das pessoas. Nesse sentido, o problema gira em torno da busca pelo entendimento sobre como se constitui a relação entre esses temas em determinada sociedade. Para isso, é feito uso do método do estudo de casos sendo Brasil e Canadá os países utilizados para a análise e com recorte dos anos 90 a 2020. O desenho do estudo desenvolve uma inicial aproximação teórico-conceitual interdisciplinar entre a Cultura Política e a internacionalização. Com base nesse acercamento e, a fim de cumprir com os objetivos de construir novas bases explicativas ao processo baseado em valores, é construída uma nova abordagem para a internacionalização denominada *bottom-up*. Esta, por sua vez, é construída e constituída pelo conjunto de quatro grupos de variáveis de valores, a saber; individual, relacional, institucional e social. São estes grupos que orientam a análise propriamente dos dois casos. Contextualizados os valores e o processo de internacionalização de Brasil e Canadá, segue-se com as três etapas que analisam a relação desses temas nesses países. A primeira etapa aprofunda qualitativamente as variáveis de valores do WVS das ondas 2, 5 e 7, A segunda discorre sobre políticas públicas para internacionalização e a terceira testa a correlação. Os resultados apontam que há relação entre os valores e o processo de internacionalização nos dois casos estudados. Com isso, se comprova a hipótese de que os valores de uma sociedade interferem no processo de internacionalização de um país. A tese conclui que a internacionalização é um processo político influenciado por valores. Por fim, a pesquisa sugere tanto o emprego da abordagem *bottom-up* quanto a ampliação da análise interdisciplinar para futuros estudos.

**Palavras-chave:** Internacionalização da Educação Superior. Valores. Cultura Política. Brasil. Canadá.

## ABSTRACT

The thesis investigates the relationship between the values of a society and the process of internationalization of higher education. Values are understood by the Political Culture perspective as components of human development and explanatory variables for the attitudes of individuals in a society. Internationalization, on the other hand, is interpreted as a process that stems from relationships between people from different countries. On this basis, the research criticizes the predominant institutional approach in the literature, which neglects the role of people. In this sense, the problem relies on the search for an understanding of how the relationship between these themes is constituted in a society. To this end, case study method is used, and Brazil and Canada are the countries analysed under a time frame from the 1990s to 2020. The study design is comprised by an initial interdisciplinary theoretical-conceptual approach between Political Culture and internationalization. Based on that and aiming to accomplish the research objectives a new values-based approach to internationalization is developed which is called bottom-up. This approach is composed by four groups of value variables: individual, relational, institutional and social. These groups guide the analysis of the cases. The values and the internationalization process of Brazil and Canada are initially contextualized followed by the three stages of the analysis of the relationship between these themes in these countries. The first stage explores qualitatively the WVS values variables from waves 2, 5 and 7. The second discusses public policies for internationalization and the third its dedicated to correlation tests. The results indicate that there is a relationship between values and the internationalization process in both cases. This proves the hypothesis that a society's values interfere in a country's internationalization process. The thesis concludes that internationalization is a political process influenced by values. Finally, the research suggests both the use of the bottom-up approach and the expansion of interdisciplinary analysis for future studies.

**Keywords:** Internationalization of Higher Education. Values. Political Culture. Brazil. Canada.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desenho da hipótese da tese	25
Figura 2	Elementos complementares e convergentes da relação Cultura Política e Internacionalização	68
Figura 3	Abordagens <i>bottom-up</i> e <i>top-down</i> da internacionalização	112
Figura 4	Internacionalização Brasileira e Canadense- abordagem <i>top-down</i>	174
Figura 5	Agrupamento de variáveis de valores para análise	181
Figura 6	Grupos de variáveis de valores e dimensões da internacionalização	182

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos complementares e convergentes e sua relação com as premissas interdisciplinares	43
Quadro 2	Os valores básicos que compõem a teoria de Shalom Schwartz	75
Quadro 3	Tipos de relações acadêmicas internacionais	99
Quadro 4	Comparativo de mudanças de razões à internacionalização	102
Quadro 5	Atores e seus papéis na internacionalização da educação superior	106
Quadro 6	Desafios internos (meso e micro) à internacionalização	110
Quadro 7	Desafios externos (macro) à internacionalização	110
Quadro 8	Dados gerais de Brasil e Canadá - período 1990 a 2020	118
Quadro 9	Origem e destino da mobilidade no Brasil segundo UNESCO ano base 2020	135
Quadro 10	Órgão responsável e número de estudantes matriculados na educação superior por província e território canadense - ano 2012	154
Quadro 11	Origem e destino da mobilidade no Canadá segundo UNESCO ano base 2020	162
Quadro 12	Brasileiros como cidadãos e parte do mundo - 2006 e 2018 (%)	186
Quadro 13	Confiança dos brasileiros nas instituições - 1991 a 2018 (%)	194
Quadro 14	Metas e resultados quantitativos de bolsas Programa CsF	206
Quadro 15	Canadenses como cidadãos e parte do mundo- 2006 e 2020 (%)	215
Quadro 16	Confiança dos canadenses nas instituições - 1990 a 2020 (%)	221
Quadro 17	Catálogo de teses e dissertações da CAPES	259
Quadro 18	<i>Library and Archives Canada</i> (LAC)	259
Quadro 19	Anos e tamanho da amostra Brasil e Canada por onda WVS	263

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantitativo de Instituições de Ensino Superior no Brasil- 1995 a 2020	126
Gráfico 2	Evolução matrículas em instituições públicas e privadas no Brasil- 1995 a 2020	129
Gráfico 3	Mobilidade <i>inbound</i> e <i>outbound</i> do Brasil (1998- 2020)	134
Gráfico 4	Dimensões de valores de Brasil ondas WVS (1991-2018)	144
Gráfico 5	Mobilidade <i>inbound</i> e <i>outbound</i> do Canadá (1998- 2020)	161
Gráfico 6	Dimensões de valores de Canadá ondas WVS (1982-2020)	170
Gráfico 7	Orgulho nacionalidade brasileira- 1991 a 2018 (%)	184
Gráfico 8	Satisfação dos brasileiros com a vida- 1991 a 2018 (%)	185
Gráfico 9	Opinião brasileiros sobre empregos para nacionais ou imigrantes- 1991 a 2018 (%)	187
Gráfico 10	Confiança dos brasileiros nas pessoas em geral - 1991 a 2018 (%)	189
Gráfico 11	Confiança dos brasileiros nos estrangeiros - 2006 a 2018 (%)	190
Gráfico 12	Condições de vida brasileiros como responsabilidade do governo versus indivíduo - 1991 a 2018 (%)	192
Gráfico 13	Opinião brasileiros sobre impacto ciência e tecnologia nas futuras gerações - 2006 e 2018 (%)	193
Gráfico 14	Opinião brasileiros sobre maior problema mundo e Brasil - 2006 (%)	196
Gráfico 15	Opinião brasileiros sobre objetivo mais importante do país - 1991 a 2018 (%)	196
Gráfico 16	Atitudes dos brasileiros sobre sociedade - 1991 e 2018 (%)	197
Gráfico 17	Membresia brasileiros organização artes, música, educação – 2006 e 2018 (%)	198
Gráfico 18	Distribuição de bolsas CAPES Doutorado Sanduíche no exterior (1998 – 2020)	201
Gráfico 19	Orgulho nacionalidade canadense- 1990 a 2020 (%)	213
Gráfico 20	Satisfação dos canadenses com a vida - 1990 a 2020 (%)	214
Gráfico 21	Opinião canadenses sobre empregos para nacionais ou imigrantes- 1991 a 2018 (%)	216

Gráfico 22	Confiança dos canadenses nas pessoas em geral - 1990 a 2020 (%)	218
Gráfico 23	Confiança dos canadenses nos estrangeiros - 2006 a 2020 (%)	218
Gráfico 24	Condições de vida canadenses como responsabilidade do governo versus indivíduo - 1990 a 2020 (%)	220
Gráfico 25	Opinião canadenses sobre impacto ciência e tecnologia nas futuras gerações - 2006 e 2020 (%)	221
Gráfico 26	Opinião canadenses sobre maior problema mundo e Canadá - 2006 (%)	223
Gráfico 27	Opinião canadenses sobre objetivo mais importante do país - 1990 a 2020 (%)	224
Gráfico 28	Atitudes canadenses sobre sociedade - 1990 e 2020 (%)	225
Gráfico 29	Membresia canadenses organização artes, música, educação – 2006 e 2020 (%)	225

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACAFE</b>	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
<b>ACCC</b>	<i>Association of Canadian Community Colleges</i>
<b>ANDIFES</b>	Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
<b>AUCC</b>	<i>Association of Universities and Colleges of Canada</i>
<b>CALAREO</b>	<i>Canada and Latin America Research and Exchange Opportunities</i>
<b>CALDO</b>	<i>Connecting you with top Canadian Universities</i>
<b>CAPS-I</b>	<i>Canadian Association of Public Schools International</i>
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
<b>CBIE</b>	<i>Canadian Bureau for International Education</i>
<b>CCIEM</b>	<i>Canadian Consortium for International Education Marketing</i>
<b>CEFET</b>	Centros Federais de Educação Tecnológica
<b>CÉGEP</b>	<i>Collège d'Enseignement Général et Professionnel</i>
<b>CGrifes</b>	Conselho de Gestores de Relações Internacionais
<b>CIHR</b>	<i>Canadian Institutes of Health Research</i>
<b>CICIC</b>	<i>Canadian Information Centre for International Credentials</i>
<b>CIDA</b>	<i>Canadian International Development Agency</i>
<b>CMEC</b>	<i>Council of Ministers of Education Canada</i>
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COFECUB</b>	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
<b>COMUNG</b>	Universidades Comunitárias Gaúchas
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

<b>CsF</b>	Programa Ciência sem Fronteiras
<b>DAAD</b>	<i>Deutscher Akademischer Austauschdienst</i>
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>DFAIT</b>	<i>Department of Foreign Affairs and International Trade</i>
<b>DFATD</b>	<i>Department of Foreign Affairs, Trade and Development</i>
<b>EDI</b>	<i>Equity, Diversity, and Inclusion</i>
<b>ENADE</b>	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
<b>FAUBAI</b>	Associação Brasileira de Educação Internacional
<b>FINEP</b>	Financiadora de Projetos
<b>GATS</b>	<i>General Agreement of Trade in Services</i>
<b>IaH</b>	<i>Internationalization at Home</i>
<b>IDRC</b>	<i>International Development Research Centre</i>
<b>IF</b>	Institutos Federais
<b>IsF</b>	Idiomas sem Fronteiras
<b>LAC</b>	<i>Library and Archives Canada</i>
<b>LACREG</b>	<i>Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants Program</i>
<b>LC</b>	<i>Languages Canada</i>
<b>MCTI</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>NSERC</b>	<i>Natural Sciences and Engineering Research Council</i>
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

<b>PDEE</b>	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PDSE</b>	Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior
<b>PEC-G</b>	Programa Estudantes-Convênio de Graduação
<b>PEC-PG</b>	Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
<b>RESP</b>	<i>Registered Education Savings Plans</i>
<b>SESU</b>	Secretaria de Educação Superior
<b>SSHRC</b>	<i>Social Sciences and Humanities Research Council</i>
<b>TRC</b>	<i>Truth and Reconciliation Commission</i>
<b>Tri-agency</b>	Composta por NSERC, SSHRC e CIHR
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNILA</b>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
<b>Unilab</b>	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
<b>USAID</b>	<i>United States Agency for International Development</i>
<b>Vanier CGS</b>	<i>Vanier Canada Graduate Scholarships</i>
<b>V-Dem</b>	<i>Variety of Democracy Institute</i>
<b>WVS</b>	<i>World Values Survey</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I- INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA POLÍTICA: CONVERGÊNCIAS E COMPLEMENTARIDADES .....</b>	<b>27</b>
2.1	De qual internacionalização falamos? .....	27
2.1.1	Os paradigmas econômico e cooperativo da internacionalização ....	32
2.2	Cultura Política .....	34
2.3	A aproximação interdisciplinar .....	41
2.4	Elementos complementares.....	43
2.4.1	Internacionalização da Educação Superior e Política possuem relação .....	43
2.4.2	A sociedade deve ser compreendida e beneficiada .....	47
2.5	Elementos convergentes .....	51
2.5.1	As pessoas e suas relações .....	51
2.5.2	A liberdade dos indivíduos .....	55
2.5.3	A cultura .....	58
2.5.4	As instituições .....	63
2.5.5	O contexto .....	65
2.6	Conclusão .....	67
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II- INDIVÍDUOS, VALORES E INTERNACIONALIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM <i>BOTTOM-UP</i> A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA .....</b>	<b>70</b>
3.1	Contribuições da Cultura Política para a Internacionalização .....	70
3.1.1	Acepção de valores .....	71
3.1.2	Socialização política, formação e mudança de valores .....	78
3.1.3	O indivíduo como cidadão .....	83
3.2	O valor da internacionalização .....	87
3.2.1	Limites conceituais e interpretativos da internacionalização .....	89
3.2.2	A internacionalização e a falácia da cooperação .....	97
3.2.3	Razões e dimensões da internacionalização .....	100
3.2.4	Atores da Internacionalização: instituições e indivíduos .....	105

3.2.5	Os valores e a internacionalização: a abordagem <i>bottom-up</i> .....	111
3.3	Conclusão .....	115
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III- INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORES DE BRASIL E CANADÁ .....</b>	<b>117</b>
4.1	BRASIL .....	119
4.1.1	Formação Cultural Brasileira .....	120
4.1.2	Influências internacionais na formação da Educação Superior Brasileira .....	122
4.1.3	O sistema Brasileiro de Educação Superior .....	126
4.1.4	A Internacionalização da Educação Superior Brasileira .....	131
4.1.4.1	Razões da internacionalização no Brasil .....	138
4.1.4.2	Atores da internacionalização no Brasil .....	140
4.1.5	Valores da sociedade brasileira .....	144
4.2	CANADÁ .....	147
4.2.1	Formação Cultural Canadense baseada em imigrações .....	148
4.2.2	A Educação Superior Canadense .....	150
4.2.3	A Internacionalização da Educação Superior Canadense .....	155
4.2.3.1	Razões da internacionalização no Canadá .....	163
4.2.3.2	Atores da internacionalização no Canadá .....	166
4.2.4	Valores da sociedade canadense .....	169
4.3	Conclusão .....	173
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO IV- ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE VALORES E INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL E NO CANADÁ .....</b>	<b>176</b>
5.1	Definições metodológicas da análise .....	176
5.1.1	Etapas da análise .....	178
5.1.2	Variáveis da análise .....	180
5.2	Análise do caso brasileiro .....	182
5.2.1	Etapa I- Valores e fases da internacionalização brasileira (1990 a 2018) .....	183
5.2.2	Etapa II- Valores e políticas públicas brasileiras para internacionalização .....	200
5.2.2.1	O Programa de doutorado sanduíche no exterior .....	200
5.2.2.2	As universidades da integração internacional .....	203

5.2.2.3	O Programa Ciência sem Fronteiras .....	205
5.2.3	Etapa III- Análise da correlação entre valores e a mobilidade internacional brasileira .....	209
5.3	Análise do caso canadense .....	212
5.3.1	Etapa I- Valores e fases da internacionalização canadense (1991 a 2020) .....	212
5.3.2	Etapa II- Valores e políticas públicas canadenses para internacionalização .....	226
5.3.2.1	<i>O Canada-Latin America and Caribbean Research Exchange Grants Programme</i> .....	227
5.3.2.2	<i>O Vanier Canada Graduate Scholarships</i> .....	229
5.3.3	Etapa III- Análise da correlação entre valores e a mobilidade internacional canadense .....	232
5.4	Conclusão .....	234
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>237</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>243</b>
	<b>APÊNDICE A - ETAPAS, PROCEDIMENTOS E LIMITES DA PESQUISA</b> .....	<b>258</b>
	<b>APÊNDICE B - VARIÁVEIS DE VALORES UTILIZADAS NA ANÁLISE</b> .....	<b>268</b>
	<b>APÊNDICE C - VARIÁVEIS E DADOS PARA TESTE CORRELAÇÃO</b> .....	<b>269</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese trata da relação entre valores e a Internacionalização da Educação Superior<sup>1</sup>. De um lado partimos da compreensão da internacionalização enquanto processo que decorre das relações entre pessoas de diferentes países. De outro lado, apoiamo-nos nos postulados da Cultura Política que tem nos valores, crenças e atitudes, importantes componentes interpretativos do desenvolvimento humano e da atuação do indivíduo na sociedade. A análise é desenvolvida de maneira interdisciplinar e busca contribuir com a criação de novas bases interpretativas e explicativas ao tema da internacionalização. Em outros termos, valemo-nos dos postulados culturalistas formulados por cientistas políticos motivados a criar novas interpretações sobre processos de transformação política e social no mundo a partir do entendimento da participação dos indivíduos, dotados de valores como parte dessas mudanças na sociedade. Mais precisamente aqui, guiamos nossa análise do processo de internacionalização a partir das pessoas e seus valores norteando suas relações com o mundo.

A compreensão da internacionalização a partir do indivíduo e seus valores ainda é pouco desenvolvida e aqui reunimos esforços em desenvolver tal abordagem sob a denominação “abordagem *bottom-up*”. Tem prevalecido na literatura e na prática da internacionalização a visão institucionalista a qual denominamos “*top-down*”<sup>2</sup>. Esta, por sua vez, não exclui o indivíduo, mas o coloca em papel secundário atuando muito mais como receptor do que como ator do processo. Exemplo disso são escritos sobre a internacionalização na qual a política é institucional, o plano é nacional, as metas são de governo ou de uma equipe de gestão universitária, ou ainda os dados mundiais estão relacionados a corporações controladoras de *rankings* ou empresas prestadoras de serviços. Assim, a internacionalização é um tema importante no campo político, independente do foco ser institucional ou cultural, e precisa ser melhor estudado.

É crescente o uso do termo internacionalização na academia no mundo inteiro. Apesar disso, há ausência de debates e estudos para saber se a internacionalização como vem sendo desenvolvida faz sentido para as pessoas e para as atuais sociedades, seja no Norte ou no Sul global. Isso porque o conceito

---

<sup>1</sup> Utilizamos ao longo do texto apenas o termo internacionalização para tratar da Internacionalização da Educação Superior.

<sup>2</sup> Os termos *bottom-up* e *top-down* utilizados nesta tese, derivam de escolha arbitrária dado o desenho da pesquisa.

“internacionalização da educação superior” tem se concentrado em determinadas características de países do Norte e do Ocidente e tem sido utilizado indiscriminadamente, na literatura e na prática, com pouca ou nenhuma adequação a sociedades com características sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais distintas.

Surge daí, uma série de perguntas tanto em sentido universal quanto a serem pensadas para cada país: O que as pessoas pensam, no que acreditam e confiam, importa para a internacionalização? A Internacionalização importa para as pessoas? A internacionalização tem criado melhorias para a sociedade? Qual o valor da Internacionalização numa determinada sociedade? Sociedades com valores diferentes possuem processos de internacionalização diferentes? Internacionalizar para quê? Essas são todas questões que permeiam o desenvolvimento do presente estudo e buscam estimular o aprofundamento do debate sobre o atual sentido do processo de internacionalização para benefício e desenvolvimento das mais variadas sociedades. Sobretudo porque a ciência, a tecnologia, as informações, o conhecimento e os problemas do mundo contemporâneo ultrapassam fronteiras, tornando a internacionalização quase condicionante da existência de ciência e do desenvolvimento humano.

Brasil e Canadá são os países-foco do presente estudo. A escolha decorre, essencialmente dos seguintes aspectos: 1- dados primários apontam à existência de processos de internacionalização com características distintas; 2- representam geopoliticamente regiões do Norte e do Sul global permitindo com que os resultados dessa pesquisa sejam abrangentes e possam servir para futuros estudos em outros países; 3- possuem distintas estruturas da Educação Superior; 4- facilidades do pesquisador em acessar dados e informações de ambos os países; 5- são produto de distintas matrizes de formação cultural o qual discorreremos em maior profundidade na pesquisa; e, 6- disponibilizam de dados na Pesquisa Mundial de Valores (WVS) permitindo a utilização de variáveis comuns sobre os valores de ambas as sociedades. Cabe destacar que o WVS decorre do inglês *World Values Survey* (WVS), e é uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, desenvolvida em mais de 100 países nos continentes Americano, Europeu, Asiático, Africano e Oceania abrangendo quase 80 por cento da população mundial, incluídos os dois países a serem estudados aqui: Brasil e Canadá. O Brasil participou das ondas 2 (1991); 3 (1997); 5 (2006); 6 (2014); e 7(2018) enquanto que Canadá participou das ondas 1

(sem ano); 2 (1990); 4 (2000); 5(2006); e 7 (2020). Assim, para cobrir as três décadas de análise enquanto recorte temporal deste estudo, consideramos os dados das ondas 2,5 e 7 de ambos os países.

Sabe-se que há variações culturais e de internacionalização no espaço intraterritorial em cada um desses países. No entanto, a pesquisa se baseia no pressuposto de que é possível tomar como referência as sociedades brasileira e canadense, mesmo reconhecendo que há heterogeneidades internas nesses países, seja na formação de valores de seus indivíduos, seja na internacionalização em curso e que norteiam o presente estudo. Embora sejam países com similaridades como as proporções continentais e multiculturais, possuem disparidades como a densidade demográfica, índices de violência; índices de desenvolvimento humano; PIB per capita; idiomas oficiais; estruturas políticas; quantitativo de instituições de ensino; organização constitucional do ensino superior, graus de confiança interpessoal; entre outros elementos que serão parte, em alguma medida, no desenvolvimento desta tese.

A internacionalização é um tema amplo a todo o contexto global e por isso, entende-se que precisa ser ainda melhor estudado. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o número de estudantes em todo o mundo que busca educação além de suas fronteiras continua a aumentar. Em 2000, 2,1 milhões de estudantes estudaram internacionalmente. Em 2014, esse número mais que dobrou para quase 5 milhões e a expectativa era de aumentar para 8 milhões de pessoas que estudam no exterior de seu país de origem anualmente até 2025, muito embora, entenda-se que esta previsão sofra impactos decorrentes da pandemia da COVID-19. Cabe destacar que esse fluxo internacional de estudantes varia de um país a outro e que o advento da internacionalização da educação superior, acentuou a marca dos países “emissores” e dos “receptores”. Brasil e Canadá fazem parte, respectivamente, desses grupos.

Dados da educação superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>3</sup> apontam que no ano de 2017, o Canadá atraiu 209.979 mil estudantes estrangeiros, enquanto que o Brasil atraiu apenas 20.671, sendo que no mesmo ano estes mesmos países enviaram respectivamente ao exterior 49.386 e 58.841 mil estudantes. Segundo o *Canadian Bureau for*

---

<sup>3</sup> Informações detalhadas da UNESCO sobre indicadores de mobilidade internacional estão disponíveis em: <http://data.uis.unesco.org/#>.

*International Education* (CBIE), Canadá é um dos países anglófonos que dentro do contexto global de Inglês como Língua Franca<sup>4</sup> lideram as posições de destino de estudantes estrangeiros, ao lado de EUA, Nova Zelândia, Austrália e Reino Unido. Tal contexto está alinhado com as práticas de recrutamento de estrangeiros que as instituições canadenses vêm adotando desde o início dos anos 2000. Esse modelo foi reforçado por decisão política quando em 2008 os ministros de educação canadenses criaram o *Education Brand for Canada*, fomentando o processo de internacionalização do país focado na promoção da qualidade da educação canadense para atração de estudantes estrangeiros.

Também de acordo com o CBIE, o Brasil é o terceiro país, seguido de China e Índia, de maior interesse para atração de estudantes ao Canadá. Brasileiros buscam através das ofertas de educação canadense muito além de experiências de estudo. Muitos vislumbram a oportunidade de mudança de vida por meio de processo migratório ao país. Isso corrobora com um dos históricos e culturais elementos do vínculo internacional da educação superior brasileira que tem sido o incentivo governamental à prática da mobilidade para a formação no exterior. Tal movimento teve origem no período do Brasil Colônia (1500-1822) quando jovens da elite brasileira faziam sua formação superior na Europa, preferencialmente nas metrópoles coloniais, sendo as universidades da França, de Portugal e da Alemanha os principais destinos. Apesar do incremento na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e do crescimento no número de instituições de educação superior no país, ainda permanece o modelo do período colonial de fomentar, por meio de instituições governamentais<sup>5</sup>, de políticas públicas, e da própria atuação das instituições brasileiras, a formação qualificada no exterior. As relações das universidades brasileiras com instituições estrangeiras são assimétricas. O fluxo de intercâmbios acadêmicos e científicos é unilateral (MOREIRA e RANINCHESKI, 2019) e a sociedade brasileira pouco tem se beneficiado desses investimentos. O Programa

---

<sup>4</sup> O termo Língua Franca está relacionado com a compreensão do idioma comum de grupos sociais que falam, cada um, uma língua diferente dos outros. No contexto de internacionalização da educação o crescente uso da língua inglesa para as relações acadêmicas internacionais como publicações, eventos, entre outros, deram origem ao termo Inglês como Língua Franca.

<sup>5</sup> Referimo-nos aqui especialmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ciência sem Fronteiras (CsF) é um claro exemplo do modelo de internacionalização adotado no Brasil.

Esses dados de Brasil e Canadá indicam que há relação direta entre a internacionalização e as decisões políticas de um país evidenciando interesses econômicos de governos e instituições que reproduzem modelos hegemônicos e coloniais. A internacionalização da educação é, pois, entendida neste trabalho como um instrumento político que pode ser, ou não, um meio de desenvolver o país, torná-lo avançado científica e tecnologicamente e permitir melhorias na sociedade, nos termos do que preconiza o conceito de De Wit *et al.* (2015), um dos mais utilizados em estudos sobre o tema. Apesar disso, a internacionalização ainda tem sido pouco estudada no campo da Ciência Política e a recíproca também é verdadeira.

Para além do entendimento da dimensão nacional que indica um conjunto de razões para a internacionalização de um país (Knight, 1994), os dados da mobilidade acadêmica internacional de Brasil e Canadá evidenciam grande diferença e urge a necessidade de entender, com mais profundidade, a dimensão individual desse processo e que ainda é uma lacuna na literatura. Dessa forma, o trabalho busca dar respostas ao seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre os valores de uma sociedade e o processo de internacionalização da educação superior no país? Cabe destacar que esta pergunta deriva de duas questões anteriores, que são: 1- a educação tem sido um tema importante em estudos da Cultura Política, sobretudo na compreensão do processo de socialização e na formação de valores democráticos em sociedades pós-modernas, mas ainda tem sido pouco explorada no que concerne à internacionalização da educação que justamente se desenvolve neste cenário de modernidade e interconectividade mundial; 2- a internacionalização busca na sua concepção criar impacto positivo na sociedade e pode ter modelos que variam de país para país, no entanto, ainda há carência científica que identifique elementos ou variáveis explicativas dessas diferenças e que ultrapassem a visão institucionalista do processo.

Defendemos que mesmo que haja políticas públicas, estratégias universitárias bem definidas, um conjunto de razões e objetivos concretos num país, ainda assim, sem o engajamento e atuação das pessoas, elas não se efetivam por si só e por conseguinte não garantem o benefício à sociedade. A literatura existente parece andar em círculos sem avançar nem criar novas explicações que considerem este um fenômeno relacionado à sociedade em constante mudança e que tem o indivíduo

como ator central. Para tanto, compreender quem são essas pessoas e o que pensam são etapas anteriores ao próprio desenvolvimento da internacionalização. Entender, a partir de um conjunto de variáveis que representam os valores de uma determinada sociedade, e que expliquem, o que pode levar as pessoas a estudar além fronteiras, como veem pessoas de outras nacionalidades, se se sentem parte de seu próprio país, se confiam em instituições de seu país, entre outros aspectos, são exemplos de como a presente tese constrói a “abordagem *bottom-up* da internacionalização” e que se fundamenta nos postulados da Cultura Política. Surge daí o objetivo geral desta pesquisa de “compreender e analisar a relação entre os valores das sociedades brasileira e canadense com o processo de internacionalização da educação superior existente nestes países”.

Voltar às bases do processo e desenvolver uma visão culturalista da internacionalização a partir do estudo sobre valores é no que nos debruçamos nos capítulos subsequentes. Para isso, focamo-nos no cumprimento dos seguintes objetivos específicos ao longo da pesquisa:

I- Desenvolver uma abordagem interdisciplinar entre a Cultura Política e a Internacionalização a partir da apresentação de elementos complementares e convergentes.

II- Construir uma “abordagem *bottom-up* da internacionalização” a partir dos postulados teórico-conceituais da Cultura Política sobre valores de uma sociedade.

III- Apresentar empiricamente a composição dos valores das sociedades brasileira e canadense e seus respectivos processos de internacionalização.

IV- Analisar qualitativamente variáveis sobre valores e internacionalização de Brasil e Canadá a fim de identificar a existência de relações entre si em cada país, pondo à prova a hipótese do estudo.

Para alcançar estes objetivos, é essencial entender como os estudos sobre a internacionalização têm sido desenvolvidos até aqui e como se apresentam. O tema passou a ganhar relevância em pesquisas acadêmicas a partir da década de 90 (JOHNSTON; EDELSTEIN, 1993; KNIGHT; DE WIT, 1995; ALTBACH, 2002; GACEL-ÁVILA, 2003; SEBASTIÁN, 2004; DE WIT, 2005). O estado da arte sobre a internacionalização tem focado em dois paradigmas, o econômico e o cooperativo, os quais são orientados através de organismos internacionais também conhecidos no campo político. Do lado “econômico” a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) vinculam metas econômicas à educação

compreendida como um serviço. Do lado “cooperativo”, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO) compreendem a educação como um direito universal. É a partir da orientação desses organismos que países desenvolvem diferentes ações, políticas públicas e dão forma ao processo de internacionalização, deixando em grande medida de lado as pessoas. A compreensão desses paradigmas é importante para permitir a avaliação dos processos de internacionalização em curso no Brasil e no Canadá.

As poucas pesquisas que relacionam o tema à cultura possuem enfoque na cultura organizacional (BARTELL, 2003) ou na perspectiva da formação intercultural que a experiência internacional oferece (STALLIVIERI, 2009). Igualmente há poucos estudos sobre os agentes do processo (DE WIT, 2002; DUARTE *et al.* 2012) e estes se concentram quase que exclusivamente no papel do professor universitário ou do gestor internacional (KNUTSON, 2019; MAILLARD, 2019). Também são poucas as produções acadêmicas e científicas que aproximam a internacionalização e a Ciência Política. Podemos citar o estudo que problematiza a internacionalização das universidades como meio a ser utilizado por governos e Estados autoritários para inculcar ideologias conservadoras limitando liberdades dentro e fora de suas fronteiras (FURSTENBERG; PRELEC; HEATHERSHAW, 2020). Desprezou-se até aqui, estudos como de Inglehart e Welzel (2009) que mapeiam culturalmente países de todo o mundo e evidenciam a existência de mudanças de valores em diferentes sociedades a partir de dados longitudinais.

Além disso, poucos abordam comparativamente a internacionalização brasileira e canadense. Das poucas publicações com este enfoque, podemos citar Andreotti, S. Thiago e Stein (2018) que avaliam o viés mercantil do processo desenvolvido no Canadá, também denominado como internacionalização transnacional, em contraste ao modelo cooperativo brasileiro baseado na criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Estudiosos da internacionalização também têm lançado alertas importantes sobre o fim do processo (DE WIT, 2011), a necessidade de compreender valores e sua finalidade (KNIGHT, 2020; KHORSANDI, 2014) ou ainda se debruçado na construção do que tem sido chamado de “abordagem crítica da internacionalização” (ANDREOTTI, 2006; LEAL, 2020). Estas visões trazem à tona a preocupação com o

distanciamento do sentido desse processo de criar benefícios à sociedade, sobretudo frente aos interesses mercantis<sup>6</sup> que têm norteado o tema em diferentes países.

É em perspectiva similar deste apelo de um olhar mais apurado sobre motivações sociais e culturais e integrante de um contexto de mundo interconectado e em constante mudança que se desenvolvem os postulados da Cultura Política que são utilizados neste estudo. A relação entre as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais de distintas sociedades alavancaram e permanecem sendo centrais no debate da corrente culturalista da Ciência Política, assim como a importância do avanço de estudos estatísticos com amostragem de comparabilidade (CASTRO, 2014). Apesar de haver um conjunto significativo de estudos culturalistas que permitem construções de estudos interdisciplinares, é na abordagem sobre os valores que nos concentramos. Dado que Brasil e Canadá possuem características distintas, seja em desenvolvimento social, econômico e na internacionalização, fazemos uso das duas dimensões de valores criadas por Ronald Inglehart e Christian Welzel (2009) nomeadamente valores tradicionais versus valores seculares e valores de sobrevivência versus valores de autoexpressão para a análise e cumprimento do objetivo do estudo.

Constituem a matriz conceitual do trabalho os seguintes conceitos: internacionalização; cidadão; valores e socialização política. Por internacionalização, entendemos ser “um processo intencional e político baseado nas relações internacionais e interculturais de indivíduos a partir do espaço acadêmico”. Tal concepção é melhor apresentada na sequência do trabalho. Também, apesar de assumir um caráter normativo, esta tese corrobora o conceito de De Wit *et. al* (2015) em apoio ao paradigma “cooperativo” de uma internacionalização que beneficie a sociedade. Por entendermos que as pessoas são o cerne do processo de internacionalização, inicialmente nos aprofundamos no entendimento do indivíduo enquanto ator social e político a partir do conceito de cidadão, uma vez que este termo é utilizado por ambas as disciplinas, e entendido como parte integrante de uma sociedade na qual os valores se manifestam. Por isso, na sequência é central entender o que são valores, como eles se formam para então aproximar ao tema da internacionalização. Assim, valores, são entendidos aqui no nível abstrato individual e

---

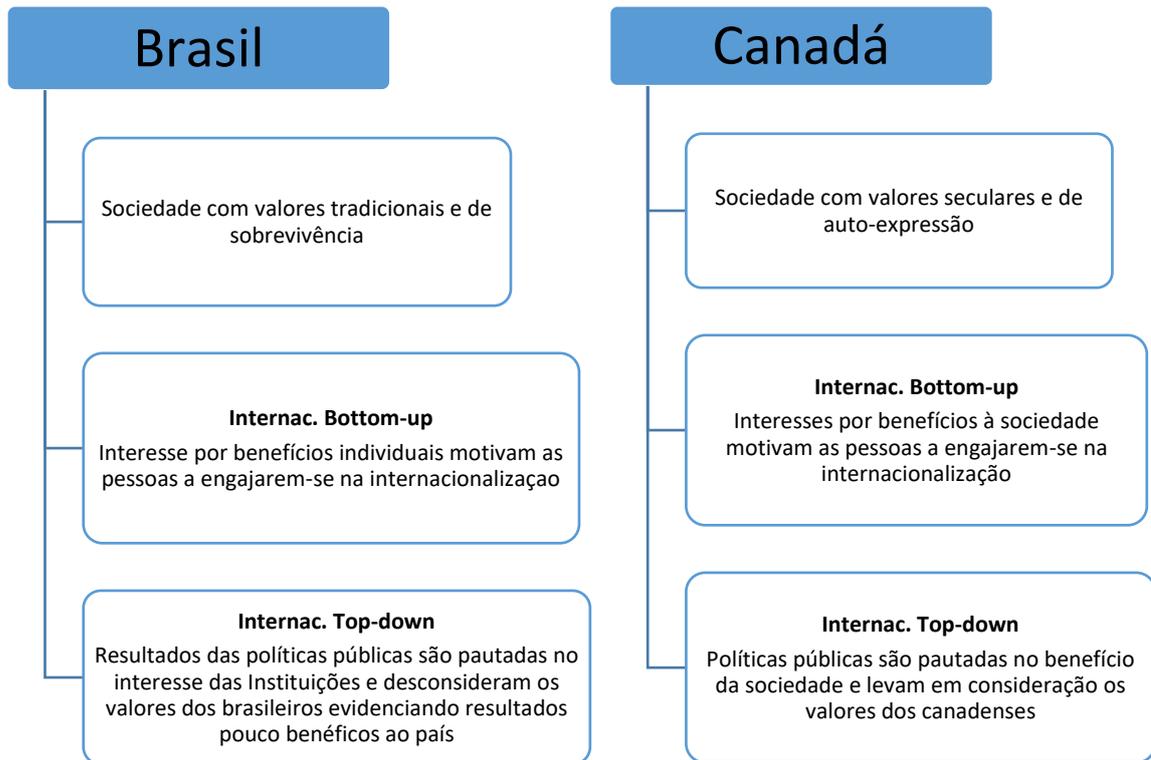
<sup>6</sup> Embora um estudo interdisciplinar entre Internacionalização e Ciência Política permita espaço para abordagens sobre a perspectiva liberal inculcada nesses temas, ainda assim, este não será o enfoque desta pesquisa.

se manifestam na forma de conduta social, orientando atitudes e reforçando determinadas visões de mundo. Neste sentido, aprofundamos o entendimento sobre a formação de valores a partir do processo de socialização política enquanto parte essencial do entendimento do desenvolvimento humano e que tem a educação e a sociedade como espaço de desenvolvimento. Todos estes conceitos são entendidos à luz da matriz teórica da Cultura Política enquanto corrente que se dedica ao estudo mais amplo dos valores e tende a ser compreendido de forma empírica em um determinado grupo social num determinado período histórico.

Considerando os objetivos expostos, a matriz conceitual, o aporte teórico e a revisão da literatura, buscamos evidenciar nesta pesquisa a importância dos indivíduos e seus valores para o processo de internacionalização. Assim, tendo como objeto de estudo as sociedades brasileira e canadense buscamos pôr à prova a seguinte hipótese: “Os valores de uma sociedade determinam o formato e os resultados do processo de internacionalização da educação superior de um país”. Por isso, na abordagem *bottom-up* dos países estudados, o Canadá tende a ter um processo no qual as pessoas estão pautadas nos objetivos de interesse coletivo, leia-se nacional, e comprometidas com questões de interesse global decorrente de uma sociedade com características pós-materialistas e com valores seculares e de autoexpressão. Já o Brasil tende a ter um processo desarticulado nacionalmente no qual as pessoas estão pautadas nos objetivos de interesse individual decorrente de uma sociedade com valores tradicionais e de sobrevivência. Igualmente na abordagem *top-down* da internacionalização que diz respeito às políticas públicas implementadas no Brasil e no Canadá, são os valores dessas sociedades que determinam os resultados dessas políticas, respectivamente nestes países.

Os desdobramentos hipotéticos do estudo são apresentados pelo seguinte esquema da Figura 1:

Figura 1: Desenho da hipótese da tese



Fonte: Elaboração própria.

O caminho pelo qual buscamos testar essa hipótese leva em consideração o levantamento de dados empíricos sobre os valores das sociedades brasileira e canadense e seus respectivos processos de internacionalização no período de 1990 a 2020. O recorte temporal levou em consideração: 1- a década de 90 corresponde ao período em que o tema da internacionalização passou a ganhar destaque no mundo; 2- é quando ambos os países passam a integrar o WVS permitindo assim, a utilização das mesmas variáveis para ambos os casos; e 3- contempla um intervalo de tempo que permite a compreensão dos fenômenos propostos a serem estudados até a atualidade.

A partir de um conjunto de variáveis WVS buscou-se compreender os valores dessas sociedades. Já sobre a internacionalização destes países, fez-se uso de dados da UNESCO, e de documentos oficiais sobre o processo de cada país, bem como do levantamento das políticas públicas de internacionalização desenvolvidas nestes países ao longo do período do recorte temporal da pesquisa. Após uma inicial abordagem descritiva é realizada análise qualitativa dos casos seguida da testagem do coeficiente de correlação de variáveis do estudo a fim de construir inferências pautadas no objetivo da tese.

A tese é dividida em quatro capítulos, além da presente introdução. O primeiro capítulo desenvolve uma aproximação interdisciplinar entre a Cultura Política e a Internacionalização da Educação Superior e apresenta uma introdução ao conceito dessas disciplinas além de identificar elementos denominados convergentes e complementares. O segundo capítulo é dedicado à construção teórica do estudo. Para isso, são tratados conceitos como: cidadão, valores, socialização política, além da discussão sobre o valor da internacionalização servindo de base à construção da “abordagem *bottom-up* da internacionalização”.

O terceiro capítulo apresenta empiricamente Brasil e Canadá enquanto objetos do estudo. É feita uma inicial contextualização da formação étnico-cultural dessas sociedades, como ponto de partida ao entendimento tanto da descrição das diferentes fases do processo de internacionalização nestes países e das características de valores dessas sociedades. A construção desse capítulo decorre tanto da revisão de fontes bibliográficas, como é o caso do uso de dados do “Mapa Cultural Mundial” de Inglehart e Welzel (2009) para retratar os valores dessas sociedades, quanto do levantamento de dados primários e secundários a partir da literatura e de documentos e relatórios oficiais de ambos os governos e instituições desses países.

O quarto capítulo é dedicado à análise das variáveis sobre valores e internacionalização de Brasil e Canadá. É feita inicial apresentação das definições metodológicas e escolha das variáveis de análise sobre valores e sobre a internacionalização, seguido da análise propriamente dita. A análise é feita em três etapas. Na primeira são aprofundados qualitativamente os dados apresentados no capítulo anterior por meio do estudo das fases do processo em cada país e, variáveis de valores WVS de Brasil e Canadá, mais especificamente das ondas 2, 5 e 7. Na sequência são analisadas políticas públicas para a internacionalização de cada país. Por fim, é feito o teste de correlação das variáveis. Assim, o capítulo busca pôr à prova a hipótese do estudo por meio da análise qualitativa e testagem quantitativa das variáveis utilizadas. Este último capítulo é seguido ainda das considerações finais que trazem um conjunto de apontamentos relacionados à proposta da pesquisa e indica a necessidade de novos estudos interdisciplinares, dado que ainda há muito a ser construído.

## **2 CAPÍTULO I - INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA POLÍTICA: CONVERGÊNCIAS E COMPLEMENTARIDADES**

O objetivo deste capítulo é desenvolver uma aproximação interdisciplinar entre a Cultura Política e a Internacionalização da Educação Superior. Por serem temas ainda pouco estudados sob a ótica do estabelecimento de relações, entendemos ser importante essa construção. Apesar de corroborar com a afirmação de Mestenhauser (2011), de que a internacionalização ainda carece da construção de uma teoria sólida e própria a fim de caracterizá-la como disciplina propriamente, ainda assim, pela simples ausência de melhor termo associado ao que se pretende aqui, utilizamos a palavra interdisciplinar para tratar do estudo da sua relação com a Cultura Política.

Assim, dedicamo-nos a inicialmente contextualizar a Internacionalização da Educação Superior e a Cultura Política à luz de marcos atuais do desenvolvimento interpretativo e conceitual de ambos os temas. Em seguida, e a fim de evitar a criação de aproximações forçadas ou arbitrárias, optou-se pela apresentação de elementos convergentes e complementares dessas disciplinas, os quais são considerados basilares no desenvolvimento dos objetivos desta tese.

### **2.1 De qual Internacionalização falamos?**

A Internacionalização da Educação Superior que nos interessa focar aqui, é um tema que não se limita ao espaço acadêmico pois vem adquirindo gradual importância na educação, na política e na economia e vem acompanhando as mudanças globais de diferentes ordens. Como referido na introdução da tese, até aqui, a internacionalização tem sido estudada e desenvolvida sobretudo sob a ótica institucionalista e com caráter normativo o que torna a sua compreensão facilmente enviesada ou limitada. Por isso, o nosso entendimento da internacionalização como “um processo intencional e político baseado nas relações internacionais e interculturais de indivíduos a partir do espaço acadêmico” reflete o que entendemos que ela efetivamente representa e que vai além do enfoque institucional e dos conceitos vigentes na literatura. Para avançar no entendimento dessa concepção e na construção de uma abordagem *bottom-up*, entende-se que um inicial resgate do estado da arte do tema é pertinente.

A origem da internacionalização está vinculada ao movimento de paz e relação de entendimento entre as pessoas de diferentes culturas, com destaque no período

entre 1960 e 1980 por meio das políticas de ajuda internacional e de cooperação (GACEL-ÁVILA, 2003). Apesar das mudanças conceituais, interpretativas e das próprias práticas comerciais e competitivas adquiridas com o passar dos anos, como será apresentado na sequência, cabe destacar que esse sentido universalista da internacionalização para promoção da paz mundial é parte importante no desenvolvimento da presente tese pois pressupõe a relação entre as pessoas como elemento basilar. Além disso, fica evidente o caráter intencional que a internacionalização tem desde sua origem.

A Internacionalização resulta de definições e interações políticas de distintos governos e é usada há anos na Ciência Política (KNIGHT, 2020). No final da década de 1980, passou a ser objeto de estudos desenvolvidos com mais rigor e passou de uma, até então, abordagem de atividades a uma abordagem de processo (MIURA, 2006). Merecem destaque os estudos da professora canadense Jane Knight, e seu entendimento da internacionalização como um processo em constante transformação. Para a autora, a internacionalização pode ser entendida a partir de dimensões, sendo elas, individual, institucional, nacional ou regional. Cada uma dessas dimensões tem um conjunto de razões, podendo ser acadêmicas, econômicas, políticas ou sociais que ficam sujeitas às variações decorrentes dos interesses dos atores envolvidos (KNIGHT, 1993, 2003, 2004, 2020). Aqui novamente temos o caráter intencional e político atrelado ao entendimento da internacionalização. A compreensão destas dimensões, dos atores e das razões que motivam a internacionalização tem sido tema da literatura produzida e será aprofundado no capítulo seguinte, quando evidenciamos que o elemento mais negligenciado até aqui são as pessoas como atores centrais.

É certo que o elemento chave do termo internacionalização é a noção de relações existentes entre nações e identidades culturais e por isso a Internacionalização do Ensino Superior é vista como uma forma de um país responder ao impacto da globalização (QIANG, 2003). A forma que cada país lida com o tema, sobretudo politicamente, pode variar de uma nação à outra. Isso reforça a importância de haver um constante entendimento da internacionalização relacionada ao contexto de cada país associado às mudanças globais.

Moldada pela economia mundial, pelas novas tecnologias de comunicação e informação e pelo surgimento de uma rede internacional do conhecimento, a internacionalização mudou ao longo do tempo (ALTBACH, 2007). Para Knight (2020, p.19), “não só a dimensão internacional transformou a educação superior, mas ela

também mudou substancialmente a si mesma”. Apesar da internacionalização mudar conforme se alteram as dinâmicas sociais, culturais, econômicas, educacionais e políticas nos quais indivíduos, instituições/ governos atuam, permanece a lacuna do entendimento do papel dos indivíduos nessa mudança do processo, seja em contexto local, nacional ou internacional. Além disso, as mudanças globais somadas às novas formas de educação internacional virtual, como exemplo das alterações no processo de internacionalização, são prova de que indivíduos e sociedade tanto são impactadas pelas mudanças quanto impactam o processo e, entender como os indivíduos socializam internacionalmente - fazendo aqui uso das definições da Cultura Política- é essencial para avançar.

Nos últimos 30 anos - leia-se décadas de 1999 a 2019 - a internacionalização emergiu como fenômeno dinâmico decorrente da combinação de razões políticas, econômicas e socioculturais (DE WIT, 2019) e do avanço de novos papéis que a educação superior assume. Muito além do debate teórico e filosófico e da criação de conceitos que expliquem a realidade como papéis das universidades já consolidados, cada vez mais, a educação superior é entendida como parte da arena política e com função de formar quadros técnicos e intelectuais, bem como promover avanços científicos e tecnológicos a fim de permitir aos países e ao mundo o desenvolvimento econômico e social. É quando a internacionalização e a excelência passam a ser consideradas face da mesma moeda (BARBOSA; NEVES, 2020, p.4) e decorrente disso surgem interesses políticos e econômicos pelo tema. Em termos gerais, a internacionalização tem, desde o final dos anos 1990, assumido as seguintes características (DE WIT, 2019):

- Mais focada na internacionalização no exterior do que em casa<sup>7</sup>;
- Mais *ad hoc*, fragmentada e marginal que estratégica, abrangente e central nas políticas;
- Mais elitista para um grupo de estudantes e professores do que focada em resultados globais e interculturais para todos;
- Dirigida por um conjunto de razões políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais com crescente enfoque nas motivações econômicas;

---

<sup>7</sup> O termo internacionalização em casa, do inglês *Internationalization at Home* (IaH) tem sido amplamente estudado e se dedica à abordagem de ações e elementos sobretudo da internacionalização nas instituições de ensino superior sem que haja efetiva mobilidade. Ou seja, é a inclusão da internacionalização nas rotinas administrativas, planos, ações, estrutura, entre outros aspectos da cultura organizacional.

- Dirigidas por rankings regionais, nacionais e globais;
- Pouco alinhada entre a dimensão internacional e o tripé da educação superior: ensino, pesquisa e serviços à sociedade;
- Caracterizada como uma escolha estratégica das instituições de ensino e menos uma prioridade de governos nacionais; e
- Menos importante em economias emergentes e em desenvolvimento e uma preocupação estratégica entre economias desenvolvidas.

Esse conjunto de características evidenciam a amplitude da internacionalização e dá origem a uma diversidade de debates e interpretações sob a ótica de diferentes disciplinas sobre o seu verdadeiro sentido. De um lado temos os defensores da internacionalização (HARARI, 1992; TEICHLER, 2004) e de outro os céticos quanto aos seus resultados e efeitos (MARGINSON e RHOADES, 2002). Prevalece ainda no grupo dos que a defendem, uma série de críticas quanto ao direcionamento econômico que a internacionalização vem tomando no mundo e um ceticismo quanto ao seu futuro, dado o afastamento do seu genuíno sentido humanístico e cooperativo reforçando a necessidade de haver um novo paradigma (DE WIT, BRANDENBURG, 2011).

Corroboramos com o grupo de defensores e com as críticas atribuídas ao desvio do sentido humanístico do processo. Por isso, a internacionalização é entendida aqui a partir das pessoas e como meio à melhoria da sociedade local, nacional e internacional e que é resultante da interação desses indivíduos de diferentes países e culturas, com diferentes valores e variadas visões de mundo. Interação esta que tem no espaço acadêmico das instituições de educação superior o local central da origem do seu desenvolvimento. Por isso, as instituições, os governos, os países e outros atores são importantes e compõem o conjunto de intenções ao seu desenvolvimento, mas, as pessoas importam em todas as etapas e dimensões da internacionalização na mesma medida em que são essenciais para o desenvolvimento dos países. Embora possa parecer utópica ou normativa esta visão da internacionalização, é o caminho pelo qual se propõe a construção de uma nova abordagem a partir das pessoas. Para uns, a proposição *bottom-up* da internacionalização pode parecer um retrocesso por aparentemente não avançar, enquanto que para outros um avanço frente ao olhar institucionalista saturado. Para nós, além de significar um avanço, é também um olhar necessário na busca por resgatar o valor da internacionalização.

Para além da sua origem pautada na promoção da paz mundial, a internacionalização é entendida ao longo deste trabalho como processo e meio promotor da cooperação acadêmica e científica em prol da produção e disseminação do conhecimento e da cultura a fim de criar melhorias sociais. Para isso, compreender os indivíduos, seus valores bem como as necessidades da sociedade são aspectos centrais e ainda ausentes na literatura sobre o tema.

Na literatura há diferentes conceitos de internacionalização, os quais serão aprofundados no próximo capítulo, mas que enfocam apenas a dimensão institucional. A definição que contribuirá, em certa medida, ao debate desta pesquisa é a de De Wit *et al.* (2015, p. 29):

*... internationalization as the **intentional** process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, **in order to enhance the quality of education and research for all students and staff, and to make a meaningful contribution to society.*** (grifo nosso)

Este conceito, ainda que demasiado normativo, traz à tona dois aspectos importantes que permitem o diálogo com a Ciência Política. O primeiro deles corrobora com a defesa da intencionalidade do seu desenvolvimento e isso remete ao entendimento dos atores envolvidos e o conjunto de motivações que podem, em grande medida, estar relacionadas a interesses políticos. O segundo diz respeito à contribuição para a sociedade como o principal resultado a ser esperado deste processo, reforçando assim, o sentido de valor social da internacionalização, tal qual a política. Além disso, cabe destacar que a internacionalização é um meio e não um fim em si mesmo (VAN DER WENDE, 2001). Com isso em mente, as pessoas, suas intenções são importantes para o entendimento da internacionalização e dos resultados na sociedade. Portanto, a interpretação precisa ir além das instituições.

Apesar da importância da atuação dos indivíduos, em todas as dimensões da internacionalização e até mesmo no conjunto de razões que a literatura apresenta, aspectos culturais têm sido objeto de pouco debate. Muitos dos estudos focam nas universidades, governos ou organismos nacionais e internacionais, e o “olhar cultural” tem sido oculto visto que:

*Economic and political rationales are increasingly the key drivers for national policies related to the internationalization of higher education, while academic*

*and social/ cultural motivations are not increasing in importance at the same rate. Because of the more interdependent and connected world in which we live, this imbalance must be addressed and re-calibrated (KNIGHT e DE WIT, 2018, p. 22).*

A busca desse novo olhar e novas respostas ao modelo em crise que se tem é que se busca desenvolver. Mas para propor um modelo que equilibre as razões culturais às político-econômicas, é importante entender os dois paradigmas da internacionalização atualmente no mundo, os quais aprofundamos na sequência.

### **2.1.1 Os paradigmas econômico e cooperativo da internacionalização**

Estudar sobre a internacionalização também requer considerar os dois paradigmas desse processo: o “econômico” e o “cooperativo” (GACEL-ÁVILA, 2003), sendo o último também denominado como humanístico<sup>8</sup> (HARARI, 1992). Tais paradigmas são “orientados” através de organismos internacionais. Do lado econômico, estão OMC e FMI e do lado cooperativo, temos ONU e UNESCO. Estes organismos internacionais têm norteado diretrizes e orientações macro mundiais sobre metas na Educação Superior e, por conseguinte, direcionamentos na Internacionalização.

Em ambos os paradigmas há um conjunto de razões e motivadores do direcionamento dado à internacionalização de um país. Cada país pode ainda ter diferentes tipos<sup>9</sup> e resultados do processo de internacionalização dadas as políticas públicas nacionais voltadas a este tema e, os resultados, por sua vez, podem ou não estar alinhados aos valores daquela mesma sociedade. Países orientados sob a perspectiva econômica, reforçam ações de recrutamento de alunos internacionais pagantes em detrimento de investimentos públicos na educação superior, apostam em rankings de suas instituições de ensino, estabelecem estratégias competitivas da educação entre outros aspectos. Já os que cooperam, primam por ações de maior paridade com perspectivas de ganho mútuo, reforçam a mobilidade acadêmica recíproca com outros países para troca de conhecimentos, desenvolvem ações colaborativas, entre outros aspectos.

---

<sup>8</sup> Optamos arbitrariamente por utilizar apenas o termo cooperativo por compreendermos que permite um melhor diálogo com a Ciência Política.

<sup>9</sup> Utilizamos o termo “tipo” no intuito de esclarecer que podem haver variações e distintas características do processo de internacionalização em cada país sob a orientação desses dois paradigmas.

Por isso faz-se necessário o presente estudo pautado no entendimento sobre qual desses paradigmas têm orientado o processo nos diferentes países. Brasil e Canadá são exemplos de países que enfocam o tema de maneira distinta. O estudo de Andreotti, Thiago e Stein (2018) avalia simetrias e assimetrias do processo de internacionalização destes países e indica que no Canadá o foco é econômico enquanto que no Brasil é pautado na busca pela cooperação. Apesar de ser pertinente a abordagem destes autores, ainda assim carece a análise se o processo está relacionado aos valores, respectivamente das sociedades brasileira e canadense.

A literatura também evidencia esses paradigmas. No “econômico” estão, entre outros, estudos sobre as estratégias de recrutamento de alunos, rankings internacionais, competição por reputação e prestígio, barreiras linguísticas, políticas de financiamento e fomento, relação do tema com a globalização (VAN DER WENDE, 2001; ALTBACH, 2002; DE WIT, 2002; KNIGHT, 1993, 2003, 2004; MARMOLEJO, 2010), bem como o contexto geopolítico do conhecimento e caráter ativo ou passivo de países relacionados ao processo (LIMA e CONTEL, 2011). Neste, internacionalização é defendida e praticada sob a perspectiva competitiva entre países ou até mesmo entre universidades do mesmo país, interessando o ganho econômico, a retenção de pessoas e talentos e a concentração da produção de conhecimento e de novas tecnologias. De acordo com Knutson (2019) que desenvolve sua tese sobre a internacionalização canadense, defende que essa perspectiva amplia a noção de mercado global das universidades favorecendo a hegemonia de culturas dominantes e o modelo elitista que combina a perspectiva colonialista por meio da educação.

Já no paradigma “cooperativo” podemos citar estudos sobre a defesa de uma internacionalização mais sustentável alinhada aos objetivos da educação (ILIEVA e BECK, 2014), a formação cidadã global (GACEL-ÁVILA, 2003), a importância para a formação de competências interculturais (DEARDORFF, 2004), a necessidade de ser um processo mais abrangente e menos elitista (HUDZIK, 2011) ou ainda, que seus resultados contribuam com a sociedade (DE WIT, 2020; KNIGHT e DE WIT, 2018; BRANDENBURG *et al.*, 2019). Neste conjunto de abordagens a ação cooperada entre pessoas de diferentes culturas e sociedades prevalece criando o que Harari (1992) chama de “ethos da educação internacional” que é marcado pelo caráter humanístico da internacionalização com o desejo genuíno de conhecer, respeitar e interagir entre pessoas e que a partir das diferenças resultam atitudes que busquem soluções a

problemas da humanidade e do planeta. Para Knutson (2019) seria o modelo ideal considerar a internacionalização como um bem público, no qual na prática de ensino, aprendizagem, pesquisa e serviços da educação ocorra a inclusão da dimensão internacional e intercultural no local melhorando o bem-estar da humanidade.

Esses paradigmas evidenciam que diferentes forças conduzem esse processo. Mas, o que faz com que a internacionalização seja pautada mais para o interesse econômico em determinados países e em outros para o modelo cooperativo? Para além do que está explícito, é a partir da Cultura Política que buscamos repensar o sentido da internacionalização e entender os valores das sociedades como forças importantes. Abrangente a várias disciplinas das ciências sociais, a internacionalização além de ser um processo educacional, também deve ser compreendido como um processo social e político. Social porque as pessoas são centrais e as relações entre indivíduos, assim como o modo pelo qual elas se relacionam impacta em todas as etapas do processo de internacionalização. Já a visão enquanto processo político<sup>10</sup> dá-se pelo fato de a internacionalização ser marcada por uma série de interesses e relações de poder que permeiam, junto ao conjunto de valores, a atuação dos indivíduos e das instituições na arena mundial.

Dito isso, nos valeremos da Cultura Política que tem nas pessoas, seus valores, crenças e atitudes a base explicativa de diferentes fenômenos e que aqui será aplicada à compreensão da internacionalização nos contextos de Brasil e Canadá. Assim, a teoria culturalista assume função de alicerce teórico-conceitual para dar uma nova visão à internacionalização, dando sentido à centralidade das pessoas, seus valores e visões de mundo como parte essencial e variável interveniente do processo.

## **2.2 Cultura Política**

A Cultura Política se evidencia como campo de estudo da Ciência Política alicerçada no surgimento da psicologia social no final do século XIX e início do XX. É a corrente teórica da Ciência Política que considera o comportamento dos indivíduos como objeto de análises sobre fenômenos políticos, em especial em perspectiva comparada entre países e seus processos democráticos. As bases da Cultura Política tiveram sua origem em estudos de autores como Platão, Aristóteles, Maquiavel,

---

<sup>10</sup> Não é intenção deste trabalho, aprofundar as discussões da Teoria do Processo Político com enfoque nas estruturas de poder, na luta de classes ou nos movimentos sociais, mas, sim, nas dimensões culturais da atuação do indivíduo em sociedade.

Montesquieu, Rousseau, Tocqueville e Weber. Estes se dedicaram a compreender elementos da estrutura e performance política de distintos formatos de governo a partir de variáveis dos indivíduos que compunham a sociedade como valores morais, atitudes, experiências de socialização, sentido de identidade e condições intelectuais (ALMOND e VERBA, 1980). Algumas dessas variáveis são retomadas ao longo da tese em aprofundamentos teórico-conceituais.

Foi a partir da década de 60 que estudos culturalistas sobre o comportamento político passaram a ganhar notoriedade e se configuraram como indissociáveis à compreensão de sociedades e como nova corrente teórica da Ciência Política frente à conhecida perspectiva institucionalista. A Cultura Política se alavancou a partir da terceira onda da democratização e a obra de Almond e Verba *The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations*<sup>11</sup>, publicada em 1963, é um marco para as definições conceituais. Os autores consideram o cenário de mudanças no período pós II Guerra Mundial e o interesse político de diferentes países em compor a cultura mundial e buscam entender essa composição, sobretudo nas novas nações confrontadas com os modelos de Estado democrático e totalitário. O caminho explicativo das mudanças políticas é feito por estes autores a partir do conceito de “cultura cívica” pautado na participação dos cidadãos como elemento central da análise. Postulam a participação no sentido de igualdade dos sujeitos com o princípio da liberdade e defendem que é a partir da cultura cívica que as atitudes sociais e políticas são tidas como elementos constituintes democráticos nos regimes políticos das cinco nações avaliadas comparativamente -EUA, Inglaterra, Alemanha, Itália e México- (ALMOND e VERBA, 1970).

Os autores partem da compreensão de que a Cultura Política de uma sociedade é um sistema que se constitui pela frequência de diferentes tipos de orientações ao sistema político podendo ser cognitivas, afetivas e avaliativas. Além disso, afirmam que a cultura cívica é compreendida pelo misto de três tipos de cultura política: paroquial, súdita e participante. A paroquial seria comum em sistemas políticos tradicionais e com estrutura simples, já a súdita seria pautada no sistema autoritário em que o cidadão tem consciência da estrutura política e possui uma relação mais passiva enquanto que a participante teria uma estrutura política democrática onde membros da sociedade assumiriam um papel ativo. Para estes

---

<sup>11</sup> Aqui fazemos uso da versão em espanhol dessa obra.

autores, a cultura cívica compreende indivíduos que se convertem em participantes no processo político, mas não abandonam as suas orientações súditas e paroquiais, sustentando assim, as bases necessárias à manutenção e compreensão do regime democrático. Por isso, defendem que cultura e estrutura política são congruentes e a cultura política de uma sociedade é *“un sistema político que informa los conocimientos, sentimientos y valoraciones de su poblacion”* (ALMOND e VERBA, 1970, p.30).

Embora o conceito de cultura cívica de Almond e Verba tenha contribuído com as discussões e abordagens da Cultura Política, o mesmo possui limitações explicativas por buscar enquadrar as diferentes sociedades em determinadas tipologias. Isso porque, os autores não conseguiram dar conta das diferentes realidades políticas com estas tipologias, como é o caso de países da América Latina. Daí a importância da ampliação do debate teórico e o avanço em estudos empíricos da Cultura Política para compreender a realidade a partir de diferentes experiências históricas (CASTRO, 2011).

Os postulados da Cultura Política avançam na intenção de atacar críticas sobre a insuficiência explicativa das mudanças políticas nas variadas sociedades. Eckstein (1988) contribui com estudos sobre as características e tipos de mudanças políticas que, segundo o autor, podem ser tanto “naturais”, decorrentes de condições situacionais ou estruturais, quanto “artificiais”, quando decorrem de tentativas deliberadas para modificar situações ou comportamentos. Para este autor, sociedades poderiam tanto manter a expectativa de continuidade política postulada pela perspectiva culturalista de que orientações, valores e atitudes dificilmente seriam alterados; ou então ter mudanças políticas derivadas de adaptações graduais no sistema de crenças, valores e orientações mediante novas condições estruturais ou situacionais como é o caso de sociedades modernas. Também, em sociedades com mudanças drásticas o comportamento político tenderia a ser de conformismo, do tipo paroquial ou de rebeldia (menos comum), marcado por um período de reorientação de valores e normas afetadas pela mudança, mas nunca totalmente destruídas devido aos canais de socialização (ECKSTEIN, 1988). É importante neste autor, apesar de fazer referência à teoria da escolha racional, destacar o esforço de fomentar a visão culturalista da ciência política a partir de olhares sobre mudanças da sociedade e valores dos indivíduos enquanto variáveis que compunham o sistema político.

Já o autor Samuel Huntington buscou compreender as mudanças na configuração política mundial no pós Guerra Fria, dando centralidade ao papel da cultura. A sua obra "*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*", publicada originalmente em 1996 e traduzida ao português como "*O choque de civilizações: a recomposição da ordem mundial*" (1997), se baseia na arena do avanço da globalização marcada por novas formas de relações entre pessoas e países que, segundo o autor, desencadeiam a busca de reafirmação do que as nações são e não mais qual bloco político apoiam. Neste sentido o autor categoriza as nações em nove conjuntos de civilizações e defende que a cultura é o elemento que aproxima ou separa as relações econômicas e políticas entre estas civilizações. Para Huntington, a cultura é o elemento que pode tanto aproximar quanto criar choques entre as civilizações e os conflitos são entendidos como variável interveniente e explicativa da sua tese sobre relações entre o conjunto das civilizações. As diferenças de comportamento intercivilizacional e extra civilizacional seriam, de acordo com a tese do autor, decorrentes de: 1- sentimento de superioridade (ou inferioridade); 2- falta de confiança interpessoal; 3- dificuldade de comunicação em decorrência de línguas diferentes; 4- falta de familiaridade com práticas sociais de outras pessoas (pressupostos, motivações, relacionamentos). Apesar das críticas à tese desse autor por flertar com pressupostos realistas e aferir importância ao Estado-nação incorrendo em barreiras conceituais e metodológicas no avanço da Cultura Política, ainda assim, é importante aqui por tratar da cultura como elemento central das relações entre pessoas e países para a política e também pode ser relacionado ao estudo da internacionalização.

Para ampliar a "defesa" da importância da Cultura Política, Harrison e Huntington (2000), se dedicam a compreender as condições culturais que evidenciam o progresso humano. Segundo os autores "[...] *we define culture in purely subjective terms as the values, attitudes, beliefs, orientations, and underlying assumptions prevalent among people in a society*" (Ibid, p. 15). Daí, defendem a importância de compreender a cultura também como variável dependente de mudanças da sociedade e que afeta o desenvolvimento econômico e a democratização política.

A relação entre as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais de distintas sociedades alavancaram o debate sobre a Cultura Política. Somado a isso, o avanço de estudos estatísticos e bases de dados contínuos do tipo *survey*, também permitiram ampliar estudos com amostragem de comparabilidade (CASTRO, 2014),

bem como, estudos longitudinais mais apurados sobre países a fim de compreender variáveis culturais que compunham fenômenos políticos, especialmente vinculados aos diferentes graus de consolidação democrática de distintas sociedades. Assim, a partir de dados de pesquisas globais e dos postulados culturalistas, outros autores também têm contribuído com a compreensão da participação do cidadão no processo democrático. Nesse sentido, merecem destaque as concepções de “cidadão crítico” (NORRIS, 1999) e “cidadão assertivo” (DALTON e WELZEL, 2014) que serão mais aprofundados no próximo capítulo.

Entre as contribuições recentes mais relevantes na Cultura Política e pertinentes nesta tese está o vigoroso debate sobre a mudança cultural e de valores nas sociedades tendo como base a teoria da modernização e do pós-materialismo elaborados por Inglehart (1977, 2018) e Inglehart e Welzel (2009). A tese desses autores sustenta que há progressivas mudanças de valores culturais no mundo, as quais estão relacionadas à modernização da sociedade e sobretudo às condições materiais de natureza socioeconômica dos indivíduos e que reflete no desenvolvimento humano e no comportamento dos indivíduos na política. Para os autores, os valores de uma sociedade podem tanto ter caráter duradouro quanto sofrer mudanças longitudinais intergeracionais atreladas a fatores socioeconômicos. Isso porque a mudança na Cultura Política é tida como resultado de um processo intergeracional de câmbio, visto que as novas gerações mudam suas orientações tendo em vista as mudanças de seu tempo, sejam elas econômicas, políticas ou sociais (INGLEHART, 2018).

Sustentados por achados empíricos amostrais nacionais longitudinais, da Pesquisa Mundial de Valores iniciada na década de 1980 e abrangentes a cerca de 90 países, incluindo Brasil e Canadá, os autores elaboram o “Mapa Cultural Mundial” a partir de um conjunto de variáveis que compõem duas principais dimensões de variação intercultural no mundo. A primeira dimensão representa os valores tradicionais versus os valores racionais seculares e a segunda dimensão abriga os valores de sobrevivência versus os valores de autoexpressão.

Na primeira dimensão, característica em sociedades pré-industriais, tem-se de um lado, sociedades com valores tradicionais que enfatizam a importância da religião, da deferência à autoridade e dos valores familiares tradicionais e tendem a ter elevados níveis de orgulho nacional e uma perspectiva nacionalista. Nestas sociedades as pessoas rejeitam o divórcio, o aborto, a eutanásia e o suicídio. Já

sociedades com valores racionais seculares têm preferências opostas aos valores tradicionais e colocam menos ênfase na religião, nos valores familiares tradicionais e na autoridade e aceitam relativamente o divórcio, o aborto, a eutanásia e o suicídio. Aqui, os autores explicam que prevalecem na sociedade valores de sobrevivência, marcados pela insegurança humana, intolerância a estrangeiros e à diversidade étnica, perspectiva política autoritária e visão de mundo incerta (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Já na segunda dimensão, característica de sociedades industriais e pós-industriais, tem-se de um lado as sociedades com valores de sobrevivência que colocam ênfase na segurança econômica e física e com pessoas relativamente etnocêntricas e com baixos níveis de confiança e tolerância enquanto que sociedades com valores de autoexpressão dão alta prioridade à proteção ambiental, à crescente tolerância para com estrangeiros, gays e lésbicas e à igualdade de gênero, e às crescentes exigências de participação na tomada de decisões na vida econômica e política. Nestas sociedades, fenômenos como a melhoria na qualidade de vida, a sociedade do conhecimento, o aumento das oportunidades educacionais, entre outros, favorecem a criação de valores de autoexpressão pautados na tolerância, confiança interpessoal, valorização da qualidade de vida, ativismo, autonomia individual e todos estes são elementos importantes à aspiração de liberdades e à emancipação de valores democráticos (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Diferente da separação por civilizações no mapa geopolítico como fora elaborado por Samuel Huntington, aqui, Inglehart e Welzel têm atualizado longitudinalmente o “Mapa Cultural Mundial” a partir dessas dimensões de valores com dados empíricos do WVS. O mapa demonstra que a cultura continua exercendo papel fundamental nos valores das sociedades embora haja tensões, entre valores tradicionais e modernos e valores de gerações que vivem em sociedades industrializadas são diferentes das de não industrializadas (INGLEHART, 1998). Daí, a pertinência de buscar entender a relação dos valores e mudanças longitudinais com a internacionalização.

Destaca-se uma série de críticas à tese de Inglehart e Welzel, sobretudo no que diz respeito à operacionalização teórico-metodológica explicativa do desenvolvimento humano. Os aspectos metodológicos do uso de indicadores para compor os valores culturais, precisamente os índices de Pós-materialismo, os valores de sobrevivência e de autoexpressão e os valores seculares e tradicionais

negligenciam a complexidade dos valores no nível individual (LAKATOS, 2015). Além disso, o excessivo caráter da normatividade democrática liberal como parte da Teoria do Desenvolvimento Humano é questionado, sobretudo pelas explicações estarem sobremaneira baseadas no desenvolvimento econômico (CABRERA, 2021). Castro e Capistrano (2010) entendem que a perspectiva de Inglehart e Welzel (2009) é fruto de uma determinada visão de modernização e de uma conceituação de Cultura Política que enfatiza elementos comuns desse processo, mas, negligencia características de formação histórica, social e política de cada país. Por isso, indicam que são necessárias duas ressalvas: 1- a operacionalização do conceito de Cultura Política tende a valorizar aspectos da sociedade na qual são criados para serem usados; 2- a modernização, enquanto força motriz da análise da mudança, não é homogênea e é imprecisa quando aplicada em uma realidade com aspectos particulares. Em outras palavras, estes autores defendem que a avaliação da mudança cultural deve ir além da sua relação com a modernização da sociedade.

Salvaguardadas as críticas às teses e estudos que compõem o percurso de construção da Cultura Política, entende-se que a partir dessa literatura e diante do contexto global de constantes mudanças, o estudo sobre os valores são importantes para compreender a dimensão individual tanto no que concerne às sociedades democráticas, quanto aqui especialmente no processo de internacionalização. Não nos interessa discutir aqui a teoria da modernidade como tal, nem problematizar as escolhas teórico-metodológicas de Inglehart e Welzel, mas sim, considerar a concepção culturalista destes autores na compreensão sobre valores, mudança cultural e motivações que estão mudando e remodelando o mundo (INGLEHART, 2018; INGLEHART e WELZEL, 2009), que se assentam as bases teóricas desta tese. Seus pressupostos sobre a formação de valores, sua variação e mudança em perspectiva longitudinal nos países objeto da tese serão a base para pôr a prova a hipótese desta pesquisa a fim de entender a sua relação com o processo de Internacionalização no Brasil e no Canadá.

Tampouco serão aprofundados os debates mais recentes da Cultura Política sobre a relação entre valores e ondas conservadoras e autoritárias que têm impactado a democracia liberal e a vida de pessoas em todo o mundo<sup>12</sup>. Ainda que estes

---

<sup>12</sup> Para mais informações sobre este debate, sugere-se as seguintes referências: NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.; DUARTE, Jéssica da Silva. *O avanço do conservadorismo no Brasil*

elementos sejam pertinentes e relevantes para o debate sobre, por exemplo, xenofobia que faz parte da internacionalização atual, ainda assim, incorreria em um debate mais amplo ao objetivo desta tese. Interessa aqui, utilizar as discussões da corrente culturalista que compreende as pessoas como atores essenciais na política e fundamentam a Cultura Política como guia para a construção interdisciplinar da abordagem *bottom-up* da internacionalização. Cabe destacar que o aprofundamento teórico da Cultura Política sobre valores é objeto do próximo capítulo.

### **2.3 A aproximação interdisciplinar**

Como relacionar Cultura Política com Internacionalização? Para responder essa questão e tratar da aproximação interdisciplinar, inicialmente apontamos três premissas. A primeira delas é a de que internacionalização<sup>13</sup> e política são temas que estão, ou deveriam estar estreitamente relacionados para a criação de ações, iniciativas e políticas de melhoria social e desenvolvimento dos países. A segunda premissa é de que as pessoas são centrais na sociedade e, portanto, importam, ou deveriam ser importantes, tanto no caminhar explicativo, interpretativo quanto nas ações práticas da política e da internacionalização, mas, nem sempre isso ocorre, visto que em muitos casos têm sido priorizadas as correntes e visões institucionalistas. Já a terceira premissa é de que política e internacionalização são temas que ultrapassam fronteiras geográficas nacionais e, portanto, as constantes transformações mundiais de ordem social, econômica, política e tecnológica são variáveis importantes a serem consideradas e já não é possível pensar em conhecimento científico sem que seja em perspectiva mundial.

Essas premissas são entendidas aqui sem um olhar cronológico e hierárquico, mas sim, por meio de uma perspectiva transversal a fim de contribuir ao debate e construir respostas ao problema desta pesquisa: “Qual a relação entre os valores de uma sociedade e o processo de internacionalização da educação superior no país?”

A fim de construir as bases das respostas ao problema deste estudo e, concatenando à hipótese de que: “os valores político-culturais de uma sociedade determinam o formato e os resultados do processo de internacionalização da

---

e nos Estados Unidos no século XXI. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2021.

<sup>13</sup> O termo internacionalização é empregado aqui como referência à Internacionalização da Educação Superior e será assim utilizado ao longo do texto.

educação superior de um país”, dedicamo-nos à construção de aproximações entre a Internacionalização e a Cultura Política. O caminho escolhido para isso é a apresentação do que chamamos de “elementos complementares e elementos convergentes”. Como complementares temos: 1- Internacionalização e Política possuem relação; 2- A sociedade deve ser compreendida e beneficiada; e os convergentes são: 3- As pessoas e suas relações importam; 4- A liberdade dos indivíduos é essencial; 5- A cultura importa; 6- As instituições importam; e 7- O contexto e a conjuntura são determinantes.

A escolha desses elementos, apesar de parecer demasiado arbitrária, busca evidenciar os componentes considerados de maior relevância na construção de uma base introdutória interpretativa sobre graus de relação entre ambas as disciplinas a partir tanto da literatura existente, quanto evidências empíricas<sup>14</sup> além de dados secundários. A escolha dos termos demanda uma breve explicação e estão relacionados às três premissas apresentadas. A palavra “complementar” é empregada por dar o caráter da interdisciplinaridade do estudo no sentido de uma ou mais partes completarem-se, a fim de integrar algo. Já a palavra “convergente” é utilizada para dar sentido a um ou mais elementos que estão pautados a uma direção ou objetivo comum. A fim de facilitar a compreensão desses elementos com as premissas deste capítulo, construímos o seguinte quadro:

---

<sup>14</sup> As evidências empíricas se baseiam na trajetória pessoal e profissional da pesquisadora que desenvolveu este estudo. Profissional atuante há mais de 15 anos em uma universidade brasileira com foco no desenvolvimento de ações e estratégias institucionais de internacionalização, apoiando estudantes e docentes à realização de intercâmbios acadêmicos e científicos, na construção de acordos de cooperação com universidades de diferentes países, sobretudo da América Latina, América do Norte e Europa, além de atuar em projetos com apoio de governos brasileiro e de outros países, bem como, na gestão de iniciativas em rede como o Grupo de Trabalho de Internacionalização das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), na Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), além da atuação como consultora de Internacionalização junto à Capes. Também, se somam ainda experiências internacionais realizadas no Canadá em projetos sociais, intercâmbios, estudos e pesquisa.

Quadro 1: Elementos complementares e convergentes e sua relação com as premissas interdisciplinares

Premissa	Elemento relacionado
1- Internacionalização e política voltados à criação de ações, iniciativas e políticas públicas de melhoria social e desenvolvimento dos países.	1-Internacionalização e Política possuem relação; 2- A sociedade deve ser compreendida e beneficiada;
2- As pessoas são centrais na sociedade e, portanto, na política e na internacionalização.	3- As pessoas e suas relações importam; 4- A liberdade dos indivíduos é essencial; 5- A cultura importa; 6- As instituições importam;
3- Política e internacionalização são temas que ultrapassam fronteiras geográficas nacionais e, portanto, as constantes transformações mundiais são variáveis importantes a serem consideradas.	7- O contexto e a conjuntura são determinantes.

Fonte: elaboração própria.

Na sequência segue a exposição de cada um desses elementos.

## 2.4 Elementos Complementares

Nesta seção, dedicamo-nos a apresentar os dois elementos complementares neste estudo interdisciplinar.

### 2.4.1 Internacionalização da Educação Superior e Política possuem relação

Elucidar a relação entre a internacionalização e a política é uma tarefa inédita, complexa e que exige escolhas. Para auxiliar, utilizamos alguns exemplos. O primeiro deles é a evidência da própria definição destes termos. A palavra política deriva do termo grego “politikos”, que significa cidadãos que vivem na “polis” e “polis”, por sua vez, se refere à cidade e, de modo mais amplo, à sociedade organizada como parte integrante da existência humana. Ainda que o senso comum indique interpretações da relação da palavra política mais fortemente com governo, Estado, instituições públicas, eleições, o qual de fato há, é importante aqui entender que a política, em perspectiva sociológica e culturalista, abriga na sua concepção, o entendimento da relação das pessoas em sociedade. Assim, pensar em política é pensar em pessoas em vida coletiva.

Já a palavra “internacionalização”, em termos morfológicos, remete ao sentido de um processo ativo derivado do sufixo “ização” e, o qual ocorre num contexto “internacional”. Portanto, a ação aqui referida, não é abstrata nem pode ser restrita apenas à atuação de um governo ou instituição, mas sim, é algo concreto que deriva sobremaneira da atuação das pessoas que compõem a sociedade e que se

relacionam internacionalmente. Portanto, pensar em internacionalização é pensar em pessoas de diferentes sociedades ou então “polis” que se relacionam internacionalmente.

Para nos aprofundarmos sobre a relação da política com a internacionalização propriamente, é importante elucidar dois aspectos a partir do entendimento da educação de forma mais abrangente. O primeiro deles é de que a educação é responsabilidade política. A educação como bem público e direito a ser garantido pelo Estado à sua população é uma premissa universal conforme previsto pela UNESCO, ainda que salvaguardadas as estruturas político-educacionais de cada país. Apesar dos países terem diferentes formatos de funcionamento, gerenciamento, investimento, avaliação e haver o postulado da liberdade acadêmica, paralelo ao crescimento no número de instituições de ensino privadas, ainda assim, arriscamos a afirmar que a educação está sob a responsabilidade público-governamental. Nações com governos que atuam responsivamente com a educação da sua sociedade, ainda que o façam por meio de um conjunto de interesses, tendem a ter sociedades mais igualitárias. Neste contexto, é intrínseco à análise da internacionalização de um país o entendimento do papel do Estado.

O segundo aspecto é de que a educação interessa à política. Neste ponto poderíamos tratar de variadas perspectivas como a institucional, a nacional, a internacional ou regional, fazendo aqui uso das dimensões que Knight (2003) atribui à internacionalização. O conhecimento como produto resultante da educação é uma forma de poder utilizado historicamente por governos, tanto na política interna, quanto externa. Além das tradicionais representações diplomáticas como embaixadas e consulados que, em muitos casos apoiam, entre outros, relações internacionais acadêmicas, também a criação de agências e programas governamentais que atuam em representação e promoção da educação e da cultura nacional além fronteiras são exemplos claros do interesse político de países com a educação internacional. Aqui podemos citar alguns exemplos como o *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD) da Alemanha; o *Campus France* da França; o *EducationUSA* e o *FULBRIGHT Commission*, dos Estados Unidos da América; o *Confucius Institute* da China e o *EduCanada* do Canadá. Cabe destacar que não entraremos no mérito das motivações à criação desses órgãos pois seria uma discussão com maior enfoque sobre Política Externa e suas derivações conceituais sobre *soft power* e diplomacia pública.

Cabe destacar que a educação tem sido “utilizada” internacionalmente por muitos países como ferramenta política para o atingimento de objetivos específicos. No conjunto de razões, podemos citar: promover o país mundialmente, adquirir/garantir prestígio internacional, recrutar talentos para o desenvolvimento do país - também conhecido como *brain gain*-, suprir deficiências demográficas, ter novas fontes de receita nas instituições de ensino públicas para reduzir investimentos estatais, atrair mão-de-obra qualificada, garantir a supremacia - cultural, política ou econômica-, promover a formação de cidadãos e profissionais com habilidades interculturais, qualificar corpo intelectual do país, entre outros. Muitas destas ações estão relacionadas à intenção de desenvolver científica e tecnologicamente um país no cenário competitivo global como parte da atual sociedade do conhecimento.

A forma como a internacionalização tem sido desenvolvida nas mais variadas partes do globo, também evidencia a relação entre política e internacionalização. Com o advento da educação vista como serviço, a internacionalização conquistou espaço não só na academia, mas também na agenda política internacional. Há inúmeras evidências de diferentes países de uma longa proximidade marcada por um conjunto de motivações. Interesses econômicos, culturais, científicos, além de outros aspectos fazem parte do conjunto de motivações para governos, organismos internacionais, blocos político regionais e instituições criarem estratégias, políticas e incentivos voltados à promoção da internacionalização da educação superior.

O “Espaço Europeu de Ensino Superior”, por exemplo, é resultado do arranjo político da criação da Declaração de Bolonha<sup>15</sup> de 1999 que teve 29 países europeus signatários e que impactou a Internacionalização da Educação Superior facilitando a mobilidade internacional de estudantes e do corpo docente na Europa. Esta e outras experiências são tema de estudos focados na análise de políticas voltadas à internacionalização da educação superior adotadas por diferentes países. Também são vastas as referências de documentos oficiais que permitem identificar as razões e os objetivos de países no desenvolvimento da internacionalização. O que, no entanto, inexistente, é a compreensão desse processo a partir da noção de “politikos”.

Assim, a internacionalização sempre foi e continua sendo um processo intencional. Por mais que tenha variações de um país a outro no formato, nas características, nas razões, no seu conjunto de atores envolvidos e nos resultados

---

<sup>15</sup> Para saber mais sobre, acessar <https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/inclusive-and-connected-higher-education/bologna-process> .

esperados e alcançados, ainda assim, a dinâmica desse fenômeno que vive um crescimento em espiral, fez e faz dele um processo desejado e, portanto, com caráter político. As ofertas de bolsas de estudo internacionais, a criação de acordos de cooperação técnica, acadêmica e científica internacionais, os projetos com financiamento internacional, entre outros, são exemplos claros de que a internacionalização interessa à política.

Na arena internacional esse conjunto de interesses que envolvem a política e a internacionalização em cada país traz à baila também a necessidade de entender as relações de poder que estão envolvidas. Ainda que a internacionalização tenha na sua origem a promoção da paz mundial como objetivo principal e seja referenciado sob o sinônimo de cooperação internacional, cabe destacar que a competição entre países e instituições de ensino por prestígio internacional, recrutamento de alunos entre outros aspectos, evidencia que a internacionalização é um processo que envolve disputas. Por isso, discussões da política como hegemonia, abordagem eurocêntrica e do Norte ou Sul global também são pertinentes em estudos sobre a internacionalização. Assim, o sentido universal do processo, defendido por Knight (2020) como algo importante na construção do seu conceito é, em verdade, o seu caráter político.

Outros exemplos também aproximam ambos os temas. Normas sociais, regimes de governo, noção de país, estruturas de poder, organização de instituições públicas, órgãos de representação, legislações, são todos atinentes à política e igualmente relacionados ao desenvolvimento de ações de internacionalização. Leis e regras alfandegárias adotadas por um país podem impactar - impedir ou facilitar- a mobilidade de pessoas da academia para determinadas ações de internacionalização além fronteiras. O modelo de sistemas de educação superior vigente em um país, comumente decorrente da decisão de algum órgão de governo – seja de caráter nacional ou supranacional- também é importante. O investimento público na educação superior - ou a falta de- também gera direto impacto no modelo de internacionalização adotado em um dado país. Assim, para além do conjunto de interesses nacionais e das relações de poder, também o papel da burocracia não pode ser negligenciado no entendimento da relação entre política e internacionalização.

Outro aspecto que evidencia o caráter político da internacionalização é a compreensão de ser um processo fortemente relacionado à noção de país. Aqui também podemos citar alguns exemplos. Os espaços de exposição em grandes feiras

e eventos internacionais como a *Association of International Educators* (NAFSA) e a *European Association for International Education* (EAIE) costumam estar identificados por país. Portanto, o uso da marca país é um elemento estratégico e de caráter político presente na promoção da internacionalização. Canadá é um exemplo desse uso e apesar da Educação Superior ser de gerência de cada província, o tema da internacionalização tem sido gerenciado em caráter nacional. A criação do EduCanada explicita esse caráter nacional. Dados de mobilidade e indicadores de internacionalização gerenciados por UNESCO, OCDE, *International Association of Universities* (IAU), entre outras entidades, são apresentados sempre com referência de país. Assim, o sentido de nação, além de ser uma definição geográfica, é sobretudo um caráter político.

Apesar desse conjunto de exemplos, a internacionalização ainda é pouco ou nada estudada na Ciência Política e vice-versa. Essa lacuna de estudos não quer dizer que não existam relações diretas entre esses temas. Pelo contrário. Esse não estudo mútuo parece um processo de anestesia ou normalização dos caminhos que a política tem dado à internacionalização sem maiores questionamentos. Seria este um tema tabu? Como poderá ser visto mais detalhadamente no terceiro capítulo, no caso canadense, as definições políticas de redução de investimento público na educação superior conduziram as universidades a uma internacionalização com interesses comerciais, enquanto que o Brasil atua em perspectiva colonialista e sem uma visão estratégica de longo prazo para o país.

Neste sentido, defendemos que a internacionalização da educação superior deveria ser compreendida com seriedade como um elemento político importante para o futuro de uma nação. Sobretudo dado o atual contexto mundial com acelerado crescimento da mobilidade internacional e das relações de indivíduos pelo uso de diferentes meios de comunicação que favorecem a construção do conhecimento mundial e a disponibilidade de informações sem limitações de fronteiras geográficas.

#### **2.4.2 A sociedade deve ser compreendida e beneficiada**

O elemento complementar que buscamos evidenciar aqui é a relação existente entre a Cultura Política, a internacionalização e a sociedade. De um lado, pesquisadores da Cultura Política dedicam-se a compreender a sociedade e suas características político-culturais a fim de servir de base para estudos não apenas na

Política, mas, nas Ciências Sociais como um todo. Por outro lado, estudiosos da internacionalização, definem como finalidade desse processo o benefício à sociedade:

*... internationalization as the intentional process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, in order to enhance the quality of education and research for all students and staff, and to make a meaningful contribution to society.* (DE WIT et al. 2015, p.29, grifo nosso).

Apesar de refutarmos o uso integral deste conceito nesta tese por corroborar com a crítica de Knight (2020) a esta definição de internacionalização devido ao seu demasiado caráter normativo e entendermos que esta definição não corresponde ao modo como a internacionalização vem sendo desenvolvida em diferentes países, ainda assim, esse conceito indica dois aspectos importantes na discussão da sua relação com a política. O primeiro deles é compreender o que compõe a intencionalidade do processo. O segundo diz respeito aos resultados esperados que pressupõem a criação de benefícios à sociedade. Ambos são pertinentes na construção da abordagem *bottom-up* da internacionalização.

Mas de qual sociedade falamos? Em resposta a esta pergunta e, sem a pretensão de criar um debate próprio da Sociologia ou da Sociologia Política, pois incorreria em um extenso trabalho que deslocaria o objetivo desta tese, utilizamos a noção de sociedade enquanto um conjunto de indivíduos que estabelece relações, das mais variadas, e conjuga aspectos de coletividade sob uma determinada estrutura social organizada a partir de determinadas normas e valores político-culturais. Além disso, ao referirmo-nos ao termo sociedade, também o fazemos enquanto conjunto de indivíduos de um determinado país visto que nesta tese tratamos das sociedades brasileira e canadense como objetos de análise. Por isso, estudar a internacionalização pressupõe o entendimento aprofundado da sociedade, das suas constantes mudanças, do que ela precisa, o que lhe interessa, quais indivíduos a compõem - e suas respectivas crenças, valores, opiniões, comportamentos- para só então ter a internacionalização enquanto processo capaz de contribuir para ela.

A partir disso, já temos um dos primeiros elementos que necessitam de ampliação conceitual visto que a literatura sobre internacionalização não aprofunda, até aqui, o entendimento de sociedade. Deixar às instituições de ensino, governos ou instituições nacionais ou internacionais focadas apenas na perspectiva

institucionalista definirem e decidirem o que a sociedade precisa parece um tanto arriscado. Pesquisas da Cultura Política evidenciam que políticas públicas para serem efetivas e atingirem os resultados esperados, precisam estar alinhadas com os valores da sociedade na qual são implementadas (CORRÊA, 2012), do contrário serão apenas iniciativas *top-down*. Por isso, desenvolver o processo de internacionalização de um país sem conhecer minimamente a sociedade não é apenas arriscado, mas um erro. Seria o mesmo que investir na venda de óculos de grau em uma cidade composta apenas por cegos.

Para melhor ilustrar, utilizamos um exemplo brasileiro do CsF. O mesmo foi lançado em 2011 e desenvolvido no Brasil com o intuito de qualificar no exterior jovens universitários em áreas consideradas prioritárias pelo então governo para o desenvolvimento do país. Apesar de ter aspectos e resultados positivos por beneficiar mais de 100 mil jovens brasileiros com bolsas de estudo no exterior, teve altos investimentos de recursos públicos para além do previsto inicialmente pois foi necessário custear cursos de idiomas no exterior a muitos universitários, investimento que não estava planejado no orçamento inicial do programa. Isso porque logo nas duas primeiras chamadas públicas lançadas, o governo percebeu que não havia jovens universitários aptos a comprovar a proficiência em língua estrangeira exigida e nem havia disponibilidade de testes de idiomas requeridos no país. Isso explicita que antes da criação desta política pública, desprezou-se características culturais sobre o conhecimento de idiomas dos universitários brasileiros e o conhecimento de idiomas é basilar para a internacionalização.

Para além do CsF, no Brasil, as decisões voltadas ao tema da educação superior foram, ao longo da história, tomadas e influenciadas a partir de variáveis econômicas, sociais e políticas (LIMA e CONTEL, 2011). Enquanto países como Finlândia, Alemanha e Colômbia criam políticas nacionais de internacionalização e apostam em uma estrutura educacional nacional buscando suprir interesses nacionais para o impacto positivo na sociedade, no Brasil ainda não há uma política nacional clara (MIRANDA e STALLIVIERI, 2017) que seja estratégica e esteja relacionada com a realidade cultural e as necessidades nacionais. O país “engatinha” na formação de uma sociedade com capacidade de diálogo global, seja no sentido literal do termo pelo domínio de outro idioma, seja no sentido político ou nas relações interculturais.

Dado este contexto e exemplo do Brasil, vê-se que a internacionalização precisa avançar no entendimento da sociedade para reafirmar seu valor social e este

é um aspecto que fundamenta os postulados da Cultura Política. Aspectos de formação histórica e de valores numa sociedade, além de contextos político, educacional, econômico, cultural e social, são parte da construção da internacionalização, pois a mera adoção de modelos de outros países ou instituições pode prejudicar e não beneficiar as pessoas daquele dado país. Assim, quando é intenção compreender o processo de internacionalização de um país, como é o caso dessa pesquisa, é crucial entender quem são esses indivíduos e como é composta esta sociedade. Daí o ponto de complementaridade que propomos. Pressupomos que até aqui fica claro a importância dos estudos da Cultura Política para o entendimento da sociedade a fim de que possam ocorrer avanços na internacionalização em termos conceituais e práticos.

Cabe ainda elucidar o tema dos benefícios. Aqui precisamos retomar aspectos dos dois paradigmas da internacionalização: o econômico e o cooperativo. Ainda que, em tese, a internacionalização, deveria se pautar em ações cooperadas e de reciprocidade pela busca de resultados coletivos à sociedade, governos de diferentes países têm utilizado esse processo para pautas econômicas, o que tem originado críticas por muitos autores. Ainda assim, não há proposições científicas como parte dessas críticas para a mudança e, apesar de serem válidas, elas também desprezam o entendimento da sociedade. Se os meios justificam o fim como benefício econômico à sociedade, então, parece legítima a atuação de um governo com este enfoque.

Um exemplo do benefício econômico da internacionalização na sociedade é o fato de uma instituição de ensino localizada em uma pequena cidade e que tem a capacidade de atrair um quantitativo de estudantes estrangeiros, passa a contribuir com a economia local pois estes jovens injetam recursos financeiros durante sua estada na região. Cabe aqui uma ressalva. Ainda que pareça legítimo o direcionamento econômico da internacionalização, ele precisa estar alinhado ao contexto daquela sociedade e caracterizar-se como processo baseado, tanto na promoção na mobilidade e nas relações entre indivíduos de diferentes países e culturas, quanto na incorporação de elementos internacionais ou interculturais dentro das atividades-fim da educação superior.

Ainda sobre a discussão dos benefícios, também é importante ampliar o debate sobre como e quem é beneficiado com a internacionalização. A “garantia” do benefício à sociedade é complexa e apresenta, até aqui, limitações metodológicas e explicativas. Pensemos noutro exemplo. Um aluno que teve acesso à formação de

uma segunda língua, recebe uma bolsa de estudos, viaja para estudar em outro país e, quando do seu retorno ao país de origem - se ocorrer -, não reverte em benefícios além da experiência individual. Neste exemplo temos margem a discussões como: elitismo da internacionalização; *brain drain*; escolha racional versus participação cidadã; etc. Isso mostra que a participação quantitativa de pessoas em ações de internacionalização, não refletem automaticamente na promoção de benefício à sociedade, pois, ele pode ser apenas individual. Por isso, entender questões comportamentais e atitudinais baseadas em valores de uma sociedade é essencial para que políticas públicas possam ser criadas e que reflitam em benefícios na sociedade, tal qual os postulados da Cultura Política sugerem.

## **2.5 Elementos convergentes**

Nesta seção, dedicamo-nos a apresentar o conjunto de cinco elementos considerados convergentes neste estudo interdisciplinar.

### **2.5.1 As pessoas e suas relações**

O estudo dos indivíduos é um tema transversal e presente em todas as disciplinas das ciências humanas e sociais. Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, são alguns exemplos de disciplinas que se dedicam a entender tanto características dos indivíduos *per se*, nas suas múltiplas possibilidades interpretativas, quanto à relação destes num ambiente social. Mas há inúmeras possibilidades de interpretações acerca da importância das pessoas que variam conforme o aporte teórico-conceitual de cada disciplina e também de acordo com o contexto analisado. Pessoa, sujeito, ser humano. Estas são algumas das formas utilizadas para referir aos indivíduos. Nesta tese, partimos do entendimento de indivíduo como aquele que se relaciona com outras pessoas e que compõe uma determinada sociedade pois nos interessa explorar o entendimento de indivíduo como cidadão, tema este, que é tratado no próximo capítulo.

Na Cultura Política os indivíduos são a base explicativa e interpretativa da sociedade e da política. Seus valores e crenças são variáveis que alicerçam a construção do arcabouço teórico conceitual da cultura política de sociedades de todo o mundo. As interpretações sobre o comportamento político dos indivíduos em eleições, o grau de apoio a determinado regime político, o apoio ou não a governos

democráticos, o grau de confiança das pessoas em instituições políticas, são alguns exemplos da importância das pessoas em estudos da Cultura Política.

Na Internacionalização da Educação Superior os indivíduos também são centrais sobretudo se considerarmos a atual chamada “sociedade do conhecimento” decorrente das mudanças da sociedade pós-industrial. Baseado no que Bell (1977) indica como uma sociedade baseada nos serviços e onde a força muscular não é mais o que conta, mas, sim a informação. Em tal sociedade “A personalidade central é a do profissional, preparado por uma educação e por seu treinamento para fornecer os tipos de habilidades que vão sendo cada vez mais exigidos numa sociedade pós-industrial” (BELL, 1977, p.148). Relacionado a isso está o incremento da tecnologia, de novas formas de economia e as pessoas, dotadas de conhecimento e constituintes das elites criativas dessa sociedade, têm na produção do conhecimento o foco para o desenvolvimento. Vivemos, pois, na “sociedade da informação” na qual o surgimento e avanço das tecnologias de informação que integram e reconfiguram a economia, a política e as relações no espaço social e se alicerçam no conhecimento das pessoas produzido por meio de relações entre si e com o mundo (CASTELLS, 2005).

Os intercâmbios acadêmicos são feitos por pessoas; os acordos de cooperação científica ocorrem porque há pesquisadores envolvidos; a cotutela ocorre porque há professores de diferentes países orientando estudantes em suas pesquisas; as aulas colaborativas internacionais ocorrem porque professores e estudantes de diferentes países cooperam; os eventos científicos internacionais ocorrem porque as pessoas participam; as políticas de incentivo com oferta de bolsas se efetivam porque pessoas se interessam. Estes e muitos outros exemplos poderiam ser citados a fim de evidenciar que as pessoas são parte intrínseca da internacionalização. Além disso, os dados da UNESCO e a OCDE sobre o fluxo internacional de pessoas da academia como estudantes, professores e pesquisadores que se deslocam para outro país são parte do processo de internacionalização e revelam que é uma realidade crescente, mas ainda em desequilíbrio nos países. Apesar de corroborar com as críticas de que a internacionalização não pode ser vista apenas sob a lente da mobilidade internacional de estudantes, ainda assim, este é um dado importante pois é reflexo do comportamento das pessoas.

Para além de dados quantitativos, é importante analisar evidências explicativas de uma sociedade sobre, por exemplo, as motivações das pessoas à tomada de decisão de engajar-se ou realizar uma atividade internacional. Aspectos como

relações comerciais, educacionais, governamentais e fluxos migratórios têm sido parte do conjunto de razões do crescimento das interações internacionais dos indivíduos. No entanto, a relação da internacionalização com os valores de uma sociedade ainda não foi tema abordado na literatura. Apesar de na internacionalização os indivíduos serem majoritariamente considerados como meio para o atingimento de objetivos de instituições, ou então receptores do processo, para nós, nenhum estudo sobre a internacionalização pode negligenciar que este é um processo feito por pessoas. Frases como: “criar uma política a fim de atrair mais estrangeiros” ou “internacionalizar para formar cidadãos do mundo” são corriqueiramente presentes em eventos e corredores de universidades em referência à internacionalização e evidenciam como as pessoas são comumente tidas dentro desse processo. As pessoas e suas visões de mundo são centrais tanto na Internacionalização quanto na Cultura Política e evidenciam ser um elemento convergente.

Outro aspecto importante na compreensão sobre a importância das pessoas em ambas as disciplinas é entender que a relação entre as pessoas importa. Nunca antes na história da humanidade as pessoas tiveram tanto acesso à informação decorrente do avanço dos meios de comunicação que permitem interações presenciais e virtuais. Além disso, a facilidade da mobilidade física internacional também tem permitido um gradual crescimento nas possibilidades de contato entre as pessoas das mais variadas partes do mundo. Desde o contexto pós Guerra Fria com a reconfiguração do contexto mundial e espaços de relações internacionais cada vez mais globalizadas, sociedades do mundo inteiro foram impactadas. Com estas mudanças na sociedade mundial o conhecimento passou a fazer parte, cada vez mais, do desenvolvimento pessoal e coletivo. Já não é possível pensar em desenvolvimento social, político, econômico, científico e cultural de um país, deslocado da realidade de conectividade mundial entre as pessoas e produção do conhecimento em escala mundial. Um exemplo dessa interconectividade foi a difusão em escala mundial do vírus da COVID-19 ocasionando na pandemia mundial que exigiu colaborações científicas internacionais para a criação de vacinas.

Na Cultura Política as relações entre as pessoas são entendidas e estudadas a partir do conceito de socialização política, tido como parte importante para explicar a formação de valores político culturais nos indivíduos e o qual tem o espaço educacional como parte integrante. Tema do próximo capítulo, a socialização é utilizada para avançar nos estudos da internacionalização, sobretudo no entendimento

da relação entre as pessoas. Isso porque só existe internacionalização porque ocorrem relações entre pessoas num contexto acadêmico com características ou elementos internacionais. Relações estas que são interculturais, baseadas em princípios de liberdade e que podem variar pelo conjunto de intenções, valores e acumulado de experiências que criam determinadas visões de mundo de cada indivíduo. A forma com que um brasileiro se relaciona academicamente com um canadense pode ser diferente de uma relação com um português, por exemplo. O idioma é apenas um dos elementos que pode interferir nessa relação. Assim, as relações entre as pessoas no processo de internacionalização, é repleta de aspectos que ainda não foram entendidos sob a ótica da socialização. Motivo pelo qual, nos debruçamos a compreender os valores culturais de diferentes países.

Entender as relações das pessoas na internacionalização também nos leva a considerar os dois paradigmas desse processo. No econômico as relações podem caracterizar-se por disputas de poder, com características decoloniais, hegemônicas, de interesses individuais, entre outros aspectos. Já no cooperativo, as relações podem ser mais simétricas, com características homogêneas e baseadas em interesses coletivos. Todas estas são hipóteses que podem indicar como ocorrem as relações entre indivíduos na internacionalização e que merecem atenção na construção da abordagem *bottom-up* do processo. Mas para isso, entender os valores como elemento basilar das relações humanas nos leva a considerar o que Inglehart e Welzel (2009) postulam sobre a mudança de valores das sociedades como um processo intergeracional relacionado ao desenvolvimento econômico dos países e que aqui será aproximado da internacionalização.

Aqui também consideramos a internacionalização compreendida a partir de dimensões- institucional, nacional, internacional, regional e individual. Estas, por sua vez, possuem um conjunto de razões específicas – acadêmicas econômicas, políticas e sociais- para o seu desenvolvimento (KNIGHT, 1993, 2003, 2004, 2020) que ficam sujeitas a variações decorrentes dos interesses dos atores envolvidos. Por todas essas variáveis, nos parece evidente que países tenham processos com diferentes enfoques, como é o caso de Brasil e Canadá que são apresentados no terceiro capítulo deste trabalho. Apesar das diferenças, entendemos que o elemento comum desse processo é o indivíduo e seus valores que norteiam suas relações uns com os outros e com o mundo. Temos assim, o ponto de convergência: os indivíduos e suas relações importam.

Para além do conjunto de razões que motiva as pessoas a relacionarem-se, a existência de confiança é um valor basilar, seja na política, seja na internacionalização. Sem confiança não há cooperação académica e científica. A confiança interpessoal, intercultural e nas instituições são requisitos para que sejam construídas relações de pesquisa, projetos conjuntos, intercâmbio de ideias, eventos conjuntos, entre outros aspectos da internacionalização. A confiança é uma variável importante para compreender os valores de uma sociedade e, por conseguinte, sua internacionalização. Por isso, entendemos que assim como ocorreu na Cultura Política que se consolidou como corrente teórica dedicada ao estudo dos indivíduos e sua importância na política, também a internacionalização carece da mesma construção sobre a importância das pessoas e suas relações.

### **2.5.2 A liberdade dos indivíduos**

A liberdade dos indivíduos é um elemento importante para que ocorram relações entre as pessoas, seja numa mesma sociedade, ou entre pessoas de diferentes partes do mundo. O processo de internacionalização ocorre porque há pessoas de diferentes países e culturas, dotadas de liberdades e que interagem académica, científica e culturalmente, seja presencialmente ou virtualmente. O crescente fluxo internacional de pessoas no mundo para estudo além das suas fronteiras apontado pela OCDE, salvaguardadas as limitações causadas pela pandemia da COVID-19, só ocorre porque há liberdade de ir e vir. Publicações, pesquisas em rede internacional, eventos científicos internacionais são possíveis quando os princípios da liberdade académica estão assegurados. Estes e muitos outros exemplos poderiam ser citados para ilustrar que a liberdade foi e continua sendo um fator condicionante para que o processo de internacionalização ocorra.

São estes mesmos indivíduos dotados de liberdades e que compõem sobretudo sociedades democráticas que a Cultura Política se dedica a estudar. Comportamentos, atitudes e opiniões baseados em valores e à participação das pessoas na política são tidos como base explicativa das mudanças políticas no mundo. Eis aqui a liberdade das pessoas enquanto elemento substancial e convergente na Cultura Política e na internacionalização.

A base para um diálogo sobre a liberdade dos indivíduos na política e no espaço académico nos remete às ideias clássicas do Iluminismo e aos debates da Filosofia Política. É quando surge a defesa de conceitos de liberdades individuais como a

liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o avanço da intelectualidade na sociedade, o direito à propriedade e à livre associação política, bem como a oferta de educação gratuita, secular e universal para a população em geral, sem distinção. Esses elementos fazem parte de debates de autores como Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Immanuel Kant. Retomar as ideias clássicas dos filósofos políticos sobre a necessidade da liberdade humana de Jean-Jacques Rousseau, a importância do conhecimento e da crítica para a construção do ser humano, bem como a liberdade para o desenvolvimento humano de Immanuel Kant, além do consenso de que os cidadãos têm direitos iguais sob a Teoria da Justiça de John Rawls poderá auxiliar em discussões mais profundas sobre a liberdade dos indivíduos na atual sociedade em constante transformação. Um legado do Iluminismo é o lema que caracterizou a Revolução Francesa: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” e marco que levou à universalização dos direitos sociais e está relacionado ao conceito de liberdade dos indivíduos ao longo dos séculos.

O marco na história moderna sobre as liberdades é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), documento proclamado na Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris em 10 de dezembro de 1948 como norma a ser adotada por todas as nações. Também vale lembrar do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, respectivamente de 16 e 19 de dezembro de 1966 associados à DUDH. Estes estabelecem compromissos dos Estados Partes, como Brasil e Canadá<sup>16</sup>, com aspectos da livre participação das pessoas na política, o acesso à educação, o direito ao desenvolvimento e difusão da ciência e da cultura e o apoio e reconhecimento dos benefícios do desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais na ciência e na cultura, entre outros elementos. Considerados estes documentos, fica evidente que a liberdade dos indivíduos é parte intrínseca dos temas da internacionalização e da política.

Para além de recomendações e compromissos aos Estados previstos na DUDH, o essencial em termos de liberdade é que seja algo concreto na vida das pessoas. Em outras palavras, defendemos que a liberdade dos indivíduos deve ir além das características procedimentais e dos documentos que orientem a atuação dos Estados. Portanto, além da visão institucionalista do tema. Deve se fundamentar no

---

<sup>16</sup> Para acessar o status de países signatários de Instrumentos dos Direitos Humanos da ONU, veja em: <https://indicators.ohchr.org/>.

entendimento e na prática no qual indivíduos sejam atores sociais e políticos e que, no gozo de suas liberdades, possam exercer livremente suas escolhas no campo da educação ou no campo político em seu país e no mundo. Eis aqui o elemento de convergência pertinente a esta tese: a liberdade dos indivíduos, entendida aqui como liberdade de pensamento, de mobilidade física, de expressão, de poder de escolha, associação, de negociação, característico em sociedades democráticas, também é basilar para que a internacionalização ocorra.

Cabe lembrar que o elemento agregador dessa convergência da liberdade com a Internacionalização e a Cultura Política é o estudo da democracia. Não é por acaso que centros de pesquisa sobre a política como *Freedom House* e *Variety of Democracy Institute (V-Dem)*<sup>17</sup> utilizam indicadores da liberdade acadêmica para mapear longitudinalmente o avanço ou retrocesso da democracia no mundo. Embora seja extremamente relevante a discussão da democracia dado o crescimento de governos autocráticos e por conseguinte as relações pela polarização de ideias e comportamentos xenofóbicos, pondo em xeque a democracia liberal ocidental e a própria internacionalização, ainda assim, não será tema desta tese. Aqui o sentido de liberdade não está atrelado à discussão da democracia liberal propriamente e suas implicações. O nosso foco ao tratar de liberdade é entender que indivíduos verdadeiramente livres podem ser atores da política e da internacionalização e a recíproca é verdadeira. Defendemos que a ausência de liberdades inibe tal participação.

A liberdade *per se*, não garante a efetividade da atuação do indivíduo na internacionalização ou na política. Daí, para ambas as disciplinas-foco desta tese, é importante estudar os valores de sociedades democráticas visto que o modo com o qual as pessoas lidam com suas liberdades é tema mais complexo e atinente a estudos da cultura e correntes comportamentalistas. Também é certo que as mudanças mundiais decorrentes da globalização, o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a facilidade da mobilidade internacional de pessoas, o crescimento econômico, junto com o gozo das liberdades, são todos elementos que impactam nas relações entre indivíduos na promoção da internacionalização. Além disso, as instituições também possuem um importante papel para assegurar as liberdades dos indivíduos. Regras migratórias, burocracias internas, políticas públicas,

---

<sup>17</sup> Para mais informações sobre *Freedom House*, acesse: <https://freedomhouse.org/> e sobre o V-Dem acesse: <https://www.v-dem.net/>.

entre outros aspectos interferem no “grau de liberdade” das pessoas. Mas, o tema das instituições se aprofunda na sequência.

### 2.5.3 A cultura

Ao falar de indivíduos e sociedade, é importante entender sobre cultura. A palavra cultura deriva do latim com o sentido de cultivar algo. Cultura popular, erudita, organizacional, nacional, acadêmica, interculturalidade, subcultura, etc. Estes são alguns exemplos de variações de termos utilizados ao sentido da cultura e que evidenciam a sua amplitude nas mais variadas abordagens conceituais nas ciências sociais. Algumas delas, são empregadas quando tratado da cultura na internacionalização ou na Cultura Política. Por isso, tratar sobre cultura é incorrer em um complexo exercício.

Popularmente o termo é associado a manifestações artísticas como música, idioma, hábitos, entre outros aspectos de um determinado grupo de pessoas ou uma dada sociedade. Igualmente é comum a referência “indivíduo com cultura”, para dar sentido hierárquico, decorrente da concepção filosófica, que evidencia a cultura como um conjunto de aquisições de conhecimentos e práticas como fruto da criação humana reconhecidas como superiores frente à “cultura popular”. Neste entendimento, os saberes culturais podem ser transmitidos às novas gerações como um fator humanizador.

Já a construção que deriva de estudos antropológicos e sociológicos e que será pertinente nesta tese, compreende a cultura como o conjunto de conhecimentos, crenças, arte, moral, costumes, hábitos, comportamentos, símbolos, rituais, padrões de comportamento, ideias, tradições e capacidades adquiridas, mantidas e reconhecidas pelos indivíduos em um determinado grupo social. Sob as lentes da antropologia, o estudo sobre a cultura demanda entender como se dá a produção simbólica de formas de representação. Neste sentido, a cultura pode ser entendida como um sistema simbólico da vida social (GEERTZ, 1989) e é “*commonly held to concern questions of shared social meanings, that is, the various ways we make sense of the world*” (BARKER, 2004, p. 45).

Questões de representação com especial ênfase nas formas que o mundo é construído socialmente e representado pelas pessoas também é parte dos estudos sobre a cultura. Hall (2016) se dedica a estudar a cultura no contexto de sociedades pós-modernas e na relação da linguagem à cultura. O autor entende a cultura como

um conjunto de valores ou significados compartilhados e que tem na linguagem parte do processo de construção de sentido como sistema de representação. Na internacionalização que demanda o contato direto com a linguagem e que vive o advento do Inglês como língua franca da ciência no mundo, este aspecto da cultura ultrapassa o limite geográfico de um país ou região.

É justamente assentado no entendimento do cenário de mudanças da sociedade mundial e na visão de mundo dos indivíduos decorrente dos seus valores parte integrante da cultura que tanto a internacionalização quanto a Cultura Política têm nas suas bases construídas. Assim, dado o objetivo desta tese, defendemos que a cultura importa para ambas as disciplinas. Mas, igualmente é pertinente aqui, entender que a cultura: 1- se efetiva na dimensão da sociedade e não no nível do indivíduo; e 2- não é algo estático, pois se altera conforme ocorrem mudanças da sociedade, das mais variadas ordens, como econômica, social, política, educacional, entre outras. Por isso, para além do entendimento conceitual da cultura, é pertinente considerar a mudança cultural e a diversidade cultural em estudos longitudinais de diferentes sociedades, como é o caso aqui de Brasil e Canadá.

Dado que vamos focar nas pessoas que compõem uma sociedade, então, nos interessa enfatizar que a matriz cultural, interfere na internacionalização assim como na Cultura Política. Ou seja, compreender a cultura como uma experiência social da qual os sujeitos são ativos e desenvolvem interações sociais em uma constância que muda conforme o contexto se altera. Por isso, o principal aspecto da cultura que interessa focar nesta tese é sua relação com os valores e visão de mundo dos indivíduos. Ainda que reconheçamos a importância das subculturas numa sociedade, sobretudo em países com características continentais e reconhecidos como multiculturais, como é o caso de Brasil e Canadá, ainda assim, focaremos nesta tese no sentido macro da cultura dessas sociedades pelo estudo de seus indicadores de valores.

Reconhecemos que a diversidade de cada grupo social é uma das principais características da cultura. Diferentes experiências, histórias e valores tornam a cultura de um determinado grupo social único. É a diferença cultural que permite a troca, o contínuo aprendizado entre as pessoas. Para Mestenhauser (2011, p.9) "*People who have been exposed to other cultures often acquire new ideas and perspectives*". Por isso, o autor defende que a produção do conhecimento está diretamente relacionada com a cultura e sentido da educação internacional.

A origem da internacionalização, como visto na seção anterior, tem relação direta com o tema da promoção do respeito às diferenças culturais no mundo. Por isso, “*Internationalization requires an openness to different cultures, values and ways of knowing*” (BOND and SCOTT, 1999, p.65). No entanto, a compreensão da cultura como elemento importante para a atividade acadêmica em perspectiva internacional não é automática nem simples seja para o aluno, professor ou qualquer outro ator envolvido.

Promover competências interculturais nos jovens que realizam intercâmbios acadêmicos é um dos focos da internacionalização (DEARDORFF, 2004; DEARDORFF e JONES, 2012). No entanto, adquirir essas competências por meio do reconhecimento da outra cultura não é algo automático a quem se expõe a outra cultura, nem tem caráter universal (MESTENHAUSER, 2011). Isso porque a diferença cultural, para além da riqueza, também é passível de gerar conflitos originando o fenômeno da xenofobia ou relações de poder e graus de hierarquia cultural e que podem refletir na política e na internacionalização. Segundo Mestenhauser (2011), o desafio é colocar o conceito de cultura no centro da internacionalização do ensino superior e ultrapassar o que ele chama de etnocentrismo cultural, pois a cultura filtra o que sabemos sobre outras culturas. O autor defende que a internacionalização deve ser vista como variável dependente da cultura e o primeiro aspecto é entender que a cultura reflete mentalidades/disposições/attitudes e estas mentalidades que as pessoas desenvolvem durante longos períodos de tempo tornam difícil a aceitação de novas ideias. Aproximando este dilema aos postulados da Cultura Política, temos abertura para o debate da compreensão da mudança cultural mundial baseada em valores e o processo de socialização dos indivíduos no qual o espaço da educação local para isso. Em outras palavras, as relações entre pessoas de diferentes culturas promovido pela internacionalização, precisam ser entendidas sob as lentes da cultura e suas imbricações como o processo de socialização e a formação de valores.

Nos parece explícita a interseção da cultura com a internacionalização. Questões como idioma, hábitos, saberes, valores, comportamentos e muitos outros aspectos fazem parte da experiência de pessoas que se engajam na internacionalização, seja no espaço acadêmico ou social, bem como, de maneira presencial ou virtual. Por isso, corroboramos a tese de Josef Mestenhauser (2011) de que as particularidades culturais dos indivíduos não são algo neutro ou universal. São

particularidades culturais que não podem ser negligenciadas no desenvolvimento teórico e prático da internacionalização.

Retomemos o exemplo do idioma que tem direta relação com a internacionalização e é um dos elementos que compõem a formação cultural. A compreensão de língua franca, do multilinguismo, das Línguas Estrangeiras como Meio de Instrução utilizados na internacionalização, fazem parte da comunicação entre pessoas de diferentes culturas e sem que isso ocorra, o processo de internacionalização fica comprometido. Neste sentido, a prática comum tem sido o uso da língua inglesa para essas relações. Intercâmbios, congressos, eventos, publicações, internacionalização do currículo, acordos de cooperação, entre tantas outras ações que poderiam ser citadas, estão relacionadas ao uso do inglês como meio de comunicação. O idioma, é pois, elemento central para o avanço ou estagnação da internacionalização nas diferentes dimensões desse processo. Mas como o idioma é um elemento de domínio individual e não institucional, mais uma vez se reforça a importância de considerá-lo como parte importante do processo e por conseguinte, o indivíduo, seus conhecimentos e valores como base. Assim, países como o Brasil que ainda possuem um grande déficit de conhecimento de outros idiomas na sua população, pode até ter instituições e governos propondo ações, políticas e incentivos de fomento à formação de idiomas estrangeiros em sua população, mas, ele só vai se efetivar se houver interesse da população. Se uma política pública tiver o caráter *top-down* e for descolada dos valores dessa população, tenderá a ter características que são chamadas por Corrêa (2012) como palidez de sentido das políticas públicas.

Para isso, além da interpretação da cultura de uma sociedade, é necessário o entendimento da “cultura acadêmica” de um país e, sobretudo a “visão de mundo” da academia e da sociedade para só então avançar na criação de uma abordagem *bottom-up* da internacionalização. O caminho escolhido para isso é a interpretação dos valores. Brasil e Canadá, conforme é apresentado no capítulo 3, possuem sociedades com culturas diferentes e por isso as relações dos indivíduos na internacionalização nestes países, também tende a ser diferente tal qual a Cultura Política nestas sociedades.

Para além do nome enquanto corrente teórica, na Cultura Política, o tema da cultura está no cerne dos seus postulados. Compreendida como um elemento coletivo

e construto social, tende a ser estudado como parte da interpretação da sociedade de forma empírica num determinado período histórico.

Entre as definições de cultura, a de Basáñez (2016) nos parece convergir ao enfoque desta tese:

*Culture is a context phenomenon, a **shared system of meanings**. Once a culture is formed, it is transmitted from generation to generation through six agents: family, school, religion, media, leadership, and law. Hence, culture is not simply a psychological variable, because it is not just located within the individual's mind. Culture exists as more than a sum of individuals' value* (BASÁÑEZ, 2016, p.14) grifo do próprio autor.

Esta definição integra o estudo no qual Basáñez (2016) constrói probabilisticamente o entendimento da cultura cultural do mundo dividindo em três grupos: Cultura da Honra (países africanos, islâmicos e cristãos ortodoxos); Cultura da Conquista (países asiáticos e confúcios, países do Oeste e ramificações); Cultura da satisfação (países da América Latina e do Caribe. O autor é categórico ao afirmar que a cultura está em permanente processo de mudança e que não é a simples soma de valores dos indivíduos. Segundo ele, o indivíduo internaliza o sistema de normas - internas e externas- da sociedade e neste processo os seis agentes citados interferem. Neste sentido, a cultura integra pessoas que interagem socialmente.

Ainda que com argumentos e divisões diferentes da geografia mundial das culturas, a visão de Samuel Huntington (1997), é pertinente ao debate sobre as diferenças culturais dos países como um elemento que interfere na política e na configuração mundial. A cultura vista por esse autor se aproxima ao que Mestenhauser (2011) trata no seu estudo da internacionalização no qual atribui à diversidade cultural a capacidade de aproximar ou criar choques entre civilizações. Nos parece então que o fazer e saber sobre a internacionalização sem levar em conta o entendimento da cultura das sociedades, um erro que já não cabe na atualidade.

Neste sentido, é convergente também considerar os debates de teóricos culturalistas sobre as tradições e mudanças culturais. De um lado estão os argumentos de que a cultura resiste e molda o comportamento político, e econômico de suas sociedades (HUNTINGTON, 1997; PUTNAM 1996; FUKUYAMA, 1992) e de outro as teses de que o desenvolvimento socioeconômico produz mudanças culturais universais (BELL, 1996). Visões mais simplistas de causalidade das mudanças

culturais foram elaboradas e estão relacionadas à globalização tanto na Cultura Política quanto na literatura sobre a internacionalização. Salvaguardadas as críticas ao caráter universalista da teoria da modernidade utilizada para formulação de argumentos explicativos da mudança de valores na sociedade, ainda assim é importante pelo sentido probabilístico. Para Inglehart e Welzel, a mudança cultural depende da trajetória.

O entendimento da cultura na Cultura Política também está estreitamente relacionado a análises empíricas sobre valores pois “*Values are the building blocks of cultures*” (BASÁÑEZ, 2016, p.14). Entre os clássicos estão Geert Hofstede, Shalom Schwartz e Ronald Inglehart e Christian Welzel, sendo que estes últimos criaram o *World Cultural Map* a partir das dimensões de valores com dados do WVS, conforme será aprofundado no segundo capítulo.

#### **2.5.4 As instituições**

Nenhuma discussão sobre internacionalização ou sobre política pode desprezar a existência e a importância das instituições. Ainda que aqui estejamos pautados na defesa da importância das pessoas e sua constituição em sociedade, esta seção busca brevemente reconhecer que as estruturas sociais, tal qual estão instituídas, reconhecem e legitimam o papel das instituições tanto na política quanto na internacionalização. Governo, órgãos de governo, Instituições de Ensino Superior, família, empresas, organizações, associações, partidos políticos, estes são todos exemplos de instituições com alguma interface e papel ativo nestas disciplinas.

O papel das instituições e sua convergência na Política e na internacionalização é evidente. Tomemos como exemplo aspectos que envolvem a mobilidade internacional de um indivíduo para fins acadêmico-científicos. No âmbito acadêmico, há prazos de inscrição, documentos comprobatórios de requisitos, burocracias de convalidação de créditos, reconhecimento de documentos, pagamento internacional de taxas, equivalência de sistema de notas, entre outros aspectos que resultam tanto de definições de universidades, ou entidades científicas ou por órgãos governamentais educacionais de cada país. Na etapa seguinte de preparo da viagem internacional, podemos citar regras migratórias, burocracias de visto, autorizações de viagens, exigências sanitárias, comprovações de recursos financeiros, todas também diretamente relacionadas à atuação de instituições, sobretudo governamentais. Todos estes são aspectos desse exemplo de mobilidade internacional, os quais impactam e

influenciam a possibilidade de pessoas viajarem e estabelecerem relações internacionalmente. Para além das motivações que levam cada indivíduo a realizar uma experiência acadêmica internacional, aqui vistas sob o entendimento de seus valores, ele precisa ainda se adequar e cumprir com todas as exigências burocráticas enquanto produto das estruturas institucionais vigentes em todo o mundo. Cabe destacar que para interações virtuais, os trâmites acadêmicos costumam ser os mesmos, enquanto que os de preparo da viagem são suprimidos.

Ainda focado no mesmo exemplo, vale lembrar que acordos entre governos de diferentes países, ou em blocos regionais podem fazer o processo e controle de aspectos migratórios mais ou menos rígidos. O que fica evidente é que decisões e normativas como parte da política externa de cada país representam o papel das instituições no fluxo internacional das pessoas. Com isso, retomamos os elementos complementares apresentados anteriormente de que a internacionalização e a política possuem relação e de que as liberdades dos indivíduos importam. Mas também reforçamos aqui o entendimento de que as instituições podem interferir ou, no limite, anular a possibilidade de as pessoas se relacionarem internacionalmente. Daí a importância em considerar as instituições.

A corrente institucionalista da Ciência Política atribui comumente ao indivíduo e à sociedade o papel de receptor das ações do Estado. Igualmente tem ocorrido na literatura da internacionalização com o enfoque além do Estado, nas Instituições de Ensino Superior entendidos como os principais atores do processo. As universidades precisam, entre outros, assumir um compromisso a fim de tornar o processo abrangente (HUDZIK, 2011), atuarem no gerenciamento como um sistema integrado respeitando as particularidades culturais (MESTENHAUSER, 2011), atuarem baseadas nos princípios do equilíbrio, da responsabilidade, sustentabilidade, inclusão e comprometidas com o processo (STALLIVIERI e VIANNA, 2020), orientando para um fazer mais ético (ANDREOTTI, 2006). Também, é indicado que os governos devem definir uma política pública nacional (MIRANDA e STALLIVIERI, 2017), assim como diversos estudos tratam do papel dos governos no modelo de internacionalização nos países, como Canadá (KNUTSON, 2019; TAMTIK, 2017) na América Latina (DE WIT *et al.* 2015).

Interessa ainda referir que defendemos que as pessoas e suas atitudes e comportamentos também podem limitar ou anular a atuação das instituições. A tese de Corrêa (2012), evidencia que políticas públicas enquanto produto do “Estado em

Ação”, característica da abordagem da corrente institucionalista da política, para ter resultados efetivos, precisa convergir com os valores daquela sociedade. Em outras palavras, corroboramos com a tese da autora sobre a importância de haver um caminho do meio entre as correntes institucionalista e culturalista para uma efetiva criação de resultados em políticas públicas.

### **2.5.5 O contexto**

O mundo contemporâneo vive em constante transformação. Os impactos das constantes mudanças são de diferentes ordens e podem ser percebidos na economia, na cultura, na política, na educação, na saúde e em muitas outras dimensões da sociedade que permanece tendo no indivíduo sua essência. Salvo raras exceções, vivemos em um mundo interconectado com novas formas de relações interpessoais, num contexto em que o local e o global se difundem, no qual o conhecimento e a informação não respeitam fronteiras geográficas e os indivíduos evidenciam mudanças intergeracionais.

É nesse contexto que se desenvolvem as relações entre os indivíduos que possuem as mais variadas visões de mundo e impactam tanto na política quanto na internacionalização. Associado a estes elementos, temas como liberdade, igualdade, equidade, direitos civis e políticos e tantos outros assuntos relacionados ao estudo da(s) sociedade(s), fazem parte de distintas interpretações e abordagens científicas do campo das ciências sociais e passam a exigir continuamente novas interpretações interdisciplinares e explicações da realidade em contextos de constante mudança da humanidade. É pois, considerando este contexto social de mudanças contínuas e em meio a conceitos polissêmicos que a internacionalização e a política são desenvolvidas no mundo.

Guerras, crises, economia, protestos, regimes políticos, inovações tecnológicas ou pandemias como a da COVID-19. Estes e muitos outros aspectos marcam a história da evolução da humanidade e se configuram como elementos de um contexto que impacta constantemente as interpretações da sociedade local, regional, nacional e internacional. Entender o contexto é considerar que existem inter-relações de circunstâncias que acompanham o objeto estudado o qual pode ser, por exemplo, um fato, uma situação, um caso, um país, uma sociedade, um processo. Por isso, estudar sobre liberdades individuais precisa levar em conta o período, local, enfoque, regime político e outros aspectos que integram o contexto. Também, o estudo sobre valores

precisa estar atento não apenas ao aspecto teórico, mas, à operacionalização metodológica e epistemológica das interpretações tendo em vista o contexto, seja ele a partir da perspectiva cultural, econômica, política, educacional ou outra, bem como se for com uso de método comparativo, longitudinal, triangular, etc.

Entendemos que a internacionalização também é impactada pelo mesmo cenário de mudanças na sociedade que moveu cientistas políticos a formularem interpretações sobre sociedades modernas dando enfoque à compreensão do processo de socialização, interpretando a cultura, estudando sobre a mudança de valores e que originaram, por exemplo, a criação do “Mapa Cultural Mundial” interpretado por dados empíricos mundiais da mudança de valores (INGLEHART e WELZEL, 2009). O próprio emprego do sufixo na palavra “internacionalização” indica algo em ação. Seu considerável incremento e gradual importância nas últimas três décadas decorrem das mudanças globais em termos tecnológicos formas de consumo, incremento da mobilidade internacional. A educação superior tem o papel de entender e propor soluções a problemas do contexto global como as mudanças climáticas, os fluxos migratórios, as desigualdades, as doenças, etc. Lembremos que o objetivo da internacionalização permanece sendo o de criar paz no mundo por meio da cooperação acadêmica.

Fica claro até aqui que a internacionalização não é algo estático, mas sim, que decorre da atuação das pessoas no mundo. Diante disso e da conjuntura internacional de mudanças inerentes ao cenário da sociedade da informação e do conhecimento, percebe-se como fundamental ampliar a compreensão e as abordagens buscando epistemologicamente uma aproximação com os valores culturais dos indivíduos que são o cerne desse processo. Definir de qual sociedade falamos e qual seu contexto num dado recorte temporal é essencial para estudos como este, a fim de propor mudanças que a própria literatura reivindica.

Mas é importante estar atento às armadilhas das interpretações do contexto. Aplicar abordagens teórico-conceituais formuladas a partir do contexto do Norte ao Sul global, pode incorrer em erros de análise ou gerar abordagens enviesadas. Esse tem sido justamente um dos pontos críticos da literatura recente nessas duas disciplinas. A “europeização” ou “americanização” associada ao foco de estudos no Ocidente são alguns dos exemplos do que tem sido as abordagens teóricas e também práticas adotadas às quais têm impacto no desenvolvimento do estado da arte sobre internacionalização e Cultura Política. Neste sentido, Castro, Santos e Beal (2020)

atribuem ao contexto grande importância para avançar no entendimento aprofundado de realidades da Cultura Política. A abordagem crítica da Internacionalização também tem se valido das mesmas premissas de que a operacionalização epistemológica de teorias e conceitos construídos com a visão e com evidências diferentes das do enfoque nos estudos tendem a criar armadilhas.

O sentido de armadilha reforça o que Mestenhauser (2011) aborda sobre a limitação de visão relacionada à internacionalização visto que a dimensão internacional ainda precisa ser melhor desenvolvida. Diante disso, corroboramos a defesa do autor de que a visão limitada sobre as realidades culturais no mundo, também limitam o desenvolvimento da internacionalização, pois, “o que eu não conheço não existe”. Na atual sociedade do conhecimento, essa visão pode parecer contraditória, mas, é mais presente do que se possa imaginar. Utilizamos aqui outro exemplo para ilustrar. Pensemos na cooperação acadêmica e científica, alicerce da internacionalização, e representada aqui por uma publicação conjunta internacional de dois pesquisadores. Ela só ocorre mediante o trabalho conjunto de ao menos duas pessoas da academia de diferentes países que em um determinado momento se conheceram e comungam de visões e interesses acadêmicos. Mas em meio a isso, há o idioma e a cultura como aspectos que interferem na criação dos contatos. Além disso, o contexto político, econômico de cada país pode facilitar esses contatos ou dificultar por posições autocráticas e muitos outros aspectos que interferem nessa relação e que não pode ser desprezada. Por isso, entender as pessoas, seus valores e o contexto são variáveis importantes para construir interpretações sobre a internacionalização em diferentes países.

## **2.6 Conclusão**

O presente capítulo buscou construir as bases da aproximação interdisciplinar entre a Cultura Política e a Internacionalização da Educação Superior. A inicial apresentação da concepção destes temas é feita como forma de elucidar o que configura cada uma delas a fim de subsidiar o desenvolvimento do restante do trabalho. Entende-se assim, que este capítulo serve como preparação para discussões acerca da hipótese de que estes temas possuem relação. O texto é desenvolvido com um formato didático por meio do uso de exemplos servindo de justificativa do estudo interdisciplinar.

Entendemos que a construção de estudos interdisciplinares exige um exercício de aproximação, muitas vezes inédito, para criação de sentido ao estudo. Nestes termos, identificamos três premissas que aproximam essas disciplinas, nomeadamente a relação destes temas com o entendimento de sociedade, seguido da importância das pessoas para ambas e também o caráter internacional que possuem. Relacionado a estas premissas, dedicamo-nos a apresentar o que chamamos de elementos complementares e elementos convergentes os quais são considerados basilares no desenvolvimento dos objetivos desta tese. O esquema da Figura 2 apresenta estes elementos e sua relação com a Cultura Política e a Internacionalização.

Figura 2: Elementos complementares e convergentes da relação Cultura Política e Internacionalização



Fonte: Elaboração própria.

Esta figura busca ilustrar que tanto a Cultura Política quanto a internacionalização agrega todos estes elementos, fazendo com que haja diversos graus de relação entre essas disciplinas, ainda que a literatura não os tenha abordado com profundidade até aqui. Além disso, defende-se neste trabalho, que estes elementos cumprem papel de introdução para o aprofundamento da discussão teórico-conceitual e da posterior construção da análise.

Defende-se, neste trabalho, que a Cultura Política terá enfoque majoritário como forma de testar a hipótese e criação da “abordagem *bottom-up*” da Internacionalização, tema do próximo capítulo. Por isso, buscou-se elucidar elementos que permitirão o diálogo interdisciplinar como o papel das pessoas e da cultura para ambas as disciplinas. Ainda que a tese critique a exclusividade dos estudos sobre a

internacionalização com enfoque no institucionalismo, feitos até aqui, neste capítulo buscamos elucidar que não refutamos a sua importância.

### **3 CAPÍTULO II - INDIVÍDUOS, VALORES E INTERNACIONALIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM *BOTTOM-UP* A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA**

Os valores dos indivíduos importam para a internacionalização? Quais são os valores da internacionalização? A forma com que as pessoas veem o mundo e se veem no mundo interfere na internacionalização da educação superior de um país? Estes são questionamentos norteadores deste capítulo que tem como objetivo apresentar os postulados da Cultura Política os quais são considerados a base teórico-conceitual para a construção da abordagem *bottom-up* da internacionalização. Neste sentido e corroborando ao problema de pesquisa da tese, nos debruçamos, ao longo do texto, na discussão teórica sobre os valores como fio condutor da matriz teórica deste e subsequentes capítulos. Neste sentido, um olhar apurado é feito sobre conceitos que constituem tal matriz.

O capítulo é dividido em duas partes. Na primeira dissertamos, a partir do arcabouço teórico da Cultura Política, sobre a aceção de valores, sua formação e processo de socialização, além da concepção de indivíduos como cidadãos. É quando apresentamos o alicerce teórico para o debate e a análise sobre os valores das sociedades canadense e brasileira e sua relação com a internacionalização.

Na segunda parte deste capítulo o enfoque é sobremaneira nos aspectos que compõem o entendimento da internacionalização. É quando aprofundamos a discussão por meio da revisão da literatura num esforço de construir novas interpretações sobre a internacionalização a partir do entendimento da importância dos indivíduos e seus valores. Discutimos sobre as limitações conceituais atuais da internacionalização. Repensamos os valores da internacionalização. Tratamos sobre razões, atores e outros aspectos considerados elementares para a construção da abordagem *bottom-up* em perspectiva crítica e reflexiva, cotejando os postulados da Cultura Política.

#### **3.1 Contribuições da Cultura Política para a Internacionalização**

Construir uma abordagem nova para a internacionalização carece, obrigatoriamente, de olhares interdisciplinares baseados em apontamentos teóricos consolidados. Para além dos elementos complementares e convergentes apontados no capítulo anterior que aproximam a internacionalização da Cultura Política, aqui, a principal contribuição será o aprofundamento do entendimento sobre valores a fim de

elucidar sobre a importância das pessoas como atores sociais e políticos dotados de valores e desenvolvidos no processo de socialização os quais refletem no seu comportamento na sociedade e conforme argumentamos, na internacionalização. Dito de outra forma, buscamos dar luz ao sentido das diferentes formas de internacionalização que há no mundo pois, ainda que o conceito tenha caráter universal, as suas formas, dinâmicas, resultados são diferentes pois estão relacionados às diferentes formas de atuação das pessoas em decorrência de seus valores.

Assim, os debates aqui não se concentram em indicar normativamente sobre qual dos paradigmas da internacionalização um país deva focar, se o econômico ou o cooperativo. Anterior a isso, buscamos focar no entendimento dos valores culturais de uma sociedade como variáveis explicativas e interpretativas da internacionalização enquanto processo dinâmico e meio para o desenvolvimento da nação.

### **3.1.1 Acepção de valores**

O estudo sobre valores demanda uma inicial definição de qual significado de valores que se quer atribuir sentido. Para tanto, não interessa aqui abordar o sentido de valor empregado na área da gestão que atribui sentido comercial a algo e muitas vezes é caracterizado por uma definição quantitativa. Tampouco, o foco será no intuito interpretativo de dar sentido a algo, relacionado à noção de valorar algo ou alguém atribuindo um grau de importância. O entendimento de valores que utilizamos está atrelado ao sentido culturalista do termo que busca elucidar sua importância e relação com o comportamento e desenvolvimento humano numa dada sociedade e que aqui nos arriscamos a dizer no mundo. Por isso, nesta tese, empregamos o entendimento dos valores como 'modos de conduta social e crenças duradouras que são internalizadas e orientam a ação e mantêm atitudes e julgamentos em relação a objetos e situações para justificar suas próprias ações e atitudes e dos outros' (ROKEACH, 1968).

Desde Platão se entendia que a organização do Estado estava relacionada aos costumes, valores e hábitos dos habitantes e por isso a importância da educação para doutrinar de acordo com valores voltados ao ideário do regime político. Igualmente Montesquieu e Maquiavel se ativeram a questionar sobre os valores da elite dominante a partir do conceito de despotismo cívico que tem na sua base a dualidade: interesses individuais versus interesses coletivos (ALMOND e VERBA, 1980).

Dualidade esta que motivou estudos sobre a política e que também podem servir de base para os estudos da internacionalização, sob a perspectiva dos paradigmas econômico e cooperativo da internacionalização.

Da Psicologia à Cultura Política, os valores têm sido objeto de estudo do comportamento humano e base explicativa das diferentes realidades de sociedades no mundo. A relação entre atitudes, crenças, valores e culturas tem sido tema de estudos comparativos de sociedades de diferentes países por décadas (ROKEACH, 1968; ALMOND e VERBA 1970; SCHWARTZ, 1992; INGLEHART e WELZEL, 2009; CASTRO, 2014; CAPISTRANO, 2013). Identificar os valores de uma sociedade, como os valores são formados, interpretar variáveis das mudanças de valores, identificar padrões estáveis ou de mudança que repercutem no comportamento individual e social, criar hipóteses explicativas das mudanças sociais por meio do estudo longitudinal de coortes, compreender comparativamente diferentes contextos. Estes e outros temas têm sido o escopo de estudos culturalistas sobre valores, dos quais nos valemos nesta tese.

Um dos estudos culturalistas voltado ao entendimento de valores no mundo e, abrangente a diferentes disciplinas, é o “*6-D model of national culture*” do psicólogo holandês, Geert Hofstede (2001). Dedicado a caracterizar comparativamente as diferenças culturais de variados países, este pesquisador, observando as diferenças no comportamento humano em diferentes países e ao longo de décadas, entende que há seis dimensões de cultura no mundo. São elas: 1- Individualismo versus coletivismo, no qual individualismo não indica egoísmo, mas sim, sentido de independência, enquanto que o coletivismo não indica proximidade, mas sim, sentido na vida social; 2- Distância do poder, que está relacionado à aceitação de poder atribuído de forma desigual; 3- Masculinidade versus feminilidade, indica sociedades e o aceite a papéis emocionais, sendo a masculinidade endossando o uso da força socialmente enquanto que na feminilidade é endossada a proximidade, simpatia pelos oprimidos e a não competição; 4- Aversão à incerteza, está relacionado ao quanto uma sociedade desconfia da mudança e tolera o incerto; 5- Orientação de curto prazo versus longo prazo, está relacionado a aspectos de religiosidade, educação e ao sentido da vida em que o longo prazo trata da mudança com foco no futuro, enquanto que o curto prazo se baseia na orientação moral de algo já existente; e 6- Indulgência, vinculado ao sentido de gozar de liberdade apreciando coisas boas da vida como

amigos, vida feliz, enquanto que o contrário indica a visão de vida restrita e árdua como estado normal do ser.

Ainda que as dimensões de Hofstede sejam utilizadas, sobretudo na gestão de recursos humanos, cabe mencionar que derivam do entendimento dos valores que orientam a atuação dos indivíduos numa sociedade e podem ser pertinentes ao entendimento da relação entre valores de uma sociedade e sua relação com a internacionalização. Neste sentido, um aspecto relevante do estudo de Hofstede é o entendimento do comportamento humano como decorrente de três níveis: 1- o individual, do inglês “*me*”- baseado na personalidade, experiência de vida, planos, objetivos; 2- o grupal, do inglês “*my moral circle(s)*”- baseado na família, país, equipe de trabalho, organização de normas, valores; e 3- o coletivo, do inglês “*everybody*” entendida como natureza humana decorrente de aspectos emocionais, capacidade intelectual, herança genética, incluindo capacidade para a cultura, inevitavelmente criada durante a infância.

Ainda que Hofstede estruture em uma escala multinível sem claramente definir como se dá a passagem de um nível a outro, nem aprofunde o estudo sobre os valores e sua relação com as seis dimensões de cultura, ainda assim, é um modelo importante para entender em escala de país que a cultura tem como componentes os valores de uma sociedade e que, com o tempo e as mudanças, o comportamento das pessoas também vêm se alterando. Aproximando à internacionalização, podemos atribuir relação destes níveis às dimensões de razões para o desenvolvimento do processo que Knight (2020), distingue entre individual, institucional e nacional/regional. A partir do modelo de Hofstede, a experiência de vida como um intercâmbio, por exemplo, é parte do nível individual que importa no comportamento nas dimensões de cultura de uma sociedade.

Buscando evidenciar a relação entre valores e o comportamento humano, Milton Rokeach (1968; 1973) defende que os valores são determinantes das atitudes e dos modos de conduta. Buscando classificar os valores de acordo com instituições sociais relacionadas à manutenção, ao fortalecimento e à transmissão de valores, como a família, religião e a política, o autor elabora a ideia de tipos de valores e divide entre terminais e instrumentais. Os valores terminais se referem a temas pessoais no qual o indivíduo considera mais suas preferências individuais de cunho intrapessoal, e, temas sociais, quando o indivíduo mantém o foco de suas ações voltado ao bem-estar da sociedade com caráter interpessoal. Já os valores instrumentais se referem

à moralidade, quando algo é considerado certo e errado na relação interpessoal, e a competência, pautada no próprio indivíduo. Apesar de críticas sobre o método de classificação dos 36 valores que compõem ambos os tipos de valores, é pertinente considerar a defesa do autor de que há diferente impacto no julgamento e no comportamento a partir dos valores.

Há valores universais que independem da cultura, como necessidades biológicas e convívio social. O entendimento das características universais dos valores são parte da “Teoria dos Valores Básicos” construída pelo psicólogo social Shalom Schwartz (1992; 2012) com base em estudo comparativo por meio de pesquisa do tipo *survey* - *The Schwartz Value Survey* e o *Portrait Values Questionnaire* - em 82 países. A teoria indica que indivíduos de todo o mundo reconhecem alguns valores, ainda que haja grau de importância maior ou menor de uma pessoa. Isso deriva, segundo o autor, de seis características principais de todos os valores. São elas: 1- Valores são crenças relacionadas ao afeto; 2- Valores derivam de um construto motivacional; 3- Valores são amplos e transcendem uma ação ou situação específica; 4- Valores servem como padrões ou critérios; 5- Valores possuem ordenamento relativamente hierárquico de grau de importância; 6- O relativo grau de importância de múltiplos valores guiam as ações. Para Schwartz (2012), o que distingue um valor do outro é a motivação e o objetivo que cada um expressa.

Para Schwartz (1992; 2012), essas características estão relacionadas ao conjunto de dez valores básicos. Estes, por sua vez, têm direta relação com a sua motivação e com uma necessidade do indivíduo, a qual o autor chama de “requisito universal da existência humana”. Nesta última, podendo ser: uma necessidade enquanto organismo biológico; uma necessidade de interação social; ou então, uma necessidade de sobrevivência e bem-estar enquanto grupo. Os dois últimos são pertinentes também para o entendimento da socialização e formação de valores, abordados na sequência. O Quadro 2 busca ilustrar tais valores.

Quadro 2: Os valores básicos que compõem a teoria de Shalom Schwartz

Valor básico	Motivação	Requisito universal	Valor relacionado
<b>Auto-orientação</b>	Pensamento e ação independente, escolha, criação, exploração	Necessidade enquanto organismo biológico	Criatividade, liberdade, curiosidade, independência
<b>Estímulo</b>	Entusiasmo, originalidade, desafio na vida	Necessidade enquanto organismo biológico	Autodireção, ousadia
<b>Indulgência</b>	Prazer para si	Necessidade enquanto organismo biológico	Prazer, aproveitar a vida, autoindulgência
<b>Conquista</b>	Evidências de sucesso pessoal por meio de competências conforme padrões sociais	Necessidade enquanto organismo biológico; Necessidade de sobrevivência e bem-estar enquanto grupo	Ambição, Sucesso, Capacidade, Influência
<b>Poder</b>	Status social e prestígio	Necessidade de interação social	Autoridade, poder social, riqueza, reconhecimento
<b>Segurança</b>	Segurança, harmonia e estabilidade	Necessidade enquanto organismo biológico; Necessidade de sobrevivência e bem-estar enquanto grupo	Limpeza, saúde, pertencimento, segurança familiar, segurança nacional
<b>Conformidade</b>	Restrição de ação que possa perturbar ou prejudicar outras pessoas ou violar normas sociais	Necessidade de interação social	Obediência, polidez, honrar os mais velhos
<b>Tradição</b>	Respeito, comprometimento e aceitação dos costumes	Necessidade de interação social; Necessidade de sobrevivência e bem-estar enquanto grupo	Respeito às tradições, humildade, devoção, moderação
<b>Benevolência</b>	Preservação ou valorização do bem estar daqueles com os quais se tem contato frequente	Necessidade de interação social; Necessidade de sobrevivência e bem-estar enquanto grupo	Presteza, honestidade, misericórdia, responsável, leal, amável
<b>Universalismo</b>	Compreensivo, apreciador, tolerante e protetor de todas as pessoas e coisas	Necessidade enquanto organismo biológico; Necessidade de sobrevivência e bem-estar enquanto grupo	Mente aberta, justiça social, igualdade, paz, natureza, sabedoria, harmonia

Fonte: Elaboração própria baseada em Schwartz (2012).

Para Schwartz (2012), todos esses valores estão relacionados um ao outro e orientam o comportamento humano. Orientação esta que entende o comportamento dos indivíduos como um valor em ação. De acordo com a teoria do autor, a relação

entre esses valores básicos, compõem uma estrutura dinâmica de orientação de valores que pode ter características conflitantes, quando forem diferentes ou congruentes, quando os valores forem similares. Existem variações entre o valor de indivíduos de uma mesma nação e por isso os valores de uma nação transcendem ao valor individual (SCHWARTZ, 1992). Assim, é importante compreender os dez elementos motivacionais na dimensão individual dos valores humanos, tanto numa única cultura quanto interculturalmente, propostos pelo autor.

Com base nos 10 valores básicos, Schwartz (2012) revela que o comportamento do indivíduo pode focar em duas dimensões bipolares pautadas no caráter pessoal ou no social. No pessoal o modo pelo qual interesses e características pessoais são expressas enquanto que no social regula como uma pessoa se relaciona socialmente e afeta os outros. Neste sentido, as duas dimensões indicam para o “autoaperfeiçoamento” - *self-enhancement*-, baseado nos valores de conquista e poder versus “autotranscendência” -*self-transcendence*-, baseado nos valores universalismo e benevolência. Já a segunda dimensão indica “abertura à mudança - *openness to change*- baseado nos valores de indulgência, estímulo e auto-orientação versus “conservadorismo” - *conservation*-, baseado nos valores de segurança, conformidade e tradição.

Aproximando-se do campo da análise desta tese e o argumento da importância do indivíduo, bem como a realidade dos dois países, deve-se considerar o que Smith (2004) indica como níveis de ocorrência de valores: no individual e no nacional/país. Na dimensão nacional, corroboramos com o autor de que dada a variedade étnica, educacional, ocupacional, profissional e as subculturas regionais, podem haver facilmente divergências de valores dos indivíduos e a média de valores encontrada em estudos para caracterizar estes indivíduos num dado país fazendo assim, com que os valores do indivíduo e a cultura do país não necessariamente possuam correlação positiva (SMITH, 2004).

Além disso, as possíveis diferenças podem ser maiores ou menores de acordo com cada sociedade. Por isso, estudos sobre valores são importantes serem feitos considerando os níveis individuais e coletivos, em termos de nação, porque permitem melhor explicação das diferenças culturais (SMITH, 2004). Com isso, chegamos ao recorte ao qual nos interessa aqui que se aproxima do que Smith (2004, p. 633), entende por valores como “crenças generalizadas abstratas sobre objetivos

desejáveis e sobre as formas de atingir esses objetivos”<sup>18</sup>. Os valores são o endosso em uma escala de concordância ou discordância contínua sobre determinado conteúdo (SMITH, 2004). Por isso, salvaguardadas as diferenças de valores que brasileiros e canadenses podem ter, tomamos como base a compreensão no nível nacional, a partir do entendimento dos elementos motivacionais e variáveis de valores que compõem a cultura das sociedades brasileira e canadense a partir da opinião pública obtida nos dados WVS.

Sem refutar a importância de qualquer das abordagens e definições anteriores, na Cultura Política os valores são variáveis importantes para a compreensão da sociedade e da política e suas mudanças. O diálogo se concentra sobretudo no entendimento de como se formam os valores, o que e como são constituídos padrões estáveis ou de mudança de valores e como este conjunto de elementos repercute no comportamento em sociedade. Assim, retomamos as duas dimensões de valores de Inglehart e Welzel (2009) - tradicionais versus os racionais seculares e valores de sobrevivência versus os valores de autoexpressão- que integram o “Mapa Cultural Mundial”, já apresentados no capítulo anterior. Apesar das críticas à tese destes autores, sobre o demasiado grau de relação de causalidade atribuída à teoria da modernidade para explicar a mudança de valores no mundo, é incontestável considerar os postulados desta tese sobre a mudança da sociedade e sua relação com os valores dos indivíduos ao longo dos anos em todo o mundo. Isso porque as duas dimensões de valores são evidenciadas, por meio de dados empíricos de abrangência mundial, que os valores decorrem tanto de crenças e condutas duradouras como as apontadas por Rokeach (1968), quanto dos valores básicos enquanto motivação decorrente de necessidades biológicas, de interação social ou sobrevivência indicadas por Schwartz (2012). Além disso os dados apresentados na tese explicitam que valores podem ser interpretados no nível nacional como Smith (2004) indica.

A contribuição da Cultura Política é justamente entender os valores além do sentido abstrato do indivíduo, mas, sua relação direta com a cultura de uma sociedade. Isso porque “os valores são os tijolos que constroem a cultura”<sup>19</sup> (BASÁÑEZ, 2016, p.1). Focado em identificar os valores-chave que impulsionam as

---

<sup>18</sup> Tradução nossa do original em inglês: “*Abstract generalized beliefs about desirable goals and about ways of achieving those goals*”.

<sup>19</sup> Tradução nossa do original “*Values are building blocks of culture*” Basáñez (2016, p.1).

dimensões social, econômica e política da cultura, e pautado no uso das análises empíricas de Hofstede, Schwartz e Inglehart sobre valores e cultura que Basáñez (2016) agrupa os países nos três grupos de cultura; Cultura da Honra, Cultura da Conquista e Cultura da satisfação, já apresentados no capítulo anterior. Ainda que não seja foco aqui aprofundar a análise comportamentalista do estudo de valores, merece destaque o fato de que o avanço no entendimento sobre os valores se deu, sobretudo, pela aplicação de métodos comparativos de análise de diferentes países, tal qual essa tese desenvolve. É, pois, a partir da operacionalização do conceito e entendimento de valores de uma sociedade feito nos estudos culturalistas que nos interessa aqui para entender se - e como - os valores se relacionam com a internacionalização.

### **3.1.2 Socialização política, formação e mudança de valores**

Vimos na seção anterior que os valores estão no nível individual e são importantes para entender a cultura de uma sociedade, enquanto construto coletivo. Para entender como os valores se formam enquanto requisito universal da existência humana (SCHWARTZ, 2012), como são constituídos valores duradouros e como outros se alteram de uma geração a outra e reconfiguram o “Mapa Cultural Mundial” (INGLEHART, 1977, 2018; INGLEHART e WELZEL, 2009), é pertinente considerar os postulados culturalistas sobre socialização política.

A base dos estudos sobre socialização é a compreensão da relação do indivíduo em sociedade. Convergindo com análises sobre a formação de valores, atitudes, crenças e comportamentos, a socialização política se dedica a compreender como se dá a formação do ser político. Ou seja, é definida como “o processo pelo qual os indivíduos adquirem suas orientações políticas e padrões de comportamento” (EASTON, 1968). Logo, como indivíduos originam sua interação social e dão continuidade a ela, tendo como base seus valores. Dito de outra forma, a socialização política tem direta relação com a formação, permanência ou mudança de valores. De maneira bastante ampla, pode-se considerar que é “o processo de desenvolvimento dos cidadãos” (GERMAN, 2011). Embora possa ser demasiado abrangente, este entendimento auxiliará no alinhamento da compreensão de cidadania que será tratado na sequência.

Apesar de diferentes estudos sobre socialização política terem sido realizados desde os anos 60, nenhuma das abordagens foi totalmente abandonada, tampouco

há um paradigma dominante (WASBURN e COVERT, 2017). O mesmo pode ser dito dos clássicos da filosofia que contribuíram com a compreensão do tema. Platão e Sócrates atribuem importância à educação na socialização e na mudança do indivíduo “cru” em indivíduo sociável. Também Aristóteles tem a compreensão do homem como um animal político sendo a socialização inerente à natureza humana. Já Rousseau rompe com a ideia aristotélica e entende a socialização política como um processo social e político que tem na educação uma forte relação com o desenvolvimento das capacidades naturais da criança por um processo de descoberta autônomo (ALMOND e VERBA, 1980). Também baseado no sistema educacional, Dewey (1979) entende a educação como necessidade de vida e importante no processo de socialização política dos indivíduos e no contínuo crescimento e construção da experiência socialmente participativa e democrática. Pode-se assim dizer que a educação tem sido comumente utilizada como um importante espaço de socialização política e daí surge o desafio de ampliar e relacionar à educação superior e seu processo de internacionalização.

Outro desafio posto pela literatura tem sido as perspectivas de análise, sobretudo no que concerne ao período da vida do indivíduo como mais importante no processo de socialização política. As quatro perspectivas mais comuns e suas interpretações têm sido: 1- persistente ou socialização primária- a construção se dá na infância e é relativamente imune às mudanças; 2- abertura vitalícia- as disposições políticas possuem potencialidades uniformes em todas as idades; 3- ciclo de vida - há uma disposição a ser adotada em determinado estágio da vida, sendo o radicalismo na fase jovem e conservadora na fase da velhice; e 4- anos impressionáveis- as crenças e atitudes são normalmente vulneráveis no período do fim da adolescência e início da fase adulta enquanto que em outros estágios da vida as pessoas são mais resistentes à probabilidade de mudança (WASBURN e COVERT, 2017).

A perspectiva de socialização política que interessa ser utilizada neste trabalho, deriva desses quatro paradigmas e é denominada de “modelo de curso de vida” (WASBURN e COVERT, 2017). Os componentes dessa perspectiva são: 1- *primary*- é no ambiente familiar e na escola que inicia o processo de participação política; 2- *impressionable years*- há tendência de mudanças a partir do início da fase adulta quando o indivíduo passa a compreender e ter ciência das questões políticas resultando em posicionamentos mais críticos e que tende a ter um declínio na intensidade da atitude no fim da vida; 3- *structuring*- as questões estruturais como

raça, partido e ideologia política tendem a ser estáveis ao longo da vida do indivíduo e influenciam suas escolhas políticas; 4- *lifetime openness*- decorre de ações de maturação e de compromisso individual que impactam na perspectiva da política social; e 5- *life cycle* –algumas disposições de comportamento político ocorrem em diferentes momentos da vida.

Entende-se que estes componentes permitem o diálogo interdisciplinar desta tese. Mais precisamente, permitem análises com diferentes etapas da vida do indivíduo e permitem o entendimento que a socialização é um processo relacionado a constantes mudanças que impactam tanto a política quanto à internacionalização. Nomeadamente a modernização da sociedade, o acesso e uso de novas tecnologias digitais, a virtualização das relações interpessoais e do aprendizado, as experiências interculturais e além fronteiras, bem como outros aspectos que permitem ao indivíduo novas experiências políticas e sociais que podem auxiliar na construção de novas interpretações do processo de socialização política e da visão de mundo de um indivíduo. Isso porque “a socialização política pode ser empregada como uma moldura de análise de fatos sociais e políticos que relaciona não somente as instituições, mas também valores psíquicos e processos de aprendizagem dos seres humanos” (Greenberg (1970) apud VISCARRA, 2015, p. 86).

Entender as mudanças no comportamento dos indivíduos na sociedade e na política é parte essencial dos estudos de socialização na Cultura Política. Para além do entendimento dos fatores relacionados às mudanças na internalização de valores e normas de uma sociedade no nível individual, feitos no campo da Psicologia, na política o emprego de métodos de análise longitudinal de coortes tem apoiado o entendimento sobre alterações de valores de uma geração a outra. Afim de aproximar com o tema internacionalização tomemos como exemplo o atual ensino remoto como parte da experiência de socialização dos indivíduos. O estudante que, sequer liga a câmera para uma aula remota, reflete um comportamento baseado em seus valores. Enquanto que o professor, que possivelmente é de outra geração que a do estudante, pode interpretar esse comportamento desrespeitoso, por outro lado, o pode entender como reflexo de sua liberdade de escolha. Portanto, a socialização e a relação intergeracional têm um fértil terreno para o surgimento de conflitos de valores, não apenas na política, mas também na educação, no trabalho e em outros espaços de socialização que atualmente não respeitam fronteiras geográficas.

Embora pareça precipitado afirmar que a constante mudança de valores converge ao fenômeno da crescente busca das pessoas por experiências em outros países, característico da internacionalização, entendemos que tal interpretação parece plausível a partir da compreensão da chamada revolução silenciosa da sociedade (INGLEHART, 1977) e do entendimento de que as forças da modernização geram mudanças de valores intergeracionais e fortalecem valores de autoexpressão nos indivíduos. Além disso, também convergem a este diálogo os elementos motivadores dessa mudança de valores apontados por Inglehart e Welzel (2009): aumento da escolaridade; desenvolvimento econômico que ampliaria a segurança física e econômica dos indivíduos; desenvolvimento científico e tecnológico trariam maior qualidade de vida por meio do desenvolvimento de cuidados de saúde; massificação dos meios de comunicação permitiriam acesso à informação e ao conhecimento (INGLEHART e WELZEL, 2009).

A tese dos autores é que o desenvolvimento socioeconômico está associado a uma ampla síndrome de orientação de valores distintivos. Assim, a ampliação da escolha e autonomia humana são o cerne do desenvolvimento humano que, por sua vez:

[...] fortalece a sociedade civil, as liberdades políticas, a boa governança e a igualdade de gênero e torna a democracia cada vez mais provável onde ela ainda não existe, e cada vez mais responsiva onde ela já existe. Os valores de autoexpressão desempenham um papel crucial nesse processo (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 106).

O desenvolvimento humano também é o foco da internacionalização. A revolução silenciosa continua a ocorrer. As relações, políticas, sociais e educacionais, se estabelecem tendo como pano de fundo a inteligência artificial. A aprendizagem, as informações e o conhecimento são em escala mundial. Posto isso e somado ao contexto atual da sociedade do conhecimento, entende-se que os valores se tornam ainda mais importantes de serem estudados visto que o indivíduo permanece sendo a essência da sociedade. A revolução silenciosa tem os *skills* e os valores no centro e a expansão da educação é importante “fonte” de mudança nas visões de mundo (INGLEHART, 1997). Por isso, a mobilidade internacional e a formação acadêmica além fronteiras, tema central quando falamos de internacionalização, pode, por

exemplo, representar um importante componente da socialização e mudança de valores num indivíduo.

Retomamos o entendimento de valores básicos de Schwartz (2012) de que os valores são motivações dos indivíduos a algo. Isso corrobora com o entendimento de que “...*people tend to be more concerned with immediate needs or threats than with things that seem remote or non-threatening*” (INGLEHART, 1977, p. 3). Por isso, os valores só mudam quando o indivíduo vive uma experiência que lhe impacta/importa e faz sentido de alguma forma. Novamente nos valemos de alguns exemplos para ilustrar.

A pandemia da COVID-19 foi um tema que afetou o comportamento das pessoas de todo o mundo e trouxe para o primeiro plano valores de sobrevivência pelo real risco de morte que o vírus representava. Mas se tratarmos do tema da falta de água potável ou da fome no mundo e que também são temas de saúde pública e basilares da sobrevivência humana, a tendência é ter indivíduos com maior ou menor propensão de atitudes e comportamentos voltados ao cuidado com o tema. Mas, se o indivíduo que não sofre com a fome, fizer uma experiência em um local do mundo e se depara com essa realidade, terá, pois, uma experiência socializadora que pode mudar seus valores e visão de mundo. Por isso, pessoas que realizam experiências internacionais, seja no seu país seja no exterior, tendem à mudança de valores. De certo modo relacionado a isso o pesquisador alemão Christian Welzel (TEDEX) entende que a educação é uma força transformadora para a formação de valores emancipatórios e transformações da humanidade como parte do ‘Círculo da solidariedade’. Segundo Welzel (2017), que avalia os dados do WVS de todo o mundo nas diferentes ondas, sociedades com de economia industrial têm a educação, o conhecimento e a ciência como ‘*enlightment forces*’ para essa transformação.

Sem a intenção de criar relações de causalidade entre internacionalização e valores e socialização, a intenção aqui é entender a relação existente entre estes temas. Para isso, defendemos que as experiências de internacionalização são um espaço socializador. E para além de um espaço, é importante entender que o interesse pelo tema não surge do nada. Ele é resultado dos valores e das experiências socializadoras que o indivíduo viveu e que integram a sua cultura. Por isso, é mais uma vez importante entender como se constituem os valores duradouros e os valores que mudam como parte do entendimento do indivíduo como agente social. A ausência de uma literatura da internacionalização que aborda a socialização dos indivíduos, a

formação e mudança de valores e o entendimento do indivíduo como um ser político, nos remete ao uso dos postulados da Cultura Política.

Visto que a socialização tem nas instituições seu espaço de desenvolvimento, e aproximando ao tema da internacionalização, cabe dizer que o Estado endossa a educação formal. A educação formal, por sua vez, institucionaliza a socialização de normas e consenso e é compulsório em sociedades modernas (Zhang, 2008). A educação é uma importante instituição de controle do Estado, seja para persuasão, seja para controle de liberdades ou para a mudança. No entanto, na internacionalização o controle tem um certo limite. O Estado age por meio da criação de políticas públicas, de controles migratórios, de controle das instituições de ensino, mas na internacionalização as experiências são do indivíduo. É a pessoa que escolhe em aderir, ou não a uma determinada ação. É a pessoa que se relaciona com outros indivíduos de outros países. É a pessoa que vivencia os contatos e é ela que determina a sua própria experiência e o que fará dela. Se ficará no nível individual ou se transcende à sociedade. Tudo isso é guiado pelos seus valores. Por isso, nos dedicaremos na próxima sessão a entender o conceito de cidadão.

### **3.1.3 O indivíduo como cidadão**

Há diversas formulações que buscam compreender a concepção e o desenvolvimento da cidadania nas sociedades em constante transformação, sobretudo ocidentais. As bases filosóficas remetem à estreita vinculação entre política, indivíduos e cidadania. Entre eles estão Weber que vê os indivíduos como sujeitos que interagem na sua cultura. Também Platão postula que a formação dos indivíduos está diretamente ligada com a política ou ainda as premissas de Rousseau de que pensar em política é pensar em cidadania, dado que o modelo de participação derivaria da atuação cidadã dos indivíduos como parte da sociedade. Além destes autores e no intuito de vincular o conceito de cidadania às características da internacionalização, nos parece pertinente compreender, a partir dos pressupostos liberais que John Rawls a concepção de cidadãos enquanto iguais, racionais e livres a fazer suas escolhas e que agem de forma cooperada, são tolerantes às variadas visões de mundo e querem, em suma, pertencer a uma sociedade em que o poder político seja usado legitimamente e a sociedade deva ser justa (WENAR, 2017).

Embora o termo cidadania tenha sua origem há mais de dois mil anos e já tenha passado por profundas transformações, permanece contida na sua raiz etimológica

“...de que o cidadão é o indivíduo que, por integrar uma comunidade, tem deveres para com ela, bem como possui o direito de participar integralmente de sua vida política, social e cultural” (OLIVEIRA, 2011, p.15). Assim, a cidadania é compreendida como um conjunto de direitos e deveres individuais na arena política que permite a tomada de decisão de questões de ordem coletiva (OLIVEIRA, 2011). A defesa a esse direito do cidadão é feita por Schumpeter (1961, p.310) quando diz que “O homem teria de saber de maneira definida o que deseja defender” pois a vontade do cidadão é um fator político digno de respeito, mas, em primeiro lugar, essa vontade deve existir e não ser imposta por grupos de interesse.

Assim, a compreensão de cidadania na Cultura Política tem um campo fértil ao debate de temas como liberdades, responsabilidades, participação e representação. Também, estudos sobre valores e sua relação com a democracia tem tido como referência o exercício da cidadania pelo primado da igualdade de pertencimento a uma determinada sociedade. Ainda que não se trate de igualdade social de riqueza e de bens materiais, é importante compreender a cidadania pela altivez que os cidadãos adquirem pela consciência de seu lugar no mundo, de suas responsabilidades perante o todo social e dos direitos que possuem por fazer parte dessa mesma sociedade (OLIVEIRA, 2011). Assim, o elemento central da construção da cidadania é a participação que “[...] corresponde ao sentido que tem para os cidadãos se sentirem implicados no jogo político” (TRINDADE, 1994, p. 47), ou aqui, no jogo da internacionalização. Esse engajamento e participação cidadã é parte dos estudos sobre sociedades com democracias mais consolidadas e resulta dos valores político culturais. Em perspectiva contrária, a exemplo da realidade brasileira, prevalece o que Baquero, Castro e Ranincheski (2018), chamam de cidadania passiva e que contribui à democracia inercial.

Por isso, entendemos que o conceito “ideal” de cidadania corrobora com a compreensão de Inglehart e Welzel (2009) de que as mudanças na sociedade acarretam na também mudança no entendimento da atuação cidadã, pelo desenvolvimento de valores emancipatórios e de autoexpressão. De acordo com Dalton e Welzel (2014), são esses elementos que criam as orientações do “cidadão assertivo” pautado na ampliação de liberdades de escolha, igualdade de oportunidades e que contribui com o desenvolvimento da democracia, sobretudo em sociedades economicamente desenvolvidas. É também na modernização da sociedade e nos níveis crescentes de educação que se torna favorável o surgimento

do “cidadão crítico”, mais exigente, defensor dos princípios da democracia e engajado na política (NORRIS, 1999). Seriam ainda os “melhores cidadãos”, a partir de espaços de socialização como a família, escola, igreja, trabalho e associações voluntárias que atuariam comprometidos com a democracia (WASBURN e COVERT, 2017). Ainda que não seja o foco aqui estudar a democracia, cabe destacar que discussões da Cultura Política permeiam o entendimento da relação entre valores e atuação dos indivíduos como cidadão na política e na sociedade.

Para além do sentido de do termo cidadão em perspectiva de uma sociedade ou país, a UNESCO integra no quarto objetivo da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável para 2030 o conceito de ‘cidadão global’ voltada à educação de qualidade e aborda com o sentido da relação do indivíduo com o mundo. Define o ‘cidadão global’ como aquele que tem conhecimentos, capacidades e atitudes que lhe permitem agir além da sua comunidade baseado nos três pilares: solidariedade, respeito à diversidade e senso de humanidade. Ainda na visão da UNESCO (2023), a formação desse cidadão requer uma educação global cidadã - do inglês *Global Citizenship Education*- para que indivíduos desenvolvam competências interculturais. Isso porque um aprendiz/ estudante se torna um cidadão global quando tem as seguintes qualidades: um sentido compartilhado de humanidade; responsabilidade uns com os outros e com o meio ambiente; bem estar global; pertencimento global; respeito pela diversidade; poder da ação coletiva e solidariedade; e ação para a melhoria (UNESCO, 2023). Este conceito assume caráter de recomendação com alto grau de normatividade para que governos, instituições e indivíduos possam adotar. Pertinente a esta tese, cabe considerar que para a UNESCO, a base do desenvolvimento da “árvore das competências interculturais”<sup>20</sup> do cidadão global tem duas raízes. Uma é a cultura, composta por crenças, atitudes, valores e identidade e a outra a comunicação formada pelo comportamento não verbal, o diálogo e a linguagem.

Reforçando essa compreensão, o guia *Oxfam Development Education Program* (2015) orienta que o cidadão global é aquele que está ciente do mundo à sua volta sobre aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais, que conhece suas responsabilidades, respeita e valoriza a diversidade, é

---

<sup>20</sup> Para mais informações sobre “*The Intercultural Competences Tree, a visual conceptualization*”, acessar: UNESCO. Intercultural Competencies: Conceptual and Operational Framework: Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: [UNESCO Digital Library](#).

inconformado com injustiça social, participa e contribui com a comunidade local e global, busca agir de modo a tornar o mundo mais sustentável e age de forma responsável pelos seus atos. É, pois, esse cidadão dotado de todas essas capacidades cognitivas e valores de orientação democrática que permitiria ocorrer o que preconiza o conceito de internacionalização De Wit *et al.* (2015) que é beneficiar a sociedade.

Apesar dessas perspectivas “otimistas” sobre a atuação dos cidadãos, “[...] é sabido que os seres humanos vivem desigualdades desde o nascimento e que a sociedade perpetua essas desigualdades, impedindo que a maioria possa partilhar integralmente da condição de cidadão” (OLIVEIRA, 2011, p. 25) e quiçá como cidadão global. Sabemos também que o número de países com governos autocráticos tem aumentado e o conservadorismo tem ganhado espaço em todo o mundo. Seria então no mundo atual a educação intercultural e “formação de cidadãos globais” utópica? O que compete à internacionalização nesse processo? Ainda que uma das vias da universalização dos direitos dos cidadãos tem sido o direito universal à educação<sup>21</sup>, são falhos os variados *handbooks*, ferramentas, guias, passos, como os de Deardorff (2004) ou de Deardorff e Jones (2012) que empregam, a partir de uma visão eurocêntrica e ocidental o sentido universalista sobre o desenvolvimento ou a medição do desenvolvimento de competências interculturais nos indivíduos que realizam atividades de formação internacional. Corroboramos com as críticas de Andreotti (2006) ao emprego universal do termo “cidadão global” na internacionalização, visto que não é coerente com o cenário decolonial que o mundo vive, em especial na educação e replica o discurso dominante. Por isso, essa autora propõe as abordagens “critical” e “soft” à formação cidadã. Na primeira o indivíduo se vê parte de um problema e de uma solução e, pela capacidade crítica, busca agir de forma autônoma em busca do autodesenvolvimento. Já na “soft” seria o espaço à formação humanística e de caráter universal de inclusão daqueles indivíduos marginalizados a partir das suas formas de ser e ver o mundo sem haver imposição de modelos. Dito de outra forma e aproximado a esta tese, seria a capacidade de a educação desenvolver postulados da cidadania em dimensão internacional baseados nos valores dos indivíduos daquela sociedade.

---

<sup>21</sup> O direito universal à educação consta no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) das Nações Unidas e foi adotada em 10 de dezembro de 1948. Informações complementares em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-26-direito-a-educacao/>>.

Entendemos que aqui há diversas lacunas interpretativas que repousam em compreender: como se dá a formação de um cidadão global; qual a relação desse processo com os valores dos indivíduos; como uma experiência internacional de um indivíduo se converte em uma contribuição à sociedade; como essa conversão ocorre em sociedades com distintos valores; ou ainda, como alinhar a acepção de cidadão global aos postulados da Cultura Política. Nesta tese, o caminho escolhido é o entendimento dos valores dos indivíduos de diferentes sociedades como primeiro passo. É certo que o tema não se esgota aqui. Para isso, a concepção de cidadania que utilizaremos deriva da compreensão de cidadão enquanto indivíduo formado por um conjunto de valores que atua social e politicamente em uma sociedade democrática. Este mesmo cidadão é (ou deveria ser), dotado de capital intelectual e que, no pleno gozo de suas liberdades civis e políticas, tem no seu agir social - nacional e internacional-, a capacidade de contribuir com a melhoria da sociedade.

Tal concepção de cidadão, embora ampla e entendida aqui como ideal, será adotada por compreender que corresponde ao verdadeiro sentido de cidadania capaz de contribuir com os propósitos da internacionalização. Na visão otimista de Welzel (2017), são os indivíduos que tiveram acesso à educação que possuem valores universais que tendem a valorizar a importância de ser um cidadão do planeta e promover a transformação da humanidade como parte do 'Círculo da solidariedade'. Portanto, falar em cidadão é dar de modo amplo um sentido apreciativo do indivíduo como ser político e sua atuação na sociedade. Cabe aqui uma pergunta: o processo de internacionalização está alinhado a essa acepção de cidadão? A sequência deste capítulo busca tratar dessa pergunta ao revisar os a literatura da internacionalização da educação superior.

### **3.2 O valor da Internacionalização**

A internacionalização da educação superior vive o momento de maior expansão. Vive também sua maior crise de sentido. Apesar de serem dicotômicas, ambas as afirmações são verdadeiras e retratam o atual conflito percebido sob a ótica da tese de Khorsandi (2014). Para o autor, valores da internacionalização podem ser definidos sob duas perspectivas: a quantitativa- objetiva que tem o valor como fim e é medido por números ou então a qualitativa-subjetiva na qual os valores são entendidos como um princípio, um padrão ou qualidade considerado válido ou desejável. Assim, se buscarmos saber o valor da internacionalização por meio da

pergunta: Por que internacionalizar? Poderão haver tanto respostas voltadas ao valor quantitativo quanto ao qualitativo. Se considerado o crescente número de pessoas que estudam em outro país, pode-se dizer que a internacionalização tem um valor expressivo. Erroneamente e de maneira rasa, alguns afirmarão que esse quantitativo evidencia o sentido de “valor agregado” no qual a internacionalização tem contribuído com a formação de milhares de “cidadãos globais”. Sob a perspectiva dos que trabalham e interpretam a internacionalização sob o paradigma econômico, o dado quantitativo representa um valor de mais valia.

No entanto, se avaliado em profundidade o sentido qualitativo relacionado à sua origem voltada à promoção da paz mundial, veremos que o valor da internacionalização terá outras interpretações. Aqui ficará evidenciado o caráter competitivo, elitista, assimétrico, comercial, decolonial, eurocêntrico que põem em cheque o valor desse processo. Incertezas essas que têm motivado pesquisadores a questionar sobre seu futuro e propor novos modelos e conceitos. Apesar disso e, como defendemos nesta tese de que a internacionalização é um processo que tem sua base nas relações entre pessoas, então, é essencial perguntar ainda: Internacionalizar para quem? Aqui, embora pareça apropriado indicar que a resposta seria aproximar do paradigma cooperativo, na verdade recai em antes entender que o valor da internacionalização existe quando faz sentido às pessoas. Se um governo ou instituições investem na internacionalização para ampliar o desenvolvimento de conhecimento e tecnologia para melhorar a economia do país, por exemplo, o enfoque será econômico, mas ainda assim, o valor da internacionalização poderá ser qualitativo.

Nesse sentido, a *International Association of Universities* (IAU)<sup>22</sup>, lançou em 2012 um apelo às universidades para que atuem de modo a afirmar os valores, princípios e objetivos acadêmicos da internacionalização da educação superior que incluem, mas não se limitam apenas a: aprendizagem intercultural, cooperação interinstitucional, benefícios mútuos, solidariedade, respeito mútuo, parcerias equitativas. Além disso, ressaltou a importância de ações e práticas institucionais - aqui referindo-se às universidades-, que equilibrem os objetivos acadêmicos,

---

<sup>22</sup> A *Association of International Universities* (IAU) é uma associação mundial da UNESCO criada em 1950 que visa à avaliação, reflexão e proposições comuns de caráter teórico, prático e político sobre temas relacionados à educação superior com caráter mundial. Reúne mais de 600 instituições e organizações de mais de 120 países. Para mais informações acessar: <https://www.iau-aiu.net/> .

financeiros e de prestígio e que sejam comprometidos com o desenvolvimento de um sistema de educação superior com valores de integridade, qualidade, acesso equitativo e de reciprocidade. Esta orientação da IAU converge com a abordagem de valores participativos e de autoexpressão de Inglehart e Welzel (2009).

Também, quando Knight (2020) adverte sobre a importância de haver uma reflexão e debate sérios sobre as práticas e políticas atuais da internacionalização, conferindo aos valores elemento importante à compreensão do futuro desse processo, está em verdade reafirmando o alerta feito pela IAU há oito anos e evidenciando a necessidade de estudos e práticas que deem centralidade às pessoas. Assim, o caráter econômico do processo *per se*, não reduz o valor da internacionalização. O que anula o seu valor e respectivas práticas e conceitos é o desprezo das orientações de valores dos indivíduos. Por isso, interpretar o valor da internacionalização requer buscar respostas que conjuguem ambas as perguntas de “por que e para quem”. Do contrário, ocorrerá o esvaziamento de valor do próprio processo. Para tanto, repensar o conceito, entender as relações de poder que estão relacionadas a ele, avaliar as dimensões do tema e suas razões; além de entender os atores e por fim, acoplar todas essas interpretações chegaremos ao entendimento dos valores e ao esboço da abordagem *bottom-up*.

### **3.2.1 Limites conceituais e interpretativos da internacionalização**

O conceito de Internacionalização da Educação Superior decorre da evolução da terminologia educação internacional e tem sido utilizado equivocadamente como sinônimos. Diferentes pesquisadores criaram interpretações e definições da internacionalização ao longo de décadas, fazendo deste um fenômeno que tem mudado ao longo do tempo e sem definição unânime (KHORSANDI, 2014). A ausência de uma base teórica aprofundada, faz dele vulnerável à interpretação de cada pesquisador. Dito de outra forma, todos interpretam o que acham que é, e daí se estabelece a primeira dificuldade: a falta de rigor conceitual. Esse mesmo déficit de rigor científico e teórico faz com que a internacionalização seja um grande guarda-chuva que abriga variadas interpretações e assuntos relacionados. Por isso, Knight (2020) adverte sobre a importância em diferenciar o que é um conceito do que é uma descrição da internacionalização. A falta de aprofundamento da construção do conceito abre margem ao falso entendimento de que tudo o que é internacional na educação superior pode ser chamado de internacionalização. O que é uma inverdade.

Construídas majoritariamente sob a ótica limitante institucionalista e baseadas nas mais variadas realidades de seus autores, podemos citar o seguinte conjunto de conceitos disponíveis na literatura: o entendimento de ser um meio e não um fim em si (VAN DER WENDE, 2001); a concepção de ser um processo formado por diferentes atores, razões e dimensões (KNIGHT, 2004); a ampliação para um processo intencional que deve contribuir com a sociedade (DE WIT *et al.* 2015); a globalização do ensino superior (MARGINSON e RHOADES, 2002); a necessidade de ser entendido como um sistema que tem a cultura no centro (MESTENHAUSER, 2011); um processo que integra nas funções substantivas das instituições as dimensões global, internacional e intercultural comparada e interdisciplinar a fim de fomentar a consciência global sobre problemáticas humanas em prol de valores de uma cidadania global, humanista e solidária (GACEL-ÁVILA, 2006); o caráter ativo ou passivo da internacionalização em diferentes países (LIMA e CONTEL, 2011).

Também reconhecendo que a internacionalização é um processo e com demasiado enfoque no papel das instituições de ensino, temos: Sebastián (2004, p. 16) compreende como “um processo de introdução da dimensão internacional na cultura e estratégia institucional, em suas funções de formação, pesquisa e extensão e também na projeção de sua oferta e capacidade instalada”; Hudzik (2011), explica o processo à partir da compreensão da “internacionalização abrangente” que se caracteriza pelo comprometimento de todos os atores das instituições de ensino superior como gestores, professores, estudantes e técnicos que integra a capacidade de criar impactos internos e externos à instituição como a criação de cidadãos globais; e Stallivieri e Vianna (2020), criam a abordagem da internacionalização como processo responsivo e disruptivo, mas com enfoque na gestão institucional do tema; Morosini (2019) entende a internacionalização a partir da integração internacional e intercultural a fim de fortalecer a capacidade científica nacional para o desenvolvimento sustentável; Leask (2015) trata da importância da internacionalização do currículo; Beelen (2013) trata da Internacionalização em Casa- do inglês *Internationalization at Home*- como práticas de internacionalização desenvolvidas no próprio campus sem a necessidade de deslocamentos de pessoas por meio de práticas colaborativas internacionais na pesquisa, no ensino, na extensão, na inovação, como COIL, entre outros exemplos; e Ilieva e Beck (2014) falam do caráter sustentável da internacionalização.

Ainda, reconhecendo o papel de formação nos indivíduos que atuam na internacionalização, temos: Bartell (2003) que entende a internacionalização como um processo avançado de trocas internacionais - leia-se mobilidade de estudantes - decorrentes da realidade global; e, também o desenvolvimento de competências interculturais (DEARDORFF e JONES, 2012). Apesar desse quantitativo de interpretações, nenhuma delas aborda os indivíduos em profundidade, o que para esta tese representa uma limitação de análise. O que prevalece é o que chamamos de “normativo vazio” que indica o sentido de dever ser mas não aprofunda empírica, conceitual nem teoricamente o papel das pessoas no conceito. Em termos gerais podemos dizer que a literatura sobre a internacionalização recomenda muito para as instituições e governos, mas, mostra pouco o caminho para isso e em grande medida, despreza as pessoas.

Além disso, diferentes autores apontam criticamente o caráter econômico, competitivo, elitista e político que tem norteado a internacionalização em muitos países, e indicam normativamente a importância de ser um processo inclusivo (DE WIT e JONES, 2018), com valores afirmativos (IAU, 2012) que os resultados qualitativos devem importar mais que os quantitativos (DE WIT, 2020) e com a necessidade de os valores cooperativos prevaleçam (KNIGHT, 2020). Ainda assim, a literatura não avança na construção de um modelo *bottom-up* que entenda o indivíduo como um importante ator desse processo e que este, dotado de valores, crenças, visões de mundo, atitudes, comportamentos pode impactar no direcionamento e nos resultados desse processo na sociedade. Em meio a esse conjunto de interpretações, merecem destaque os conceitos de Jane Knight (1993, 2003, 2004, 2020) e De Wit *et al.* (2015) assim como, os estudos de Mestenhauser (2011), Lima e Contel (2011) e Ledger e Kawalilak (2020). Salvaguardadas as limitações da abordagem institucional e o caráter normativo empregados, ainda assim, estes autores trazem elementos pertinentes ao debate desta tese, conforme apresentado na sequência.

Jane Knight tem um dos conceitos mais reconhecidos na literatura. A autora canadense definiu na década de 90 a internacionalização como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária”. É positiva a defesa da autora pelo uso do sufixo “ização” que dá o caráter de processo em mudança enquanto que “ismo” daria o sentido de ideologia. Seu conceito é convergente com as mudanças da sociedade, bem como, com caráter de emprego

universal, conforme defendido pela autora, permanece sendo importante. Outro aspecto positivo é como faz a operacionalização do conceito. Entende o processo a partir de um conjunto de dimensões - institucional, nacional, internacional, regional e individual-, razões - acadêmicas, econômicas, políticas e sociais- e atores que juntos dão sentido ao conceito. Revisitado pela própria autora estes elementos são adaptados às mudanças do processo ao longo das décadas.

No entanto, apesar da atualização no conjunto de dimensões e razões para explicar as mudanças da internacionalização de um enfoque cooperativo ao comercial, pouco se avançou na compreensão culturalista dos atores. Embora a tese de Jane Knight entenda que a internacionalização fique sujeita às variações decorrentes dos interesses dos atores envolvidos, ainda assim, as pessoas têm recebido esparsa atenção em suas análises. Exemplo disso é o “Ciclo da Internacionalização” criado pela autora para entender o processo nas instituições de ensino e composto por nove etapas: 1- análise do contexto; 2- consciência; 3- comprometimento; 4-planejamento; 5- operacionalização; 6- implementação; 7-revisão; 8-reforço; e 9-efeito de integração. Ainda que a consciência e o comprometimento sejam parte e indicados como importantes para tratar dos atores do processo, o conceito e sua operacionalização não avança além do sentido normativo. Também, embora Knight (2020, p. 26), entenda que “os indivíduos são promotores, implementadores, participantes, alvos, beneficiários e – talvez digam algumas pessoas – vítimas inocentes do processo de internacionalização” (KNIGHT, 2020, p. 26), ainda assim, a autora justifica a permanência da sua abordagem propositalmente apenas nos níveis institucional e nacional por compreender que incluir atores acarretaria na perda da subjetividade e no emprego universal do conceito e destaca:

“Isso não ignora o fato de que indivíduos, como estudantes, docentes, pesquisadores e pesquisadoras, etc., estão profundamente envolvidos na internacionalização e são impactados por ela. Muito pelo contrário, os indivíduos são promotores, implementadores, participantes, alvos beneficiários e - talvez digam algumas pessoas- vítimas inocentes do processo de internacionalização” (KNIGHT, 2020, p.26).

É igualmente limitado o entendimento dos indivíduos no conceito de De Wit *et al.* (2015). Apesar desses autores terem ampliado o conceito de Jane Knight e

integrado a intencionalidade e a previsão de criar impactos na sociedade dando maior robustez interpretativa e analítica à internacionalização e espaço para o diálogo interdisciplinar, conforme já indicado no capítulo anterior, permanece com fragilidades. Com a proposta desse conceito tornar o processo menos elitista, o tornam demasiado normativo e continuam apostando na mudança a partir da perspectiva pautada nas dimensões institucional, nacional e regional, sobretudo no contexto da Europa<sup>23</sup>, sem aprofundarem no indivíduo como vetor central e, por conseguinte, nas razões que levam esses atores a moverem-se em prol da internacionalização, tanto individual, quanto coletivamente. Os autores não aprofundam questões de operacionalidade conceitual, como por exemplo, respostas a: Intenção/ões de quem? Que tipo de contribuição o processo causa? Em qual sociedade? Tampouco ampliam debates sobre as dimensões, razões e atores da internacionalização.

Com este conceito, permanecem sem respostas as questões “por que e para quem internacionalizar” e reforça o que chamamos de “normativo vazio”. Mas, esta mesma lacuna permite o diálogo com a Ciência Política, nos termos apresentados no capítulo anterior, e abre espaço ao aprofundamento da compreensão do indivíduo. Corroborando a defesa de De Wit *et al.* (2015) de que a internacionalização é um meio para beneficiar a sociedade, então, inicialmente precisamos entender quem é essa sociedade e como ela se constitui. Partimos assim, do entendimento dos indivíduos como base de uma sociedade.

Para entender os indivíduos enquanto atores centrais do desenvolvimento da internacionalização, é importante lembrar que estes são dotados de valores. Valores estes que, sob a ótica desta tese, podem ser pertinentes à compreensão do conjunto de razões e diferentes resultados que esse processo pode ter em diferentes países e que ainda não foi explorado na literatura. Aproximando o conceito ao problema desta tese, recai-se na necessidade de entender quais são as motivações que evidenciam os valores das sociedades brasileira e canadense para compreender o desenvolvimento do processo de internacionalização nestas sociedades. Por isso, entender os valores básicos como motivações (SCHWARTZ, 1992; 2012), na dimensão nacional (SMITH, 2004) e em perspectiva comparada de dimensões de

---

<sup>23</sup> Os autores desenvolvem seu conceito e apontamentos baseados no estudo do processo de internacionalização de 17 países, a saber: Finlândia, França, Alemanha, Itália, Noruega, Polônia, Romênia, Espanha, Reino Unido, Holanda, Austrália, Canadá, Colômbia, Japão, Malásia, África do Sul e Estados Unidos da América.

valores (INGLEHART e WELZEL, 2009) poderá auxiliar na interpretação e criação de inferências<sup>24</sup> sobre os benefícios da internacionalização no indivíduo, no país e no mundo.

Quem busca, *en passant*, inserir as pessoas para o primeiro plano são Ledger e Kawalilak (2020) quando propõem o entendimento de “Conscientious internationalisation”. As autoras defendem que as necessidades humanas, interesses e intenções são parte integrante desse entendimento humanístico do processo e indicam: ‘*We assert that to be conscientious is to have intent- to be people attentive, aware, reflective, mindful, responsible, honest, thoughtful, concerned, and critical*’ (LEDGER e KAWALILAK, 2020, p. 662). Por meio da análise de Canadá e Austrália, as autoras criticam o modelo comercial e enfoque econômico do processo nestes países e do enfoque liberal e da falta de crítica ao que está sendo feito com a internacionalização no mundo. Com isso, propõem um conjunto de 5P como parte do entendimento da “internacionalização consciente” para calibrar o discurso e a prática da internacionalização da educação superior. São eles: a intenção (Philosophy) das instituições (Place) para internacionalizar (Process) são impactadas pelos interesses (Power) dos indivíduos e instituições (People) e isso muitas vezes cria conflitos nos ideais da internacionalização. Esta definição, apesar de focar nas pessoas para uma nova mirada na definição e na prática de internacionalização, permanecem no sentido de dever ser e não aprofundam o entendimento das pessoas.

Também baseados na análise da internacionalização em diferentes países<sup>25</sup>, Lima e Contel (2011), dividem entre “ativos” e “passivos” e criam a noção de geopolítica do conhecimento. Para os autores, os países ativos são aqueles considerados centrais na geopolítica do conhecimento que possuem visão e desenvolvimento estratégico da internacionalização com vista à busca de resultados previamente estabelecidos e de caráter hegemônico. Enquanto que os passivos são os países periféricos ou semiperiféricos que assumem uma conotação negativa na sua internacionalização por estar associada à subalternidade e dependência frente aos passivos. Canadá e Brasil são classificados por estes autores, respectivamente

---

<sup>24</sup> Não é intenção desta tese medir qualitativamente nem quantitativamente se a internacionalização beneficia a sociedade. Registramos apenas que consideramos necessário o avanço na construção de métricas e metodologias de análise científicas, isentas de interesses comerciais de rankings, sobre o impacto da internacionalização na vida das pessoas como parte do avanço teórico dos seus estudos.

<sup>25</sup> Os países estudados por Lima e Contel (2011) foram: Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália, Canadá e Chile.

como países com internacionalização ativa e passiva. Apesar de corroborar com os autores quando citam “[...] o atual quadro de internacionalização da educação se molda em função do comportamento de cada nação, se de forma mais ativa ou se mais passiva” (LIMA e CONTEL, 2011, p.19), ainda assim é limitador pois focam sobremaneira no papel do Estado e de políticas públicas para suas análises. Entende-se que seria necessário compreender empiricamente o que motiva esse ‘comportamento da nação’ e que para nós recai na tese sobre o entendimento dos valores que compõem as diferentes sociedades para só então entender essa classificação do processo. A divisão tipológica é pertinente pois a internacionalização não é igual nos mais variados países do mundo pois os dois paradigmas, o econômico e o cooperativo indicam a isso. No entanto, nos parece problemática a abordagem metodológica utilizada para classificar os países, visto que as fontes de informações de cada país diferem e, ao nosso ver, tal aspecto compromete a criação de inferências.

Chegamos assim, ao entendimento de Joseph Mestenhauser (2011). Uma das contribuições desse autor é o entendimento de que a cultura deve ser o elemento central da definição da internacionalização visto que: “[...] culture screens what we know about other cultures” (MESTENHAUSER, 2011, p. 90) e ainda destaca que é “Implicit in the concept of culture are basic concepts about acculturation, socialization, contact hypothesis, value orientations, ethnocentrism, and the nature of relationships among people in that culture” (MESTENHAUSER, 2011, p. 55).

*Most people think of “the other culture” only in situations when they have to encounter foreign people. Actually they encounter “culture” all the time; if they knew the culture-learning principles they would realize that virtually everything they know is derived from their own culture that is, in a way, a screen that filters their cognitive structure. Working with people of other cultures is now so common in practically everyday work and living situations all over the world that such situations do indeed define the nature of cross-cultural relations (MESTENHAUSER, 2011, p. 54).*

Assim, o autor entende que o *mindset* das pessoas, fazendo referência às pesquisas de Hofstede, pode representar um desafio na internacionalização pois as visões podem ser domésticas, etnocêntricas, conservadoras fazendo com que não haja interesse em criar relações com outras pessoas. Por isso, refuta o entendimento de “*global competence*” e critica a falta de rigor metodológico e conceitual na definição

das dimensões feiras por Knight, sobretudo a internacional. Com a visão crítica da atual literatura que entende a internacionalização como processo Mestenhauser sugere uma abordagem de sistema que envolva variados atores e disciplinas para seu real desenvolvimento teórico pois, “[...]the changes depend not only on institutional and policy decisions, but also on individual volunteer efforts of “believers” (MESTENHAUSER, 2011, p.42). Apesar de aproximar a cultura da internacionalização, entende-se que a visão é limitada apenas em exemplos focados na dimensão institucional e no escopo das universidades, sobretudo americanas. Por isso, é questionável a aplicabilidade do modelo a outros países, como no Brasil.

Outra limitação que cabe destacar é o fato destas definições se pautarem no paradigma anglo-saxão e ocidental<sup>26</sup>. Assim, embora a retórica do conceito esteja focada na cooperação e na necessidade de compreender diferentes culturas, a realidade a partir da metade da década de 90 evidencia que o processo se direcionou à lógica comercial e competitiva alavancando uma economia do conhecimento que impacta nas ações de instituições e governos (DE WIT, 2019). Em resposta, surge a abordagem crítica da internacionalização que discute temas como epistemologias do Sul, estudos decoloniais, assim com a “Internacionalização inteligente” (RUMBLEY, 2015) dando luz ao sentido de dar centralidade a um grupo de atores que considera centrais nesse processo uma vez que sugere a criação de uma aliança entre comunidades de pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas para criação de agendas e atividades capazes de lidar com o complexo e volátil campo da educação superior durante os próximos 20 anos. Knight adverte:

Há necessidade de reflexão e debates sérios sobre a direção que a internacionalização está tomando. Representantes da academia e organizações estão pedindo uma nova conceitualização, definição ou termo para a internacionalização. Mas palavras novas bastam? Como podemos evitar um cenário onde as palavras podem mudar, mas as ações e compreensões não? As práticas e políticas precisam ser examinadas de perto para verificar os valores e as finalidades que estão movendo a internacionalização (KNIGHT, 2020, p. 41-42).

---

<sup>26</sup> Há diversos estudos que abordam a internacionalização sob a perspectiva assimétrica Norte-Sul por meio do chamado Global Norte, também sobre ações cooperadas de fortalecimento da relação Sul-Sul ou mais recente na América Latina sobre o pensamento decolonial do processo na educação, mas, estes não serão os enfoques desta pesquisa.

Daí a importância de alinhar a prática ao conceito sem esquecer do que é central nesse processo: as pessoas. Conceituar o processo apenas sob a ótica das instituições é limitador por dar um caráter normativo e procedimental sem avaliar o indivíduo. Visto que é um fenômeno feito por pessoas, como tal deve ser definido e interpretado, ainda que esse seja um exercício complexo. “O desafio de fortalecer e reforçar os valores da cooperação, do intercâmbio e da parceria para benefício mútuo permanece prioritário” (KNIGHT, 2020, p. 42) visto que diferentes definições devem fortalecer a essência do processo.

Criar um conceito com tamanha abrangência que permita aplicabilidade nas variadas realidades de distintos países e culturas parece torná-lo demasiado genérico visto que não é um elemento abstrato. A internacionalização é concreta e como tal deve ser compreendida. Talvez a internacionalização não tenha se consolidado como disciplina própria uma vez que navega em outros mares do saber como na Educação, na Gestão e aqui na Ciência Política. Mas é essa mesma relação entre disciplinas que também permite novos olhares e construções conceituais e epistemológicas.

Dado que um conceito busca compreender um conjunto de ideias a partir de observações de fenômenos e busca retratar uma realidade, pode-se dizer que os conceitos ou focam em um recorte ou de uma realidade que não tem aplicabilidade universal, ou que tem caráter demasiado normativo e com enfoque institucionalista. São aspectos falhos de todas as interpretações dos autores: o demasiado enfoque no caráter institucional, a pouca ou nenhuma abordagem no nível individual. Assim, partimos do entendimento de que o conceito de internacionalização está em crise de sentido. Com base nisso, entender a internacionalização baseada em valores é uma nova via interpretativa que busca complementar a literatura construída até aqui.

### **3.2.2 A Internacionalização e a falácia da cooperação**

Vimos até aqui que a internacionalização é um tema complexo com limitações conceituais na interpretação desse fenômeno na sua totalidade. Apesar da origem da internacionalização estar atrelada ao sentido de promoção da paz mundial, não podemos negligenciar que uma das vertentes desse processo tem sido a competição nos mais variados níveis e formatos. Ainda que falemos de cooperação ao referenciar a internacionalização, é importante entender que interesses econômicos e políticos fazem parte do processo. Por isso, entender como processo desenvolvido em um espaço neutro e a parte de disputas, seria no mínimo incoerente e ingênuo.

Por ser constituída a partir das relações de diferentes atores, dimensões e contextos, pode representar disputas das mais variadas. A própria história da humanidade foi e continua sendo constituída por disputas econômicas, políticas, culturais, entre outras, e na internacionalização não tem sido diferente. Ser a melhor universidade nos rankings internacionais, ser o país que atrai mais estudantes estrangeiros, ser o país que mais envia alunos ao exterior, ser o professor com mais publicações internacionais, ser o pesquisador com mais projetos internacionais aprovados, ser o aluno que faz intercâmbio e pode viajar enquanto outros não podem fazê-lo. Esses são alguns exemplos reais da competição diretamente atrelada à internacionalização e fomentada diuturnamente nas práticas de instituições de ensino e países de todo o mundo.

Considerados tais exemplos, corroboram com a defesa de que a cooperação fundamenta a internacionalização, mas, ainda assim, internacionalização e cooperação não são sinônimos (LOUBACK, 2016). Por isso, no intuito de ir além do caráter normativo interpretativo da internacionalização, defendemos que o atual contexto se caracteriza pela “falácia da cooperação”. De um lado estão atores que se inclinam para o paradigma econômico e atuam baseados na comercialização da educação superior e na visão da internacionalização como negócio fomentando disputas de poder, interesses e reforçando valores competitivos no mundo. Já os que pendem ao paradigma cooperativo, ainda assim constituem relações com diferentes graus de hierarquia. Dentro da própria academia as relações são hierárquicas pois é um espaço político marcado por disputas, interesses e egos. Isso é replicado nas relações acadêmicas internacionais baseadas em graus de hierarquia. No Quadro 3 apresentamos o que entendemos ser os três tipos de relações acadêmicas internacionais que constituem a internacionalização atual e evidenciam a “falácia da cooperação”.

Quadro 3:Tipos de relações acadêmicas internacionais

Tipo da relação	Características das relações
Horizontal-Igualitária	Existe uma base de igualdade e reciprocidade nas relações entre os atores com o sentido genuíno de cooperar e de obtenção de ganhos mútuos. Podem ser relações bilaterais ou multilaterais.
Vertical- Hierárquica/ Busca da Excelência (olhar para cima)	As relações são desiguais e um ator A tem/vê no ator B a referência/ excelência que chamamos de “olhar para cima” e na qual busca apropriar-se para criar benefícios próprios. Aqui, os ganhos dos atores podem variar ou ser unilaterais.
Vertical - Hierárquica /Ser Referência (olhar para baixo)	Também é uma relação desigual e o mesmo ator A tem/vê a possibilidade de ser referência ao ator C e busca oferecer algo para criar benefícios próprios ou mútuos, chamado de “olhar para baixo”. Aqui, os ganhos dos atores também podem variar ou ainda serem unilaterais.

Fonte: Elaboração própria.

Para além de compreender as razões que levam cada ator a optar por um desses tipos de relações, tema da próxima seção, percebe-se que as relações hierárquicas na internacionalização podem ser interpretadas à luz do entendimento das diferenças culturais. Diferenças estas que nas relações do tipo vertical podem ser decorrentes do “etnocentrismo cultural” que se manifesta nas atitudes e no comportamento das pessoas frente a outra cultura (MESTENHAUSER, 2011) e que cria relações de poder. Neste sentido, cabe lembrar que “poder relativo é a capacidade que alguém tem de impor seus próprios valores, cultura e instituições a outro grupo, comparada com a capacidade desse grupo de fazer a mesma coisa no sentido inverso” (HUNTINGTON, 1997, p.159). Estas mesmas relações verticais - hierárquicas são parte das características das nações com internacionalização ativa e passiva definidas por Lima e Contel (2011) quando apresentam a geopolítica do conhecimento. Também em sentido vertical- hierárquico, poderia ser agregado aqui a divisão entre países “emissores” e “receptores” se considerados os dados do fluxo mundial da mobilidade internacional de pessoas como parte da internacionalização.

Por isso, defendemos que não há um único modelo de internacionalização pois a cultura e os valores das pessoas são parte constituinte das diferenças que podem criar as hierarquias e disputas. Neste sentido, as abordagens críticas da internacionalização indicam que o processo é uma faceta da lógica decolonial que estabelece diferenças e hierarquias exigindo das instituições um fazer mais ético (ANDREOTTI, 2006) que tenham o caráter mais humanizador (KNUTSON, 2019) e

que respeite e integre as diferenças culturais (MESTENHAUSER, 2011). E, tratar de competição e hierarquia nos remete ao entendimento de disputa por poder.

Neste sentido nos aproximamos dos postulados de Max Weber sobre os tipos de dominação. Sem a intenção de realizar análises em profundidade, buscamos apenas evidenciar que os mais variados enfoques sobre a internacionalização permitem a aproximação interdisciplinar. Max Weber ao criar sua teoria da dominação, trata dos modos de poder existentes e atribui três tipos de poder ou dominação exercidos; o legal, o tradicional e o carismático. Os dois primeiros dialogam diretamente com a internacionalização. O primeiro, a dominação legal, atribui à burocracia um tipo puro de dominação. Considerando os princípios fundamentais da burocracia baseados, entre outros, na administração de documentos, podemos relacionar com tudo o que envolve uma atividade de internacionalização como as burocracias migratórias que cada país define e aplica aos cidadãos de outro país. Sabe-se aqui, sem a necessidade de nomear exemplos, que há os que têm altos graus de burocracia nesse processo e que, as relações políticas, por exemplo, fazem com que um governo decida, de um dia a outro, por mudar suas exigências, por vezes tornando mais flexível e outras, mais exigentes. Essa burocracia é baseada em normas e incide na necessidade de obediência. Já o segundo tipo, dominação tradicional é quando há fidelidade à autoridade por meio do respeito como virtude da tradição. Aqui podemos relacionar com o respeito às instituições de ensino reconhecidas tradicionalmente no mundo como referência de qualidade de pesquisa, como por exemplo Harvard, MIT, Stanford, Oxford, Cambridge. A mesma dominação pode ser atribuída a pesquisadores reconhecidos internacionalmente.

Assim, não se pode perder de vista que as disputas, hierarquias e tipos de dominação integram a internacionalização. O atual contexto e a literatura evidenciam que temos países nos quais o conhecimento e a burocracia são formas de poder dado que o processo tem sido muito mais competitivo do que cooperativo. As relações na internacionalização são, em grande medida, desiguais e verticais. Para buscar entender as causas desse desequilíbrio de um país a outro, é pertinente considerar suas razões e atores conforme é tratado nas sessões seguintes. Só a partir disso será possível analisar se os valores estão relacionados ao *modus operandi* do processo num dado país.

### **3.2.3 Razões e dimensões da internacionalização**

O processo de internacionalização se fundamenta e é compreendido a partir de distintas dimensões e a cada uma delas há um conjunto de razões para o seu desenvolvimento. O conjunto de razões que move a internacionalização tem-se mostrado dinâmico dadas as constantes mudanças, as diferentes interpretações e variações da intenção dos seus atores ou ainda se está orientado ao paradigma econômico ou cooperativo. São exemplos de razões, a geração de receita, o prestígio internacional, a incorporação de elementos pedagógicos na formação curricular, a formação de cidadãos com habilidades globais, a qualificação e prestígio frente à concorrência, o desenvolvimento de quadros profissionais para o avanço do país, a segurança nacional política e migratória, o desenvolvimento social, a promoção da paz mundial e muitos outros.

Para tanto, as razões além de dinâmicas, são a força motriz que move qualquer ator a se envolver com a internacionalização e quais resultados são esperados desse envolvimento (KNIGHT, 2020). Tradicionalmente desde a década de 1990 quatro grandes grupos de razões são apresentadas: políticas, econômicas, socioculturais e acadêmicas (DE WIT, 2002; DE WIT *et al.*, 2015). Com o tempo, ocorreram novas interpretações e as razões à internacionalização passaram a ser compreendidas de acordo com as dimensões por nível de atores: o individual, o institucional, o nacional e o regional (KNIGHT, 2004; 2020). Apesar das motivações à internacionalização poderem variar entre regiões, países, instituições fazendo com que não haja um modelo único, podem haver objetivos comuns a países desenvolvidos, em desenvolvimento ou emergentes (DE WIT *et al.*, 2015). A comparação dessas mudanças que contemplam razões e dimensões por nível, como visão macro da agenda da internacionalização no mundo, pode ser vista no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Comparativo mudanças de razões à internacionalização

<b>Grupos de razões 1999</b>	<b>Conjunto de razões por dimensão 2020</b>
<b>Razões acadêmicas</b> -Dimensão internacional para pesquisa e desenvolvimento; -Ensino; -Ampliação do horizonte acadêmico; -Desenvolvimento institucional; -Perfil e status; -Melhoria da qualidade; -Padrões acadêmicos internacionais.	<b>Razões na dimensão/nível individual</b> -Desenvolvimento de visão de mundo e competências internacionais; -Promoção de carreira; -Compreensão e aptidões interculturais; -Conhecimento de questões nacionais/internacionais -Desenvolvimento de rede internacional
<b>Razões Econômicas</b> -Geração de receita; -Competitividade; -Mercado de trabalho; -Incentivos financeiros.	<b>Razões na dimensão/nível institucional</b> -Melhoria de qualidade; -Incremento de pesquisa e inovação; - <i>Branding</i> e perfil internacional; -Capacitação; -Desenvolvimento de corpo discente, docente e funcional; -Alianças estratégicas; -Produção de conhecimento; -Geração de renda.
<b>Razões Políticas</b> -Política exterior; -Segurança nacional; -Assistência técnica; -Paz e compreensão mútua; -Identidade nacional; -Identidade regional.	
<b>Razões sociais</b> -Identidade cultural nacional; -Entendimento intercultural; -Desenvolvimento de cidadania; -Desenvolvimento social e comunitário.	<b>Razões na dimensão/nível nacional</b> -Desenvolvimento de recursos humanos/aptidões; -Maior acesso à educação superior; -Ganho de cérebros; -Intercâmbio comercial; -Construção da nação; -Desenvolvimento sociocultural; -Diplomacia; - <i>Soft power</i> .
	<b>Razões na dimensão/nível regional</b> -Alinhamento de sistemas nacionais; -Identidade regional; -Alianças geopolíticas; -Competitividade regional.

Fonte: Adaptado de Knight (2020).

Para o entendimento dessas variações e mudanças, o enfoque maior tem sido dado nas razões que levam instituições de ensino e países a desenvolverem a internacionalização. Os níveis institucional, regional e regional evidenciam isso. Outro exemplo é a pesquisa da IAU<sup>27</sup> aplicada a instituições de ensino superior de mais de 100 países buscando, entre outros, identificar a perspectiva institucional do que as

<sup>27</sup> Um conjunto de nove razões foi utilizado na pesquisa: 1- Increased international awareness of/deeper engagement with global issues by students; 2- enhanced internationalization of the curriculum; 3- Improved quality of teaching and learning; 4- Strengthened institutional research and knowledge production capacity; 5- Enhanced prestige/profile for the institution; 6- Opportunity to benchmark/compare institutional performance within the context of international good practice; 7- Enhanced international cooperation and capacity building; 8- Increased international networking by faculty and researchers; e 9- Increased/diversified revenue generation.

motiva à internacionalização. O que é notório nesta pesquisa e na literatura é a camuflagem de interpretações sobre as razões que movem os indivíduos acerca desse processo. Considerando o que o Quadro 4 apresenta, apesar da nova abordagem incluir o nível individual, ainda assim, o conjunto de razões elencadas atribuem ao indivíduo o caráter de agente e receptor e despreza o entendimento dos valores como variável explicativa das razões que levam as pessoas a engajarem no tema. Isso nos leva a inferir que as razões da internacionalização têm sido interpretadas exclusivamente sob a perspectiva *top-down*. Há, pois, caminho para criar análises a partir de outras disciplinas como é o caso desta tese.

Considerando que os indivíduos são a base da internacionalização, entendemos as razões na dimensão individual. Sem a intenção de questionar a importância da internacionalização aos indivíduos, como bem é apresentada a motivação de “desenvolvimento de visão de mundo e competências internacionais” no Quadro 4, entendemos que essas razões cumprem função justificatória e assumem caráter de convencimento sobre a sua importância da internacionalização para os indivíduos, mas, com caráter *top-down*. Um passo anterior nos parece importante aqui: compreender o que move ou afasta os indivíduos da participação nesse processo. Estariam os valores dos indivíduos alinhados com esse conjunto de razões das outras dimensões? Ou ainda, teriam brasileiros e canadenses as mesmas razões para envolverem-se na internacionalização? Cabe ainda outra observação. Nos níveis nacional e regional que integram elementos socioculturais, fica evidente que esse conjunto de razões é atribuído ao Governo/ Estado e novamente questões como “desenvolvimento sociocultural; construção da nação; identidade regional” desconsideram que as pessoas são parte desse conjunto de razões pois integram a sociedade.

Uma interpretação que tangencia a dimensão individual é a hipótese dos determinantes de múltiplos níveis que afetam as razões da internacionalização. Elaborada com enfoque nas instituições de educação superior a partir do conjunto de nove razões da pesquisa aplicada pela IAU, Seeber, Cattaneo e Huisman (2016), argumentam que há fatores macro, meso e micro que afetam as razões da internacionalização. No macro estão os fatores do contexto global e nacional, no meso os objetivos da própria instituição enquanto que no micro a influência dos atores internos como estudantes, professores e gestores. É neste último grupo que vemos indícios de um cotejamento com o que buscamos identificar nessa pesquisa: a

importância dos indivíduos. Quando os autores citam: “Micro-level hypothesis) An HEI’s internationalization rationale will reflect the influence of internal actors on the internationalization process” (SEEBER, CATTANEO e HUISMAN, 2016, p.4) vemos espaço para ampliar a compreensão das razões que levam o indivíduo, dotado de crenças e valores, a atuar na internacionalização nas diferentes dimensões/níveis.

Percebe-se por meio desse conjunto de razões que a internacionalização da educação superior está diretamente relacionada ao cenário de interações e mudanças sociais pautadas pelo fluxo de pessoas, bens, capitais, ideias e informações. Assim, compreender este cenário de mudanças que impactam nas razões à internacionalização nas diferentes dimensões, nos remete às interpretações culturalistas da ciência política, sobretudo à tese de Inglehart e Welzel (2009) sobre a progressiva transformação cultural e a mudança de valores relacionados à modernização da sociedade. Entendemos ser pertinente aprofundar o estudo sobre as razões da dimensão individual e demais níveis propostos por Knight (2020) à luz das interpretações de sociedades com valores de autoexpressão ou de sobrevivência (INGLEHART e WELZEL, 2009) a fim de analisar se podem haver diferenças no conjunto de razões visto que os valores orientam o comportamento dos indivíduos e podem impactar na mudança na sociedade como intenção central do processo de internacionalização.

Como a própria autora diz “As práticas e políticas precisam ser examinadas de perto para verificar os valores e as finalidades que estão movendo a internacionalização” (KNIGHT, 2020, p. 42) e o desafio e prioridade do processo devem se concentrar em “fortalecer e reforçar os valores da cooperação, do intercâmbio e da parceria para benefício mútuo” (KNIGHT, 2020, P. 42). Para De Wit *et al.* (2015), a razão principal da internacionalização deve ser um processo para todos sem focar somente nas razões econômicas nem tampouco ser apenas para a minoria. Para os autores as instituições devem atuar na promoção dos valores afirmativos que sustentam a internacionalização previstos na *International Association of Universities* (2012) que são: a aprendizagem intercultural, a cooperação interinstitucional, os benefícios e o respeito mútuos e a parceria equitativa.

Relacionados a estes valores afirmativos, Stallivieri e Vianna (2020), apontam cinco princípios básicos da dimensão institucional para que a internacionalização seja responsiva e equitativa. São eles: 1- *balance*- simetria nas relações de cooperação interinstitucionais; 2- *accountability*- responsabilidade dos atores institucionais em

compartilhar resultados com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral; 3- *sustainability*- sustentabilidade financeira e nos propósitos das ações às demandas da sociedade; 4- *inclusion*- igualdade de oportunidades de acesso a estudantes à obtenção de habilidades interculturais por meio de ações de internacionalização afim de formar cidadãos globais; e 5- *compliance*- comprometimento na obtenção dos resultados esperados. Ainda que seja uma abordagem institucionalista, entendemos que os valores culturais dos indivíduos envolvidos no processo de internacionalização são preponderantes para o cumprimento, ou não, desses princípios.

Cabe destacar que não refutamos as dimensões até agora postas na literatura. Buscamos avançar com o entendimento do nível individual para dar novo sentido ao processo. Assim, revisitar essas razões e compreender se a atuação das instituições está alinhada com os valores dos indivíduos é uma importante forma de construir o que Corrêa (2012) aponta como caminho do meio na Ciência Política e que entendemos pode ser aplicado na internacionalização: a construção de políticas públicas alinhadas a valores para resultar em efetivas melhorias na sociedade. Para tanto, compreender as entranhas culturais e os valores como base interpretativa das razões e caminhos que movem a internacionalização são importantes. Se as razões derivam dos diferentes atores, então, ter clareza sobre quais são os atores da internacionalização também nos parece um passo importante.

### **3.2.4 Atores da Internacionalização: instituições e indivíduos**

A internacionalização não é um fenômeno abstrato. Pelo contrário, resulta da ação de indivíduos e instituições tidas aqui como faces da mesma moeda quando tratamos de internacionalização da educação superior. São os atores (*stakeholders*) e suas motivações que fomentam o conjunto de razões que, conforme visto anteriormente, têm sido majoritariamente pautadas nas dimensões institucional e nacional. Instituições de ensino ou empresariais, governos, organizações, agências reguladoras, associações de interesses especiais são exemplos de atores da internacionalização (KNIGHT, 2020) e tradicionalmente conhecidos da literatura. Mas, lembremos que o processo ocorre porque há relações entre pessoas.

Sistematizadas por dimensões, os grupos de atores assumem diferentes papéis no processo. Formular políticas, regular e financiar programas, articular ações em rede, desenvolver pesquisa, garantir a qualidade e defender direitos. Estes e muitos outros exemplos retratam o papel dos atores. A atuação de todos eles fica

permeável e volátil às mudanças e às interações entre as diferentes dimensões. Novos cenários têm “criado” também novos atores, mas, mesmo assim, a essência do processo continua sendo a relação entre as pessoas. Apesar disso, pouco tem se falado sobre os indivíduos como atores e propulsores da internacionalização.

O próprio agrupamento de atores por dimensão evidencia isso. O Quadro 5 ilustra uma das mais recentes abordagens sobre os atores da internacionalização, e sua divisão por tipos e papel que assumem feita por Knight (2020). Percebe-se que o enfoque dado reforça a visão institucional dos atores enquanto que há absoluta ausência dos indivíduos:

Quadro 5: Atores e seus papéis na internacionalização da educação superior

Diferentes níveis de atores	Diferentes tipos de atores	Diferentes papéis de atores
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Instituições</li> <li>-Nacionais</li> <li>-Subnacionais</li> <li>-Sub-regionais</li> <li>-Regionais</li> <li>-Inter-Regionais</li> <li>-Internacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Instituições /provedores públicos/privados de educação</li> <li>-Departamentos ou órgãos governamentais</li> <li>-Organizações não (ou semi-governamentais</li> <li>-Associações profissionais e grupos de interesses especiais</li> <li>-Fundações</li> <li>-Empresas privadas</li> <li>-Agências de garantia de qualidade</li> <li>-Empresas de TI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Formulação de políticas</li> <li>-Regulamentação</li> <li>-Defesa de direitos</li> <li>-Financiamento</li> <li>-Oferta de programas</li> <li>-Articulação em rede</li> <li>-Pesquisa</li> <li>-Troca de informações</li> <li>-Garantia de qualidade</li> <li>-Credenciamento</li> </ul>

Fonte: Knight (2020, p.29).

Aqui fica evidente que os indivíduos, apesar de comporem uma dimensão da internacionalização, são tidos mais como uma razão do processo e não como um ator. Querer “desenvolver visão de mundo e competências internacionais”, indicadas como razão na dimensão individual, apesar de ser um importante resultado a ser esperado da internacionalização, ainda assim, precisa estar alinhada com o entendimento se as pessoas, como atores centrais, estão dispostas e interessadas nisso. Essa falta de abordagem do indivíduo como ator tem criado esse acumulado de abordagens *top-down* e interpretações institucionalistas representando mais do mesmo durante décadas. Quando, por exemplo, Gacel-Ávila *et al.* (2005), discorrem sobre a internacionalização na América Latina e destacam que os estudantes preferem ir à Europa ou à América do Norte do que fazer intercâmbio em países vizinhos, ou que há pouca cooperação regional apesar de haver idiomas e culturas comuns, em verdade, negligenciam o entendimento do porquê dessas escolhas. A essa ausência

de abordagem teórico conceitual sobre o papel do indivíduo na internacionalização chamaremos de “omissão cultural”.

Omissão<sup>28</sup>, porque uma vez que o indivíduo sempre foi e permanece sendo parte essencial do processo, a ausência de um aprofundamento teórico-conceitual nos remete a compreender que se trata de uma omissão e não de um desconhecimento. Já o emprego da palavra cultural é porque entendemos que as pessoas dotadas de valores, atitudes e comportamentos e que integram a cultura de uma determinada sociedade são parte essencial para a realização e os resultados da internacionalização.

Há esparsos ensaios sobre indivíduos enquanto atores do processo. Tomemos a mobilidade acadêmica internacional de estudantes como exemplo. Ação carro-chefe da internacionalização em políticas públicas de diferentes níveis e em países do mundo todo mas que, nem por isso, resultou, até aqui, no aprofundamento apurado ou estudo desses enquanto atores que possuem um conjunto de razões para atuarem/participarem da internacionalização. O que se tem, são estudos, *en passant*, sobre os impactos da experiência de estudantes de mobilidade internacional, sobretudo comparando o aluno que fez mobilidade ao que não fez para identificar diferenças (TEICHLER, 2017). De acordo com Teichler (2017), compreender o sucesso e o impacto que decorrente da experiência da mobilidade de estudantes é importante. O que se tem até agora é um conjunto de quatro categorias: 1- Sucesso no estudo; 2-aprimoramento de competências; 3- mudança de valores e atitudes; e 4- impactos na carreira. Mas, todos são estudos isolados, com pequeno grupo focal, dificultando a realização de graus de comparabilidade. Embora essas categorias não enfoquem a concepção dos atores do processo, mas sim nos resultados do processo nos indivíduos, é pertinente aqui a terceira delas, que trata de valores pois corrobora com o entendimento da mudança de valores como parte do processo de socialização, temas estes, que já abordamos nas seções anteriores.

Os indivíduos assumem duplo papel: são atores e receptores dos resultados do processo de internacionalização. Por isso, entender apenas o papel das instituições é negligenciar os indivíduos. Permanecer na “velha” abordagem institucionalista é o mesmo que entender que os indivíduos seriam meros

---

<sup>28</sup> Os fatores que têm levado a essa omissão, não nos interessa abordar aqui pois incorreria em um aprofundamento de outros temas.

expectadores ou receptores do processo, o que na prática não ocorre. Isso não quer dizer que os estudos com abordagens institucionalistas são inválidas. Quer dizer que é necessário construir e compreender esse processo também desde o modelo *bottom-up*. Até aqui, deixamos que as instituições e os números, quando os temos, sejam a única representação da “qualidade da internacionalização” ou pior: que as organizações formuladoras e controladoras de rankings internacionais tenham a autonomia de dizer quem é ou não internacionalizado a partir de indicadores quaisquer. Queremos encontrar o caminho do meio entre o *top-down* e o *bottom-up* na internacionalização para que as pessoas e as instituições complementam sua atuação enquanto atores e possam resultar em efetiva melhoria na sociedade como propõe seu conceito.

A perspectiva institucional não explica, por si só, os rumos da internacionalização. Governos e instituições podem ter projetos, programas, políticas públicas com importantes objetivos, mas, a implantação e os resultados vão depender das pessoas. Não apenas os atores nacionais, internacionais, governamentais, institucionais e outros indicados por Knight (2020), são importantes. Alunos, professores, pesquisadores e sociedade em geral são importantes para que as ações de internacionalização ocorram e mais, para que gerem resultados positivos. Diante disso questionamos: Estaria o atual paradigma econômico do processo, fortemente criticado na literatura, relacionado a essa “omissão cultural” sobre o papel dos indivíduos nesse processo? Os interesses dos “consolidados” atores da internacionalização são mais importantes que as pessoas? Se a internacionalização muda conforme seus atores e respectivas razões, porque então negligenciar os indivíduos? Eles não são importantes para o processo? Quais são então as razões dos indivíduos para internacionalizar? O que nos parece central aqui é construirmos esse “olhar cultural”.

Jamarillo e Knight (2005), por exemplo, não contemplam os indivíduos, em publicação sobre os atores-chave à internacionalização nos países da América Latina, incluindo o Brasil. Citam uma série de entidades intergovernamentais, departamentos e agências governamentais, entidades, ONGs, fundações e acordos e convenções neste rol dos atores mais importantes nesta região. Além disso, entendem como preocupante o fato de não haver uma organização ou sistema que congregue as redes a nível nacional para apoiar a educação internacional. Para as autoras, esse novo ator

assumiria um papel importante para o financiamento, capacitação, intercâmbio de informação, defesa e análise de políticas nos países latinos.

Políticas estas que defendemos estão diretamente relacionadas ao papel do Estado em cada país. Ainda que a literatura da internacionalização faça uso de outros termos para referir-se ao papel das instituições ligadas ao Estado, é pertinente entender que, em grande medida, regulações, estruturas e políticas relacionadas à educação superior de um país decorrem da atuação do aparelho estatal enquanto ator central. Por isso, compreender o papel das instituições demanda também analisar o papel assumido pelo Estado frente ao tema da educação superior e internacional. Assim, não refutamos aqui, o papel das instituições. Ao contrário, defendemos a necessidade de entender esse papel associado ao papel das pessoas visto que ambos são interdependentes, conforme se buscou evidenciar no primeiro capítulo.

Corroborando com a abordagem institucionalista e focando no contexto brasileiro, Laus e Morosini (2005) destacam como principais atores da internacionalização no país, o governo e agências do governo, associações ou redes universitárias, e acordos e programas internacionais com outros países. Também entendem que governo e instituições de ensino devem estar alinhados para a criação de políticas institucionais e governamentais de apoio ao processo de internacionalização sobre a base dos valores nacionais. Apesar de aqui tampouco ter sido focado o indivíduo como ator importante, cabe destacar a inferência feita pelas autoras de que políticas de internacionalização devam considerar os valores nacionais.

Uma das pesquisas mais robustas sobre a internacionalização é evidenciada no Barômetro EAIE- *European Association for International Education*- (2018). O Instrumento legitima o importante papel das instituições de ensino superior no contexto europeu. Além disso, fica claro que esses atores “agem” nos múltiplos níveis- micro, meso- macro- (SEEBER; CATTANEO; HUISMAN, 2016) por meio de políticas, como regulações migratórias, acreditação, financiamento, pesquisa, organismos e agências nacionais. Esse “agir” converge com a perspectiva institucional da Ciência Política compreendida como Estado em ação.

Tendo presente que a Europa é uma das regiões de maior tradição de internacionalização da Educação Superior no mundo, com especial enfoque no papel dos atores governamentais nacionais, internacionais e das universidades. Os dados do Barômetro EAIE de 2018, de acordo com as universidades europeias, indicam os

principais desafios à internacionalização e apontam direta relação com os indivíduos. Sua atuação ou falta de, cria um conjunto de desafios internos (meso ou micro) e outros externos (macro), às quais vemos proximidade com os postulados da Cultura Política, sobretudo no que tange aos valores dos indivíduos. Nos Quadros 6 e 7 evidenciamos os dados da pesquisa e buscamos aproximar com os postulados da Cultura Política.

Quadro 6: Desafios internos (meso e micro) à internacionalização

<b>Desafio apontado pelas universidades europeias</b>	<b>Percentual apontado na pesquisa EAIE</b>	<b>Hipótese de relação com a Cultura Política</b>
Lack of commitment by some staff	38%	Relação com valores não participativos/cooperativos
Lack of internal recognition	27%	Capital social (Putnam)
Lack of student/staff foreign language skills	24%	Elemento cultural; Capital humano
Students not pursuing international education	16%	Valores tradicionais. Talvez valores conservadores
Lack of integration of international students	15%	Valores conservadores dos estrangeiros e dos locais; socialização
Lack of International student/staff local language skills	10%	Elemento cultural; Capital humano

Fonte: Adaptado de Barômetro EAIE, 2018.

Quadro 7: Desafios externos (macro) à internacionalização

<b>Desafio apontado pelas universidades europeias</b>	<b>Percentual apontado na pesquisa EAIE</b>	<b>Hipótese de relação com a Cultura Política</b>
(Inter)nacional competition	28%	Ausência de valores cooperativos
Lack of international recognition of Internationalization of Higher Education	24%	Ausência de comprometimento com o tema. Educação superior não é importante.
Lack of national support/strategy	23%	Incapacidade de criação de políticas públicas
Lack of employer recognition	24%	Falta de reconhecimento nacional. Educação Internacional não é importante.
Low-priority country for international partnerships	10%	Falta de valores cooperativos no governo
Political nationalism/xenophobia	10%	Valores conservadores nas instituições políticas
Emigration of local students	7%	Brain drain. Decorrente de valores de não confiança no seu país
Political instability/insecurity	7%	Impacto da política/instituição no processo. Decorrente de valores de não confiança nas instituições

Fonte: Adaptado de Barômetro EAIE, 2018.

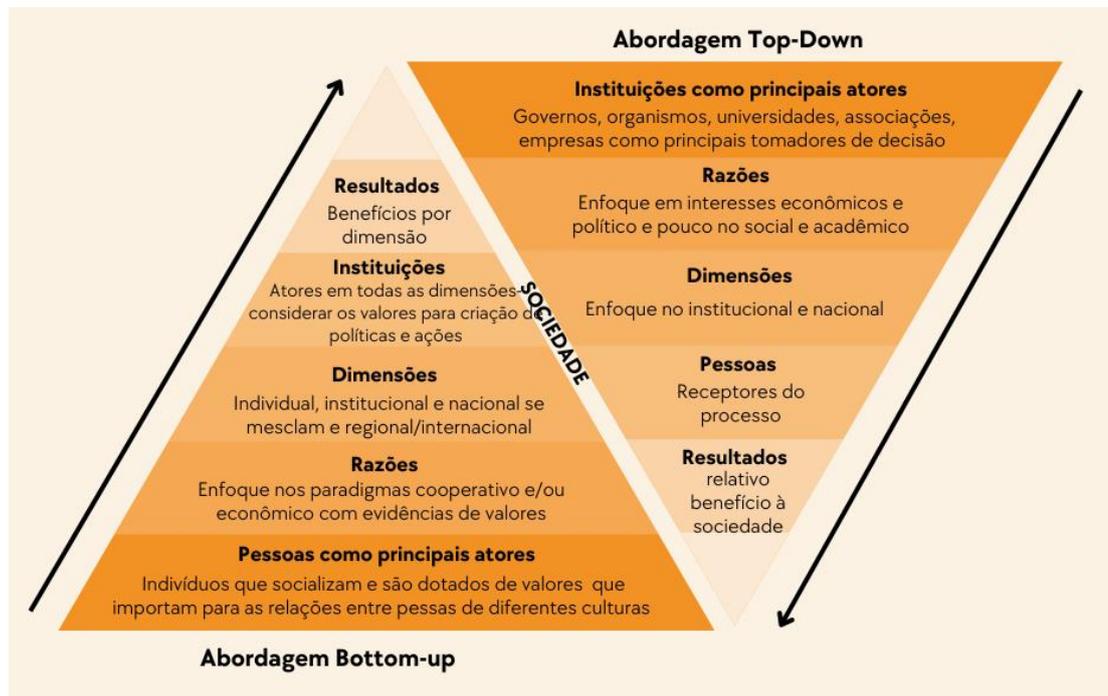
Os resultados dessa pesquisa sobre a internacionalização somados à tentativa de aproximação com a Cultura Política nos levam à defesa da importância da “inclusão cultural” por meio da compreensão dos indivíduos como atores e dotados de valores. Sabemos que nem todas as pessoas se interessam pelo tema. Por isso também é importante pensar em qual grupo de pessoas estamos focando. A internacionalização para alunos e para professores pode ainda ter motivações diferentes. Assim, nos unimos às perguntas de Barbosa e Neves (2020, p. 41):

[...] fica a questão dos atores e protagonistas/stakeholders desse processo: quem são esses atores? Gestores? A profissão acadêmica? Os políticos? Ou, mais provavelmente, combinações distintas de grupos de atores? As respostas a estas questões perpassam todos os temas trabalhados neste dossiê. Abrangem estudos sobre a ciência e as profissões, sobre a política identitária e institucional, chegando à política nacional e aos valores sociais. (BARBOSA, NEVES, 2020, p.41).

Portanto, os atores do processo e seus valores precisam ser melhor estudados. São os valores individuais que impactam na cultura organizacional, na criação de políticas públicas, nas decisões de alunos, professores e pesquisadores em envolver-se em ações internacionais, ou não, e, por conseguinte, nos resultados e rumos da internacionalização em dado país.

### **3.2.5 Os valores e a internacionalização: a abordagem *bottom-up***

Vimos até aqui como se apresenta na literatura a internacionalização e seu enfoque *top-down*. O normativismo e o institucionalismo exacerbados indicam caminhos de pouca consideração das pessoas no processo. Embora haja evidências da importância em considerar os valores para elaboração de interpretações sobre fenômenos que envolvam os indivíduos em diferentes países, este ainda é um tema a ser elaborado em estudos sobre a internacionalização (KHORSANDI, 2014). Com a intenção de buscar novas formas de compreender e explicar a internacionalização propomos nesta seção a construção da “abordagem *bottom-up*”. Neste sentido, a Figura 3 ilustra os componentes do que fora identificado como *modus operandi* da abordagem *top-down*, assim como a nossa proposição da abordagem *bottom-up*.

Figura 3: Abordagens *bottom-up* e *top-down* da internacionalização

Fonte: Elaboração própria.

O triângulo da abordagem *top-down* busca evidenciar os aspectos indicados nas seções anteriores. Destacamos as limitações conceituais baseadas nas razões, sobretudo econômicas, o domínio do processo pelas instituições tidas como atores centrais, as dimensões/níveis com enfoque institucional e nacional, bem como o entendimento das pessoas muito mais como receptoras, bem como a falta de aprofundamento sobre os resultados à sociedade. Não é intenção refutar esta composição, mas sim, alinhar posições desses componentes em outro formato e ainda reforçar alguns deles com o olhar culturalista. Partimos do entendimento sobre valores dos indivíduos como parte de todas as “etapas”. Cabe ainda uma ressalva. Ainda que a imagem da pirâmide indique camadas, estas não são interpretadas aqui como etapas isoladas nem em perspectiva cronológica ou hierárquica. São vistas como componentes da internacionalização como um todo pois corroboramos o entendimento da internacionalização como processo.

A abordagem *bottom-up* tem como princípio explicativo as pessoas e seus valores. Por isso, o primeiro componente dessa interpretação é entender que os indivíduos são atores, *pari passu* às instituições. Por isso, a base da pirâmide é composta pelas pessoas como atores que alicerçam a internacionalização. Elas são parte da compreensão básica de que o processo decorre das relações humanas. Outro componente diz respeito ao conjunto de razões. Diferente da abordagem que

entende apenas as razões institucionais, aqui, também vinculamos o conjunto de valores dos indivíduos como parte integrante das motivações que levam, ou não, pessoas a engajarem com o tema nas mais variadas etapas.

Diferente do que Stallivieri e Vianna (2020) afirmam de que os dados da OCDE do número crescente de alunos em mobilidade evidenciam a intenção das pessoas em cooperar e manter relações, entendemos que inferir que um dado quantitativo é resultado de interesse com sentido humanístico é um erro. O crescimento do número de pessoas em mobilidade internacional indica uma mudança na sociedade. Mudança essa que, segundo a teoria de Inglehart e Welzel (2009), decorre da revolução silenciosa e é parte da mudança cultural como consequência da modernização e mudança de valores. Além disso, esse fluxo de mobilidade pode ainda caracterizar o que Castro *et al.* (2020), denominam como um reflexo da globalização fazendo com que valores e atitudes repliquem o modismo das elites entendidas como chic. Em outras palavras, a internacionalização pode apenas estar replicando o que é chique e feito na Europa, no Norte. É aqui também que encontramos espaço para discutir se os valores fomentam o paradigma cooperativo ou econômico do processo.

O terceiro componente trata das dimensões. Além das já tradicionais da literatura, acrescentamos a individual em sentido verdadeiramente relacionado aos indivíduos. Por isso, novamente é necessário retomar os valores enquanto variável interveniente para elucidar as razões que movem os indivíduos a determinada direção, ou aproximando aqui, a relacionar-se com pessoas de determinado lugar no mundo. Somamos aqui o entendimento da cultura como parte importante no transcurso dessas relações. Isso porque os valores exercem um considerável grau de importância na intencionalidade do processo de internacionalização além de interferir nas relações interculturais a fim de contribuir com a sociedade, conforme prevê o conceito de internacionalização de De Wit *et al.* (2015).

As instituições são tratadas como outro componente. Aqui em referência a instituições de educação, governos e seus organismos, empresas, entidades nacionais ou internacionais, associações entre outros, são atores igualmente importantes que, em grande medida representam o caráter institucional do processo por meio de diretrizes, normas, políticas públicas, que dependem das pessoas para serem implantadas. Por isso, os atores podem ser agrupados em dois: o das pessoas e o das instituições. Ambos coexistem e se inter relacionam. As Instituições compreendem o que a literatura já define como empresas, governos, organismos,

associações e estas continuam atuando em diferentes níveis. No local fortemente relacionado ao contexto das instituições de ensino, o nacional com caráter de uma nação, o regional com enfoque em blocos de países como é o caso da União Europeia, e o internacional que é a arena mundial macro. Todas as ações sob o abrigo do paradigma cooperativo ou econômico.

O último componente, mas não menos importante, trata dos resultados e corrobora com o entendimento da internacionalização como meio para um determinado objetivo. Os resultados, pela abordagem *top-down*, têm sido majoritariamente terceirizados, sobremaneira às empresas de controle de rankings. Quantitativos ou qualitativos, individuais ou coletivos. As discussões sobre o valor da internacionalização evidenciam que o estudo dos resultados da internacionalização ainda precisa ser desenvolvido. Neste sentido, defendemos que os resultados devem ser entendidos por cada dimensão e sua composição de razões e atores. Os valores podem criar resultados individuais ou coletivos, ambos de maneira legítima e que desconstrói o entendimento de De Wit *et al.* (2015) de que o processo precisa beneficiar a sociedade. Em uma sociedade com valores de sobrevivência, por exemplo, dificilmente a atuação cívica e participativa terá o mesmo grau que em sociedades com valores de auto-expressão. Ou ainda, uma sociedade com valores de auto-expressão marcado com características de segurança, podem representar valores de segurança e pouca intenção em interações globais. Portanto, testar a relação entre valores e resultados da internacionalização parece essencial tanto a nível de país quanto para alinhar a prática da internacionalização com os valores humanos em sentido universal.

Neste sentido, os valores básicos tidos como universais por Schwartz (1992; 2012) são importantes para a internacionalização uma vez que o autor entende que o comportamento são os valores em ação. Tal qual o autor defende que as motivações são o principal aspecto a ser considerado para entender como os valores refletem o comportamento humano. Na nossa abordagem *bottom-up*, entendemos que, tanto as características universais quanto os valores básicos apontados por Schwartz (1992; 2012) devem servir de base ao entendimento da dimensão individual para o comportamento dos indivíduos à internacionalização. Isso porque defendemos que a internacionalização precisa reforçar o caráter universal da humanidade. Não é só sobre promover a paz, mas, promover o desenvolvimento da humanidade e sua sobrevivência. Assim, para além destes componentes, a sociedade como construto

social é entendida nesta abordagem como transversal a todos eles. Com a intenção de avaliar empiricamente os valores para aprofundar a abordagem *bottom-up* aqui proposta e, a fim de testar a hipótese desta tese, dedicamos os dois próximos capítulos para apresentação e análise de Brasil e Canadá.

### 3.3 Conclusão

Este capítulo foi dedicado à construção do marco teórico-conceitual da tese. Foram apresentados os postulados da Cultura Política sobre valores além do entendimento sobre o processo de socialização para então dissertar sobre o entendimento do indivíduo como cidadão. Apontamentos teóricos estes que servem de fio condutor para a construção da análise no quarto capítulo como nova forma de compreender a internacionalização a partir das lentes culturalistas sobre valores.

Também foi realizada revisão da literatura sobre a internacionalização a fim de entender os conceitos e definições na literatura que, conforme visto, são limitadas e não entendem o indivíduo e seus valores em sentido explicativo do processo. Tampouco se dedicam à compreensão da sociedade a qual o próprio conceito diz que precisa ser beneficiada pela internacionalização. A revisão indica que autores têm comumente tratado o tema da internacionalização em sentido normativo e sob a perspectiva institucional, que chamamos de abordagem *top-down*. Por isso, evidenciamos a necessidade de aprofundamentos e novos olhares no que diz respeito às razões, dimensões e aos atores dos processos. Ilustramos ainda, que a internacionalização tem limitações no que se refere ao seu caráter cooperativo visto que há desequilíbrios e disputas de diferentes ordens.

Assim, temos de um lado as bases interpretativas da internacionalização da educação superior com diversas lacunas concernentes ao entendimento do indivíduo enquanto ator e dotado de valores. De outro, o entendimento sobre os valores dos indivíduos como base para compreensão da atuação humana em sociedade. Estes temas serão justapostos pela Cultura Política a partir da compreensão dos indivíduos/cidadãos enquanto atores centrais em ambas as disciplinas e que têm nos seus valores, crenças, atitudes e experiências de socialização a base de formação que lhe incute, ou não, determinada capacidade voltada ao agir coletivo. Busca-se, pois, com esse marco teórico apresentado, compreender as orientações político-culturais dos indivíduos de sociedades diferentes como caminho para identificar

relações com o conceito e modelos da internacionalização da educação superior em curso nos países estudados.

Portanto, os apontamentos teóricos aqui apresentados, reforçam os elementos convergentes e complementares apontados no primeiro capítulo. Em linhas gerais, este capítulo se debruçou a avançar no diálogo interdisciplinar. Buscou preencher o hiato da “omissão cultural” com uma proposta de nova interpretação da realidade frente ao que tem sido apontado criticamente pela literatura sobre a necessidade de compreender melhor a finalidade do processo de internacionalização. Assim, foram indicadas as bases da construção de uma nova abordagem da internacionalização, denominada *bottom-up* a partir do entendimento da importância das pessoas e dos valores.

#### 4 CAPÍTULO III - INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORES DE BRASIL E CANADÁ

O presente capítulo se dedica a apresentar os processos de internacionalização de Brasil e Canadá e os valores dessas sociedades no período de 1990 a 2020. Assim, a pergunta que guia esse capítulo é a seguinte: Nos últimos 30 anos, quais são os valores e como é o processo de internacionalização de Brasil e Canadá? Para dar conta desta pergunta e, lembrando que o enfoque dessa tese é reforçar a importância das pessoas, buscar-se-á inicialmente contextualizar a formação étnico-cultural de ambas as sociedades. Após, são apresentados elementos da estrutura e formato político-histórico do sistema de educação superior desses países, visto que é fruto desse espaço e contexto que a internacionalização se desenvolve. A partir disso, são apresentadas e identificadas diferentes fases, razões e atores do processo de internacionalização de Brasil e Canadá.

No que concerne aos valores dessas sociedades, é feito um panorama macro a partir dos postulados dos autores apontados no capítulo anterior, nomeadamente as dimensões de valores de Inglehart e Welzel (2009) baseadas no “Mapa Cultural Mundial” e, *en passant*, o *6-D Model of National Culture* de Geert Hofstede. Assim, o presente capítulo assume o caráter descritivo do contexto de ambos os países, enquanto que a apresentação das variáveis e a análise são tema do próximo capítulo.

Apresentar Brasil e Canadá é uma tarefa árdua. Isso porque são conhecidos popularmente como países continentais devido a vasta extensão de seus territórios e, igualmente, multiculturais decorrente da diversidade das suas populações. Por isso, reconhecemos antecipadamente que muitas informações atinentes à retratação destes países ficarão de fora, como é o caso da apresentação da história da política destes países, pois nos concentramos nos elementos que apoiarão o nosso debate sobre valores e internacionalização. Assim, com base no levantamento bibliográfico realizado e, no intuito de alicerçar as variáveis da pesquisa WVS e o arcabouço teórico-conceitual, destacamos no Quadro 8, alguns dados que caracterizam Brasil e Canadá, enquanto fenômeno empírico analisado.

Quadro 8: Dados gerais de Brasil e Canadá - período 1990 a 2020

	Ano referência	Brasil	Canadá
População (milhões)	1990	149.0	27.5
	2018	209.5	37.1
Expectativa de vida	1990	63.5	75.5
	2006	71	80
IDH- posição no ranking mundial	2019	79	13
Criação da Constituição Nacional	-	1988	1982
Investimento governamental em educação (% do PIB)	1995	4.6	6.3
	2011	5.7	5.3
Desemprego (% população a partir de 15 anos)	1991	6.3	12.5
	2018	10.3	5.9
Usuários de internet (% da população)	2000	2.9	51.3
	2018	67.5	91
Visitantes estrangeiros no país (mil)	1995	1.991	16.932
	2017	6.589	20.798
Taxa de homicídio (número a cada cem mil pessoas)	1990	19.6	2.4
	2017	30.5	1.8
Investimento em educação pelo governo (% PIB)	1995	4.6	6.3
	2011	5.7	5.3
Desigualdade na educação (considera variáveis socioeconômicas, educativas, trabalho, entre outras)	2010	25.7	3.2
	2018	23.8	2.7
PIB (milhões)	2019	1.839.758,04	1.736.425,63
Índice de Democracia Liberal de acordo com V-Dem (0 não democrático e 1 totalmente democrático)	2006	0.75	Acima de 0.75
	2016	0.5 (recoo na democracia)	Acima de 0.75
Regime democrático no país de acordo com V-Dem	2019	Electoral Autocracy	Liberal Democracy
Posição do país por componente (Igualitário; Participativo e Deliberativo) do índice de Democracia Liberal de acordo com V-Dem	2019 - (Igualdade de acesso, proteção e distribuição de recursos)	143	14
	2019 - (participação na sociedade civil, governo local/regional)	69	22
	2019 - (legitimidade, respeito à opiniões contrárias, engajamento social)	104	16

Fonte: Elaboração própria com base em dados de PNUD- ONU, UNESCO, Banco Mundial, *Freedom House*, *V-Dem Annual Democracy Report 2020* e *Universities Canada*.

Os dados deste quadro revelam disparidades para além do quantitativo populacional destes países. É o caso do índice de desenvolvimento humano, da taxa de homicídio, da desigualdade na educação e também do número de visitantes

estrangeiros no país, no qual o Canadá atraiu pelo menos três vezes mais que o Brasil. Não é a intenção aprofundar estes dados, mas sim, entender que eles fazem parte da realidade dessas sociedades quando falamos de seus valores e seus processos de internacionalização e por isso, não podem ser negligenciados.

#### 4.1 BRASIL

Falar de um país em perspectiva internacional demanda compreender quais são as visões que o mundo tem sobre ele. Assim surge a pergunta: o que o mundo conhece sobre o Brasil? Sabe-se que a resposta pode variar a cada respondente. No entanto, em termos gerais, recai-se nos estereótipos do país que são: terra do carnaval, do futebol, de praias e clima tropical, de samba e bossa nova, de povo alegre, onde fica a floresta Amazônia, com favelas, violência e corrupção.

A reprodução de estereótipos e a visão que os indivíduos têm sobre um país está atrelado tanto a seus valores, formados por meios de seus espaços e experiências de socialização, quanto pelo que é projetado mundialmente pela mídia e fortemente relacionado a forças políticas e econômicas, ou ainda, fazendo uso do termo que a disciplina de Relações Internacionais comumente utiliza, às estratégias de Soft Power<sup>29</sup>. A opinião de uma pessoa sobre um país ao qual nunca teve a oportunidade de visitar, será construída sob a égide desse conjunto de aspectos. Por isso é importante compreender a internacionalização como resultante da visão das pessoas. Diante disso, ao tratar da internacionalização é pertinente considerar o que as pessoas de outros países sabem sobre o Brasil, sobre a educação superior brasileira e, com base nisso, constituem suas relações. Sem isso, pode ocorrer o que Mestenhauser (2011) sugere como efeito negativo na internacionalização visto que o que é desconhecido, simplesmente não existe.

Considerar o que os outros pensam e sabem de um outro país constituindo a visão de mundo das pessoas é parte do entendimento do fenômeno da internacionalização. Como o enfoque é pôr à prova a relação entre valores e a internacionalização numa dada sociedade, então é necessário também nos concentrarmos em perspectiva contrária a responder outra pergunta: Quem são os

---

<sup>29</sup> Para saber mais sobre o conceito de Soft Power, acessar a obra: NYE, JR., Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York:Public Affairs, c2, 2004.

brasileiros e o que pensam? É na tentativa de responder essa questão que apresentamos as seções seguintes sobre o Brasil.

#### **4.1.1 Formação Cultural Brasileira**

A formação cultural da atual sociedade brasileira é composta por uma grande diversidade étnico-racial e decorre, em grande medida, das decisões políticas tomadas ao longo da história do país. Os brasileiros são um conjunto de diferentes etnias, muitas delas de diferentes partes do mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo demográfico de 2022 indicam que a população brasileira é composta por 45,3% pardos, 43,5% brancos, 10,2% negros, 0,6% indígenas e 0,4% amarelos.

Em perspectiva cronológica, mas sem a intenção de ter caráter historicista, para além dos povos indígenas que viviam no território antes do descobrimento, os portugueses compuseram uma boa parte da população brasileira por meio do processo de colonização. Foram eles também que deram origem à vinda de negros escravizados ao território como força de trabalho braçal, sobretudo na agricultura em plantações de cana de açúcar. Assim, as bases étnico-culturais no país integravam inicialmente portugueses, africanos e indígenas. Somados a estes, outros grupos migraram ao Brasil de maneira espontânea. Especialmente italianos, alemães, japoneses e árabes passaram a formar núcleos de colonização nas regiões Sudeste e Sul do território brasileiro. Diferente do que ocorreu com a grande maioria dos negros, o ingresso desses estrangeiros no Brasil ocorreu, em grande medida, por incentivos da então República Oligárquica, para entre outros, atuarem como mão de obra sobretudo em produções de café. As famílias desses imigrantes foram assentadas em terras doadas para promover o desenvolvimento agrícola nestas regiões e ali construíram suas vidas. Reflexo disso, é a cidade de São Paulo que concentra atualmente a maior comunidade japonesa fora do Japão. No período mais recente, de acordo com dados do Portal da Imigração, os fluxos migratórios ao Brasil, indicam majoritariamente pessoas da América Latina, Ásia e África. Merece destaque que o ingresso de estrangeiros atualmente também ocorre na condição de refúgio.

Para além da característica étnica, junto a todos esses estrangeiros, veio também sua cultura no sentido antropológico do termo, contemplando assim, a religiosidade, a música, a dança, a língua, os hábitos e costumes. Neste sentido, as instituições educacionais com caráter comunitário, o catolicismo, o candomblé, a

oktoberfest, o arroz, a capoeira, o samba, são legados culturais que acompanharam a vinda das pessoas de diferentes partes do mundo e fazem parte do Brasil atual. Do Oiapoque ao Chuí, considerados extremos Norte e Sul do país, há diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, entre outros aspectos, que refletem nos valores culturais dessa sociedade multifacetada. Metaforicamente pode-se dizer que todos estes elementos são peças de um quebra-cabeça que aos poucos se encaixam e constituem a nação e, portanto, transcendem a formação étnica. Para Holanda (1995), a colonização, a escravidão, a vinda de imigrantes europeus e a estrutura de produção rural são herança da formação da sociedade brasileira.

A atual sociedade brasileira carrega na sua cultura as marcas das decisões políticas tomadas ao longo da história do país. Da escravidão à naturalização da violência baseada nas hierarquias. Para Florestan Fernandes (1987), a história social brasileira é baseada em um eixo de referências econômicas e políticas e uma estrutura social de estamentos e não de classes e o Brasil se compunha de uma sociedade de elite e de privilégios, no qual o Estado exerce papel autocrático do país que é periférico. A troca de favores como parte da formação político-cultural do Brasil baseada no coronelismo (LEAL, 1975), a cordialidade, mas com distanciamento, a intimidade das relações sociais, a importância da família, são características culturais dos brasileiros (HOLANDA, 1995) e são parte da formação de seus valores. O demasiado apeço a símbolos, como o anel de formatura, reflexo da “praga do bacharelismo”, o conservadorismo, a herança patriarcal e colonial, os fundamentos personalistas na vida social- somados ao cordialismo-, são raízes do Brasil e obstáculos para uma sociedade brasileira moderna (HOLANDA, 1995).

Sem a intenção de debater sobre a composição da identidade nacional, lembremos que a cultura brasileira carregou por anos o *modus operandi* de “copiar” a metrópole e os países centrais (ORTIZ, 1985). Também vale recordar que “...a problemática da cultura brasileira tem sido, e permanece, até hoje, uma questão política (ORTIZ, 1985, p. 8). A elite política - econômica e branca- sempre interferiu nos rumos da cultura do país. Desde a permissão à era escravocrata, à escolha de quais nacionalidades podiam entrar no território e onde se instalarem, o controle das manifestações culturais como ocorreu na primeira guerra mundial, quando foi proibido o uso do idioma acarretando no fechamento de escolas formadas por imigrantes alemães, italianos e japoneses que representavam os países do Eixo e reafirmadas nas censuras durante o período da ditadura militar. As mudanças do Brasil rural ao

Brasil urbano, a inserção dos meios de comunicação de massa, o reforço à industrialização como parte do período desenvolvimentista fortalecido durante a ditadura militar, ainda não apagam as marcas de país agrícola e exportador de *commodities*.

Ao mundo a política externa brasileira reforçou durante décadas a imagem do “homem cordial”. Enquanto isso, a sociedade brasileira replica o complexo de vira-lata e, em grande medida, uma postura subserviente de quem fora colonizado. Na política, os brasileiros não reconhecem as instituições de representação - como partidos e o direito de escolher os governantes e de fiscalizar a atuação deles (MOISÉS, 2008) e seu comportamento é a base explicativa da democracia inercial do Brasil (BAQUERO, CASTRO e RANINCHESKI, 2018). Reflete de toda essa construção histórica de facetas étnico-culturais e políticas, a forma como um brasileiro vê o mundo e se vê nele. Por isso, tratar de temas como a internacionalização da educação superior no Brasil e valores dos brasileiros, recai na necessidade de entender essa composição cultural multifacetada da sociedade brasileira.

#### **4.1.2 Influências internacionais na formação da Educação Superior Brasileira**

A trajetória de formação da educação superior brasileira é constituída por influências internacionais de diferentes ordens. Durante o período colonial (1500-1822) a formação acadêmica de jovens da elite brasileira era realizada na Europa, preferencialmente nas metrópoles coloniais, sendo as universidades da França e de Portugal os principais destinos e os estudos se concentravam no Direito e na Medicina. Esta realidade manteve-se inalterada até a criação da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920 decorrente da junção das Faculdade de Engenharia, Medicina e Direito e que em 1937 passou a se chamar Universidade do Brasil, constituída para servir como modelo nacional para futuras instituições, continuando com o caráter elitista. Cabe destacar que o Brasil foi um dos últimos países latino-americanos a criar universidades pois curvava-se ao *modus operandi* colonialista. (MUELLER, 2013).

A partir dos anos 30 até o final da II Guerra Mundial teve início um conjunto de mudanças no ensino superior do Brasil visando formar os quadros profissionais necessários para o desenvolvimento do país. Datam dessa época as primeiras políticas educacionais de nível superior e o surgimento de outras universidades públicas brasileiras: a Universidade Federal de Minas Gerais (1928), a Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (1934), inicialmente chamada de Universidade de Porto Alegre, e a Universidade de São Paulo (1934). (MUELLER, 2013). É neste período que inicia a vinda de professores visitantes franceses<sup>30</sup> para atuarem nas emergentes universidades brasileiras e desenvolverem a formação superior no Brasil ao mesmo tempo que desenvolviam estudos sobre o país pouco estudado até então (LIMA e CONTEL, 2011).

A partir da década de 50, os investimentos e esforços governamentais na educação superior brasileira estavam diretamente vinculados à necessidade de formação de mão-de-obra para a indústria emergente do período desenvolvimentista. A criação das agências de fomento à pesquisa e à qualificação no ensino superior, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951, estão relacionadas aos interesses nacionais e marcaram o início da atuação do governo no campo da educação, ciência e tecnologia nacional.

É também nesta década que passa a ocorrer influência do modelo norte-americano quando foram criados acordos de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos. A relação foi reforçada pelo Tratado da Aliança para o Progresso, projeto político do então governo norte-americano de John F. Kennedy para integrar a América Latina aos ideais capitalistas frente à ameaça soviética. O apoio passou de técnico para financeiro ao Brasil e reflexo disso foi a criação do acordo MEC e *United States Agency for International Development* (USAID) em 1964 com o objetivo de promover uma profunda reforma no ensino brasileiro. Com isso, se aprofunda a implantação do modelo americano nas universidades brasileiras (LIMA e CONTEL, 2011) e a educação superior passa a exercer um papel estratégico na formação de quadros técnicos para o projeto econômico brasileiro e alinhado com os interesses e a política norte-americana. “A USAID encarava o ensino superior como elemento da formação de recursos humanos e esses como meios para o aumento da produção industrial e da produção agrícola” (CUNHA<sup>31</sup>, 2007 apud LIMA e CONTEL, 2011, p. 167).

---

<sup>30</sup> Para saber mais informações consultar LEFEVRE, Jean-Paul. Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944) IN: *Cahiers du Brésil Contemporain*. n.12, 1990.

<sup>31</sup> CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

Em meio a este contexto, em 1961 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - Lei nº 4.024- que concedia autoridade ao Conselho Federal de Educação, fortalecendo a centralidade do sistema de educação superior pela atuação fiscalizadora e reguladora. Cabe destacar que a LDB foi alterada em 1996 pela Lei nº 9.394 que sistematiza e regula a oferta de cursos e das próprias instituições de Educação Superior. Com esta Lei, o governo brasileiro tinha autonomia nas decisões e mudanças no sistema da educação superior no país.

Apesar de protestos estudantis com pouco ou nenhum efeito, o período era de plena recessão do regime militar, algumas orientações dos consultores norte-americanos foram adotadas, como a obrigatoriedade curricular da disciplina de “Educação moral e cívica” para reforçar o nacionalismo e patriotismo junto a educação básica. Outros resultados do acordo foram o financiamento de 3.800 bolsas para brasileiros realizarem sua formação de mestrado ou doutorado nos EUA, além do financiamento na criação de programas de pós-graduação em diferentes instituições brasileiras e, consultorias relacionadas à reestruturação administrativa, e pedagógica de universidades públicas no Brasil. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, fez parte desse processo. O acordo MEC-USAID foi interrompido com a crise petrolífera de 1973. (LIMA e CONTEL, 2011).

É em 1965 que a influência da academia norte-americana teve um aumento significativo na educação superior brasileira. Professores e consultores norte-americanos foram contratados e trabalharam para indicar caminhos de uma reforma universitária e os resultados apontaram para a necessidade da atuação também na esfera governamental e trabalho com grupos mistos. O Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que permanece ativo até hoje, resulta dessa orientação destes consultores. Em 1968, durante Governos Militares (1964-1985) é criada a Reforma Universitária pela Lei nº 5.540 que estabelece a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades, seguindo o modelo norte-americano e de outros países da Europa. Por meio desta lei é implantado o vestibular, o sistema de créditos, o regime de horas, entre outros aspectos regulatórios, todos vigentes na atualidade.

Ainda que a reforma universitária tivesse criado impactos em todas as instituições de Ensino Superior do Brasil, ainda assim, o Estado e seus acordos internacionais estavam focados fortemente nas instituições públicas. Com isso, o modelo de faculdades isoladas sem vocação científica se mantinha forte. Também,

entre as décadas de 50 e 60, ocorreu o incremento no número de instituições confessionais de ordem religiosa e faculdades em regiões do interior do país e que decorrem da organização de grupos da sociedade civil que deram origem às universidades comunitárias. Assim, concatenando com a seção anterior deste capítulo, cabe destacar que o fenômeno da criação destas instituições não estatais e localizadas especialmente nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste do Brasil é também local que teve famílias de imigrantes assentados. Portanto, esse modelo de instituição de ensino superior brasileira também teve origem na influência internacional, sobretudo de descendentes de imigrantes que trouxeram na sua formação cultural, a importância da educação. Mas este é um tema negligenciado na literatura brasileira.

Na década de 70 ocorre a expansão da pós-graduação e pesquisa no Brasil com o apoio da CAPES, do CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Entre os enfoques da atuação estava o desenvolvimento de projetos de pesquisa e formação de quadros, sobretudo no exterior, por meio de acordos com países como a Alemanha, França, Portugal, Holanda e Japão. É quando se fortalecem as atuações de instituições internacionais no Brasil como a Fundação Rockefeller, o DAAD, a Comissão Fulbright, o Education USA, entre outras, por meio da oferta de bolsas de estudo para estudantes brasileiros realizarem cursos de formação no exterior, além dos incentivos à pesquisa e à cooperação científica entre universidades brasileiras e estrangeiras. É neste período que se fortalece no Brasil o modelo de formação internacional de via única: mandar ao exterior as nossas mentes sem a garantia de retorno.

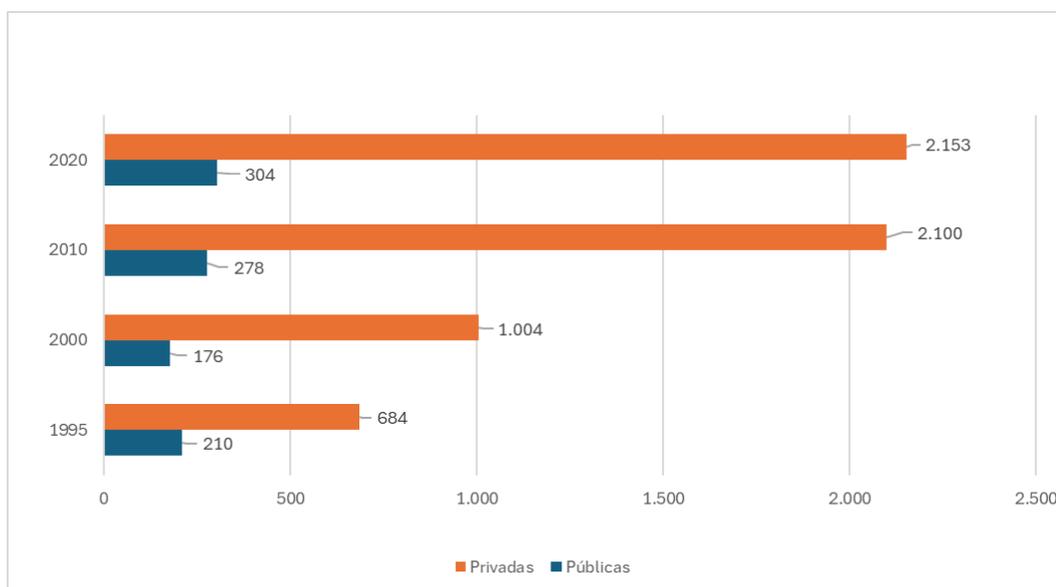
Já o período de 1980 a 1990 foi marcado pela ampliação da pós-graduação *stricto sensu* nas universidades públicas brasileiras. Reforçou-se, desde então, que fica a cargo das especialmente as públicas, o desenvolvimento da pesquisa e da ciência no país. É no final dos anos 90 e início dos anos 2000, até a atualidade, que passou a ter crescimento no Brasil o número de instituições de ensino superior, sobretudo com interesse comercial. Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao Censo da Educação Superior indicam que em 1995<sup>32</sup> o Brasil tinha 894 Instituições de Ensino Superior, das quais 210 eram públicas e 684 eram privadas. Já em 2020 o censo

---

<sup>32</sup> Ainda que se tenha definido como recorte temporal do estudo o ano de 1990- 2020, faz-se uso do ano de 1995 pois os dados disponibilizados no site do MEC/INEP datam apenas a partir deste ano.

indica o total de 2.457 instituições, destas 2.153 eram privadas e apenas 304 públicas. O Gráfico 1 ilustra tal crescimento ao longo das décadas.

Gráfico 1: Quantitativo de Instituições de Ensino Superior no Brasil- 1995 a 2020



Fonte: Baseado nos dados do INEP do Censo da Educação Superior dos anos citados.

Foi o decreto 2.306/1997 que regulamentou a finalidade de lucro das IES no país. Assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o documento “abriu as portas” para o comércio lucrativo da educação superior do Brasil ao mundo. O ensino superior privado com fins lucrativos, passou a ganhar espaço apoiado em novas tecnologias do ensino à distância.

Atualmente, grandes corporações nacionais e internacionais atuam na educação superior brasileira fazendo deste um negócio lucrativo sob a chancela de diferentes governos que apoiam o modelo de desenvolvimento liberal do país e apoiam o Estado mínimo. Aliado a isso, na arena internacional o Brasil, dado o contingente populacional, é foco do mercado mundial de países recrutadores de jovens como EUA, Canadá, Austrália, Irlanda, Inglaterra, entre outros. A história da educação superior brasileira tem, portanto, diferentes etapas e formas de influência internacional. Apesar disso, e, decorrente disso, “engatinhamos” na formação de uma sociedade com capacidade de diálogo global, seja no sentido *stricto* do termo pelo domínio de outros idiomas, seja no sentido político e de relações interculturais.

#### 4.1.3 O sistema Brasileiro de Educação Superior

Para compreender o sistema de educação superior brasileiro é pertinente esclarecer que ele é parte da estrutura nacional de educação. Dividida entre

“educação básica” abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e, a “educação superior” contemplando os níveis de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto-sensu* e cursos de extensão, a educação brasileira tem uma estrutura de responsabilidade político econômica de três níveis. Os municípios da federação são responsáveis pela educação infantil, os municípios e estados compartilham responsabilidades pelo ensino fundamental, enquanto que o Estado é responsável pela educação superior no país. Ainda que a constituição brasileira atribua obrigatoriedade e gratuidade da educação a todos os brasileiros na faixa etária de 4 a 17 anos - nos termos da Emenda Constitucional n. 59/2009-, ainda assim, a responsabilidade pública se limita aos chamados estabelecimentos oficiais públicos.

Diante da incapacidade de oferta de formação pública a toda a população e a abertura, por diferentes governos, ao modelo liberal que entende a educação como um serviço e não como bem público, o país tem visto a ascendente criação de estabelecimentos de ensino privados em todas as regiões. Da educação básica à educação superior, estão cada vez mais presentes instituições privadas com fins lucrativos. Em meio a este cenário, fica, pois, a cargo de cada brasileiro(a) e, à sua própria sorte, a escolha e a capacidade de fazer ou não formação superior, pois, como visto na seção anterior deste capítulo, a educação superior brasileira tem suas bases construídas numa lógica elitista.

O sistema de ensino superior é controlado pelo governo federal por meio de diferentes organismos públicos, tanto na aprovação e manutenção de cursos de graduação, de pós-graduação *stricto sensu* ou de instituições. Há um sistema de avaliação periódica do desempenho de alunos, cursos e instituições que é realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Já os programas de pós-graduação *stricto sensu* são autorizados e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) também possui interface no que se refere ao desenvolvimento da pesquisa brasileira, sobretudo pela atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da agência pública Financiadora de Projetos (Finep). Igualmente o Ministério das Relações Exteriores (MRE) atua em ações de cooperação técnica internacional.

A organização acadêmica das instituições de ensino superior no Brasil é integrada por: Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e Institutos Federais (IF). Em todas essas

instituições existe regulamentação nacional, seja para a criação e o funcionamento da instituição, seja para os cursos ofertados por meio da avaliação do governo federal que atribui notas mínimas de aprovação para novas ofertas, ou, ainda, para periódicos credenciamentos, evidenciando o controle do Estado nas ofertas vigentes no ensino superior no país. O que diferencia a Universidade das demais, é o fato da atuação obrigatória no princípio da indissociabilidade do ensino por meio da oferta da graduação, da pesquisa por meio da pós-graduação e da extensão de maneira abrangente à universidade e com vínculo com a sociedade.

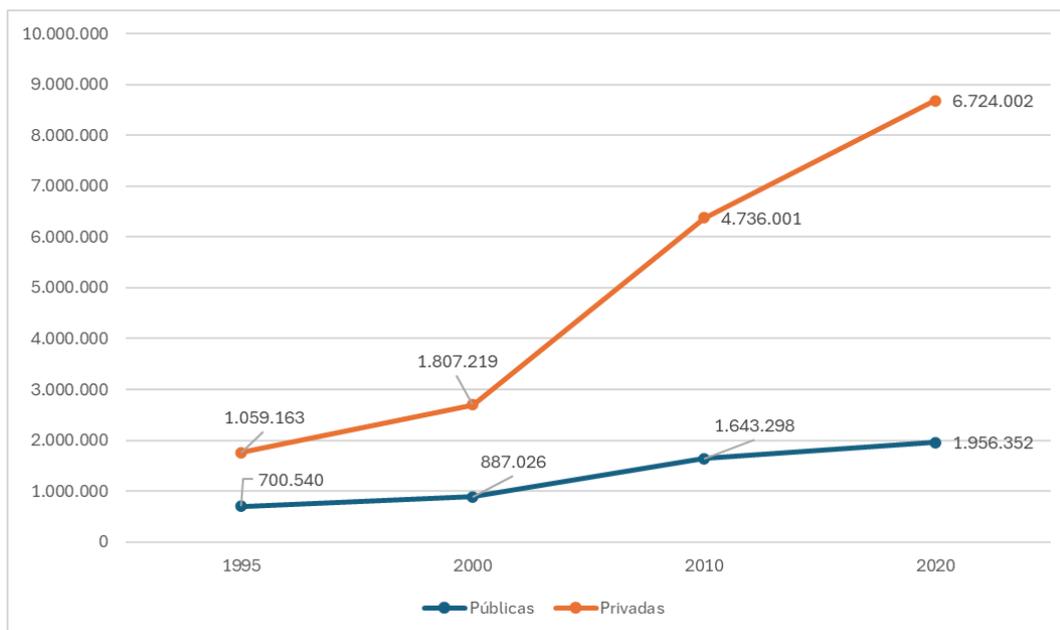
A categoria administrativa das instituições de ensino superior brasileiras é dividida entre pública e privada. Nas públicas estão as federais- compostas por universidades, IF/Cefet e faculdades-, estaduais e municipais. Nas privadas estão tanto aquelas com ou sem fins lucrativos como as confessionais, filantrópicas e as comunitárias. Estas últimas, apesar de haver os projetos de lei 7.200/2006, e 7.639/2010 propondo a tríade público/comunitário/privado, ainda são agrupadas no conjunto das privadas. Uma das importantes questões que diferem as instituições públicas das privadas no Brasil é que o estudante tem a sua formação com total gratuidade na primeira, salvo algumas exceções, enquanto que a recíproca é verdadeira para estudar nas privadas.

Um aspecto importante da educação superior no Brasil é a forma da oferta de educação presencial e a distância. No período entre 2011 e 2020, percebe-se um crescimento na oferta de cursos na modalidade à distância passando de 1.044 para 6.116 ofertas. Esse aumento também ocorreu no número de ingressantes na graduação à distância que, em 2011 eram 431.597 e passaram para 2.008.979 em 2020, representando um incremento de 365,5% (MEC/INEP). Este crescimento se dá sobretudo pela expansão da educação superior privada. O comparativo na quantidade de oferta de vagas de educação à distância mostra isso. Enquanto que em 2020 as instituições públicas ofereceram 863.520 mil vagas, as privadas ofereceram 18.762.921 milhões de vagas.

Segundo o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP, o Brasil teve no período de 1995 a 2020 um incremento contínuo no número de instituições, de matrículas e na formação à distância. Em 2020 o país tinha 2.457 instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação, pós-graduação, de formação tecnológica, extensão e/ou cursos sequenciais. Além disso, o mesmo censo mostra que havia no país um total de 8.680.354 milhões de alunos matriculados em nível de

graduação, destes, apenas 1.956.352 milhões estudava nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) enquanto que 6.724.002 milhões estudava na rede privada que se expandiu vertiginosamente no país a partir do final da década de 90. O Gráfico 2 evidencia a evolução do quantitativo de alunos de graduação matriculados por categoria administrativa (instituição pública ou privada) no período de 1995 a 2020.

Gráfico 2: Evolução matrículas em instituições públicas e privadas no Brasil- 1995 a 2020



Fonte: MEC/INEP; Censo Educação Superior ano base 2021.

Com o incremento da educação privada e por EAD, o debate ainda necessário é sobre a qualidade da oferta em detrimento do direito à educação. Merecem destaque as iniciativas de expansão no sentido da democratização a partir da oferta e ocupação de vagas e diversificação de acesso como é o caso da criação dos Institutos Federais em cidades menores em diferentes regiões do país, além do estabelecimento legal de reserva de cotas das matrículas nas instituições públicas - Lei n.12.711/2012-, do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Sistema de Seleção Unificada (SISU), etc. Mesmo com a expansão do ensino privado, após os anos 70, a educação superior ainda é elitizada e muitos brasileiros pagam para estudar. Reflexo disso, é o quantitativo de estudantes brasileiros que estudam no turno da noite. O ensino noturno é característico da educação superior brasileira. Também de acordo com o censo da educação superior de 2020 indicava que nas instituições federais, 69% estudava durante o dia, enquanto que nas privadas 66% estudava à noite. O turno de aula é, em grande medida, decorrente da necessidade dos jovens em trabalhar durante o dia

para terem condições de pagar seus estudos na rede privada durante a noite. Um elemento, pois, que é parte do modelo de educação superior no país.

Com este contexto, podemos perceber que o sistema da educação superior brasileiro é complexo e possui sua estrutura regulada por organismos do governo. Também, é importante entender que as universidades federais são o alicerce da capacidade científica e crítica do país. Igualmente, os aspectos econômicos são poderosas forças atuantes no cenário nacional da educação superior. Apesar do crescimento contínuo no número de instituições brasileiras nas últimas décadas e igualmente crescimento no número das matrículas, ainda assim, em 2020 dos 19.882.515 da população adulta em idade de formação da graduação entre os 18 e os 24 anos, apenas 43,65% estavam no ensino superior.

Já no que se refere à Pós-Graduação *Stricto Sensu*- Mestrado e Doutorado, os dados são coletados e disponibilizados pela CAPES tendo como base seu processo de avaliação quadrienal. Avaliação esta que é continuamente alimentada com informações da pós-graduação pelos próprios programas das instituições brasileiras através do Coleta CAPES.

Aproximando ao tema da internacionalização, cabe destacar a participação de docentes estrangeiros no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Dados de 2022 indicam que o Brasil tinha 2.590 docentes estrangeiros, representando 3% do total e 5.549 estudantes, representando 1% do total. Já no nível de pós-doutorado, o índice de 840 estrangeiros representa 5% do total no país. É na Pós-Graduação que se concentram os mecanismos de desenvolvimento da pesquisa. Fora dela, pouco é produzido. Além disso, há uma lacuna nos dados da Educação Superior Brasileira. Os dados do Censo da Educação Superior, organizados pelo MEC, tratam sobre a graduação enquanto que a CAPES trata dos mestrados e doutorados. Assim, não há unificação dos dados completos da educação superior do Brasil nem há referências claras sobre a pós-graduação lato sensu no país. Percebe-se, pois, que o atual sistema de ensino superior brasileiro deriva de um conjunto de medidas e acontecimentos políticos e históricos que configuraram o campo da educação superior brasileira.

Em termos gerais, pode-se dizer que o sistema brasileiro de educação superior é uma estrutura ampla e com forte controle pelo Estado por meio da atuação de atores vinculados ao governo como é o caso do MEC e da CAPES. Além disso, os dados do Censo da Educação Superior de diferentes anos evidenciam o acelerado avanço da

educação superior no país de caráter mercadológico e sob a chancela do Estado. Também, o quantitativo populacional brasileiro em idade de formação superior e sem estudar tende a ser a “galinha dos ovos de ouro” na arena internacional de disputas por alunos em países recrutadores. Em meio a isso temos a falácia da cooperação e o processo de internacionalização e suas diferentes variáveis que serão aprofundadas na sequência desta tese.

#### **4.1.4 A Internacionalização da Educação Superior Brasileira**

Falar de internacionalização da educação superior do Brasil demanda recordar das seções anteriores do presente capítulo. A trajetória e as características da internacionalização no país tanto possuem relação com a formação da educação superior sob influências internacionais, quanto permeia a estrutura do sistema da educação superior centralizada no Estado. No Brasil, as decisões voltadas ao tema da educação superior e da internacionalização foram, ao longo da história, tomadas e influenciadas a partir de variáveis econômicas, sociais e políticas (LIMA e CONTEL, 2009). Assim, optamos por fazer uma inicial caracterização do desenvolvimento do tema no país para só então tratar das razões, atores e referenciar algumas políticas públicas no período do recorte do estudo.

Desde a criação da primeira universidade até o atual contexto, a história da internacionalização brasileira é marcada por diferentes fases. Estas fases são importantes para compreender como tem sido o desenvolvimento do processo no país em sentido macro, salvaguardadas as particularidades regionais. Para Lima e Contel (2011) e Trujillo (2013), foram quatro fases distintas, as quais nos valem aqui. Segundo os autores, a primeira fase corresponde às décadas de 1930 a 1950, a qual chamaremos de “importação de cérebros”. É um período marcado pela vinda de professores estrangeiros para integrar o quadro docente das jovens universidades brasileiras. Vinda essa, especialmente de países com os quais o então governo brasileiro mantinha relações de cooperação técnica como a França e os EUA.

Já a segunda fase, correspondente ao decênio de 1960 e 1970, a qual nomeamos como “princípio do complexo vira-lata na internacionalização”. É um período marcado pelo acordo MEC-USAID que se baseava na construção da reforma da educação superior brasileira e “modernização” das universidades do país baseado no modelo norte-americano decorrente das orientações dos consultores daquele país. Neste período também foi dado início ao trabalho das agências nacionais e

internacionais na oferta de programas de bolsas para realização de Mestrado e Doutorado no exterior a fim de formar quadros qualificados no exterior.

A terceira fase da internacionalização brasileira, compreende aos anos 1980 e 1990 e marca a relação com a maior consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil e por isso chamamos como “foco na pós-graduação”. É quando ocorre incremento no fomento à criação de grupos de pesquisa, a vinda de docentes e pesquisadores estrangeiros como visitantes, a concessão de bolsas de doutorado em áreas consideradas estratégicas pelas agências brasileiras e a implantação do programa de bolsas de doutorado sanduíche permitindo a mobilidade internacional de doutorandos brasileiros. (LIMA e CONTEL, 2011; TRUJILLO, 2013).

Já a quarta fase é entendida por Lima e Contel (2011) como o período a partir dos anos 2000 até meados dos anos 2010- decorrente da data de publicação da obra. Aqui, dado que as características das segunda e terceira fases permanecem ativas e é acrescido o caráter cooperativo Sul-Sul por definição política, denominamos como “aposta na cooperação”. Aqui, os autores entendem como o período de amadurecimento da internacionalização gestada e financiada pelo governo e o princípio da internacionalização na iniciativa privada. Além disso, destacam que essa fase representa a priorização da cooperação internacional de grupos de pesquisa, a continuidade de programas de fomento a doutorado, a comercialização de serviços educacionais e a criação de universidades federais orientadas para a integração regional como é o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Entendemos que há uma quinta fase que compreende a década de 2010 a 2020 denominada “ensaios da internacionalização”. Este período é fortemente marcado pelo incremento no desenvolvimento de diferentes ações pelas instituições de ensino brasileiras através de cooperações interinstitucionais sobretudo bilaterais e por ações do governo brasileiro através de suas agências. Merecem destaque neste período, dois programas governamentais com o objetivo de formar recursos humanos altamente qualificados no exterior para promover o desenvolvimento tecnológico, científico e econômico do Brasil. Foram eles o Programa Ciência sem Fronteiras, criado em 2011 e ofertou 101 mil bolsas e contou com orçamento na ordem de R\$13 bilhões, e o Programa de Internacionalização Institucional (Capes-PrInt), lançado em novembro de 2017 que buscou criar uma abordagem *bottom-up* a partir da

consolidação de redes de pesquisa de excelência internacional e contemplou 36 instituições brasileiras na primeira chamada e teve orçamento na casa de R\$1.050 milhão. Cabe destacar que tanto o CsF quanto o Capes-PrInt são melhor apresentados no capítulo seguinte quando abordamos e analisamos as políticas públicas brasileiras. Ambos os programas foram realizados como ensaios para avançar a internacionalização no país. Ampliaram mundialmente a visibilidade da educação superior brasileira, incrementaram significativamente o quantitativo da mobilidade internacional de estudantes brasileiros, mas, replicaram o *modus operandi* da internacionalização brasileira das fases anteriores e refletiam decisões de governo e não de Estado.

A oferta de bolsas para estudo no exterior, iniciadas na segunda fase, permanecem ativas. O mesmo ocorre com relação às iniciativas de fomento da terceira fase como o Doutorado Sanduíche no exterior que permanece ativo até a atualidade, assim como o programa de professor/ pesquisador visitante. Ainda que não apareça claramente nas fases indicadas, uma característica importante da internacionalização brasileira tem sido os esforços das iniciativas de cooperação Sul-Sul, em especial frente às discussões mundiais com o enfoque decolonial do processo. Para além das universidades públicas criadas com enfoque na integração regional, algumas iniciativas para citar são a cooperação Brasil- PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), as tentativas no âmbito do Mercosul Educacional; a criação do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), Universidades em Rede do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

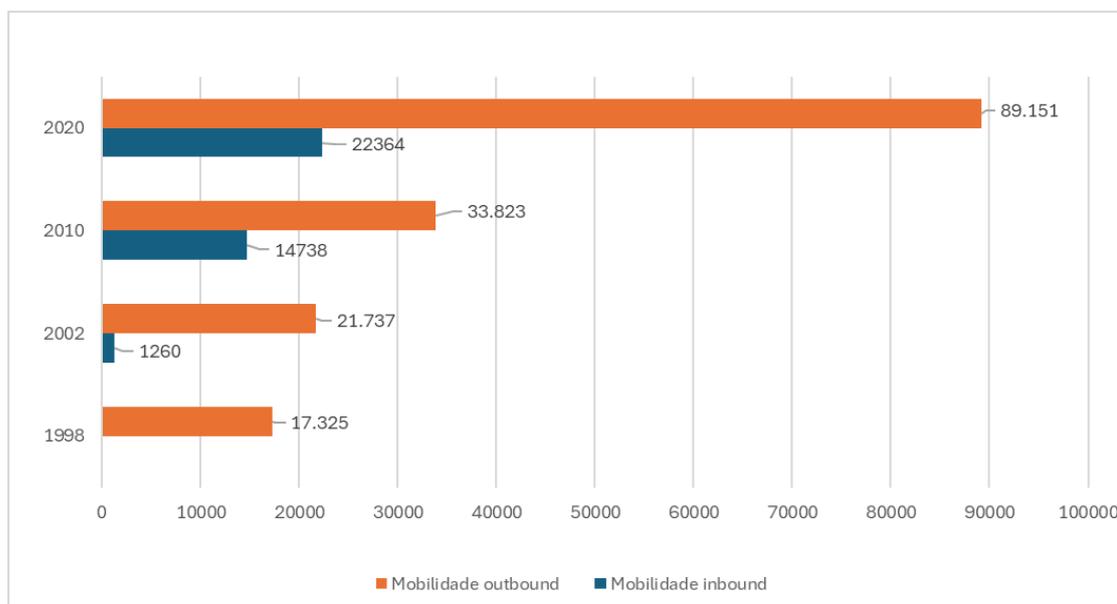
Apesar dessas tentativas de internacionalização, o ensino superior brasileiro ainda ocupa uma posição de pouco destaque no contexto educativo internacional. As relações das universidades brasileiras com IES estrangeiras são assimétricas. O fluxo de intercâmbios acadêmicos e científicos é unilateral: seja a mobilidade dos docentes como a dos alunos brasileiros que viajam em grande parte para países da Europa e/ou para os Estados Unidos, sendo reduzido o fluxo inverso. (MUELLER, 2013, p.56)

Além disso, é pertinente o registro de que o ano de 2020 representou um grande impacto na internacionalização brasileira e mundial decorrente da Pandemia da Covid 19. Igualmente os cortes e intervenções autocráticas em universidades

públicas e discursos de desqualificação da ciência durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro de 2019 a 2022 também impactaram negativamente nas ações de internacionalização brasileira, sobretudo no que concerne à redução de recursos de fomento público, assim como na opinião mundial sobre o país e por conseguinte, sobre a educação superior e potencial científico.

Vale o esclarecimento de que apesar do sistema nacional da educação superior estar centralizado no Estado, ainda assim o Brasil carece de uma estrutura de dados que reúna as informações sobre a internacionalização da graduação e da Pós-Graduação. Dito de outra forma, o censo da educação superior ainda não reúne dados da internacionalização, visto que grande parte do enfoque se concentra no *stricto sensu* que é atribuição da Capes. Com isso, o país não dispõe de informações precisas sobre dados do processo de internacionalização nacional e cada instituição de ensino brasileira desenvolve a internacionalização a seu modo. Mas a discussão desse tema é algo mais amplo que exige um estudo específico, somado ao que a literatura já disponibiliza sobre métricas e indicadores do processo, sejam quantitativos, sejam qualitativos. Por ora, concentramo-nos nos dados da UNESCO para evidenciar o desequilíbrio no fluxo internacional de estudantes na educação superior ilustrados no Gráfico 3.

Gráfico 3: Mobilidade *inbound* e *outbound* do Brasil (1998- 2020)



Fonte: Unesco- [Global Flow of Tertiary-Level Students](#). Foi considerado o ano de 1998 e não 1990 pois não haviam dados disponíveis anteriores a este ano e também foi considerado o ano de 2002 e não o de 2000 para ser o mesmo ano tanto no inbound quanto no outbound.

Cabe destacar do Gráfico 3 que a disparidade entre o quantitativo de estudantes que vieram ao Brasil em 2020, é aproximadamente quatro vezes menor do número de brasileiros estudando no exterior no mesmo ano. Apesar de ambos os dados apresentarem crescimento contínuo ao longo das décadas, ainda assim é importante lembrar que o Brasil registrava em 2020 o montante de 8.680.354 milhões de alunos matriculados em nível de graduação e, com isso, o percentual de universitários que realizam intercâmbio no exterior é de apenas aproximadamente 1,02% do total. Falar, diante desses dados, em desenvolver a internacionalização do país baseado nos dados apenas da mobilidade de alunos como forma de promover a formação de jovens com visão de mundo que promovam o avanço científico e tecnológico do país, é uma visão utópica e irresponsável.

O Quadro 9 vai além e indica os dados da UNESCO relativos à mobilidade de 2020 do Brasil, indicando os dez países como principais destinos dos brasileiros e também os principais países de origem dos estrangeiros.

Quadro 9: Origem e destino da mobilidade no Brasil segundo UNESCO ano base 2020

<i>Inbound</i>		<i>Outbound</i>	
Colômbia	1.806	Argentina	20.515
Angola	1.706	Portugal	18.081
Peru	1.468	EUA	16.086
Japão	1.449	Austrália	9.538
Paraguai	1.332	Canadá	5.151
Bolívia	1.136	Alemanha	4.868
Guiné Bissau	1.130	França	3.432
Argentina	1.094	Espanha	2.068
Haiti	992	Reino Unido	1.627
Venezuela	774	Itália	887

Fonte: Unesco- [Global Flow of Tertiary-Level Students](#).

Com a exceção da Argentina que aparece em ambas as colunas do Quadro 9, o restante dos dados indica que a reciprocidade em termos de mobilidade inexiste no contexto da internacionalização brasileira. Esse desequilíbrio nos aproxima da hipótese dessa tese sobre a relação entre os valores dos indivíduos e o processo de internacionalização de uma nação. Ainda que os dados da mobilidade representam apenas um indicador do processo, ele é relevante nesta abordagem pois os brasileiros buscam como destino, com exceção da Argentina, países da Europa e da América do

Norte. O porquê dessas escolhas é a grande questão. Igualmente devemos nos perguntar: por que o Brasil atrai, com a exceção de Japão, essencialmente latinos e africanos e ainda um quantitativo tão pequeno frente ao número de instituições de ensino? Entendemos que a base explicativa dessas mobilidades não pode se limitar à qualidade de ensino. A resposta está muito além disso. Aspectos culturais, perspectivas de um futuro melhor, qualidade de vida, facilidade geográfica, facilidade com o idioma, e, indicadores de valores são todos aspectos relacionados às escolhas das pessoas ainda não identificadas.

Conforme foi evidenciado nesta sessão, o Estado assumiu um papel centralizador até aqui na internacionalização brasileira. Historicamente desprezou-se o que leva os brasileiros a engajarem-se nas mais variadas ações de internacionalização. As críticas de McManus *et al.* (2021) sobre o baixo impacto das publicações brasileiras, sobre a fragilidade de estruturas das instituições para desenvolver estrategicamente o processo e da pouca ou nenhuma estrutura de apropriação e fixação do conhecimento no país para promoção da mudança na sociedade, conforme indica a teoria, indicam que também pouco se sabe no país sobre o que leva um indivíduo a fazer intercâmbio e o que muda após a experiência. Sequer se sabe qual conceito de internacionalização é usado pelos órgãos do governo quando criam seus programas.

Assim, pode-se dizer que algumas das características gerais da internacionalização brasileira têm sido:

- 1- Um processo com maior enfoque governamental na Pós-Graduação *stricto sensu*;
- 2- Os incentivos do Estado para a internacionalização são historicamente concentrados em bolsas para o exterior característicos de um modelo passivo e não ativo (LIMA e CONTEL, 2011; MCMANUS *et al.*, 2021);
- 3- As ações e programas são de governo e não de Estado;
- 4- A internacionalização na graduação tem sido um processo de inserção gradual nas avaliações de cursos pelo MEC e cabe às instituições de ensino, no gozo da sua autonomia universitária planejar e desenvolver suas ações;
- 5- Os incentivos governamentais continuam centrados exclusivamente em ações de mobilidade física e presencial sem haver incentivos governamentais, por exemplo, as ações de cooperação acadêmico-científica virtual, ainda que haja uma grande quantidade de cursos em Educação Virtual no país, apesar de haver na Capes a

Diretoria de Educação a Distância. O que há neste sentido no Brasil, é fruto de iniciativas particulares e da atuação das instituições de ensino ou da FAUBAI;

6- Há pouca atuação verdadeiramente estratégica relacionada ao tema e voltada à criação de impacto e mudanças no país visto que governo e instituições não possuem estruturas de apropriação do conhecimento decorrente das interações e experiências internacionais, tampouco, políticas efetivas de retenção de talentos;

7- Há diversos professores universitários que hoje são *alumni* de programas e experiências internacionais, que mantêm interações no âmbito pessoal; e

8- A internacionalização segue a estrutura nacional da educação superior centrada no controle do Estado.

Também, evidenciam-se como principais fragilidades da internacionalização brasileira:

1- A falta de dados oficiais nacionais centralizados e a ausência de um marco normativo único nacional para o monitoramento de dados e resultados para prospecções de melhorias do processo no Brasil, tornando, em grande medida, as experiências individualizadas;

2- A ausência de um projeto de Estado de longo prazo e que não fique a mercê dos interesses, recursos orçamentários ou interesses de cada governo que, conseqüentemente dão maior ou menor importância ao tema;

3- O monolinguismo que atravanca maiores avanços em termos de cooperação científico-cultural;

4- O baixo investimento em pesquisa de ponta no país e por conseguinte poucos centros de pesquisa como referência mundial;

5- A ausência de políticas que considerem as particularidades das diferentes regiões do país como aspectos culturais, econômicos, geográficos e valores da população;

6- A incapacidade do país de atrair e reter talentos acadêmicos e científicos;

7- A pouca ou nenhuma promoção internacional da Educação Superior Brasileira no mundo com enfoque em potencialidades e construção de parcerias que vão além da falácia da cooperação; e

8- O histórico caráter passivo das ações baseadas numa lógica colonialista que reproduzem na internacionalização a síndrome de vira-lata do brasileiro.

Diante desse quadro, arriscamo-nos a dizer que a internacionalização do Brasil tem criado poucos resultados efetivos no desenvolvimento do país.

#### 4.1.4.1 Razões da internacionalização no Brasil

Para tratar das razões pelas quais a internacionalização vem sendo desenvolvida no Brasil é pertinente considerar o que fora apresentado no capítulo anterior. A mudança no conjunto de razões acadêmicas, econômicas, políticas e sociais ao longo das décadas também é parte do contexto brasileiro. Igualmente, a direta relação de compreender as razões a partir das dimensões individual, institucional, nacional e regional precisam ser consideradas ao tratar do Brasil. Sobretudo, ao tratar de motivações do processo, é essencial entender sob a perspectiva de qual ator essas razões estão sendo consideradas. Isso dito, tomemos como base o que fora tratado nas seções anteriores do presente capítulo sobre os aspectos do desenvolvimento da internacionalização ao longo das décadas, bem como a estrutura da educação superior no país para entender que o processo vem seguindo seu curso baseado num misto de quatro razões principais.

A primeira delas está associada ao formado do sistema de educação superior e o papel regulador do Estado. Universidades brasileiras são forçadas a realizarem ações de internacionalização pois é um critério avaliativo dos cursos de graduação, de pós-graduação e da própria instituição. A inclusão do tema, das mais variadas formas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é inerente à avaliação institucional periódica feita pelo MEC. Igualmente na avaliação de cursos e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) o tema está presente. Também os programas *stricto sensu* são avaliados pela CAPES e indicadores de graus de internacionalização integram o instrumento e refletem no resultado final. Como já citado, os cursos *lato sensu* ficam no limbo quando se trata de internacionalização. Assim, para as universidades que oferecem mestrado e doutorado, não há escolha visto que é um critério de avaliação.

A segunda razão é o caráter competitivo inerente ao cenário da educação superior no país e no mundo. A escalada crescente do sistema de rankings internacionais, a busca por prestígio nacional e internacional que, por conseguinte, é estratégica de marketing utilizado nas instituições de ensino é um dos fatores que leva as instituições e o país a engajarem-se no tema. Ações de internacionalização como ofertas de intercâmbios, duplo diploma, cotutela, entre outros, são exemplos tidos como meio e diferencial para atrair estudantes locais.

A terceira razão é o sentido cooperativo. O genuíno sentido de cooperar com diferentes parceiros é parte da herança do homem cordial no Brasil. De acordo com Andreotti, Thiago e Stein (2018), o Brasil tem na sua trajetória de internacionalização o modelo de cooperação bilateral de caráter “mútuo” ou como “provedor” - do inglês “provider”- ou então como “usuário”- do inglês “user”. Cada um desses modelos depende de como a relação é estabelecida. No caso do tradicional programa de doutorado sanduíche que financia a ida de brasileiros ao exterior, por exemplo, segundo as autoras, pode ser uma cooperação mútua ou de usuário. As autoras entendem ainda que o Brasil tem mantido relações de parceria sólidas baseadas nos valores de solidariedade, a exemplo da criação da UNILA e da UNILAB. O sentido de promover a cooperação mútua é também parte do caráter de neutralidade da política externa brasileira adorada por anos. A internacionalização do Brasil também atua como “provedora”, como por exemplo por meio dos programas PEC-G e PEC-PG. Para as autoras, as relações Norte-Sul ou Sul-Sul da internacionalização brasileira contemplam esses diferentes modelos de cooperação. Cabe, no entanto, lembrar que nem toda ação de cooperação tem o sentido genuíno de colaboração, visto que há o que chamamos de tipos de relações acadêmicas que recaem na seara da falácia cooperativa pois nem toda a cooperação é baseada na relação ganha-ganha.

A quarta razão é a herança colonial. O olhar para os países do Norte e os exemplos eurocêntricos estão imbricados na formação da sociedade brasileira e na própria construção da educação superior. A internacionalização brasileira se constrói a partir das experiências dos países chamados desenvolvidos que são tidos como o modelo “chic” a ser adotado, fazendo uso do que Castro *et al.* (2020) indicam como motivação para adoção de determinados valores em países da América Latina como é o caso do Brasil. Essa compreensão se aproxima ao modelo passivo de internacionalização que Lima e Contel (2011) atribuem ao Brasil na arena geopolítica do conhecimento. Segundo estes autores, o modelo passivo está diretamente relacionado ao envio de pessoas ao exterior para se qualificarem no Norte, a fim de adquirir novos conhecimentos no exterior e trazê-los de volta. Esse fluxo passivo tem sido parte da internacionalização brasileira desde a fase 2 até a atualidade, pois “No caso brasileiro, há uma tendência à internacionalização passiva, com baixos índices de atração de pesquisadores internacionais (MCMANUS *et al.*, 2021, p.79). Cabe destacar que essas quatro principais razões do desenvolvimento do processo no país

estão presentes em todas as fases. Por vezes, alguma se torna mais evidente que a outra em determinada fase.

Para além deste grupo de razões, há possibilidades de um olhar mais apurado que exigiria o emprego de métodos de investigação para identificar a minúcia do conjunto de razões à internacionalização e que ainda são pouco conhecidas no caso brasileiro. No que tange à dimensão nacional, é pertinente destacar que para o governo brasileiro, dado o conjunto de fragilidades já apresentadas na seção anterior, o interesse político é muitas vezes pouco claro e os esforços motivados à qualificação de recursos humanos para o avanço da nação tem variado de um governo a outro e tem sido pouco efetivo. Mas para além do conjunto de razões nas dimensões nacional, regional e institucional o que ainda é desconhecido é a dimensão individual. Por isso, cabe perguntar: Quais são as razões que levam os brasileiros a engajarem na internacionalização? O próximo capítulo buscará identificar respostas a partir do entendimento dos valores da sociedade brasileira.

#### **4.1.4.2 Atores da internacionalização no Brasil**

A internacionalização brasileira vem sendo conduzida por um conjunto de atores. O Estado, através da atuação de diferentes órgãos governamentais, é um ator central e têm assumido um papel preponderante como provedor do processo. Três ministérios merecem destaque. O primeiro é o MEC, através da Secretaria de Educação Superior (SESU) com a atribuição de planejar, orientar, coordenar e supervisionar a política nacional de educação superior e, por conseguinte, o que concerne à internacionalização da graduação. Também a Capes, que é uma Fundação do MEC e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado- no Brasil.

A Capes tem trabalhado pela internacionalização da pós-graduação *stricto sensu* e é respeitada internacionalmente por atuar na divulgação da produção científica brasileira, no investimento para formação de pessoal de alto nível no país e no exterior e na promoção da cooperação científica internacional. No conjunto de bolsas de fomento à internacionalização ofertadas por décadas pela Capes são tradicionais as ofertas de: doutorado pleno no exterior, pós-doutorado no exterior e no Brasil, doutorado sanduíche majoritariamente no exterior, professor visitante no exterior e no país. Também, é por meio da Capes que parcerias com diferentes agências internacionais vêm sendo construídas desde a sua criação em 1951. Alguns

exemplos são acordos com financiamento de bolsas, sobretudo de pesquisa com agências internacionais, tais como, Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) da Alemanha, Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB) da França, Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Espanha), Comissão Fulbright dos EUA, *British Council* do Reino Unido, entre outros. Por isso, as agências de fomento de outros países também são atores importantes da internacionalização e desenvolvimento de programas e projetos de cooperação acadêmico-científica no Brasil.

O segundo ministério é o MCTI que, por meio do CNPq e Finep, atuam em representação dos interesses do Estado através do apoio e financiamento, em grande medida com esparsos recursos, de projetos de pesquisa e avanço tecnológico no país e com interfaces internacionais. O CNPq, desde a sua criação em 1951, tem na ciência, tecnologia e inovação o foco no incentivo ao desenvolvimento nacional por meio da cooperação internacional, por meio da diversificação e expansão das parcerias estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Já o terceiro ministério é o MRE que, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, desenvolve acordos internacionais de cooperação técnica como o Acordo PALOP e os Programas PEC-G e PEC-PG. Estes últimos tratam da atração de estrangeiros de países da África, América Latina e Leste Europeu para formação de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras de forma gratuita.

Para além do Estado e seus organismos, as Instituições de Ensino Superior também são importantes atores da internacionalização brasileira. Atuantes em todas as fases do processo no país, mas, mais fortemente em decorrência do fenômeno da globalização possibilitando a criação de relações internacionais das mais variadas. Diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, têm criado acordos e projetos internacionais que facilitem o intercâmbio de pessoas e de ideias. Alguns exemplos de ações de internacionalização promovidas integralmente pelas instituições de ensino são: acordos de cotutela, duplo diploma, acordos de mobilidade na graduação, programas de estágio acadêmico, parcerias de formação de idiomas, eventos científicos, aulas internacionais colaborativas, intercâmbios virtuais, orientações de dissertações e teses conjuntas, entre outros inúmeros exemplos. Apesar das críticas ao baixo nível de internacionalização das universidades brasileiras feitas por McManus *et al.* (2021) com base em diagnóstico realizado em 2017 pela Capes, cabe destacar a importância do papel das instituições de ensino visto que o

Estado brasileiro, não tem diretrizes de longo prazo nem a capacidade de prover apoio que atenda a toda a comunidade acadêmica do país.

Ainda no âmbito das universidades, outro ator importante do processo brasileiro é o gestor, e sua equipe quando há, dos escritórios que apoiam a internacionalização. Os papéis e funções desses atores podem variar de uma instituição a outra e, em certa medida, abrange do teor técnico ao estratégico relacionado aos temas da mobilidade, cooperação internacional e internacionalização em casa (MAILLARD, 2019). Ainda que o papel burocrático desse ator seja comumente entendido pela comunidade acadêmica nacional e pelos próprios órgãos de governo como mero papel burocrático na internacionalização, cabe destacar que no Brasil, em diferentes universidades, são estes atores que impulsionam novas iniciativas de internacionalização. Exemplo disso tem sido o desenvolvimento de ações de mobilidade virtual e capacitação docente para promoção de internacionalização mais inclusiva.

Ainda na dimensão institucional, outro ator relevante na arena da internacionalização brasileira é representado por grupos que atuam em redes associativas. Alguns deles são: a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) criada em 1988; a Câmara de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais; a Câmara de Internacionalização da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe); o Grupo de Trabalho de Internacionalização do Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas; o Conselho de Gestores de Relações Internacionais (CGrifés) da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) do Brasil; e a Organização Universitária Interamericana. Em comum, todas estas redes buscam promover a internacionalização por meio de discussões, projetos conjuntos, compartilhamento de boas práticas e apoio mútuo na promoção do processo nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Outro ator que pouco tem se falado no Brasil, mas, que ocupa papel essencial do processo é o professor. Apesar de Lima e Contel (2011) indicarem que a origem à internacionalização no Brasil decorre da vinda de professores visitantes de outros países, ainda assim, os próprios autores e os demais atores negligenciam, em grande medida, a sua importância como vetores desse processo. Os professores têm sido vistos muito mais como receptores das políticas institucionais. No entanto, são os

professores que alicerçam projetos, parcerias científicas, publicações, convênios, eventos, formações de currículo internacionalizado, supervisões de estudantes em mobilidade nos diferentes níveis e modalidades até o pós-doutorado, entre outros exemplos relacionados ao desenvolvimento da ciência e do conhecimento de caráter internacional. Quando McManus *et al.* (2021) evidencia a fragilidade brasileira do baixo índice impacto das publicações frente a outros países, não aprofunda em elementos explicativos da origem dessa fragilidade que está relacionada aos principais atores que são os professores das universidades e seus múltiplos papéis de ensinar, pesquisar e realizar extensão. Para a internacionalização do país avançar, é preciso ter docentes engajados e ativos no processo. Assim, ainda que a aposta de diversos programas da Capes tenha sido na internacionalização por meio de doutorandos, o que é importante para o processo de construção de alianças científicas inovadoras, esquece-se destes mesmos atores quando se tornam docentes. Por isso, a fragilidade na apropriação de resultados de experiências internacionais no país é um ato falho e explícito no processo brasileiro, tal qual é o pouco reconhecimento do papel do docente.

Assim como ocorre com o professor, também os estudantes brasileiros são entendidos como receptores, muito mais do que atores da internacionalização. A exceção ocorre com os doutorandos, que são vistos como apoiadores do desenvolvimento da ciência e por isso o Estado tem apostado em ofertas de bolsas no exterior a eles. Já os demais estudantes como os mestrandos e os graduandos, com a exceção do Programa Ciência sem Fronteiras, raramente possuem ofertas de bolsas para estudo no exterior. Considerando que em 2020 mais de 89 mil universitários brasileiros estudaram além fronteiras, conclui-se que são motivações particulares, eventualmente fomentadas por iniciativas das universidades brasileiras. Conseqüentemente, fenômenos como o *brain-drain* e tudo o que motiva as pessoas qualificadas a saírem do país parece ser pouco ou nada relevante ao Estado.

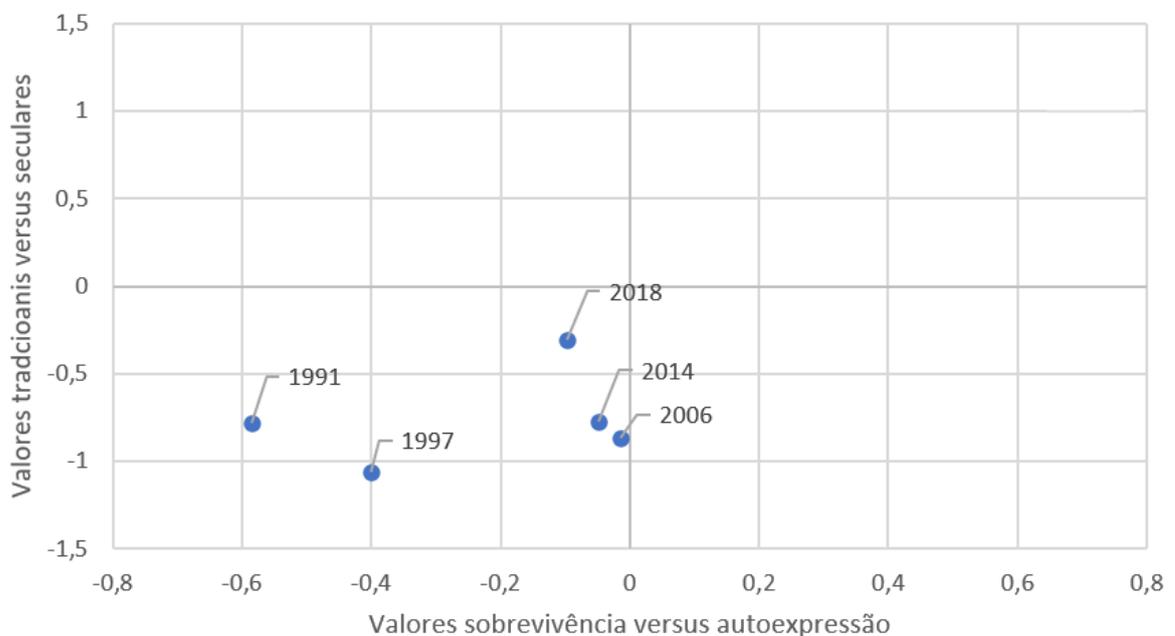
Percebe-se, assim, que a internacionalização brasileira tem a visão das instituições, leia-se do Estado e das universidades, como principais atores do processo. No entanto, o conjunto de atores aqui apresentados, devem ser entendidos como peças de uma grande engrenagem de desenvolvimento nacional a partir da internacionalização.

#### 4.1.5 Valores da sociedade brasileira

As seções anteriores evidenciam um Brasil multifacetado na sua construção cultural, social e educacional. Por isso, apresentar os valores da sociedade brasileira é um exercício conexo com essa realidade. Ainda que reconheçamos que os valores de uma sociedade possuem variações no espaço intra territorial, aqui, utilizamo-nos dos dados do WVS que caracterizam os valores de uma sociedade no nível nacional a partir dos resultados obtidos em diferentes ondas da pesquisa e suas variáveis interpretadas a partir das duas dimensões de valores como parte do “Mapa Cultural Mundial” como parte da tese de Inglehart e Welzel (2009) sobre mudanças de valores.

Com base nisso, os dados de valores do Brasil compreendem o período de 1991 a 2018 representando as cinco ondas das quais participou e tem dados disponíveis. O posicionamento do país no quadrante do “Mapa Cultural Mundial”, de acordo com Inglehart e Welzel (2009), indica que a sociedade brasileira tem valores conservadores em uma dimensão e valores de sobrevivência na outra dimensão. O Gráfico 4 indica a posição do Brasil em ambas as dimensões de valores ao longo das décadas nas ondas da pesquisa WVS.

Gráfico 4: Dimensões de valores de Brasil ondas WVS (1991-2018)



Nota: Valores tradicionais eixo x 1991= - ,7773; 1997= -1,0628; 2006= - ,8655; 2014= - ,7749; 2018= - ,3078; Valores sobrevivência eixo y 1991= - ,5852; 1997= - ,4012; 2006= - ,015; 2014= - ,0476; 2018= - ,0973. Série histórica com escala de valores dos eixos entre -2,5 a 3,5.

Fonte: Elaborado a partir de dados WVS.

Para interpretação do Gráfico 5, lembremos que no eixo da dimensão de valores tradicionais onde o Brasil está posicionado ao longo das décadas da pesquisa, ainda que com leve mudança, indica, de acordo com Inglehart e Welzel (2009), que é uma sociedade onde há deferência a deus, à pátria e à família. Fazendo uso das evidências da tese desses autores, pode-se dizer que, para os brasileiros, a religião é importante fonte de consolo e força, há alto grau de confiança nas igrejas e diretrizes claras sobre o bem e o mal. Os brasileiros também dão grande importância à família na qual a relação entre filhos e pais deve ser de respeito e afeto mútuo, sendo que os pais devem fazer o melhor para seus filhos em detrimento do seu próprio bem-estar e os filhos devem deixar seus pais orgulhosos. Ainda no contexto da família como instituição importante para os brasileiros, há apreço pela constituição familiar patriarcal, pois se a mulher ganha mais que seu marido isso certamente causa problemas.

Ainda da dimensão de valores tradicionais, sociedades como a brasileira, respeitam e aceitam autoridades; adotam atitudes protecionistas em relação ao comércio estrangeiro; defendem que os problemas ambientais do país podem ser resolvidos sem acordos internacionais; dificilmente discutem sobre a política e tendem a posicionar-se no lado direito de uma escala esquerda-direita; além de entender que expressar as próprias preferências é mais importante do que entender as preferências de terceiros.

Já na dimensão de valores de Sobrevivência versus valores de Autoexpressão, o Brasil oscilou mais ao longo das últimas três décadas. Apesar das mudanças ao longo das ondas na escala de valores, o Brasil mantém-se no quadrante como sociedade com valores de sobrevivência também na última onda realizada no ano de 2018. Lembremos que nesta dimensão, sociedades com valores de sobrevivência como se enquadra a brasileira, é característica a presença de insegurança individual, restrições intelectuais e sociais, rigidez na autonomia humana, forte tendência à valorização da segurança econômica e física. Também, as pessoas sentem-se ameaçadas por estrangeiros, pela diversidade étnica e pelas mudanças culturais levando à intolerância de pessoas “de fora”.

Entrevistados de sociedades com valores de sobrevivência priorizam a segurança econômica e física sobre a qualidade de vida. Por isso, defendem que uma boa renda e um trabalho seguro importam mais do que o sentimento de realização uma vez que o lazer não é muito importante na vida. Igualmente se descrevem como

não muito felizes e defendem a importância de ter muito cuidado ao confiar nas pessoas. Também há conservadorismo por papéis tradicionais de gênero e por uma força política autoritária. Por exemplo, os entrevistados defendem que quando o emprego é escasso, o homem deve ter mais direito ao trabalho do que as mulheres e a educação universitária é mais importante para um menino do que para uma menina. Por isso, entendem que o trabalho duro é uma das coisas mais importantes de ensinar a uma criança e não a imaginação. Pessoas dessas sociedades defendem ainda que o governo deve assumir mais responsabilidades para assegurar o sustento de todos e, são contra a ajuda econômica a países mais pobres.

Também pautado no entendimento da composição de valores de diferentes sociedades, consideramos os dados do modelo “*6-D model of national culture*”<sup>33</sup> de Geert Hofstede (2001) sobre a sociedade brasileira. Das seis dimensões do modelo, medidas com uma escala de 0 a 100, sendo que a pontuação média de 50, o Brasil tem as seguintes posições: na dimensão “*power distance*” a pontuação é de 69 indica que brasileiros acreditam que hierarquias devem ser respeitadas e desigualdades são aceitáveis. Já na dimensão “*Individualism versus collectivism*” a pontuação 39 indica que há elevado grau de interdependência nas relações, sejam familiares, sejam profissionais com forte sentido coletivista e de pertencimento a um grupo. Na dimensão “*Motivation Towards Achievement and Success*” o Brasil figura com pontuação 49 indicando estar entre o comportamento competitivo e a preocupação com a qualidade de vida.

Já na dimensão “*Uncertainty*” indica que a sociedade brasileira valoriza a hierarquia e as regras para estruturar a vida, mas também indica como os brasileiros lidam com situações incertas e que valorizam o convívio social como forma de relaxar frente à ansiedade da incerteza. Relativo à dimensão “*Long term orientation*” é onde a pontuação do Brasil é a mais baixa 28, indicando o que o modelo denomina como cultura normativa baseada em alto grau de respeito às tradições, focados em resultados imediatos e uma sociedade pouco propensa a planejar e educar para o futuro. Por fim, a dimensão “*Indulgence*” que está relacionada ao processo de socialização da infância e como ocorre o comportamento da vida adulta, nesta o Brasil tem pontuação 59 indicando que há pouco controle dos impulsos pois há maior tendência ao otimismo e em divertir-se.

---

<sup>33</sup> Para consultar mais informações desse modelo, acessar: <https://www.hofstede-insights.com/product/compare-countries>.

Cabe destacar que, para além dos dados destas pesquisas, pesquisadores da Cultura Política e de outras disciplinas também têm se dedicado ao estudo de valores político-culturais do Brasil. Um estudo clássico, neste sentido e que podemos relacionar com o tema desta tese, é a obra de Alberto Carlos Almeida intitulada “*A cabeça do brasileiro*”. Neste livro, a interpretação dos valores dos brasileiros é entendida sob a ótica de que a sociedade é composta por divisões e hierarquias e o autor defende que um dos elementos que contribui com essas diferenças é a escolaridade. “É a educação que comanda a mentalidade. Quem passou pelos bancos escolares de uma universidade e obteve diploma tende a ser uma pessoa moderna [...]” (ALMEIDA, 2007, p. 25). Ainda que este autor e obra não tratem propriamente da internacionalização da educação superior, corroboramos com o argumento sobre a importância da educação superior e do processo de socialização que ocorre no ambiente acadêmico como caminho para a redução das desigualdades e, por conseguinte, visões de mundo.

Assim, qualquer ação internacional está imbricada neste conjunto de valores tradicionais e de sobrevivência constituintes da sociedade brasileira conforme indicado pelas variáveis da pesquisa do WVS. A rejeição ou desconfiança a estrangeiros, o sentimento de insegurança e infelicidade, o papel aferido ao governo, o respeito a hierarquias, o conservadorismo, a confiança no papel de instituições como a família e a igreja, entre outras variáveis, são todos elementos atinentes ao entendimento de como os valores se relacionam ao fazer da internacionalização e seus resultados. Para isso, no próximo capítulo nos dedicamos à análise detalhada de algumas das variáveis do WVS do Brasil a fim de testar o grau de relação entre valores e a internacionalização, sobretudo concernente às políticas públicas brasileiras escolhidas, nomeadamente o PDSE, o CsF, o PrInt e as universidades integracionistas.

## **4.2 CANADÁ**

A exemplo do que é feito sobre o Brasil, aqui também apresentamos uma caracterização geral do Canadá no período do recorte deste estudo e também replicamos a pergunta: O que o mundo conhece sobre o Canadá? Como resposta, também surgem estereótipos a exemplo de: país da neve, do “*maple syrup*”, de paisagens naturais exuberantes, terra do hockey, do castor, povo educado, diversidade populacional com muitos estrangeiros e, bons índices de qualidade de

vida. O que mais sabemos do Canadá e que importa para a internacionalização? Quem são os canadenses e o que pensam? As seções seguintes deste capítulo buscam elucidar estes questionamentos.

#### **4.2.1 Formação Cultural Canadense baseada em imigrações**

A sociedade canadense pode ser considerada um mosaico de culturas e etnias. Esta composição decorre de diferentes processos migratórios baseados em decisões políticas ao longo da história do país. Conhecido como país multicultural, o censo de 2016 do Canadá indica que 7,5 milhões de pessoas que vivem no país nasceram no exterior e entraram no país por meio de processo de imigração. (STATISTICS CANADA, 2017). As ondas migratórias para o país surgem no processo colonizador de povoamento, iniciado no leste do território, marcado pelas disputas entre ingleses e franceses, na qual os ingleses foram vitoriosos. Assim, a inicial coorte foi de imigrantes europeus criando um simbolismo bicultural- inglês e francês- (DROZDOW-ST. CHRISTIAN, 2001).

Os europeus não foram os primeiros no território, pois o país já contava com a presença de diferentes povos indígenas, denominados povos originários. A expansão e ocupação europeia para as regiões central e oeste do território incorreu em um processo de anulação da população indígena. Por exemplo, o sistema “*Indian Residential Schools*<sup>34</sup>” foi implementado em 1831 para educar e doutrinar jovens filhos de indígenas de acordo com valores religiosos e culturais dos europeus. Apesar de em 2007 o governo canadense ter criado a *Truth and Reconciliation Commission* (TRC) as marcas dessa imposição de valores ainda fazem parte da sociedade canadense atual.

Outras ondas migratórias passaram a ocorrer fomentadas pelo interesse na expansão do povoamento como forma de fortalecer a Confederação do Canadá oficializada em 1867. No primeiro censo realizado em 1871 a população era de 3,5 milhões de pessoas, identificada com 20 distintas origens sendo a maioria vinda do Reino Unido e da Irlanda, seguidos de americanos, alemães e franceses (STATISTICS CANADA, 2017). Entre 1881 e 1885, ocorreu a chegada de mais de 15 mil chineses ao Canadá, motivada pela necessidade de mão de obra barata na construção da ferrovia *Canadian Pacific Railway* para ligar o leste ao oeste do país.

---

<sup>34</sup> Mais informações podem ser encontradas na página eletrônica do *National Centre for Truth and Reconciliation* acessível em: <https://nctr.ca/education/teaching-resources/residential-school-history/>.

Com a ferrovia concluída, o governo passa a excluir os imigrantes chineses e institui em 1885 o *Chinese Immigration Act*<sup>35</sup> com a cobrança de taxas elevadas para cada chinês interessado em permanecer no país. Muitos pagaram e ficaram no país e constituíram os chamados “*Chinatowns*” ainda presentes em diferentes cidades canadenses, preservando o comércio, a língua, os hábitos, a cultura e os valores.

As políticas discriminatórias canadenses contra imigrantes não europeus e não americanos ou ainda a pessoas de alguma religião marcaram o início do século XX. Um exemplo é o incidente de 1914 do navio *SS Komagata Maru*<sup>36</sup> com passageiros do Sul da Ásia que foram impedidos de entrar no país. Internamente, o fenômeno chamado “Baby boom” ocorrido entre os anos 1940 e início dos anos 1960 fez a população crescer e neste período a maioria dos canadenses era oriunda das Ilhas britânicas e também do Leste Europeu. Entre 1945 e 1980, decorrente da II Guerra Mundial, o Canadá recebeu imigrantes de países como Alemanha, Itália, Grécia e Países Baixos (STATISTICS CANADA, 2017; DROZDOW-ST. CHRISTIAN, 2001).

A forma de acolher estrangeiros no Canadá mudou a partir de 1967 quando foi criado o “sistema de pontos” que passou a adotar critérios de elegibilidade de potenciais imigrantes ao país baseado em habilidades de trabalho, nos idiomas inglês e francês, nível de escolaridade e vínculos familiares. O *Immigration Act* de 1976 e subsequentes políticas voltadas à imigração no Canadá passaram a estabelecer prioridades relacionadas à diversidade e à não discriminação permitindo, por exemplo, a entrada de refugiados e imigrantes interessados em criar sua empresa no Canadá. Com isso, as décadas subsequentes registram o incremento em número e diversidade étnica. O censo de 2016 revela que são 250 origens étnicas ou ancestrais indicadas pela população canadense, sendo as mais informadas: 1.8 milhões de chineses, 1.4 milhões de indianos e 837 mil filipinos. (STATISTICS CANADA, 2017).

Construído pelas forças britânicas e francesas, o Canadá é formado por diferenças étnicas e comunidades que demandam por independência e mantém divisões de diferentes ordens. Essas mesmas polaridades não são sinais de dissolução, mas sim, de uma vitalidade e diversidade que serve como pilar da unidade da nação (DROZDOW-ST. CHRISTIAN, 2001). Ainda que algumas das ondas de

---

<sup>35</sup> Para saber mais sobre o *Chinese Immigration Act*, consultar: <https://parks.canada.ca/culture/designation/evenement-event/exclusion-chinois-chinese> .

<sup>36</sup> Mais informações sobre este incidente, acessar a página do governo em: <https://parks.canada.ca/culture/designation/evenement-event/komagata-maru> .

imigração tenham resultado em conflitos políticos e sociais consideráveis, o padrão geral da vinda e fixação de estrangeiros no Canadá tem sido relativamente suave. Isso porque o imigrante pode ao mesmo tempo ser canadense e também ser de outra origem sem que haja um processo forçado. (DROZDOW-ST. CHRISTIAN, 2001, p.401). Isso é evidenciado no Censo de 2016 que aponta que quatro a cada dez canadenses indicam ter mais de uma origem. É, pois, a partir da compreensão dessa miscigenação de culturas que é preciso compreender como se constituem os valores da sociedade canadense. Igualmente, é nessa sociedade multiétnica marcada pelas forças político-governamentais de controle da imigração que o processo de internacionalização da educação superior se desenvolve no Canadá.

#### **4.2.2 A Educação Superior Canadense**

A formação da Educação Superior Canadense, também denominada educação terciária, está relacionada ao processo de colonização e povoamento do país. Franceses e ingleses desenvolveram o processo civilizatório com o apoio da educação e da religiosidade. O idioma é reflexo dessa herança visto que a educação no país é ofertada nos idiomas oficiais do país, nomeadamente em língua inglesa ou língua francesa, a depender da instituição. Já as marcas religiosas estão presentes tanto nas 55 instituições teológicas ainda ativas quanto no nome de universidades canadenses. Alguns exemplos, apenas para citar, são o *New Brunswick Bible Institute*; o *McMaster Divinity College*; o *Martin Luther University College*; o *Institut Catholique de Montréal*; a *Faculté de Théologie Évangélique*, entre outros. Ainda que diversas instituições católicas tenham mudado gradualmente para o status secular (JONES, 2014), percebe-se que valores religiosos católicos e protestantes são parte da história da educação superior canadense.

A data da primeira oferta de formação superior no país é um tema controverso na literatura. Enquanto alguns defendem que foi em 1663 pela oferta de um curso no *College Jesuíta*, outros indicam o *King`s College* como instituição pioneira, fundada em 1789 em Windsor na Nova Scotia. Independente da data de início e de qual instituição tenha sido a pioneira, o ensino superior canadense tornou-se parte da agenda dos valores britânicos nas comunidades canadenses. (JONES, 2014). Localizadas inicialmente no leste do território, o número de instituições de ensino superior teve crescimento gradual acompanhando o desenvolvimento dos povoamentos ao longo do território nos séculos XIX e XX. Apesar de haver estruturas

educacionais e instituições similares em diferentes partes do país, o desenvolvimento ocorreu conforme demandas e circunstâncias particulares relacionadas à herança cultural e o momento histórico da população de cada região (KNUTSON, 2019).

Decisões políticas delinearão a estrutura da educação superior canadense. O *The British North America Act* de 1867 instituiu a divisão de poderes e a educação superior passou a ser, desde então, responsabilidade de cada uma das dez províncias e três territórios. Regida de maneira descentralizada e sem autoridade federal (FRIESEN, 2009), cada estado da federação tem autonomia para desenvolver seu sistema de educação em termos pedagógicos, regulatórios, financeiros e avaliativos. A ausência de uma organização nacional centralizada, tem contribuído, por exemplo, para a criação de diferentes organizações e associações como a *Association of Universities and Colleges of Canada* (AUCC), atualmente denominada *Universities Canada*, a qual é voltada à cooperação entre as universidades canadenses e articulações com o governo, a indústria, as comunidades e outros países (FRIESEN, 2009). Por isso, dissertar sobre a educação superior canadense é uma tarefa complexa que demanda entender um conjunto de variáveis e atores.

Em termos cronológicos, de 1600 até a II Guerra Mundial, haviam poucas e pequenas universidades de natureza pública, privada, confessional ou secular sendo que as públicas recebiam modesto apoio financeiro do governo (JONES, 2014). Ofereciam formação a uma elite canadense, majoritariamente de público masculino, com enfoque eurocêntrico e eram atuantes nas necessidades locais dos imigrantes europeus e as afiliações religiosas contribuíram para o então caráter extensionista (FRIESEN, 2009). O cenário mudou com a volta dos 20 mil soldados canadenses que, por decisão política federal, passaram a receber formação superior gratuita. A decisão fez aumentar em 46% o número de matrículas nas universidades. Isso despertou o interesse de outros grupos da sociedade na busca pelo acesso gratuito. O governo federal, sob pressão da população e das próprias universidades, viu-se forçado a investir na expansão da educação superior.

É a partir daí que, em meados dos anos 1960, o governo federal passa a apoiar o desenvolvimento da pesquisa nas universidades canadenses para fomentar o desenvolvimento econômico e social da nação. A criação do Conselho de Pesquisa Médica, que em 2000 virou o Instituto Canadense de Pesquisa Médica, do Conselho de Pesquisa em Ciências Naturais e Engenharia criado em 1978 e, do Conselho de

Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades, criado em 1977<sup>37</sup>, são exemplos da atuação governamental atribuindo financiamentos por meio de editais de pesquisa. (JONES, 2014). Atualmente essas instituições são denominadas *Tri-Agency* e atuam no apoio à pesquisa para geração de impacto econômico e social no Canadá, na atração de estudantes internacionais e no desenvolvimento da excelência na pesquisa frente à competição global. Para isso há três modalidades de financiamento: 1- Apoio para pós-graduandos e pesquisas de pós-doutores; 2- Apoio a pesquisadores; 3- Apoio às instituições. Além disso, na década de 1980 discussões sobre acesso, aumento da imigração e esforços de colonização em relação aos conhecimentos de povos originários na educação superior canadense passaram a fazer parte da agenda de pesquisa no país por meio do tripé equidade, diversidade e inclusão, do inglês *Equity, Diversity, and Inclusion* (EDI) e que também perpassam a internacionalização (JONES, TAMTIK, TRILOKEKAR, 2020).

Outra frente de atuação do governo federal na educação superior canadense tem sido o apoio para canadenses em vulnerabilidade econômica. O programa *Canada Student Loan Program* teve início em 1939 e foi reestruturado em 1964, é uma oferta de financiamento de estudos. Além desse, o programa *Registered Education Savings Plans* (RESP)<sup>38</sup>, criado em 1972 é uma conta bancária livre de impostos para auxiliar pais a pouparem para a futura educação superior dos filhos (JONES, 2014). Apesar dessas ações, o Canadá vive um descomprometimento progressivo do Estado no financiamento das universidades. A preocupação com a diversificação dos serviços educacionais e uma maior atuação do Estado na avaliação do desempenho das IES em critérios como empregabilidade de egressos, internacionalização dos programas com mobilidade discente e docente evidenciam que a educação superior e as universidades canadenses fazem parte do movimento de formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. (LIMA e CONTEL, 2011).

Decisões políticas também delinearão uma característica administrativa da educação superior canadense: a não gratuidade. Instituições públicas e privadas,

---

<sup>37</sup> Para mais informações do *Natural Sciences and Engineering Research Council (NSERC)*, acessar a seguinte página web: [https://www.nserc-crsng.gc.ca/index\\_eng.asp](https://www.nserc-crsng.gc.ca/index_eng.asp); para informações do *Canadian Institutes of Health Research (CIHR)*, acessar: <https://cihr-irsc.gc.ca/e/193.html> e para informações do *Social Sciences and Humanities Research Council (SSHRC)*, acessar: <https://www.sshrc-crsh.gc.ca/home-accueil-eng.aspx>.

<sup>38</sup> Para mais informações do *Registered Education Savings Plans*, acessar: <https://www.canada.ca/en/services/benefits/education/education-savings.html>.

cobram de seus alunos “*tuitions and fees*” para a sobrevivência financeira das instituições. Essa prática teve início na década de 1970 quando o governo federal diminuiu os investimentos e deixou a cargo das próprias universidades a busca de recursos. A ampliação no número de estudantes matriculados passou a ser fonte de receita (JONES, 2014). Com uma população de baixa densidade demográfica o foco passou a ser nos jovens de outros países. Tal fato impulsionou o atual modelo de educação internacional canadense baseado no recrutamento internacional. É prática comum e explícita nas páginas eletrônicas das universidades a cobrança de diferentes valores de estudantes canadenses comparado ao de outros países. Na Memorial University of Newfoundland, por exemplo, os valores anuais de 2023 para cursar graduação, nível bacharelado são de CAD\$6.240 para canadenses, enquanto que estudantes internacionais devem pagar CAD\$20.790. Essa prática mostra que o termo educação internacional é falsamente utilizado como sinônimo de internacionalização da educação superior, como será melhor visto na seção seguinte.

Administrativamente a educação superior canadense tem Universidades e *Colleges* e Institutos. Nos *Colleges* e Institutos o enfoque da formação é prática, técnica e no desenvolvimento de habilidades para uma profissão específica com estreito vínculo em demandas da indústria. Nestas instituições a duração da formação pode ser de 1 a 3 anos. Já na Universidade, a formação tem forte vertente teórica em cursos de Bacharelado (duração de 3 a 4 anos), ou de mestrado (duração de 1 a 3 anos), podendo ser acadêmico ou profissional, além de doutorado (duração de 3 a 4 anos) com a necessidade de desenvolver uma tese inédita. Cabe ainda destacar que no Québec o sistema tem suas particularidades. Uma delas é o *Collège d'Enseignement Général et Professionnel* (CÉGEP), uma modalidade de formação técnica com duração de 3 anos.

Dada a horizontalidade do sistema, identificar dados nem sempre é uma tarefa fácil. Aqui optamos por fazer uso das informações disponibilizadas pelo *Canadian Information Centre for International Credentials* (CICIC) para indicar alguns dados da educação superior canadense. O país tem 154 universidades reconhecidas e destas, 129 são públicas e 25 são privadas sem fins lucrativos. Dessas, 35 oferecem formação em língua francesa, enquanto que em língua inglesa são 129 e, em ambos os idiomas, são apenas 10. Destas, 123 oferecem mestrado (acadêmico ou profissional) e apenas 73 oferecem doutorado. Já sobre os *Colleges* são 231 e destes 200 são públicos e 30 são privados sem fins lucrativos. Nos *Colleges*, 101 oferecem ensino em língua

inglesa, 139 em língua francesa e apenas 9 oferecem formação nos dois idiomas. No formato do ensino, o Canadá tem além do presencial, apenas 3 universidades e 1 *college*, reconhecidos que oferecem integralmente formação à distância. Resulta disso, um quantitativo de 1.955.340 alunos matriculados na educação superior canadense no ano de 2012. O Quadro 10 evidencia a variação no número de estudantes na educação superior por província e território canadense e respectivo órgão responsável.

Quadro 10: Órgão responsável e número de estudantes matriculados na educação superior por província e território canadense- ano 2012

Província/Território	Órgão responsável pela educação superior	Número de matriculados na educação superior em 2012
Alberta	Alberta Innovation and Advanced Education	188.607
British Columbia	British Columbia Ministry of Advanced Education	266.745
Manitoba	Manitoba Advanced Education	62.025
New Brunswick	New Brunswick Ministry of Post-Secondary Education, Training and Labour	31.635
Newfoundland and Labrador	Newfoundland and Labrador Department of Advanced Education, Skills and Labour	27.870
Northwest Territories	Northwest Territories Ministry of Education, Culture and Employment	525
Nova Scotia	Nova Scotia Department of Education	54.645
Nunavut	Nunavut Department of Education	279
Ontario	Ontario Ministry of Advanced Education and Skills Development	760.731
Prince Edward Island	Prince Edward Island Department of Workforce and Advanced Learning	7.482
Quebec	Québec – Ministère de l'Éducation et de l'Enseignement supérieur	502.236
Saskatchewan	Saskatchewan—Ministry of Advanced Education	52.308
Yukon	Yukon Department of Education	246
Total Canadá		1.955.340

Fonte: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/new-immigrants/new-life-canada/education/types-school/post-secondary.html#s11> e Jones, Glen A. (2014). An introduction to higher education in Canada. In K. M. Joshi and Saeed Paivandi (eds.), Higher education across nations (vol. 1, pp. 1-38). Delhi: B. R. Publishing.

Percebe-se, por meio desse quadro e parágrafos anteriores, que a educação superior canadense é constituída a partir de um conjunto de variáveis históricas, políticas, sociais e econômicas que formam um sistema complexo. É, pois, em meio a tudo isso que a internacionalização é desenvolvida, mas aqui, com maior interesse e atuação do Estado, como poderá ser visto na sequência.

#### **4.2.3 A Internacionalização da Educação Superior Canadense**

A internacionalização no Canadá atual carrega marcas de diferentes decisões políticas tomadas ao longo de décadas. Aspectos econômicos têm sido a força-motriz. Antes de adentrarmos ao entendimento propriamente da internacionalização, cabe a ressalva de que a literatura tem comumente utilizado como sinônimo o termo “educação internacional” para referir-se à internacionalização canadense e não é foco aqui debater sobre tal uso, ainda que mereça reflexões. Além disso, é importante lembrar do que fora apresentado nas seções anteriores, nomeadamente de que é parte de um sistema de educação superior descentralizado e que o país tem uma população constituída a partir de variados fluxos migratórios.

A compreensão do desenvolvimento da internacionalização canadense é dividida por diferentes autores a partir de fases históricas (FRIESEN, 2009; KNUTSON, 2019; MCCARTNEY, 2021). Neste sentido, aqui apresentamos um apanhado dessas diferentes interpretações por meio de cinco fases para evidenciar a trajetória desde os princípios colonizadores até a transformação do país num ativo recrutador de jovens do mundo todo.

A primeira fase, denominada “era colonial” (FRIESEN, 2009) refere-se ao período dos anos 1600 até o fim da II Guerra Mundial. Nessa época, o caráter internacional da educação superior canadense estava atrelado à presença de imigrantes no corpo acadêmico. Qualquer ação internacional tinha o caráter *ad hoc* e derivada de uma motivação individual (KNUTSON, 2019). Já a segunda fase, que denominamos como “cultura da paz”, vai de 1945 até final da década de 1960. Na nova configuração da ordem mundial decorrente do fim da II Guerra Mundial e início da Guerra Fria, as universidades canadenses buscaram contribuir globalmente para o desenvolvimento do entendimento global (FRIESEN, 2009). É quando são criadas iniciativas e programas de ajuda e capacitação internacional além de apoio a intercâmbios e pesquisas com países em desenvolvimento como é o caso do *Commonwealth Scholarship Plan* (1960), do CBIE em 1966, decorrente do movimento

“*Friendly Relations with Overseas Students*” iniciado na década de 1940, da *Canadian International Development Agency* (CIDA) (1960) e do *International Development Research Centre* (IDRC) na década de 1970.

É a era da formação de cidadãos como agentes da política externa canadense (MCCARTNEY, 2021) de caráter protecionista. Em referência à “Geopolítica da Fome” (CASTRO, 1951), podemos dizer que o Canadá estava no grupo dos países com “medo” frente ao grupo dos países com “fome” marcados por carências alimentares, de educação, de saúde, e instabilidade do poder político. Atuava para minimizar e proteger-se dos efeitos no seu país “rico”. A cultura da paz mundial fazia parte da busca de apoio dos países periféricos no conflito político-ideológico no contexto da Guerra Fria. Afinal, a guerra não emergiu nos países em desenvolvimento. Lembremos ainda que é nesse período que o Brasil recebe os consultores norte-americanos para ensinar como deveria ser a educação superior ideal. Portanto, nesta fase a internacionalização no Canadá e no Brasil representam duas faces da mesma moeda evidenciando a estreita relação que a internacionalização tem com a política nestes países.

A terceira fase, denominada “monetização dos imigrantes”, ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Já havia pesquisas em curso fomentadas pela *Tri-Agency*<sup>39</sup> e um relativo fluxo de estudantes internacionais ainda pouco “explorado” que, somado à diminuição nos investimentos públicos nas universidades, despertou interesse na política externa canadense (KNUTSON, 2019). Corroboramos com McCartney (2021) ao indicar que essa fase é marcada por três aspectos-chave para as décadas seguintes da política canadense relacionada a estudantes internacionais. São eles: 1- a classificação dos estudantes internacionais como migrantes por meio do *Immigration Act* de 1976 instituindo o status de “*non-immigrant foreign student*” para alunos estrangeiros aplicarem a visto de visitante, ou seja, com autorização de permanência no Canadá apenas para o período de estudos; 2- a adoção de *tuition fees* duas ou três vezes mais caros aos estrangeiros; e, 3- o entendimento de que estudantes internacionais são relativamente ricos. Aqui, em contraste com a fase anterior, os estudantes estrangeiros deixaram de ser vistos como os que necessitavam de apoio. O trabalho do CBIE passou a naturalizar a noção de estudantes estrangeiros como

---

<sup>39</sup> Para mais informações sobre o *Tri-agency* acessar: [https://www.sshrc-crsh.gc.ca/about-au\\_sujet/collaboration/tri-agency\\_funding\\_programs-programmes\\_financement\\_trois\\_organismes-eng.aspx](https://www.sshrc-crsh.gc.ca/about-au_sujet/collaboration/tri-agency_funding_programs-programmes_financement_trois_organismes-eng.aspx).

*outsiders* (MCCARTNEY, 2021), e a prática de *tuitions* diferenciados se tornou prática naturalizada em poucos anos. Esta fase representa a mudança do paradigma cooperativo ao econômico na internacionalização canadense.

A quarta fase ocorreu entre os anos 1990 e 2010, a qual denominamos como “recrutamento de estudantes internacionais”. É quando ocorre o fim da Guerra Fria o avanço da globalização com novas formas de comunicação, o fluxo de pessoas mais facilitado, a massificação e liberalização da educação enquanto serviço decorrente do *General Agreement of Trade in Services* (GATS). Em meio a isso, no Canadá, as bases da fase anterior estão calcificadas e novos passos ao recrutamento internacional são construídos. A mudança na política migratória, feita pelo governo federal em 2001, tornou o estudo no Canadá um passo para a cidadania. Além de impactar financeiramente as universidades, os estudantes internacionais passaram a ser vistos como um imigrante ideal e vital para o futuro econômico do Canadá. “Recruiting international students was increasingly a part of advancing Canada’s national interests.” (MCCARTNEY, 2021, p.39).

É nessa fase que se inicia a política de promoção do recrutamento e atração de estudantes como imigrantes. A criação do EduCanada em 2008 é parte dessa política. Inúmeras feiras são desenvolvidas mundo afora. (MCCARTNEY, 2021). As instituições de ensino ampliam suas estruturas para colher mais e mais estudantes internacionais e os escritórios internacionais passam a ser vistos como setores estratégicos nas universidades (KNUTSON, 2019). Somado a isso, mecanismos de recrutamento internacional se consolidam e o governo canadense apoia esse enfoque.

As government began to embrace a trade model with respect to education, the former emphasis on aiding students to come to Canada on scholarship funding gave way to a larger focus on ‘selling’ university education to students abroad who could afford to pay for their Canadian degrees (FRIESEN, 2009, p. 10).

Foi o início da consultoria pela *Canadian Education Centre*<sup>40</sup> para as universidades canadenses como estratégia nacional de apoio para “agregar valor”

---

<sup>40</sup> The Canadian Education Centre (CEC) Network is a private, independent non-profit company that has been promoting and marketing Canada as a study destination for international students and as a world-class provider of education services since 1995, through its 13 Canadian Education Centres in:

(KNUTSON, 2019). Em 2007, o número de estudantes internacionais matriculados no Canadá representava 7% na graduação e 20% na pós-graduação (FRIESEN, 2009). Mecanismos facilitadores para o acesso aos estudantes estrangeiros também foram desenvolvidos pelas instituições como institutos de inglês, *writing centers*, *on-campus housing*, serviços de *immigration advisor*, entre outros. Em meio a isso, dentro das universidades canadenses, alguns viam a vinda dos estrangeiros como uma excelente fonte financeira, outros entendiam como um enfraquecimento dos propósitos acadêmicos e científicos uma vez que se viram obrigados a criar adaptações de ordem cultural, linguística, e do próprio conteúdo ensinado. (FRIESEN, 2009).

Decorrente disso, é também nesta fase que o termo internacionalização passa a ser efetivamente utilizado e estudado tendo a pesquisadora canadense Jane Knight uma das pioneiras. Corroboramos com McCartney (2021) quando diz que o que passou a ser chamado de internacionalização no Canadá a partir dos anos 90, na verdade focou nas discussões dos efeitos no ensino, na pesquisa e nos serviços da educação superior canadense e no mundo a partir do que já vinha sendo desenvolvido por meio da atração de estudantes internacionais e não questionou nada sobre o interesse econômico envolvendo o processo.

Para além do recrutamento de alunos, as universidades canadenses também aumentaram a busca por professores estrangeiros. Além disso, as universidades canadenses, sobretudo através dos seus professores, permaneceram desenvolvendo duas ações e colaborações internacionais. Em 2008 40% das publicações acadêmicas foram em coautoria com pesquisadores de fora do Canadá, sendo que em 1992 eram apenas 24%. Destaca-se nos anos 90 os cortes orçamentários que limitaram os recursos destinados pelas agências federais de apoio científico a projetos e à mobilidade com enfoque na pesquisa, o que direcionou à busca de recursos do exterior. (FRIESEN 2009). Em resposta, em 2009 cinco organizações criaram o *Canadian Consortium for International Education Marketing (CCIEM)*<sup>41</sup> para pressionar o governo federal a ampliar investimentos e criar um plano de ação canadense no mercado da educação internacional.

---

Brazil, China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, México, Rússia, Singapura, Taiwan, Tailândia, Turquia, Vietnã. More information at: [www.studycanada.ca](http://www.studycanada.ca).

<sup>41</sup> As organizações que compõem o CCIEM são: *Association of Canadian Community Colleges (ACCC)*, a *AUCC*, a *CAPS-I*, o *CBIE*, e o *Languages Canada (LC)*.

Chega-se, assim, à quinta fase, entre 2011 a 2019, a qual denominamos “estratégias internacionais”. O enfoque na internacionalização canadense passou a ter um caráter oficialmente estratégico. Antes da criação de um plano federal, o *Council of Ministers of Education Canada* (CMEC) criou em 2011 o *International Education Marketing Action Plan*. Baseado no panorama nacional e contexto internacional, indica cinco objetivos para ampliar a inserção canadense no mercado da educação global. O foco central era atrair mais alunos, ser mais competitivo, ampliar a reputação e oferecer mais oportunidades aos canadenses estudarem fora.

Um ano mais tarde, o “*International Education: A Key Driver of Canada’s Future Prosperity*” é publicado pelo *Department of Foreign Affairs and International Trade* (DFAIT), atualmente denominado *Global Affairs*. Foi o primeiro instrumento federal com recomendações estratégicas para a internacionalização canadense. A educação passa a ser o vetor do futuro do Canadá. Duplicar o número de estudantes internacionais até 2022, ampliar ofertas de bolsas para atrair alunos, reorganizar as ofertas de atração de pós-graduandos e pós-doutores por áreas estratégicas, desenvolver parcerias bilaterais com países prioritários, são algumas das recomendações do relatório (DFAIT, 2012). Com isso, o recrutamento de estudantes internacionais passou a vislumbrar muito mais do que o valor de *tuition* e incorporou ainda demandas demográficas, lacunas no mercado laboral e incorporou a divulgação sofisticada. (KNUTSON, 2019).

Chama a atenção o fato de que o relatório aborda a internacionalização e a diplomacia do conhecimento. Refere-se ao encorajamento de canadenses estudarem no exterior para aquisição de habilidades necessárias para o futuro profissional. Visto que apenas 3% têm experiências internacionais, a meta era enviar 50 mil canadenses por ano até 2022. O relatório indica que estes serão os embaixadores do Canadá por meio da demonstração dos valores canadenses ao mundo. Associado a isso, os estrangeiros formados no Canadá são vistos como líderes no mundo e a experiência deles com a cultura, os valores e as oportunidades canadenses vão alicerçar a construção de relações com seus países de origem. É clara aqui a visão colonialista de que os valores canadenses devem ser disseminados no mundo e que a internacionalização canadense tem o foco de ensinar. Aprender não. Talvez por isso explique o uso da internacionalização como sinônimo de educação internacional.

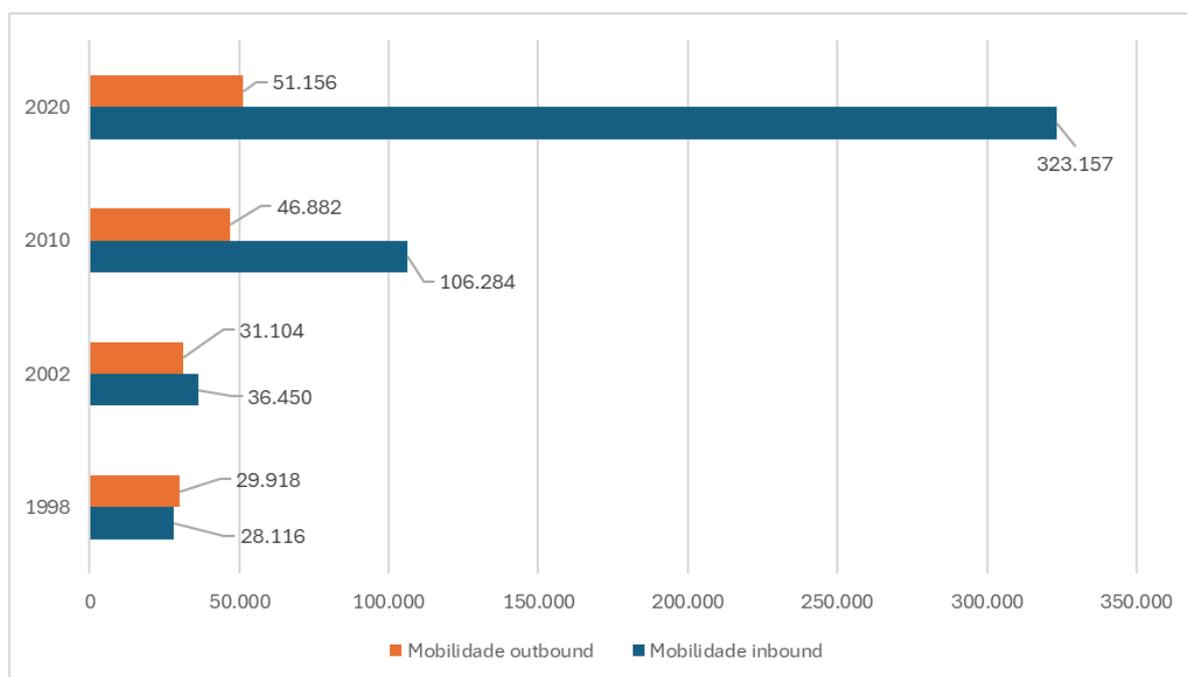
Em 2014 é lançada a *Canada’s International Education Strategy* pelo *Department of Foreign Affairs, Trade and Development* (DFATD) canadense.

Retomando em grande medida o preâmbulo das posições indicadas no relatório do DFAIT, este documento indica a posição do Canadá na internacionalização com o que chamamos de tipo vertical - hierárquica sendo referência (olhar para baixo). A sessão *Canadians Teaching the World* indica claramente: “*Through the Strategy, the Government of Canada will continue to develop the export of education know-how by seeking opportunities to promote the sector and by supporting the marketing efforts of Canadian stakeholders* (DFATD, 2014, p.16).

A educação superior passa a fazer claramente parte da agenda política econômica canadense (MCCARTNEY, 2021). O governo federal entende a educação internacional como: 1- Alunos internacionais estudando no Canadá; 2- Canadenses estudando no exterior; 3- Colaborações internacionais de pesquisa; e, 4- O compartilhamento do modelo de educação canadense em outros países, incluindo o ensino online. Para isso, define países prioritários e amplia estratégias de marketing digital para atrair mais estudantes internacionais.

Em 2019 é lançado o novo *Canadian International Education Strategy* pelo *Global Affairs* e com vigência até 2024. O caráter econômico e competitivo permanece presente, tal qual o entendimento da educação como caminho para a prosperidade canadense. O documento é construído em três grandes objetivos: 1- encorajar o estudo e trabalho de canadenses em países-chave, especialmente da Ásia; 2- diversificar a origem dos alunos internacionais, as áreas de conhecimento e alocações no país; e 3- ampliar o apoio às instituições canadenses para a exportação de seus serviços no exterior.

Estas estratégias parecem estar funcionando. O Gráfico 5 indica o fluxo de mobilidade inbound e outbound do Canadá dos estudantes do ensino superior no período de 1998 a 2020 segundo dados da UNESCO.

Gráfico 5: Mobilidade *inbound* e *outbound* do Canadá (1998- 2020)

Fonte: Unesco- [Global Flow of Tertiary-Level Students](#). Foi considerado o ano de 1998 e não 1990 pois não haviam dados disponíveis anteriores a este ano e também foi considerado o ano de 2002 e não o de 2000 para ser o mesmo ano tanto no inbound quanto no outbound.

Percebe-se que o quantitativo de estudantes internacionais no Canadá triplicou entre os períodos da quarta e quinta fase da internacionalização. O que demonstra que as políticas migratórias e os investimentos no recrutamento adotados a nível federal nas Estratégias de Educação Internacional estão dando efeito. Além disso, no ano acadêmico de 2017/2018, 296.469 mil estudantes estrangeiros estavam matriculados nas universidades canadenses representando 14% do total das matrículas no país e bilhões de dólares sendo injetados na economia canadense. Somente no ano de 2018 a estimativa foi de \$21.6 CAD bilhões. Alunos estes que eram oriundos de 225 países diferentes. Destes 67% eram em nível de graduação ou maior, enquanto que os outros 33% em cursos de menor nível (STATISTICS CANADA, 2023). Estes dados revelam que mais de 97 mil estudantes estrangeiros não buscaram a educação superior canadense. Isso abre margem a questionamentos e interpretações do porquê jovens internacionais escolhem o Canadá para estudar.

Neste sentido, o Quadro 11 com dados da UNESCO relativos à mobilidade de 2020 do Canadá, indicam os dez países como principais destinos dos canadenses e também os principais países de origem dos estrangeiros.

Quadro 11: Origem e destino da mobilidade no Canadá segundo UNESCO ano base 2020

<i>Inbound</i>		<i>Outbound</i>	
Índia	95.031	EUA	26.524
China	81.006	Reino Unido	6.760
França	18.198	Emirados Árabes	4.015
EUA	9.303	Austrália	2.696
Vietnam	9.243	México	2.184
Iran	7.854	Irlanda	1.634
Nigéria	7.542	Alemanha	1.411
Coreia	7.143	França	1.029
Brasil	5.151	Suíça	547

Fonte: Unesco- [Global Flow of Tertiary-Level Students](#).

Tal quadro indica que as escolhas podem estar atreladas aos valores e relações culturais das sociedades de origem e destino. Assim, quando Lima e Contel (2011) indicam que o Canadá é um grande exportador de serviços educacionais, atribui erroneamente a relação de exportação ao sentido recrutador de estudantes estrangeiros. Atrair estudantes estrangeiros como potencial imigrante é totalmente descolado do sentido de exportação. No entanto, corroboramos quando estes mesmos autores indicam que o país desempenha um papel agressivo em termos de atração de estudantes internacionais e que, pelo enfoque financeiro dado à internacionalização tem maior soberania na arena da economia mundial. Além disso, atribuir ao sistema de educação canadense e ao prestígio internacional das universidades canadenses como variáveis explicativas da grande atração de estudantes internacionais, conforme é feito por estes autores, é arriscado sem haver testagem metodológica dessa correlação.

Corroboramos a afirmação de McCartney (2021) ao indicar que, apesar das mudanças ao longo dos anos, há uma constante ênfase no processo de internacionalização canadense servir os interesses nacionais, sobretudo os interesses econômicos e pouco cuidado com o que interessa às pessoas. Isso porque,

although institutions frequently argue for the educational value of international students, at the governmental level this is mostly ignored. Instead, international students are dehumanized in these materials, valued only to the extent that they can develop Canada's economy, whether during their studies of afterwards as immigrants. (MCCARTNEY, 2021, p.42).

Percebe-se, pois, que a internacionalização canadense tem sido historicamente conduzida sob os princípios da abordagem *top-down*.

#### **4.2.3.1 Razões da internacionalização no Canadá**

O contexto sobre as cinco diferentes fases da internacionalização canadense apresentado nos leva a identificar quais têm sido as principais razões para o seu desenvolvimento no país. Ainda que tenham ocorrido algumas alterações ao longo das décadas, como por exemplo o contexto mundial que motivou um enfoque mais cooperativo na segunda fase, são as razões econômicas as mais evidentes e já arraigadas. Além desta, outras três razões são apontadas como as que mais se evidenciam no caso canadense. Antes, porém de apresentá-las, destacamos que embora o sistema de educação superior canadense seja de responsabilidade das províncias e territórios, é bastante claro que a internacionalização é um tema de interesse federal. Decorrente disso, o conjunto de razões está fortemente atrelado ao modelo de abordagem *top-down*, ficando majoritariamente concentrado no conjunto de razões das instituições e menos enfoque nos indivíduos.

Como já indicado, as razões econômicas são as mais evidentes na internacionalização canadense. Desde a cobrança de *tuitions* duas ou três vezes mais caros dos alunos internacionais surgiu como uma solução para a sobrevivência financeira das universidades. Como ocorreu aceitação interna e externa dessa prática, então o cálculo matemático foi fácil: quanto mais alunos internacionais, mais dinheiro na universidade, na cidade, no país. Assim, desde a fase da monetização ao recrutamento e às estratégias, fica evidente que as razões econômicas têm impulsionado e dado a direção da internacionalização no país. As orientações estratégicas governamentais foram sempre no aumento do número de alunos internacionais e de diversos países e o anúncio de que estes jovens estejam anualmente bilhões de dólares na economia do país é feita com brio. Além disso, o crescente enfoque na publicidade e no marketing sobre a educação e sobre o país no mundo, são evidências de que o Canadá entende a educação - de qualquer nível- como um produto e a internacionalização é um caminho lucrativo para a prosperidade econômica do país. Diante disso, Knutson (2019, p.220-221), comenta: “In effect international students would become Canadians without costing the Canadian taxpayer a cent while their home countries would lose the both the dollars and talent that these young people represent”. Aqui poderíamos voltar à discussão sobre o valor

da internacionalização. No Canadá ele parece que a resposta inicia com o sinal do cifrão.

A segunda razão é a político-diplomática. Esta razão está relacionada ao sentido de a internacionalização poder apoiar a reputação internacional do país e está fortemente vinculada à política externa canadense. Ainda que na segunda fase a intenção política relacionada à internacionalização focava no apoio aos países em desenvolvimento, o entendimento de apoio genuíno se enfraquece ao lembrar que o movimento é parte do contexto da Guerra Fria e o apoio político de outros países era importante. As razões políticas canadenses são baseadas no sentido de evidenciar a busca por poder e competitividade internacionalmente e promover a marca do país internacionalmente por meio da educação e estas têm sido práticas tanto das universidades quanto do governo canadense (KNUTSON, 2019). Também, o fato de o Global Affairs ser um ator com grandes responsabilidades no processo de recrutamento de estudantes internacionais que movimentam a economia, é evidência da razão política. Além disso, os documentos estratégicos referenciados na quinta fase, evidenciam o posicionamento do governo federal em apoiar canadenses a realizarem estudo e trabalho no exterior para que sejam os embaixadores do país e levem ao mundo a cultura e os valores canadenses.

A terceira para o Canadá desenvolver a internacionalização como evidenciamos, é o cenário competitivo internacional. Fortemente relacionada às duas razões anteriores, a internacionalização tem sido meio de posicionar o Canadá e as instituições de educação superior em rankings internacionais e tornar o país um *global player*. Tal uso da internacionalização parece justificável pelos documentos estratégicos que indicam claramente a preocupação de o Canadá estar em uma colocação inferior no quantitativo de recrutamento internacional frente a países como Austrália, Inglaterra, Alemanha, entre outros. Igualmente é parte dessa razão o aspecto do desenvolvimento científico e tecnológico que fazem parte das disputas internacionais entre países. Por isso, ações de atração e retenção de líderes, pesquisadores, estudantes, professores altamente qualificados beneficiam o país, mas também, o colocam em um patamar de competidor mundial. Associado a isso, Knutson (2019, p.57) indica: “In Canada, national policies have responded to priorities supporting tuition revenue growth, the attraction of highly qualified personnel, and the imbuing of global skills and understanding into Canadian students to improve the

country's future competitiveness". É isso que movimenta a internacionalização no Canadá e mantém o país competitivo.

A quarta razão que indicamos é decorrente dos problemas demográficos e a demanda migratória no país. A população canadense é pequena frente ao vasto território e além disso a população está envelhecendo. Precisa de pessoas jovens, qualificadas e capacitadas ao trabalho como força para continuar movimentando a economia, produzir inovação, desenvolver conhecimento muito além dos espaços universitários. Sem pessoas, há impactos na economia e na capacidade competidora. Por isso, as mudanças nas legislações para ingresso e permanência de imigrantes acompanham a história do Canadá e as fases da internacionalização, pois passaram a permitir o ingresso de jovens internacionais para estudarem e após permanecerem no país. O Canadá precisa atrair pessoas de outros países decorrente da baixa densidade demográfica. Os alunos internacionais como futuros cidadãos qualificados são o caminho para suprir essa necessidade do país.

Para além destas quatro razões, podemos ainda refletir sobre o contexto canadense e as razões acadêmicas e socioculturais, ambas indicadas no segundo capítulo, quando da revisão da literatura. No tocante às razões acadêmicas, ainda que haja o esforço da atração de talentos por meio de bolsas, da atuação da *Tri-agency*, ainda assim, é para formar uma elite e não é para todas as instituições de ensino canadense. Além disso, as orientações estratégicas para a mobilidade de canadenses ao exterior, por exemplo, não pautam na formação acadêmica, apenas na aprendizagem de outra língua e muito mais na promoção da cultura canadense no mundo. Por isso, Knutson (2019) indica na sua tese de que as razões acadêmicas estão na retórica das instituições de ensino canadenses e nos documentos das políticas estratégicas, mas, estão sendo engolidas pelas razões econômicas pois, o conhecimento é visto como caminho de acesso ao poder global e aos recursos e o conhecimento ajuda as universidades e o país a competir. (KNUTSON, 2019).

Também nas razões socioculturais, para além da segunda fase, pouco tem sido o foco deste então. Dado o baixo quantitativo de canadenses que vão ao exterior e ainda, a forma como o tema é tratado nos documentos estratégicos do governo canadense, os propósitos socioculturais não parecem ser o foco da internacionalização canadense. Corroboramos com Knutson (2019) quando indica que as razões socioculturais estão em posição contrária e em perigo frente às razões econômicas que estão em primeiro plano.

#### 4.2.3.2 Atores da internacionalização no Canadá

Nesta seção buscamos apresentar os principais atores da internacionalização canadense. Alguns têm assumido papel mais evidente que outros, mas todos estão relacionados ao conjunto de razões apresentadas e respectivas fases do processo no país. Visto que no Canadá a internacionalização tem uma abordagem *top-down*, partimos do papel das instituições como propulsoras do modelo em curso. Neste sentido, o Estado é um ator forte. Desde a definição na redução de investimentos, à mudança de legislação migratória, ao pleno apoio no atingimento de metas e estratégicas à prosperidade do país.

Desde a década de 1970 o Estado está presente e tem atuado com uma política de Estado e não de governo, ainda que com demasiado enfoque econômico que a internacionalização canadense tem tomado, fruto da atuação e chancela do Estado, vale destacar que ela tem sido uma política de Estado e não de governo. Criar benefícios à sociedade por meio da internacionalização com enfoque econômico é o que o governo federal canadense tem focado. A materialização da atuação do Estado ocorre sobretudo por meio de legislações, programas e documentos estratégicos que são promovidos nacional e internacionalmente pelo trabalho do *Ministry of International Trade Diversification*; do *Ministry of Employment, Workforce Development and Labour* e do *Ministry of Immigration Refugees and Citizenship* e seus diversos organismos governamentais, como o *EduCanada*, *Global Affairs*, Embaixadas e Consulados, entre outros. O governo federal também assumiu o papel de apoiar e financiar o desenvolvimento da pesquisa por meio da atuação da *Tri-agency* e programas de bolsa e apoio à atração de talentos científicos internacionais.

Ainda na instância governamental, os governos provinciais também são um conjunto de atores importantes. Desde o financiamento da educação pública em todos os níveis, à definição de estratégias e políticas atentas às demandas da região, cada província ou território tem autonomia para desenvolver sua educação superior. Algumas possuem um plano específico de internacionalização. Outros atuam mais fortemente por meio do CMEC no diálogo com o governo federal, incluindo aqui, a criação dos documentos estratégicos da quinta fase.

Outro conjunto de atores importantes, ainda na dimensão institucional, são as associações e organizações com enfoque na educação superior e sua internacionalização. Dois deles merecem destaque: o CBIE e a AUCC, atualmente

*Universities Canada*. O CBIE atua como a voz dos alunos internacionais no Canadá desde a sua origem na década de 1940. Iniciou as discussões sobre a internacionalização no país nos anos 1990 e oferece eventos e formação sobre o tema. Além disso, desenvolve, desde 1988, pesquisas de satisfação dos alunos internacionais junto às instituições canadenses associadas permitindo um panorama do país. Apenas para citar, a pesquisa de 2017 contou com mais de 14 mil respondentes e alguns desses dados serão abordados no próximo capítulo.

Já o *Universities Canada*, atuante desde 1917, é uma associação composta por 96 representantes de instituições do Canadá e atua no enfoque e promoção da internacionalização canadense no nível das universidades. A mobilidade de estudantes, a promoção de acordos bilaterais, a criação de programas interinstitucionais, entre outros, são práticas atinentes à atuação dessa instituição que busca identificar problemas comuns e criar propostas conjuntas a fim de fortalecer internacionalmente as universidades canadenses associadas e criar interlocuções com tomadores de decisão. Além destas, há muitas outras iniciativas como *Mitacs*, *Languages Canada*, *Canadian Association of Public Schools International (CAPS-I)*, *Canada and Latin America Research and Exchange Opportunities (CALAREO)*, *Connecting you with top Canadian Universities (CALDO)*, entre outros.

Ainda no nível das universidades e *colleges* canadenses estão os gestores dos escritórios internacionais, que também são atores relevantes no processo. De acordo com Mestenhauser (2011) e Knutson (2019) estes atores têm alto grau de responsabilidade pelo papel de liderança que têm exercido ao longo do fazer da internacionalização nas instituições. Ocupando posições que variam desde vice-presidente a diretor executivo, são estes profissionais que têm sob sua responsabilidade liderar a internacionalização canadense e todo o escopo de recomendações, estratégias e metas federais, provinciais, de associações e da própria instituição (KNUTSON, 2019). De acordo com a tese de Knutson (2019), a atuação desses profissionais, também comumente denominados no Canadá como educadores internacionais, é, na prática diária um papel complexo entre os paradigmas econômico e o cooperativo e destaca:

My research indicates that Canadian SIOs experiences of leading campus internationalization emerge from a synthesis of three critical agendas for internationalization: what the nation wants; what the institution wants; and what they themselves want. (KNUTSON, 2019, p.205).

O estudo de Knutson (2019) evidencia a importância de serem reconsideradas as razões dos atores das dimensões nacional, institucional e individual. De acordo com os gestores internacionais canadenses que participaram da pesquisa de Knutson, balancear a internacionalização canadense não apenas pelo lado econômico, mas também pelo interesse sociocultural é importante. De acordo com Knutson (2019), essa posição deriva da visão de mundo deles e dos seus valores que não são necessariamente os valores do restante da academia e dos demais atores de internacionalização no Canadá.

Em meio a esse dilema chegamos aos professores. De acordo Friesen (2009), os membros do corpo docente, junto com os funcionários dos escritórios internacionais, têm sido os principais promotores de estudos no exterior e de oportunidades de intercâmbio estudantil para estudantes canadenses. Embora Friesen (2009) indique que os professores têm sido reconhecidos como aqueles com o papel chave no desenvolvimento de consciência intercultural entre os estudantes, não é o que os documentos governamentais indicam.

No DFAIT (2012) a única referência aos professores é uma frase normativa indicando que as instituições devam continuar oferecendo oportunidades de intercâmbio de professores e parcerias de pesquisa com instituições estrangeiras. Nada além disso é citado na estratégia de 2014 e na de 2019 sequer aparece o termo professor e há uma única referência ao pesquisador como essencial que crie conexões com o exterior. Será mesmo que a intenção é que os professores canadenses tenham outras visões de mundo? O governo canadense parece esquecer que pesquisas apoiadas pela *Tri-agency* decorrem dos trabalhos de docentes e pesquisadores. Tanto é que as páginas eletrônicas de promoção da educação superior canadense ao mundo facilmente indicam dicas de como encontrar um professor para atuar como supervisor de um candidato internacional. Promover um futuro próspero a partir da educação superior demanda entender o papel dos professores.

Chegamos aos atores vitais do processo de internacionalização canadense: os alunos. Ainda que os estudantes, sobretudo internacionais, sejam o foco do processo canadense, nos documentos estratégicos muito pouco das suas vozes são ouvidas. As pesquisas de satisfação feitas pelo CBIE contribuem para o entendimento de alguns aspectos sobre as escolhas dos alunos. Os países de origem da massa de alunos internacionais que ingressam no Canadá têm diferentes destinos do pequeno

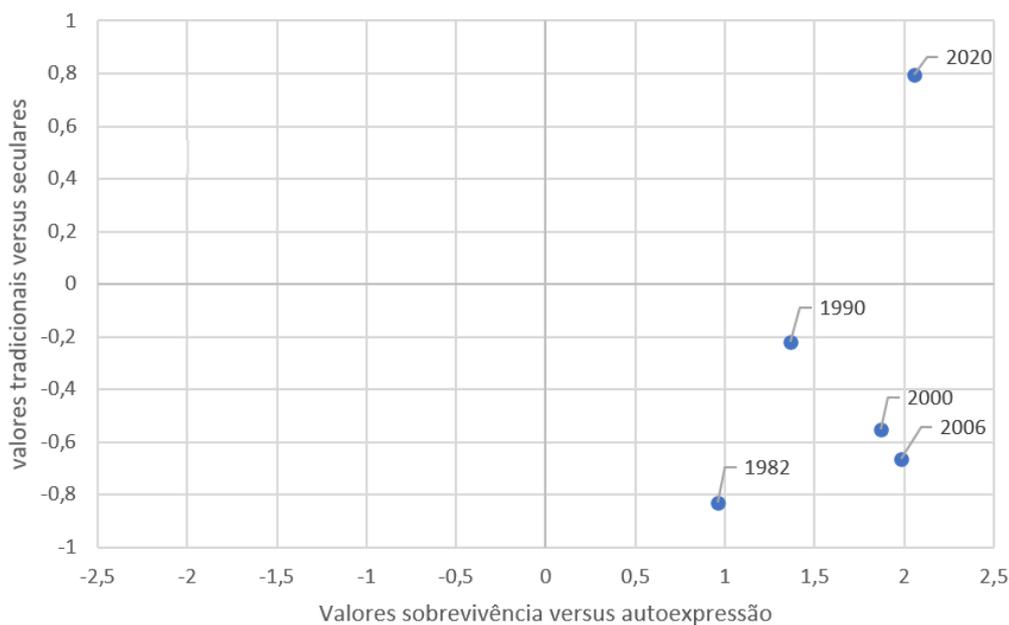
número de canadenses que estudam no exterior. Há muito a ser entendido sobre os alunos e a internacionalização canadense baseada na omissão cultural, dado o contexto dos atores apresentados e conjunto de razões.

Além do conjunto de atores mencionados, há ainda os agentes recrutadores formados por grandes corporações que criam acordos comerciais com as instituições canadenses para o recrutamento internacional de alunos. É um negócio já consolidado na educação superior canadense e que pode ser tema de uma única tese. Cabe aqui apenas destacar que as discussões atuais sobre esses agentes têm sido sobre recrutamento ético que o CBIE tem promovido. Tema este que nos revela os graus de complexidade do atual estágio da internacionalização canadense e reforça a nossa tese sobre a importância de entender o processo a partir das pessoas.

#### **4.2.4 Valores da sociedade canadense**

As seções anteriores que tratam do Canadá, mostram que esta sociedade possui características heterogêneas na sua formação étnico-cultural, dado o conjunto de ondas migratórias que marcam a construção histórica do país. As estruturas político-educacionais descentralizadas, mas com graus hierárquicos, evidenciam variações provinciais de diferentes ordens. Esses elementos apontam para a existência de uma composição social construída por “*outsiders*” e, por conseguinte, variações de valores dentro do país. Como o foco desta tese é compreender os valores em perspectiva nacional, buscamos identificar essa composição a partir das dimensões de valores do “Mapa Cultural Mundial” de Inglehart e Welzel (2009). Os dados do WVS sobre valores canadenses reúnem cinco ondas no período de 1982 a 2020, período no qual o Canadá participou da pesquisa. O Gráfico 6 indica a posição do Canadá em ambas as dimensões de valores ao longo das décadas nas ondas da pesquisa WVS.

Gráfico 6: Dimensões de valores de Canadá ondas WVS (1982-2020)



Nota: Valores tradicionais eixo x 1982= -,8283; 1990= -,2205; 2000= -,5518; 2006= -,6645; 2020= ,7975; Valores sobrevivência eixo y 1982= ,9583; 1990= 1,3636; 2000= 1,8667; 2006= 1,9799; 2020= 2,0555. Série histórica com escala de valores dos eixos entre -2,5 a 3,5.

Fonte: Elaborado a partir de dados WVS.

Percebe-se pelo gráfico que na dimensão de valores de sobrevivência versus autoexpressão o Canadá demonstra relativa estabilidade no quadrante de autoexpressão ao longo das décadas. Já na dimensão de valores tradicionais versus seculares, a estabilidade no quadrante de valores tradicionais se manteve por entre os anos de 1982 a 2006, mas, mudou drasticamente para valores seculares nos resultados da pesquisa entre 2006 e 2020.

É pertinente retomar os postulados de Inglehart e Welzel (2009) sobre o conjunto de valores dessas dimensões. Tal qual fora retratado sobre o Brasil, os valores tradicionais de uma sociedade como a canadense evidenciam que de 1982 a 2006 a família era muito importante tal qual a relação de respeito aos pais. Igualmente, durante esse período os canadenses primavam pela proteção à vida rejeitando o divórcio, a eutanásia e outras formas contrárias a isso. Além disso, respeitavam e promoviam a autoridade com altos níveis de orgulho nacional, fazendo com que aceitassem passivamente a autoridade nacional e raramente discutiam sobre política. Outros valores importantes para os canadenses, ainda neste mesmo período, eram a religião e a deferência a deus, assim como o trabalho. Questões relacionadas à diferenças sobre gênero eram percebidas de forma diferente e, por exemplo, se uma

mulher ganhasse mais que seu marido isso quase sempre causaria problemas. Outras variáveis de valores poderiam ser citadas para retratar as sociedades tradicionais, mas o que é pertinente evidenciar é que os valores seculares representam o oposto a todo esse conjunto de valores e portanto, os valores dos canadenses nessa dimensão também mudaram. A grande mudança dessa dimensão de valores no intervalo das ondas de 2006 e 2020 chama a atenção. Ainda que não seja intenção aqui explorar as causas dessa mudança, pois fugiria do foco da tese, cabe destacar que, este também é o período de acelerado crescimento de ingresso de estudantes estrangeiros.

Já no que se refere à dimensão de valores de autoexpressão, sociedades como a canadense, indicam a presença de valores relacionados à tolerância, à confiança, à ênfase no bem-estar subjetivo e também atitudes voltadas ao ativismo cívico. Segundo a tese de Inglehart e Welzel (2009), estes valores estão relacionados a altos níveis de segurança existencial e a autonomia individual características de sociedades pós-industriais que refletem um ethos emancipador e humanístico, valorizando a autonomia e a escolha dos indivíduos. Quando a sobrevivência passa a ser dada como certa, a diversidade étnica e cultural se torna cada vez mais aceitável e além de ser tolerada, se torna positivamente valorizada. Com isso, novos papéis de gênero e novas normas sexuais, por exemplo, não parecem ameaçadoras, mas, um reflexo da diversidade.

Direitos iguais para estrangeiros e outras pessoas “de fora” são cada vez mais aceitos em sociedades com valores de autoexpressão (INGLEHART e WELZEL, 2009). Tal entendimento e valores, pode estar associado ao fato de o Canadá ter sido essencialmente povoado por imigrantes que buscavam no território melhores oportunidades. Também, a formação multiétnica, vista na composição das fases da internacionalização no país, evidenciam os valores de autoexpressão da sociedade canadense. Pode-se dizer que os valores dos canadenses entrevistados na pesquisa enfatizam a tolerância pela diversidade e demandas crescentes de participação na tomada de decisões na vida econômica e política e reproduzem uma cultura humanística de confiança, atribuindo um valor relativamente alto à liberdade individual e à autoexpressão.

Essa composição de valores da sociedade canadense, corrobora com as dimensões do modelo “6-D model of national culture”<sup>42</sup> de Geert Hofstede (2001). Na dimensão “*power distance*” é onde a pontuação do Canadá é 39, indica que canadenses valorizam uma sociedade igualitária e respeitam as liberdades individuais. Já na dimensão “*Individualism versus collectivism*” a pontuação 72 indica que a sociedade canadense é individualista e que as pessoas tendem a ser auto-suficientes cuidando de si mesmas e das suas famílias imediatas e não há atitudes de pertencimento coletivo a um grupo. Na dimensão “*Motivation Towards Achievement and Success*” o Canadá figura com pontuação 52 indicando uma sociedade que busca o equilíbrio entre o sucesso e a satisfação pessoal. Como o próprio estudo indica, a competição em diferentes espaços de socialização como a escola, os esportes, o trabalho, fortemente presentes nos norte-americanos, não é o foco dos canadenses.

Já a dimensão “*Uncertainty*”, com pontuação de 48, indica estreita relação com valores de autoexpressão. Isso porque evidencia que a sociedade canadense é aceita facilmente mudanças, novas ideias, práticas e são tolerantes a opiniões diferentes por praticarem a liberdade de expressão. Dito de outra forma: os canadenses não têm medo do futuro. Isso direciona à dimensão “*Long term orientation*” com pontuação 54. Aqui, o estudo indica que é uma sociedade ligeiramente pragmática com capacidade de adaptar as tradições às novas condições com propensão à parcimônia para obtenção de resultados. Por fim, a dimensão “*Indulgence*” tem pontuação 68 indicando que a cultura canadense compreende pessoas com atitudes positivas, tendendo ao otimismo e primando pela realização na vida baseada em escolhas individuais. Ainda que os dados tratem da cultura canadense como um todo, o estudo destaca ainda uma ligeira diferença se comparando dados das regiões anglófonas da francófona que é o estado do Quebec. Neste último, os canadenses são mais formais, respeitam mais hierarquias e têm maior foco nas relações entre grupos. Portanto, um reflexo das variações de valores.

Há, portanto, clivagens regionais na composição dos valores canadenses. Os estudos da Cultura Política canadense têm abordado essas variações e a imigração tem sido variável recorrente para identificar as diferenças e mudanças de valores em perspectiva regional e nacional canadense (NEVITTE, 1996; BILODEAU, WHITE, 2015). Implicações do processo de internalização de normas locais pelos imigrantes

---

<sup>42</sup> Para consultar mais informações desse modelo, acessar: <https://www.hofstede-insights.com/product/compare-countries>.

e relações interpessoais estão associados à aceitação da cultura política regional canadense (NEVITTE, BILODEAU, WHITE, 2005).

Os graus de confiança dos imigrantes nas instituições e nos próprios canadenses também são pertinentes para compreender a cultura canadense. Neste sentido, o estudo de Bolideau e White (2005) utilizando dados do WVS, aponta que migrantes recém-chegados denominados como “*outsiders*” apresentam maior grau de confiança em outras pessoas do que nos nascidos no Canadá. Os autores entendem que uma explicação pode ser o fato de o grau de escolaridade dos imigrantes recém-chegados no país ser maior do que dos nativos (62% versus 21% respectivamente). Esse panorama de confiança muda na medida em que esses mesmos imigrantes passam a ser reconhecidos como canadenses fazendo com que aumente o grau de confiança nos nativos do país. Também, a estabilidade econômica dos imigrantes no Canadá indica maior grau de tendência de confiança e satisfação com o governo e com as instituições do país. Mas, o mesmo estudo aponta que há uma queda no grau de confiança dos imigrantes para com os canadenses ao longo do período de residência no país, passando no primeiro ano com 93% indicando confiança, uma década após, desce para 69%. (BILODEAU, WHITE, 2015). Esse dado de diminuição de níveis de confiança dos imigrantes residentes no Canadá precisa ser entendido como parte da composição de valores integrantes da sociedade canadense e variáveis que interferem no fazer do processo de internacionalização.

### **4.3 Conclusão**

O presente capítulo buscou apresentar separadamente um panorama geral de Brasil e Canadá sobre o tema da internacionalização e dos valores nestes países. Priorizou-se a inicial contextualização da formação étnico-cultural dessas sociedades como elemento básico à compreensão tanto da internacionalização quanto dos valores. Antes de adentrar o tema da internacionalização propriamente, é feita uma apresentação sobre a formação e as características da educação superior desses países desde uma perspectiva cronológica até o entendimento do que constitui a atual arena do desenvolvimento da internacionalização. A partir disso, passamos a dissertar sobre as diferentes fases, atores e razões da internacionalização de cada país. Optou-se em não tratar apenas no período de 1990 a 2020, visto que fatos e contextos anteriores permanecem influenciando o que é hoje o processo nestes

países. Como exemplo, podemos citar a fase do “princípio do complexo vira-lata na internacionalização” no Brasil e no Canadá a fase da “monetização dos imigrantes”.

Salvaguardadas as particularidades no conjunto de razões, atores e enfoques que constituem o processo ao longo das décadas, em ambos os países, ficou evidente que a mobilidade de pessoas tem sido a força-motriz da internacionalização. O Brasil se caracteriza como país emissor de pessoas, enquanto que o Canadá atua como receptor. Além disso, elucidamos que em ambos os países as instituições e o Estado têm assumido papel preponderante como atores da internacionalização por meio da definição de políticas e estratégicas. Ainda que pautados por diferentes razões, ambos têm as pessoas como receptores dessas políticas, fazendo com que Brasil e Canadá se posicionem com uma abordagem *top-down* da internacionalização, estando o Canadá pautado nos interesses econômicos ao país e o Brasil nos interesses cooperativos sem perder de vista seu caráter vira-lata.

Para ilustrar a composição da internacionalização brasileira e canadense apresentada neste capítulo, propomos a releitura da Figura 3 do capítulo anterior. Fazemos isso, incluindo os elementos apontados nas seções anteriores do presente capítulo sobre atores, razões, dimensões e políticas, a fim de entender qual posição é ocupada pelas pessoas nos processos de internacionalização de ambos os países. Neste sentido, a Figura 4 ilustra os processos brasileiro e canadense.

Figura 4: Internacionalização Brasileira e Canadense- abordagem *top-down*



Fonte: Elaboração própria.

Após o entendimento da formação étnico-cultural, da educação superior e da internacionalização desses países, são apresentados os valores em perspectiva panorâmica de ambas as sociedades. Sob a visão de Hofstede, Brasil e Canadá figuram em diferentes posições nas suas dimensões culturais. Igualmente, estão posicionados em quadrantes distintos no “Mapa Cultural Mundial” de Inglehart e Welzel (2009). A sociedade brasileira é composta por valores conservadores e de sobrevivência, enquanto que a sociedade canadense por valores de autoexpressão e migrou de valores tradicionais para seculares. Os dados apresentados neste capítulo são agregados às variáveis da análise e aprofundados no capítulo seguinte.

## **5 CAPÍTULO IV - ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE VALORES E INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL E NO CANADÁ**

O presente capítulo se dedica à construção da análise dos valores das sociedades brasileira e canadense e sua relação com o modelo de internacionalização adotado nesses países. A análise leva em consideração o que fora apresentado no capítulo anterior e aprofunda separadamente Brasil e Canadá. Variáveis de valores de cada país do período do recorte temporal, nomeadamente das ondas 2, 5 e 7 da pesquisa WVS são aprofundados para apoiar a interpretação em profundidade. Já sobre a internacionalização são evidenciadas as fases do processo de Brasil e Canadá por meio da análise de políticas públicas de cada país a fim de elucidar tanto a atuação do Estado que tem se evidenciado um ator central no processo, quanto a importância dada por estes países à mobilidade internacional das pessoas. Também fazemos uso de dados da UNESCO sobre a mobilidade internacional em ambos os países para a análise qualitativa. Assim, a verificação da relação entre valores e a internacionalização, objeto deste capítulo, é feita a partir da interpretação analítica baseada nessas referências de evidências interdisciplinares. Antes de analisarmos cada país, são apresentadas as definições metodológicas utilizadas na análise, incluindo as variáveis e as etapas adotadas.

### **5.1 Definições metodológicas da análise**

O desafio da análise está na operacionalização de conceitos interdisciplinares abstratos em variáveis empiricamente observáveis. A ciência lida com fenômenos complexos e com incertezas da realidade social e serve para ordená-los, compreendê-los e explicá-los, de acordo com Diehl e Tatim (2004). A presente pesquisa busca evidenciar que as respostas estão nas fronteiras das disciplinas. Usar uma só teoria, conceito ou método pode acarretar na limitação explicativa. Por isso, a abordagem interdisciplinar implica pensar o conhecimento em um contexto integrado, sistêmico e em rede diante de uma realidade complexa de sociedades formadas por indivíduos dotados de valores que criam relações.

Visto que esta tese lida com estas realidades interdisciplinares das ciências sociais, e a fim de construir amarras teórico-metodológicas, optou-se pelo emprego de diferentes métodos e técnicas de coleta e análise de dados, sustentados pela abordagem metodológica essencialmente qualitativa. Tal escolha se alinha ao entendimento de Creswell (2007) de que a pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos

que são interativos e humanísticos e tem o enfoque fundamentalmente interpretativo no qual o pesquisador interpreta os dados e vê fenômenos sociais holisticamente. Tal interpretação implica na análise de dados para identificar categorias, tirar conclusões sobre o seu significado em perspectiva teórica, exploratória geral para definir quais variáveis estudar e ainda abre espaço para novas perguntas.

Para afirmar o caráter qualitativo do estudo, dois métodos científicos são empregados enquanto técnicas de pesquisa. Anterior à análise deste capítulo estão intrinsecamente relacionados às escolhas do desenho da tese. Um deles é o “estudo de caso” e o outro é o uso da “metodologia do tipo *survey*”. O estudo de caso é definido por Yin (2010) como uma investigação empírica em profundidade sobre um fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real e que se caracteriza como uma das distintas maneiras de pesquisa na ciência social. No emprego desse método, o pesquisador pode considerar múltiplas evidências. De acordo com o mesmo autor, este método é recomendado quando a pesquisa tem enfoque explicativo sobre como determinado evento ocorre, ou quando a pesquisa enfoca um fenômeno contemporâneo. Por entender que a internacionalização é um fenômeno atual, e a tese se propõe a analisar em profundidade como ele ocorre no Brasil e no Canadá, é feito uso do estudo de caso, como já evidenciado no capítulo anterior. Apesar da popularidade de estudos de casos sobre a internacionalização, poucas pesquisas agregam outros métodos e vão além do seu uso.

Já a metodologia do tipo *survey* é intrinsecamente empregada a partir do uso dos dados WVS. Babbie (1999), indica o uso desse método para pesquisadores interessados em desenvolver uma pesquisa social empírica podendo ter caráter exploratório, descritivo ou explicativo. Ainda de acordo com o autor, o desenho de pesquisa longitudinal desse método permite focar na coleta de dados em períodos diferentes possibilitando análises de dados ao longo do tempo. Mesmo que o desenho metodológico desta pesquisa não aplique diretamente o *survey*, a referência desse método é primordial uma vez que a análise faz uso de dados WVS sobre os valores das sociedades brasileira e canadense, os quais são coletados e organizados com o emprego rigoroso dessa metodologia em caráter mundial. Além disso, o recorte temporal da tese que compreende três décadas de amostragem sobre valores de Brasil e Canadá do WVS, tanto evidencia o aspecto longitudinal desse método, quanto serve de evidência de análise. Também associado ao método *survey* e diretamente relacionado ao problema de pesquisa está o emprego da técnica de análise de

variáveis do coeficiente de correlação de Pearson, o qual é utilizado para verificar a relação entre variáveis de valores e de internacionalização.

Visto que o desenvolvimento da pesquisa utiliza o levantamento tanto de dados qualitativos, pelo emprego do estudo de caso, quanto de dados quantitativos decorrente das variáveis do WVS e dados da UNESCO para a análise estatística e testagem da correlação, cabe também destacar o emprego do que Creswell (2007), define como estratégia transformadora sequencial que compõe o método misto como parte da construção da análise. Essa estratégia emprega a coleta de dados qualitativos e quantitativos em momentos distintos, integrando sua interpretação à luz da perspectiva teórica. Tal escolha decorre do prognóstico de uso de multimétodo com a intenção de fornecer melhores possibilidades de análise e testagem da hipótese.

A definição pelo uso desses métodos e estratégias busca contribuir com as interpretações interdisciplinares visto que as barreiras metodológicas andam juntas com construções conceituais e teóricas de cada disciplina. Ainda que a discussão sobre o uso e a construção de métricas para avaliar a internacionalização esteja presente na literatura, ainda há pouco avanço no uso de novas metodologias. Também, o estudo de outras variáveis relacionadas ao processo tem sido pouco desenvolvido. Tanto que o número de pessoas em mobilidade internacional por exemplo, têm servido tanto como parâmetro quantitativo quanto qualitativo. O enfoque proposto aqui de analisar a correlação entre variáveis de valor e a internacionalização busca diminuir as barreiras disciplinares. A fundamentação de distintos conceitos teóricos, associados ao uso de diferentes metodologias e técnicas de análise e dos dados levantados formam o arcabouço analítico do presente capítulo. Assim, para além da natureza qualitativa que permeia todo o trabalho e, do uso do estudo de caso que já foi empregado no capítulo anterior, a descrição das etapas evidencia melhor o uso desses métodos.

### **5.1.1 Etapas da análise**

A análise é desenvolvida sobre cada país em três etapas. A primeira tem caráter essencialmente qualitativo e busca apresentar o cenário macro da relação dos valores e da internacionalização de Brasil e Canadá no período de 1990 a 2020. Nesta etapa é feita a análise dos valores para o período de cada país por meio dos dados das ondas 2, 5 e 7 da pesquisa WVS. Essa identificação longitudinal de valores

buscará dialogar com as características das fases da internacionalização correspondente a fim de verificar graus de congruência ou incongruência.

Já a segunda etapa é dedicada ao aprofundamento qualitativo que busca identificar se os valores das sociedades brasileira e canadense, indicados na primeira etapa, estão alinhados, ou não, a políticas públicas para a internacionalização. No caso brasileiro, as políticas públicas analisadas são: Programa de doutorado sanduíche no exterior; a política de criação das universidades da integração internacional; e o CsF. No caso canadense, as políticas públicas analisadas são: o *Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants* (LACREG); e o *Vanier Canada Graduate Scholarships* (Vanier CGS). A escolha das políticas de ambos os países, ainda que tenham ocorrido em grande medida arbitrariamente, priorizou aquelas desenvolvidas que preconizam a existência de relações entre as pessoas internacionalmente. Embora o argumento desta pesquisa esteja pautado na defesa da construção da abordagem *bottom-up*, aqui a escolha por analisar políticas públicas e valores da sociedade na qual elas são implantadas, busca identificar o posicionamento do Estado, evidenciado no capítulo anterior como importante ator do processo em ambos os países. Além disso, essa escolha reforça a tese de Corrêa (2012), sobre a importância de políticas públicas serem construídas à luz de evidências de valores.

Por fim, a terceira etapa, se dedica à análise da correlação de variáveis de valores e dados quantitativos da mobilidade internacional de Brasil e Canadá. A escolha desses indicadores numéricos, a quantidade de pessoas enviadas ou recebidas além fronteiras, para além da testagem estatística da relação com os valores de cada sociedade, também busca pôr a prova o que tem sido evidenciado por décadas como sendo um indicador de consolidação e de qualidade da internacionalização tanto na literatura, quanto por empresas controladoras de *rankings* e pelas próprias políticas públicas de inúmeros países. Destaca-se, que não é o foco desta terceira etapa indicar graus de causalidade entre as variáveis, mas, sim, verificar estatisticamente a correlação de variáveis interdisciplinares. Assim, as três etapas da análise buscam compreender como se constitui a relação dos valores com a internacionalização em cada país. Para isso, são empregadas variáveis qualitativas e quantitativas como pode ser visto na sequência.

### 5.1.2 Variáveis da análise

Por ser um estudo interdisciplinar a análise discorre a partir de um conjunto de variáveis de valores e de internacionalização. Para além dos dados primários e secundários reunidos a partir de observações, fontes bibliográficas, documentos, relatórios e páginas eletrônicas oficiais de ambos os governos e instituições, a escolha de variáveis concernentes à internacionalização, prioriza o enfoque qualitativo das características do processo de cada país. Na primeira etapa as razões e os atores são considerados na análise das fases do processo em cada país e sua relação com as variáveis de valores. O enfoque qualitativo também é feito quando são analisadas as políticas públicas desses países, momento em que agregamos os objetivos e resultados de cada política bem como aspectos de seu desenvolvimento para entender se estas estão alinhadas, ou não, aos valores da sociedade. Já na terceira etapa da análise o enfoque é em variáveis quantitativas da internacionalização. É quando os dados da UNESCO sobre a mobilidade internacional da educação superior de Brasil e Canadá são retomados para testar a correlação.

A escolha das variáveis de valores adotadas para a análise priorizou aquelas que na pesquisa WVS dispunham de dados de ambos os países. No entanto, nem todas as variáveis integram a pesquisa em todas as ondas. Por isso, algumas variáveis analisadas, dispõem de dados em apenas duas ondas dentro do escopo do recorte temporal. Também foram consideradas aquelas que permitissem o diálogo interdisciplinar e fossem alinhadas às perspectivas teóricas da pesquisa tornando possível, além da compreensão de dados, o cumprimento dos objetivos e a avaliação da hipótese proposta. Tendo em vista isso e, para corroborar a abordagem *bottom-up* da internacionalização, optou-se pelo agrupamento das variáveis de valores conforme indicado na Figura 5.

Figura 5: Agrupamento de variáveis de valores para análise



Fonte: Elaboração própria.

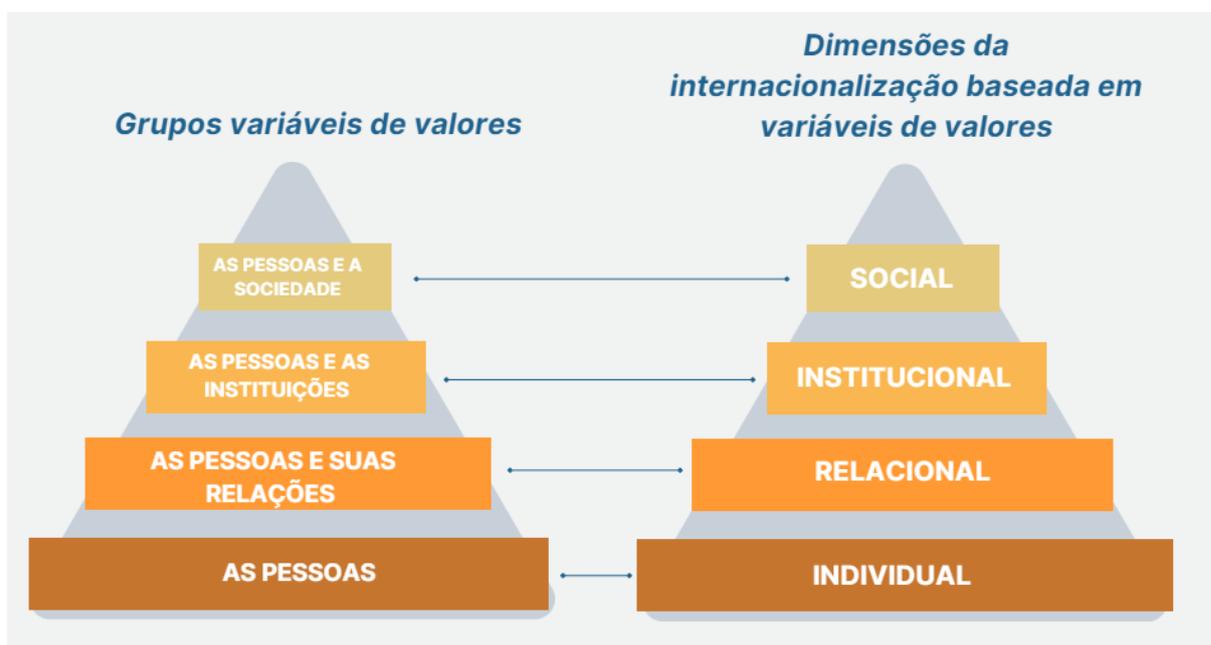
O grupo denominado “As pessoas”, busca reunir as variáveis de valores que indicam as percepções de vida de brasileiros e canadenses a fim de compreender a visão desses indivíduos sobre si e sobre ele no mundo. Para isso, serão utilizadas variáveis relacionadas ao grau de satisfação na vida, de orgulho da sua nacionalidade, de sentimento de pertencimento no mundo, se gostaria de ter imigrantes como vizinhos, entre outras questões. Entendemos que essas variáveis podem elucidar comportamentos atinentes a maior ou menor escala de engajamento na internacionalização como a busca por melhores oportunidades em outro país ou ainda o distanciamento sobre questões globais, quiçá uma experiência de mobilidade internacional.

Já o grupo “As pessoas e suas relações” foca em variáveis que buscam entender se os valores dos indivíduos são propensos, ou não, à construção de relações com pessoas de outras nacionalidades e países. Aqui entram questões sobre confiança interpessoal, nos estrangeiros, visão sobre o impacto dos imigrantes no desenvolvimento do país e sobre a diversidade étnica. O terceiro grupo “As pessoas e as instituições” busca compreender como os indivíduos percebem as instituições, sobretudo aquelas relacionadas à educação. Assim, aspectos como confiança nas universidades, na educação, no governo e o entendimento sobre o papel da ciência para o futuro.

Por fim, o quarto grupo “As pessoas e a sociedade” evidencia os valores dos indivíduos relacionados à atuação cidadã a fim de permitir o diálogo com o processo

de internacionalização como meio de beneficiar a sociedade. Aqui são abordadas variáveis sobre atitudes na sociedade, percepções de cidadania, atuação em trabalho voluntário, entre outros aspectos. Aproximando estes grupos ao que a literatura sobre a internacionalização indica em termos de dimensões do processo e, corroborando com a construção da abordagem *bottom-up* que esta tese propõe, indicamos esses grupos, respectivamente, às dimensões individual, relacional, institucional e social conforme indica a Figura 6.

Figura 6: Grupos de variáveis de valores e dimensões da internacionalização



Fonte: Elaboração própria.

Cabe destacar que o agrupamento das variáveis é recomendado para facilitar análises em metodologias do tipo *survey*. Por isso, esses grupos de variáveis de valores serão abordados ao longo das etapas da análise. O Apêndice B indica todas as variáveis de valores WVS utilizadas para a análise com o enquadramento dado em cada um desses quatro grupos. Os dados das variáveis de valores e de mobilidade internacional foram obtidos, respectivamente, nas páginas eletrônicas oficiais do WVS e da UNESCO. Por meio do uso do pacote estatístico SPSS, versão 25 foram agrupados dos dados ao longo da análise.

## 5.2 Análise do caso brasileiro

Esta seção é dedicada à análise dos valores da sociedade brasileira e sua relação com a internacionalização em perspectiva longitudinal - 1990 a 2020. Para cada uma das etapas da análise, retomamos uma pergunta indicada na introdução da

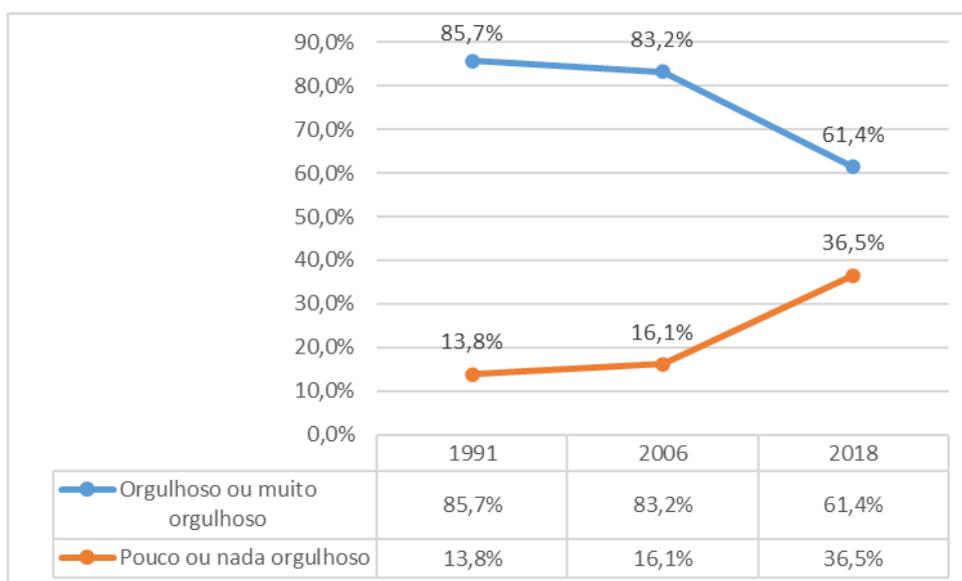
tese. Antes de adentrarmos na análise propriamente consideramos pertinente contextualizar o tamanho da amostra e o perfil dos respondentes brasileiros que participaram da pesquisa do WVS nas três ondas aqui utilizadas. A amostra WVS reúne 1.782 respondentes em 1991, 1.500 em 2006 e 1.762 em 2018. Sobre o perfil dos respondentes, em 2006, quando a filiação de imigrantes é perguntada pela primeira vez, 97% respondeu não ter pais imigrantes e em 2018 esse percentual subiu para 98%. Outro dado relevante da amostra é o idioma que os respondentes indicaram falar nas suas casas, sendo que em ambas as ondas 100% dos brasileiros responderam falar apenas a língua portuguesa. A pesquisa também revela que o nível de escolaridade dos brasileiros respondentes com formação universitária oscilou de 14% em 1991, diminuindo para 9% em 2006 e apenas 10% em 2018. Já a idade dos respondentes no Brasil indica uma considerável mudança na faixa etária dos entrevistados. Enquanto que em 1991 39% era de pessoas de até 29 anos de idade, em 2018 o percentual diminuiu para 28%, e outros 38% de pessoas com idade entre 30 e 49 anos na última onda.

### **5.2.1 Etapa I- Valores e fases da internacionalização brasileira (1990 a 2018)**

O que as pessoas pensam, no que acreditam e confiam, importa para a internacionalização? É focado nessa pergunta que buscamos analisar e interpretar as variáveis de valores em perspectiva longitudinal à luz das fases da internacionalização apresentadas no capítulo anterior. Optamos por organizar a análise das variáveis através do agrupamento conforme indicado nas Figuras 5 e 6, a fim de obter melhor coesão analítica no conjunto das variáveis. Lembremos ainda que aqui avaliamos três fases da internacionalização brasileira, respectivamente correspondentes aos anos 80 e 90, seguido dos anos 2000 e então os anos 2010 em diante, denominadas respectivamente como “Foco na pós-graduação”, “Aposta na Cooperação” e “Ensaio da internacionalização”. Igualmente recordemos que o Brasil se enquadra enquanto sociedade com valores tradicionais e de sobrevivência ao longo dessas décadas.

Iniciamos por elucidar as variáveis de valores relacionadas ao grupo “As pessoas” que indicam a autopercepção dos brasileiros e de sua visão como parte do mundo. Para isso, analisamos oito variáveis WVS. Iniciamos com duas que são essenciais: saber o quão satisfeitos estão os brasileiros com a sua vida (A170) e o quão orgulhosos são de sua nacionalidade (G006).

Gráfico 7: Orgulho nacionalidade brasileira- 1991 a 2018 (%)

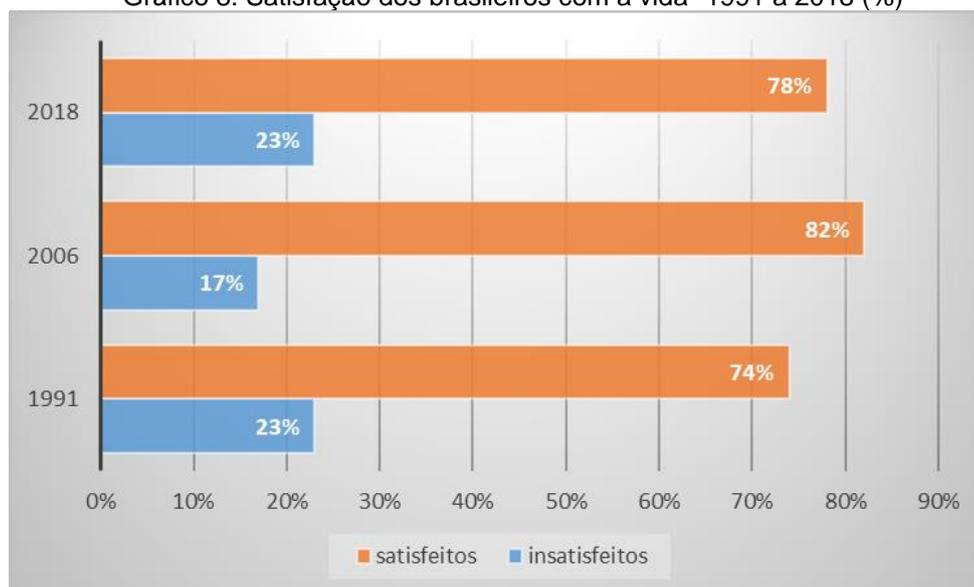


Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Percebe-se a partir dos dados do Gráfico 7 que em 1991, 85,7% dos brasileiros respondeu ser orgulhoso ou muito orgulhoso da sua nacionalidade, enquanto que 13,8% indica ser nada ou pouco orgulhoso e os outros 0,6% não soube responder. Já em 2006 o percentual de orgulho dos brasileiros permaneceu elevado com 83,2%, enquanto que subiu um pouco os que não se sentem orgulhosos para 16,1% assim como os que não souberam responder para 0,9%. A maior mudança é registrada na sétima onda quando o percentual de orgulhosos teve uma considerável queda ficando em apenas 61,4% e, inversamente proporcional é o aumento dos não orgulhosos de serem brasileiros ficando em 36,6% e ainda, outros 2,2% não souberam responder. Assim, os brasileiros demonstram gradual queda no orgulho de sua nacionalidade ao longo dos anos e isso pode ser um motivador o crescente número de jovens buscando experiências em outros países.

Já sobre a variável grau de satisfação com a vida, os brasileiros indicam certa estabilidade ao longo dos anos como pode ser visto no Gráfico 8.

Gráfico 8: Satisfação dos brasileiros com a vida- 1991 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

A pergunta inicial pedia aos entrevistados indicarem seu grau de satisfação na vida uma escala de 1 a 10 em que 1 indica total insatisfação e 10 total satisfação. Agrupado o percentual de respostas da escala negativa compreendendo de 1 a 5 e da escala positiva de 6 a 10, identificamos que a quinta onda indica moderada oscilação no grau de satisfação e insatisfação se comparado às outras ondas. Com percentual de satisfação entre 70% e 80%, percebe-se que os brasileiros, na sua maioria, se sentem satisfeitos com a vida. Isso abre margem à interpretação de que essa é uma questão individual uma vez que não acompanha a tendência de queda no orgulho da nacionalidade. Portanto, a satisfação ou insatisfação na vida dos brasileiros pode não estar relacionada às escolhas relacionadas à internacionalização.

A próxima variável, busca identificar valores do comportamento humano frente ao antagonismo de novas ou velhas ideias (E046). A pergunta requeria aos entrevistados indicarem se eram cautelosos ou corajosos numa escala de 1 a 10 em que 1 indica ser total cauteloso e 10 total corajoso a novas ideias. Aqui novamente agrupamos o percentual de respostas da escala de cautela compreendendo de 1 a 5 e para a escala de coragem de 6 a 10. Os dados indicam que 54,7% dos respondentes brasileiros se consideram cautelosos às mudanças, contra 42,6% que indicam se sentir corajosos frente à mudança. Outros 2,7% dizem não saber responder essa questão. Ainda que essa variável esteja disponível apenas na segunda onda nos anos 90, é relevante para compreender o quão brasileiros estavam abertos a mudanças quando, na década de 90, ocorreu o efetivo incremento da internacionalização no

país. Uma sociedade com valores inflexíveis a novas ideias, possivelmente terá dificuldades de promover a mudança e fomentar fluxos de intercâmbios científicos, tecnológicos, inerentes às experiências internacionais.

Com um mundo em constante mudança, é pertinente também considerar as variáveis sobre como brasileiros se veem como parte do mundo (G063) ou cidadãos do mundo (G019). O Quadro 12 abaixo indica os dados de ambas as variáveis.

Quadro 12: Brasileiros como cidadãos e parte do mundo- 2006 e 2018 (%)

		2006- onda 5	2018- onda 7
Se sente cidadão do mundo	Concorda (plenamente)	77,4	
	Discorda (totalmente)	21,4	
Se sente próximo ao mundo	Próximo (muito)	-	34,2
	Pouco próximo (nada)	-	54,1

Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

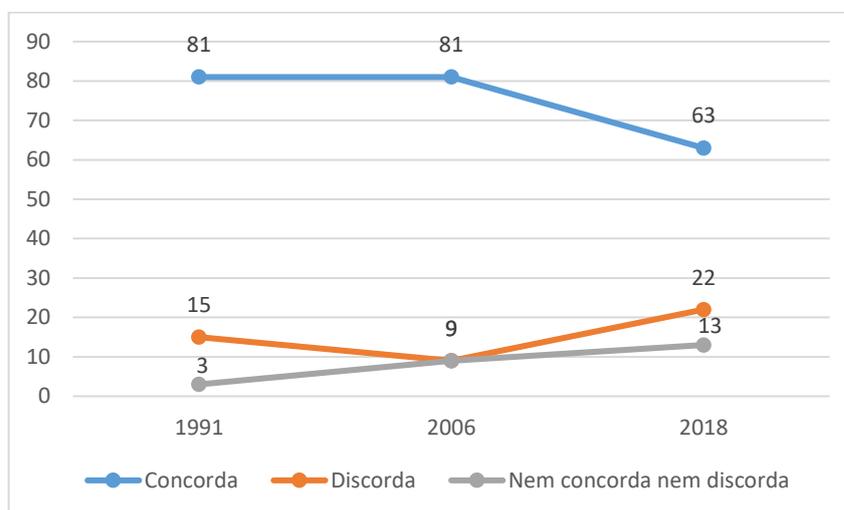
Com informações apenas em uma onda cada uma dessas variáveis elucidada os valores dos brasileiros com o que a literatura da internacionalização fortemente cita sobre a importância de este ser um processo para formar cidadãos globais. Podemos ver pelos dados que mais de 75% dos respondentes brasileiros indicava já se sentir um cidadão do mundo, enquanto que 21,4% discorda desse entendimento. No entanto, em 2018 apenas 34,2% respondeu se sentir próximo ou muito próximo de, contra 54,1% que não se sente muito ou nenhum pouco parte do mundo além dos 11,7% que não soube responder. O que impressiona é que ultrapassa os 50% o índice de pessoas que não se sentem parte integrante do mundo, o que indica uma queda de uma onda à outra no que diz respeito ao tema de os brasileiros sentirem-se parte ou cidadãos globais. Aqui cabe o destaque que o Brasil vivia já o incremento de ações de internacionalização e estas eram essencialmente pautadas no fomento à formação out, sobretudo na pós-graduação. Assim, como a onda mais recente indica que mais da metade dos brasileiros se sentem distantes do mundo, será que se pode dizer que estes estão alheios ao mundo e pouco se importam com o que ocorre globalmente?

Para tentar identificar como os brasileiros lidam com esse mundo, apresentamos três variáveis que indicam a relação dos indivíduos ao seu redor, mais precisamente com pessoas de outra nacionalidade. A primeira variável com dados nas ondas 5 e 7, indica se brasileiros gostariam ou não de ter como vizinhos pessoas que falam outra língua (A124\_43). A pesquisa focou em identificar aqueles que se importam e aqueles que não se importam em ter esse público como seus vizinhos. Os

dados de 2006 indicam que apenas 7,5% dos respondentes mencionaram não gostar de ter vizinhos falantes de outro idioma e em 2018 esse índice diminuiu para 6,5%. Proporcionalmente inverso, o percentual de quem respondeu não se importar passou de 91,4% para 93,5% entre as duas ondas da pesquisa. Essa variável pode tanto indicar que brasileiros não se importam em qual idioma os vizinhos se comunicam dado que o país é monolíngue ou então, indicar que conhecer outras línguas é algo alheio às suas vidas.

A próxima variável, busca identificar aqueles que não gostariam de ter como vizinhos pessoas imigrantes ou trabalhadores estrangeiros (A124\_06). Com dados das ondas 2, 5 e 7, apesar de ser um índice pequeno de entrevistados que indica não querer ter esse público como seus vizinhos, o que é significativo é que o Brasil registra na última onda o menor índice com apenas 2,6% dos respondentes contra 97,4% que não menciona qualquer objeção a esse público. A variável (C002) busca identificar ao longo das 3 ondas a posição dos entrevistados em momentos de pouca oferta de emprego, se concordam que as vagas devam ser priorizadas a nacionais e não aos imigrantes, ou se discordam ou ainda nenhuma das duas opções. O Gráfico 9 indica os dados das três ondas.

Gráfico 9: Opinião brasileiros sobre empregos para nacionais ou imigrantes- 1991 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Nessa variável há uma significativa queda nos que concordam entre a quinta e a sétima onda. Entre 1991 e 2006, 81% dos respondentes brasileiros concordavam que a prioridade deveria ser dada aos nacionais, mas, em 2018 o índice caiu para 63% que opinaram neste sentido. Os brasileiros parecem gradativamente ser mais favoráveis aos estrangeiros no país. Além de terem indicado não se importar em ter

como vizinhos imigrantes ou falantes de outro idioma, no tema da empregabilidade o posicionamento apresenta tendência de flexibilidade. Lembremos que 98% dos respondentes informaram não ter pais imigrantes.

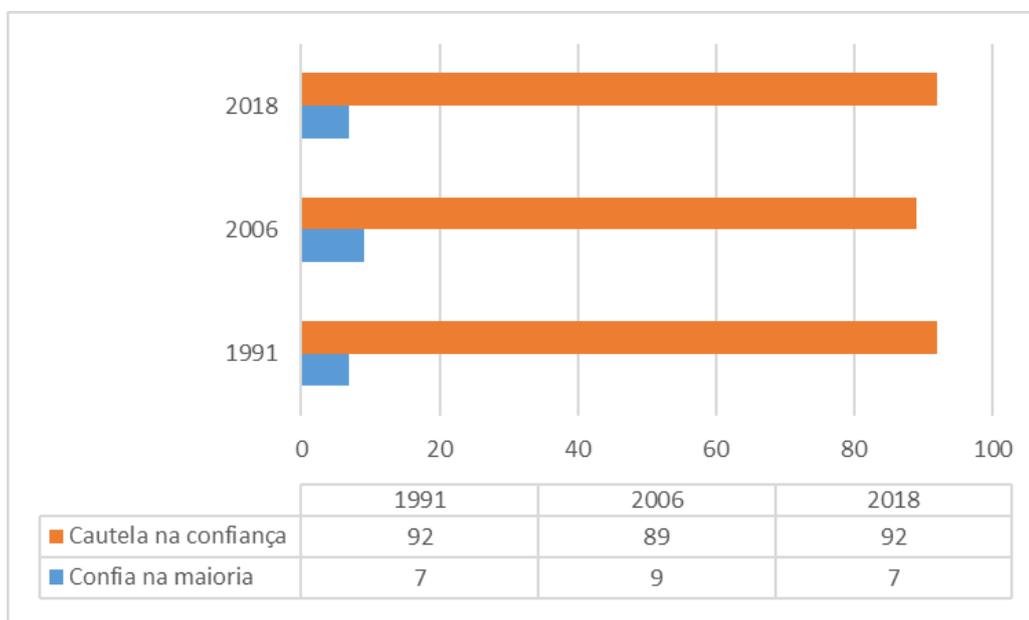
Esse conjunto de variáveis de valores no grupo "As pessoas" indica que:

- Os brasileiros demonstravam na segunda onda valores de alto percentual de orgulho da sua nacionalidade (85,7%), bom nível de satisfação na vida (74%), eram bastante cautelosos frente a novas ideias (54,7%), tinham alta aceitação a estrangeiros como seus vizinhos (96,2%), mas concordavam que os nacionais deveriam ser priorizados para contratações de trabalho (81%). Essas variáveis indicam claramente o que Inglehart e Welzel (2009) abordam como sociedade com valores de sobrevivência. Ou seja, a liberdade dos estrangeiros termina quando o tema é a sobrevivência a partir da oferta de trabalho. Para a internacionalização se aplica, portanto, a mesma regra. Assim, este período correspondente à fase da internacionalização "Foco na pós-graduação" parece não convergir com os valores da sociedade brasileira da época em termos de desenvolvimento de novas ideias, mas, convergia em partes na possibilidade de atração de pesquisadores estrangeiros, desde que estivesse desvinculado de questões de trabalho.
- Já na quinta onda, correspondente à fase "Aposta na cooperação", os valores dos brasileiros permaneciam com alto grau de orgulho da sua nacionalidade (83,27%), ampliaram sua satisfação na vida (82%), indicavam se sentir um cidadão do mundo (77,4%), mantinham alta aceitação a estrangeiros como seus vizinhos (93,3%) ou pessoas falantes de outro idioma (91,4%), e continuavam com o mesmo percentual de concordância de que os nacionais deveriam ser priorizados para contratações de trabalho (81%). Entende-se que esse conjunto de variáveis indicava que os brasileiros mantinham valores similares aos da fase anterior e estavam abertos ao mundo. Com isso, a cooperação internacional enquanto aposta política na internacionalização dessa fase, evidenciam convergências.
- Já na sétima onda, correspondente à fase "Ensaaios da internacionalização", os brasileiros reduziram bastante seu orgulho de ser brasileiro (61,4%), diminuíram um pouco a sua satisfação na vida (de 82% para 78%), se sentiam relativamente distante do mundo (54,1%), aumentaram a aceitação a estrangeiros como seus vizinhos (97,4%) assim como de pessoas falantes de

outro idioma (93,5%), e reduziram o percentual de concordância de que os nacionais deveriam ser priorizados para contratações de trabalho (63%). Essas variáveis indicam evidências de valores que direcionam a dois posicionamentos. De um lado os brasileiros evidenciam estar mais propensos a buscar experiências fora do país dada a diminuição do orgulho de ser brasileiro e a leve diminuição na satisfação na vida. De outro, indica uma maior tolerância à acolhida de estrangeiros, também no espaço de trabalho.

Partimos agora para análise das variáveis do grupo “Pessoas e suas relações” a fim de identificar se brasileiros apresentam valores para o desenvolvimento das relações entre pessoas, elemento essencial para o desenvolvimento da internacionalização. Para isso, apresentamos cinco variáveis que indicam graus de confiança em outras pessoas, sobretudo em estrangeiros. A primeira variável (A165) indica se brasileiros confiam em outras pessoas de maneira geral. Como pode ser visto no Gráfico 10, o percentual de confiança é muito pequeno frente à maioria que indica a necessidade de ser cauteloso para confiar em outras pessoas. Além disso, a opinião dos brasileiros mantém-se ao longo das décadas.

Gráfico 10: Confiança dos brasileiros nas pessoas em geral - 1991 a 2018 (%)

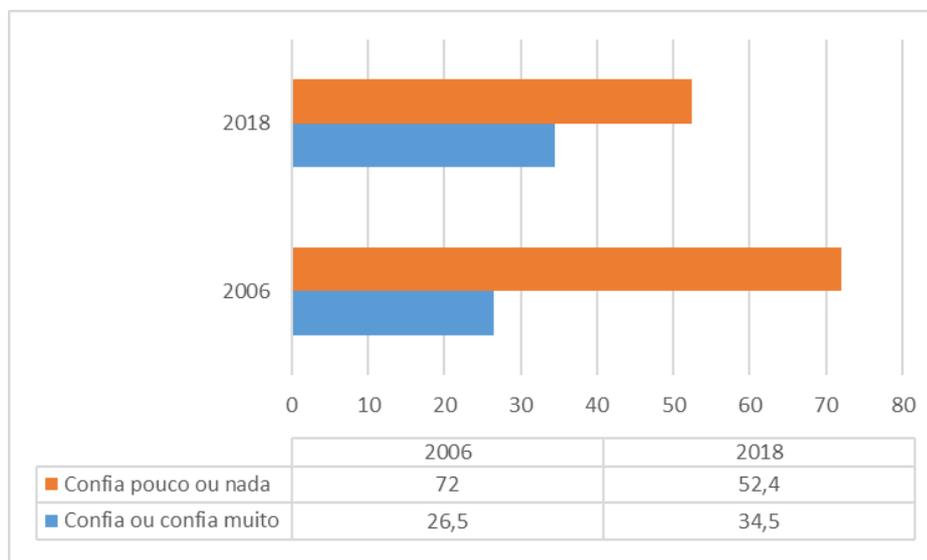


Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Já a variável (G007\_36\_B) identifica se os brasileiros confiam em pessoas de outras nacionalidades. Pelo Gráfico 11, é nítido ver o baixo grau de confiança dos brasileiros nos estrangeiros. Ainda que a desconfiança tenha reduzido entre as duas ondas da pesquisa, este é um dado importante para o contexto da internacionalização.

Fica evidente que há valores conservadores no Brasil para acolher estrangeiros e, por conseguinte, a confiança é uma variável que reflete no baixo potencial que o Brasil tem demonstrado na mobilidade *inbound*.

Gráfico 11: Confiança dos brasileiros nos estrangeiros - 2006 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Apesar disso, na variável com dados apenas da quinta onda que questiona como os brasileiros entendem que a diversidade étnica impacta na vida e no país (G032), os dados divergem. Numa escala que vai de 1 a 10, sendo que 1 representa a opinião daqueles que acreditam que a diversidade étnica corrói o sentido de nação enquanto que 10 indica que enriquece a vida. Nesta variável agrupamos os valores da escala de 1 a 5 e os de 6 a 10, e os resultados apontam que 73,5% dos brasileiros consideram o impacto da diversidade étnica como algo que impacta no enriquecimento da vida. Considerados estes dados e agregados aos resultados da variável anterior, podemos perceber que os brasileiros, na sua maioria, apesar de considerarem positiva a diversidade étnica, ainda assim desconfiam das pessoas estrangeiras. Essas variáveis mostram que a interação com pessoas de outra etnia é aceitável e positiva e é algo que não alcança o nível da confiança intercultural e interpessoal. Surge dessas evidências, o desafio de entender como os brasileiros estabelecem dinâmicas de cooperação na internacionalização. Esses dados revelam o que ocorre no espaço acadêmico, em que a diversidade étnica nas universidades é vista como algo positivo, mas, o estabelecimento das relações entre as pessoas é outro passo. Por isso, os valores dos brasileiros indicam uma face da “falácia da cooperação”.

A próxima variável evidencia como os brasileiros consideram o impacto dos estrangeiros no desenvolvimento do Brasil (G052). Esta variável consta apenas na onda 7 e indica que 43% dos brasileiros é neutro pois não considera nem bom nem ruim o impacto dos imigrantes no desenvolvimento do Brasil, enquanto que 22,1% considera ruim ou muito ruim e outros 27,6% considera bom ou muito bom. A neutralidade de opinião reforça o fato de as relações com os estrangeiros, aqui especificamente com os imigrantes, ser algo ao qual os brasileiros parecem alheios e por isso não sabem o que opinar. As evidências dessa variável tornam claro que políticas de atração e retenção de estrangeiros no país, como parte do processo de internacionalização podem ser, e são, uma tarefa pouco exitosa no país.

A próxima variável busca analisar como os brasileiros se posicionam nas relações interpessoais (D079). Questão presente apenas na quinta onda, busca saber dos entrevistados se, para o cumprimento dos seus objetivos o fazem ao seu modo ao invés de seguir outras pessoas. Numa escala de total concordância à total discordância, as respostas indicam que 96,1% dos brasileiros procuram ser eles próprios. Saber, no entanto, quais são esses objetivos e entender aspectos subjetivos dessa resposta seria pertinente. Na academia, por exemplo, diferentes pessoas são motivadas por outros indivíduos a fazer ações de internacionalização. Seria pertinente aprofundar, por exemplo, se essa opinião dos brasileiros decorre da intenção de ser *chic* nos termos do que Castro *et al.* (2020) discutem em seu artigo. Mas isso é tema de outro estudo.

Nesse conjunto de variáveis de valores no grupo “Pessoas e suas relações” vemos que:

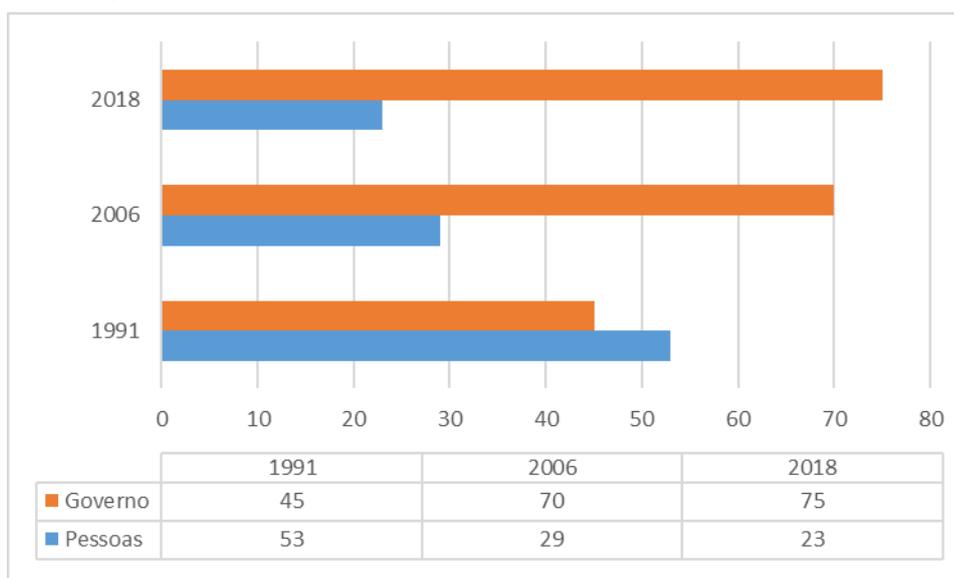
- Os brasileiros na segunda onda correspondente à fase “Foco na pós-graduação” da internacionalização, valores de alto percentual de cautela na confiança em outras pessoas (92%). Ou seja, as limitações de confiança interpessoal estão desalinhadas com os propósitos de desenvolver relações acadêmicas para promoção da formação de alto nível no país.
- Já na quinta onda, correspondente à fase “Aposta na cooperação”, os brasileiros permaneciam com alto grau de cautela na confiança interpessoal (89%), elevado grau de desconfiança em pessoas de outras nacionalidades (72%), indicavam que a diversidade étnica enriquecia sua vida (73,5%) e costumavam agir autonomamente ao invés de seguir outras pessoas (96,1%). Entende-se que esse conjunto de variáveis indica que a fase da internacionalização não

esteve alinhada aos valores dos brasileiros. O fato de apostar na cooperação e desconsiderar o alto grau de desconfiança dos brasileiros nos estrangeiros explicita esse desalinhamento.

- E na fase “Ensaio da internacionalização” os valores da sétima onda indicam que os brasileiros aumentaram o grau de cautela na confiança interpessoal (92%), no entanto, reduziram o grau de desconfiança em pessoas de outras nacionalidades (52,4%), mas poucos consideram positivo o impacto dos imigrantes no desenvolvimento do país (27,6%). Essas variáveis indicam que os brasileiros possuem valores ainda pouco favoráveis à acolhida de estrangeiros e, portanto, corrobora a pouca capacidade *inbound* e os desafios da criação de redes de colaboração e pesquisa robustas que marcam essa fase da internacionalização.

Seguimos agora com o grupo “Pessoas e as instituições” para analisar o conjunto de cinco variáveis de valores sobre graus de confiança e opinião dos brasileiros sobre instituições atinentes ao tema da internacionalização. A primeira variável trata da opinião dos brasileiros sobre a avaliação da responsabilidade dos indivíduos versus do governo pela garantia de boas condições de vida (E037). Utilizando a escala de 1 a 10, indicando respectivamente a opinião sobre as responsabilidades das pessoas ao governo. Aqui agrupamos os percentuais das respostas sendo, de 1 a 5 relacionados às pessoas e de 6 a 10 ao governo. O Gráfico 12 indica os resultados das 3 ondas.

Gráfico 12: Condições de vida brasileiros responsabilidade do governo versus indivíduo - 1991 a 2018 (%)

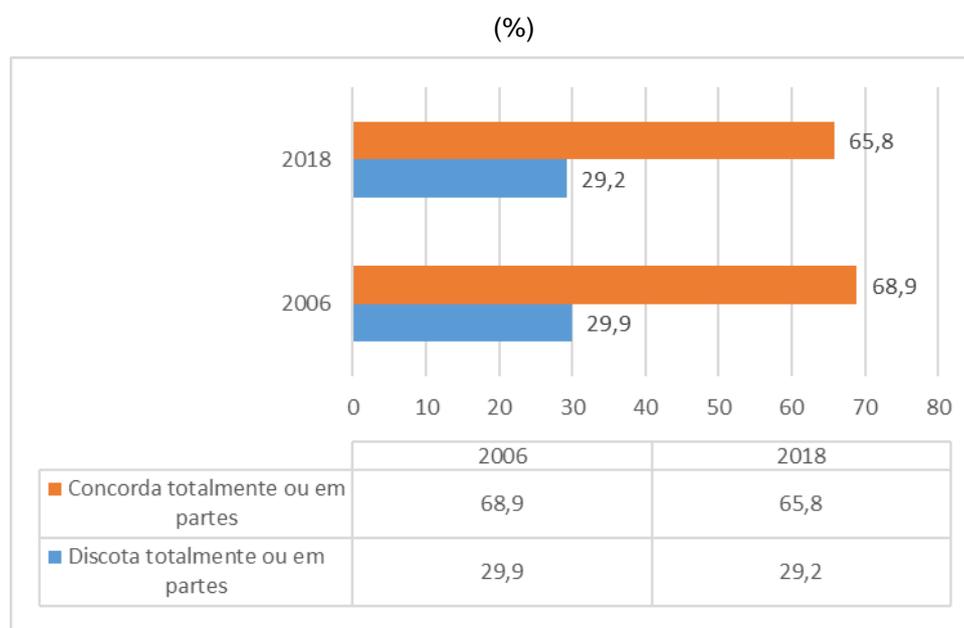


Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Percebe-se nestes dados que, ao longo das décadas, a opinião dos brasileiros aponta para uma crescente responsabilidade do governo em prover boas condições de vida a todos, e a diminuição inversamente proporcional à responsabilidade dos indivíduos. Portanto, os brasileiros esperam que o governo provenha boas condições à sua população e a internacionalização deve ser entendida também a partir dessa variável.

Já a variável seguinte identifica a opinião dos brasileiros sobre a ciência e a tecnologia como forma de criar mais oportunidades às futuras gerações (E218). Utilizando a escala de 1 a 10, indicando respectivamente grau de discordância ou concordância com a questão, agrupamos os percentuais das respostas sendo, de 1 a 5 relacionados à discordância e de 6 a 10 de concordância. O Gráfico 13 indica os resultados das respostas nas ondas 5 e 7 sobre o Brasil.

Gráfico 13: Opinião brasileiros sobre impacto ciência e tecnologia nas futuras gerações - 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Percebe-se que os brasileiros mudaram pouco a sua opinião de uma onda à outra. Pouco mais de 60% dos respondentes indica concordar parcialmente enquanto que os demais discordam parcialmente ou totalmente. Ainda que o maior percentual seja pela importância ao desenvolvimento científico e tecnológico para o futuro, o fato de, no intervalo de mais de uma década haver leve diminuição naqueles que concordam, pode também indicar que os brasileiros podem estar vendo poucas mudanças na ciência e tecnologia do país.

As próximas três variáveis tratam do grau de confiança dos brasileiros em instituições importantes para a internacionalização. São elas: o sistema de educação (E069\_03), as universidades (E069\_04) e o governo (E069\_11). O Quadro 13 indica os dados com percentuais de respostas dos brasileiros nas 3 ondas.

Quadro 13: Confiança dos brasileiros nas instituições - 1991 a 2018 (%)

		1991- onda 2	2006- onda 5	2018- onda 7
Sistema de educação	Confia ou confia muito	66,6	-	-
	Confia pouco ou nada	33,3		
Universidades	Confia ou confia muito	-	-	71,3
	Confia pouco ou nada			22,1
Governo	Confia ou confia muito	-	46	23
	Confia pouco ou nada		53	75

Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Apesar de não haver dados dessas variáveis nas três ondas, ainda assim, é possível fazer um comparativo e perceber que os brasileiros apresentam maior grau de confiança desde a década de 1990 na educação e, em 2018 nas universidades do que no governo. Embora possa ser subjetiva a compreensão dos entrevistados no governo como um todo, cabe destacar que a confiança diminuiu entre as duas últimas ondas. Por conseguinte, é importante considerar que, as ações e decisões do governo podem não ser passíveis de engajamento da população dado o baixo grau de confiança nesta instituição. Já a realidade é inversamente proporcional no que se refere ao percentual de confiança nas universidades que ultrapassa os 70% dos respondentes. Assim, pensar em políticas públicas *top-down*, como se evidenciou ser o modelo da internacionalização no Brasil, incorre em entender que o grau de confiança dos brasileiros pode interferir no resultado da própria política.

Assim, desse conjunto de variáveis de valores no grupo “Pessoas e as instituições” podemos indicar que:

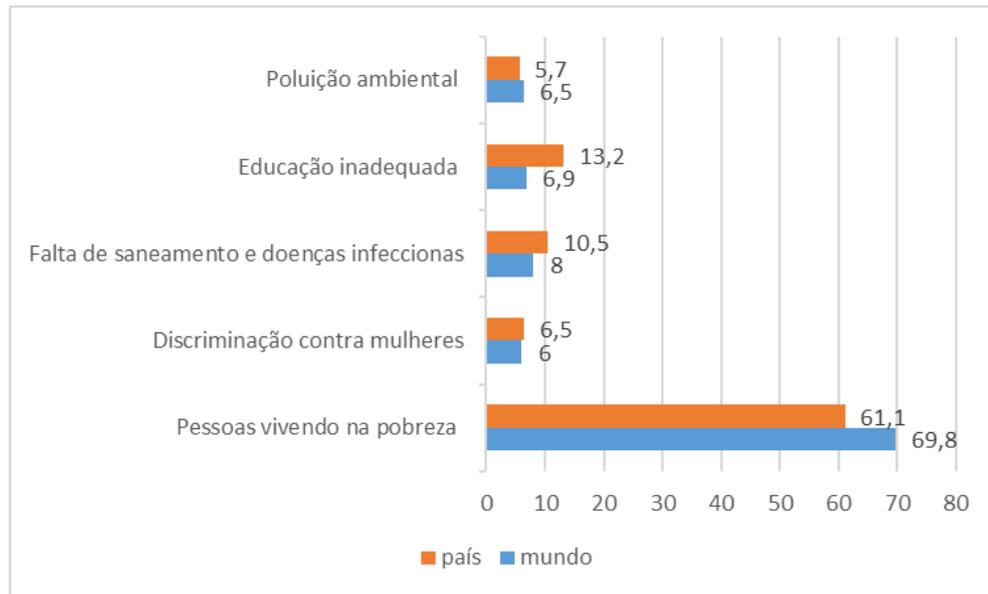
- As variáveis de valores dos brasileiros indicadas na segunda onda correspondente à fase “Foco na pós-graduação” indicam posição favorável ao papel dos indivíduos pela garantia na condição de vida (53%) e menor papel do governo (45%). Também confiavam no sistema de educação do país (66,6%). Ou seja, essas variáveis indicam que na década de 90, os valores dos brasileiros eram propícios ao desenvolvimento de ações na educação e com potencial de participação das pessoas.
- Já na quinta onda, correspondente à fase “Aposta na cooperação”, os brasileiros mudaram o posicionamento sobre o papel do governo na garantia da condição

de vida das pessoas (70%) ainda que indicassem baixo grau de confiança no governo (46%). Além disso, tinham considerável percentual de concordância sobre a criação de oportunidades futuras decorrentes da ciência e da tecnologia (68,9%). Entende-se a partir dessas variáveis que a confiança na ciência favorece o desenvolvimento da cooperação na academia. No entanto, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira esperava mais da atuação do Estado, se mostrava cético dado o percentual de confiança no governo.

- E na fase “Ensaio da internacionalização”, as variáveis da sétima onda indicam que a opinião dos brasileiros aumentou sobre o papel do governo na garantia da condição de vida das pessoas (75%) enquanto que o grau de confiança no governo caiu pela metade desde a onda anterior (23%). Já concernente ao percentual de concordância sobre a criação de oportunidades futuras decorrentes da ciência e da tecnologia manteve-se relativamente estável (65,8%) e ficou claro o elevado grau de confiança dos brasileiros nas universidades (71,3%). Essas variáveis indicam claramente que os brasileiros entendem o papel do governo como falho enquanto que apostam na educação. Entende-se, pois, que essa fase da internacionalização converge com os valores da sociedade visto que o governo lançou neste período programas de apoio à internacionalização. Mas, entender se estes realmente se alinham à promoção de melhorias ao país, é o que avaliamos na seção seguinte.

Chegamos assim, ao quarto grupo “Pessoas e a sociedade”. Aqui são consideradas seis variáveis que buscam identificar percepções e valores dos indivíduos em relação à sociedade. As duas primeiras variáveis apresentam as opiniões dos brasileiros com relação ao maior problema no mundo (E238) e no próprio país (E240). Ambas são parte apenas da onda cinco e no Gráfico 14 é possível identificar o que os brasileiros indicam.

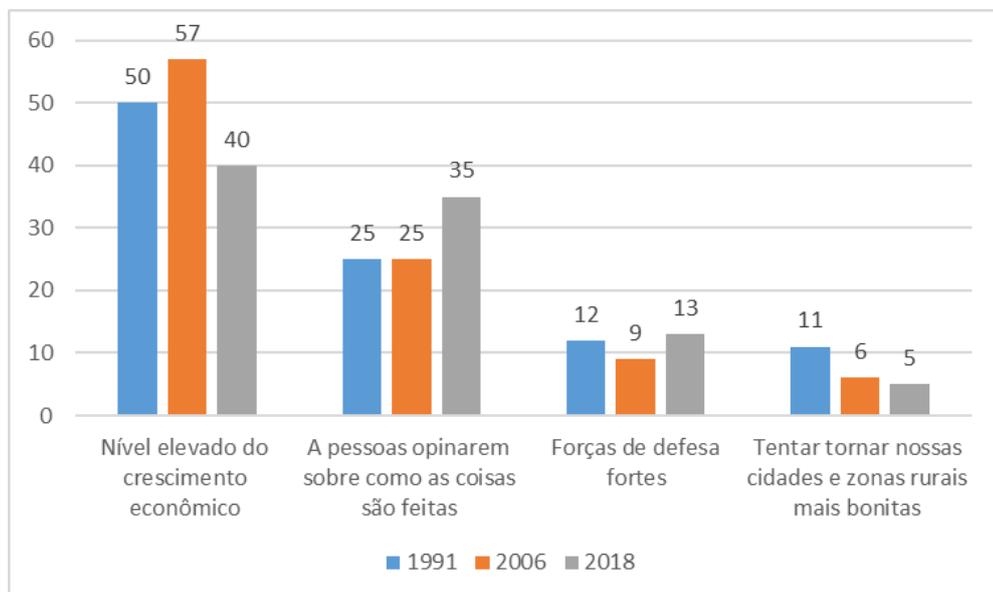
Gráfico 14: Opinião brasileiros sobre maior problema mundo e Brasil - 2006 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

É possível identificar que mais de 60% dos respondentes consideram a pobreza o problema mais sério no mundo e também no Brasil. Em segunda colocação indicam para o Brasil a educação inadequada, e para o mundo a falta de saneamento e doenças infecciosas. Essa segunda colocação da educação é pertinente para compreender a preocupação dos brasileiros, ainda que não se detalhe o nível dela. A terceira variável busca identificar o objetivo considerado o mais importante para o país (E001) dentro de uma lista de opções. O Gráfico 15 apresenta os resultados das 3 ondas da pesquisa.

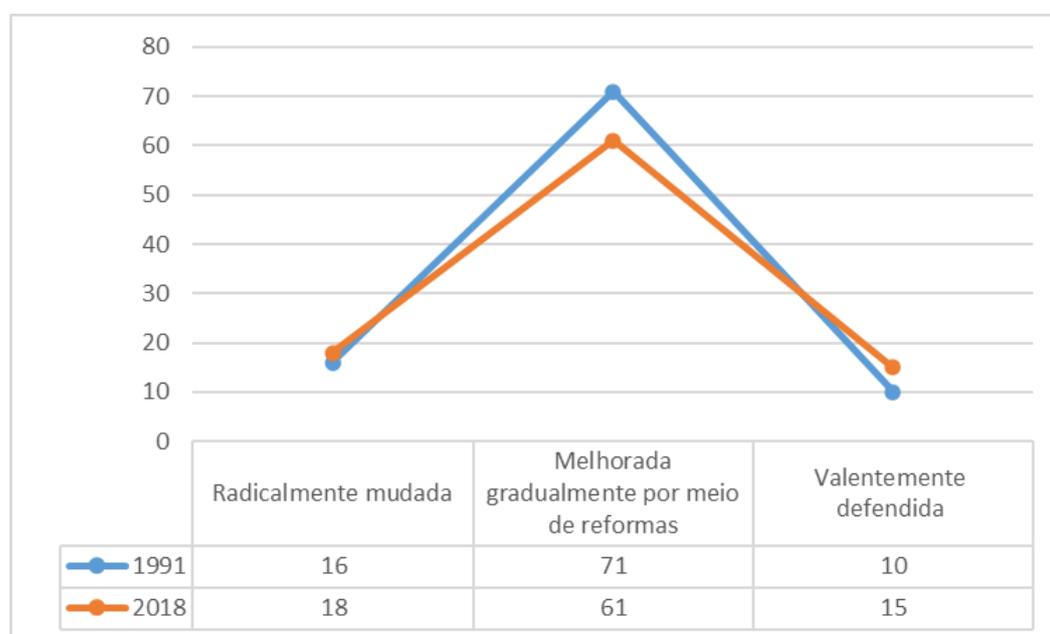
Gráfico 15: Opinião brasileiros sobre objetivo mais importante do país - 1991 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Os aspectos econômicos lideram nas três ondas. Mas, o que corrobora ao foco desta tese é a segunda colocação que indica o quão os brasileiros consideram pertinente poderem opinar. São valores que reforçam as liberdades dos indivíduos e a abordagem *bottom-up*, como parte constituinte de uma sociedade. Ainda que a educação não tenha sido mencionada nesta questão, cabe destacar que a liberdade de opinião deve ser considerada também para o desenvolvimento da internacionalização. A fim de também identificar um valor básico atitudinal relacionado à sociedade, os brasileiros puderam indicar se consideram pertinente que a sociedade fosse radicalmente mudada, ou gradualmente melhorada por meio de reformas ou então fortemente defendida (E034). Com dados da segunda e sétima ondas, o Gráfico 16 aponta os resultados.

Gráfico 16: Atitudes dos brasileiros sobre sociedade - 1991 e 2018 (%)



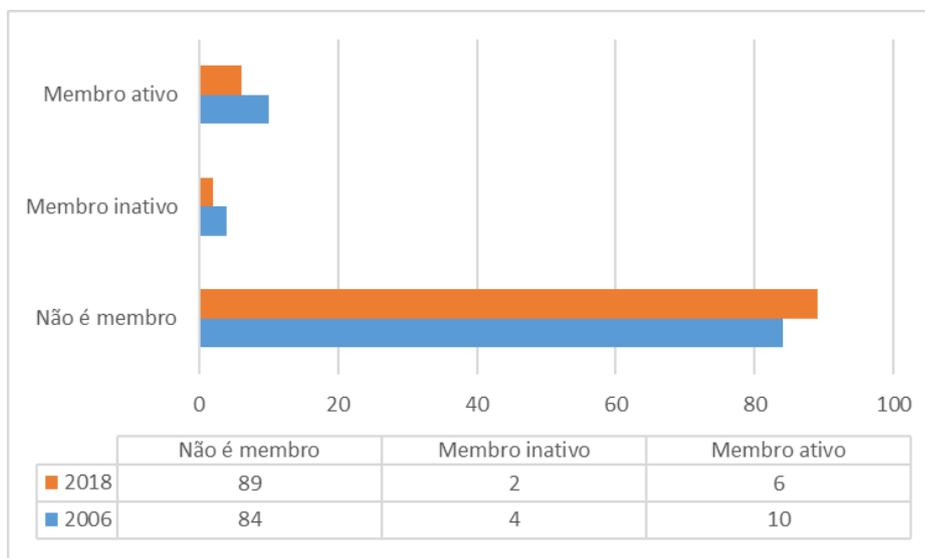
Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Conforme os dados do Gráfico 16, fica evidente que persiste ao longo dos anos a opinião dos brasileiros com relação à mudança gradual da sociedade por meio de reformas. Quais seriam essas melhorias ou reformas é que não fica claro. Mas, essa variável indica uma opinião ponderada que considera mudanças como algo positivo e gradual. Dado que os brasileiros têm alto grau de confiança nas universidades e a importância da ciência para futuras gerações, nos leva a considerar que parte dessa mudança poderia estar relacionada a essas variáveis vistas anteriormente.

Visto que a atuação das pessoas é essencial para o desenvolvimento da internacionalização e, a fim de entender o nível de engajamento voluntário dos

brasileiros em organizações de artes, música ou educação, apresentamos a próxima variável (A100). As opções de resposta variam entre ser membro ativo, membro inativo, ou não membro. Os resultados podem ser vistos no Gráfico 17.

Gráfico 17: Membresia brasileiros organização artes, música, educação – 2006 e 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Esse alto e crescente percentual das duas ondas de não membresia dos brasileiros, associado às duas variáveis anteriores, uma, referente às expectativas de mudanças gradativas na sociedade e a outra relativa à crescente opinião de o governo ter de assumir a responsabilidade pelas condições de vida, evidenciam que a cultura brasileira espera do outro a ação para que mudança ocorra. E o outro, pode ser a outra pessoa, o governo, a universidade, a ciência, entre outros. O que parece descolado dessa lógica é o fato de os brasileiros indicarem como importante para o país permitir às pessoas opinarem sobre as coisas que estão sendo feitas. Isso nos traz outro elemento à análise: indícios de que os brasileiros gostam de opinar sobre o país e o que precisa melhorar, mas, atribuem a si pouca responsabilidade nesse processo. Diante disso, o sentido da internacionalização tal qual De Wit *et al.* (2015) indicam de ser um processo como meio para beneficiar a sociedade, parece ser um grande desafio no Brasil. Por isso, discussões sobre a internacionalização para formação de cidadãos globais são insensatas e sem sentido quando abordamos o caso brasileiro e compreendemos seus valores. No Brasil é necessário antes falar, por exemplo, do conceito de democracia inercial e primar pelo entendimento dos valores dos indivíduos como parte de como a sociedade se desenvolve e, por conseguinte, a internacionalização.

Por fim, trazemos ainda uma última variável, mas também atinente ao tema da cidadania. Identificar como os brasileiros entendem a adoção de costumes do país como requisito à cidadania (G030). Embora haja dados apenas da onda 5, destaca-se que 60,4% entende como importante esse aspecto. Outros 26,1% consideram muito importante e apenas 12,6% atribuem pouca importância. Corroborando com as variáveis que indicam baixos níveis de confiança dos brasileiros nos estrangeiros, aqui podemos verificar que a adaptação aos costumes brasileiros pode representar formas de inserção cultural, mas, não necessariamente mudança no grau de confiança.

Assim, desse conjunto de variáveis de valores no grupo “Pessoas e a sociedade” podemos indicar que:

- Os brasileiros na fase “Foco na pós-graduação” entendem que o nível de crescimento econômico do país é importante, bem como ter espaço para opinar sobre as decisões e apontam a necessidade de gradual mudança da sociedade. Neste sentido, desenvolver a pós-graduação no país parece estar alinhado com o avanço econômico e social do país indicado nas variáveis.
- Na fase “Aposta na cooperação”, pelas variáveis da quinta onda, os brasileiros entendem que a pobreza é o maior problema do Brasil e do mundo, mas, mantêm a opinião de que o nível de crescimento econômico do país é importante. Já referente à atuação individual enquanto membro voluntário de uma organização os dados revelam pouquíssimo engajamento. Assim, ainda que o foco dessa fase tenha sido cooperar internacionalmente, a proposta parece desconsiderar os valores dos brasileiros que pouco ou nada cooperam com melhorias da sua sociedade.
- Já na fase “Ensaio da internacionalização”, as variáveis da sétima onda, indicam que o aspecto econômico se mantém como o mais importante nos objetivos do país, tal qual o entendimento sobre a gradual mudança da sociedade. Já sobre a não membresia voluntária relacionada à arte, música ou educação, o percentual amplia ainda mais, tornando efetivamente o mote da internacionalização de criar mudanças na sociedade um claro desafio no país. Os ensaios na internacionalização feitos nessa fase foram descolados dessas variáveis de valores e por isso, as metas projetadas pelo governo em perspectiva *top-down* não surtiram os efeitos esperados na sociedade. Isso será melhor abordado na próxima etapa da análise, dedicada à avaliação de políticas públicas de internacionalização e relações com variáveis de valores.

## **5.2.2 Etapa II- Valores e políticas públicas brasileiras para internacionalização**

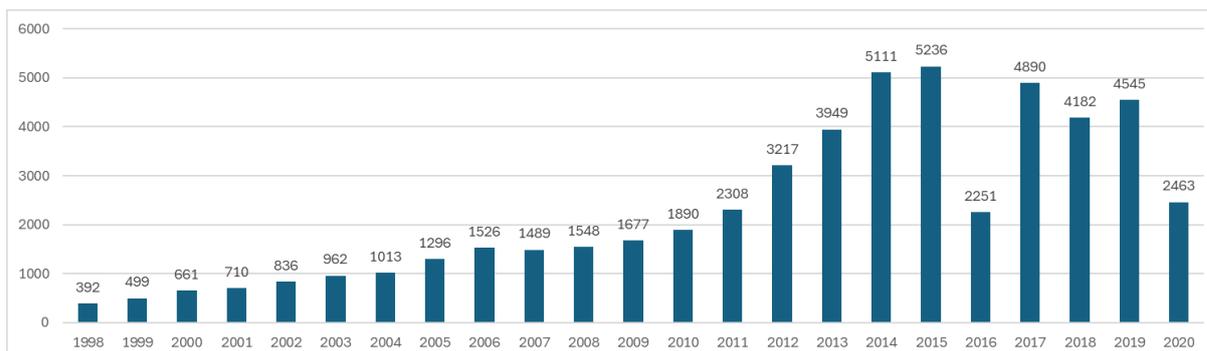
Vimos até aqui que o Estado, por suas diferentes instituições governamentais, tem sido ator central da internacionalização no Brasil. Vimos também um conjunto de variáveis de valores dos brasileiros e como estas se relacionam a cada fase do processo no país. Dado que o entendimento de política pública é o Estado em ação, então, o foco desta segunda etapa da análise é entender de políticas de internacionalização estão alinhadas aos valores dos brasileiros. Na sequência passamos a abordar cada uma das três políticas, já indicadas na introdução deste capítulo.

### **5.2.2.1 O Programa de doutorado sanduíche no exterior**

O programa de doutorado sanduíche no exterior é gerenciado pela CAPES e está focado na intenção do Estado em qualificar a formação de quadros científicos da pós-graduação brasileira com bolsa de estágio de até um ano no exterior. O programa já teve três formatos. Um deles chamado de “bolsa balcão” em que o doutorando do Brasil fazia sua aplicação em um sistema único nacional. O outro formato foi o Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), lançado por meio da circular nº1.727/1990 com o objetivo de contribuir para o estabelecimento e/ou manutenção do intercâmbio científico dos programas de pós-graduação consolidados do país com seus congêneres no exterior, por intermédio da concessão de cotas de bolsas de estágio aos doutorandos. Em 2011, o PDEE foi substituído pelo atual Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE).

Com a mudança, o objetivo permanecia sendo a formação de recursos humanos de alto nível, mas visando a qualificação de doutorandos no exterior, prioritariamente, para pesquisas em áreas do conhecimento menos consolidadas no Brasil. Percebe-se, pois, que esse programa se pauta, ao longo dos anos, na internacionalização da pós-graduação brasileira por meio do financiamento da mobilidade *outbound* de doutorandos. Os dados do quantitativo de bolsas de doutorado sanduíche oferecidas pela CAPES estão no Gráfico 18 a seguir.

Gráfico 18: Distribuição de bolsas CAPES Doutorado Sanduíche no exterior (1998 - 2020)



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis no [GEOCAPES](https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/) <  
<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>

Para além do quantitativo de recursos públicos que impactam no quantitativo de bolsas atribuídas anualmente e impactam nos dados do Gráfico 18, percebe-se que os anos com considerável aumento no número de bolsistas PDSE são entre as ondas 5 e 7 do WVS nos quais os brasileiros apresentam valores de diminuição na satisfação com a vida e redução no orgulho da nacionalidade. Mas esta é uma constatação e não serve de inferência da causalidade entre valores e o quantitativo de bolsas.

A estrutura do programa é pertinente para a análise. Precisa haver um plano de trabalho dos doutorandos no exterior, o qual deve estar relacionado à estratégia de internacionalização da universidade brasileira. Não é preciso qualquer vínculo entre as instituições, mas apenas o aceite de um professor do exterior. Ao doutorando, os requisitos integram exigências de cumprimento de calendário, atividades acadêmicas, não ter sido contemplado com outra bolsa similar ou de doutorado pleno no exterior, teste de proficiência no idioma do país de destino, por vezes flexibilizado a uma carta do supervisor estrangeiro, e bom desempenho no plano de atividades no exterior. Qual é o plano é que fica vago. A instituição de ensino brasileira, fica responsável por questões de ordem burocrática como promoção interna da oportunidade e homologação das candidaturas. Ao orientador brasileiro fica a responsabilidade de “demonstrar interação e/ou relacionamento técnico-científico com o co-supervisor no exterior para o desenvolvimento das atividades inerentes ao estágio do doutorando”. Ou seja, fica à cargo do professor brasileiro estabelecer laços internacionais e não ao doutorando beneficiado com a bolsa. A escolha do país, da instituição de destino, da duração, e quais resultados são esperados desse estágio são de autonomia dos dois atores-receptores dessa política de internacionalização: o

professor brasileiro e o doutorando que ainda passam pelo crivo das instâncias da universidade brasileira e da CAPES. Mas, não há efetivo acompanhamento dos resultados dessa política para o país. Dito de outra forma, as metas para obtenção de bolsa PDSE são facilmente indicadas no formulário de inscrição, mas, os resultados podem se resumir a apenas uma experiência internacional do doutorando.

Decorrente disso, Schwartzman (2009), aponta como sendo um problema do PDSE, quando a ida de doutorandos ao exterior ocorre descolada de contatos prévios entre as duas instituições ou docentes, brasileiros e estrangeiros. Segundo ele, dificilmente os resultados serão algo mais do que a experiência individual do próprio estudante. Aproximando o que o autor aponta à nossa análise sobre os valores, a estrutura do PDSE está desalinhada com o fato de que brasileiros possuem um alto grau de cautela na confiança interpessoal, incluindo aqui, pessoas de outras nacionalidades. Como já abordado anteriormente, a confiança é um valor essencial para a construção de relações entre pessoas também na academia e sobretudo internacionalmente. Outro inconveniente que Schwartzman (2009) aponta no caso do PDSE é quando ocorre o “colonialismo científico” em que o conhecimento do exterior é apropriado sem levar em conta as nuances ideológicas ou realidades. Por isso, o PDSE pode também replicar a falácia da cooperação.

Ainda que os brasileiros tenham elevado grau de confiança nas universidades e considerem que a ciência e a tecnologia impactam na criação de oportunidades às futuras gerações, a falta de dados sistematizados como é o caso do doutorado sanduíche no exterior, dificulta uma análise sobre o impacto dessa política no desenvolvimento da ciência nacional (FLORES; COSTA; FONTOLAN, 2023). Para Schwartzman (2009) a obrigatoriedade dos bolsistas brasileiros de retornarem ao Brasil após seu estágio evita a fuga de cérebros, mas, é descolada de iniciativas efetivas que fixem esses talentos profissionalmente no país. Tratar como criminoso o bolsista que não volta ao país é a evidência de que essa política segue o modelo *top-down*. Isso nos leva a concluir que as motivações de valores dos doutorandos a realizarem um estágio no exterior são plenamente desprezadas na constituição e implantação dessa política.

Além do quantitativo de bolsas atribuídas pelo governo brasileiro, não há outros dados oficiais nem científicos que comprovem os impactos do PDSE no desenvolvimento do país. Alinhar a política aos valores perpassa em ter concreta contribuição dos bolsistas PDSE em relação ao que os brasileiros consideram como

maior problema do país e do mundo que é a pobreza ou ainda ao desenvolvimento econômico indicado como o mais importante objetivo do país. Surge daí, uma série de questionamentos sobre essa política: O que tem levado doutorandos brasileiros a realizarem estágio sanduíche no exterior? Quantos deles ficam no Brasil e quantos retornam ao país estrangeiro? Quais resultados efetivos podem ser vistos na melhoria da ciência e, por conseguinte na sociedade brasileira com a ida desses doutorandos ao exterior e que ultrapasse a experiência individual? Quantos desses doutores são “absorvidos” pela academia brasileira quando da finalização da sua formação? A produção científica é mais qualificada de quem fez doutorado sanduíche se comparado a quem não fez?

Retomando o objetivo do programa de oportunizar e fortalecer laços de cooperação e aproximação científica entre o Brasil com o exterior e formar quadros de alto nível, ainda assim, nada disso é garantido pois são as relações estabelecidas entre as pessoas que importam e essas, por sua vez, são baseadas nos valores desses doutorandos e professores supervisores da pesquisa em curso. A atribuição de bolsa e a viagem ao exterior, *per se*, não são garantia para o atingimento dos resultados que essa política visa. Por isso, entendemos que essa política evidencia um círculo vicioso entre Estado e indivíduos. O Estado espera dos doutorandos e paralelamente dos professores e universidades brasileiras que efetivem a mudança e o avanço científico ao oferecer recursos para o estágio, mas despreza os valores. Os indivíduos evidenciam diminuição na confiança nas pessoas, na satisfação na vida, na confiança no governo, no orgulho da nacionalidade, se engaja menos em ações voluntárias e espera mais do Estado para a promoção de condições de vida.

#### **5.2.2.2 As universidades da integração internacional**

Os anos 2000 foram marcados por esforços do então governo brasileiro na criação de políticas de integração regional e, como parte disso, a criação de duas universidades voltadas ao estabelecimento da integração internacional. Uma delas é a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada em 2010 com sede na cidade de Foz do Iguaçu no espaço da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A UNILA está vinculada ao MEC e foi fundada com o propósito de contribuir com o avanço da integração latino-americana, como o próprio nome indica. A universidade adota o português e o espanhol como línguas oficiais nas atividades acadêmicas. Cria acordos com representações dos países da região e instituições de

ensino, para permitir a visibilidade, o acesso e o desenvolvimento de projetos e ações voltadas à população de toda a região de abrangência da universidade. De acordo com o Relatório Integrado de Gestão de 2020, a UNILA contava com 5.140 estudantes, destes, 1.490 estrangeiros de 34 nacionalidades diferentes, e os demais eram brasileiros. As nacionalidades com maior quantitativo são os paraguaios com 441 alunos, seguido dos 347 colombianos além dos 145 peruanos e dos 132 haitianos. Além disso, registrava um quantitativo de servidores de 16 países diferentes. Já os dados da mobilidade *outbound* dos estudantes no mesmo ano contabilizam 53 pessoas, e destas, 19 foram dentro do próprio Brasil, enquanto que outras 28 para países da América Latina e outros 6 para países da Europa.

A outra instituição é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Também criada em 2010 e instalada em 2011, a Unilab é vinculada ao MEC e tem suas atividades desenvolvidas nos estados do Ceará e da Bahia. Nesta instituição o foco é promover a integração do Brasil com os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial os países africanos. As vagas são abertas para candidatos dos países-membro e o processo conta com o apoio das embaixadas brasileiras nestes países. Conforme o Relatório de Gestão da Unilab de 2020, a instituição contabilizou no ano 3.760 alunos brasileiros e 1.771 estrangeiros.

Por meio da criação dessas universidades, o Estado brasileiro evidencia sua intenção de promover uma política externa solidária e integracionista. Ambas as instituições têm o propósito de contribuir com a cooperação acadêmica e científica entre os povos e permitir, a brasileiros e estrangeiros das regiões-foco, o acesso à formação superior. Aproximando ao tema da internacionalização, trata-se de políticas de cooperação Sul-Sul ou ainda, por alguns denominada cooperação técnica.

Sem a intenção de questionar os resultados, nem ideologias dessa política integracionista, é pertinente retomar a premissa dessa tese de que a política e a internacionalização estão estreitamente relacionadas. Além disso, refletir se essa política pública pautada na integração regional converge com os valores dos brasileiros, sobretudo no período de criação. Para isso, retomamos os valores das ondas 5 e 7 do WVS. Enquanto o Estado promovia a política pautada na internacionalização baseada na integração, vemos que os brasileiros, em verdade, tinham valores inicialmente contraditórios. Enquanto mantinham considerável grau de desconfiança em pessoas de outras nacionalidades (72%), também indicavam que a

diversidade étnica enriquecia sua vida (73,5%). Também ao mesmo tempo em que indicavam baixo grau de confiança no governo (46%), também entendiam que o governo deveria garantir condições de vida às pessoas (70%). Dadas essas contradições analisadas dos valores da quinta onda, é difícil indicar se essa política pública está alinhada ou não aos valores dos brasileiros.

Considerados então os dados da sétima onda, que é um período mais próximo ao dos relatórios de gestão considerados, percebe-se que os brasileiros apresentam valores de maior tolerância à acolhida de estrangeiros no país. Além disso, nessa onda os brasileiros apresentam elevado grau de confiança nas universidades, e mais de 60% considera importante a ciência e a tecnologia. Por isso, entende-se que a trajetória de desenvolvimento dessas universidades se alinha mais aos valores dos brasileiros do que fora na etapa de criação dessa política. Ainda relacionado a esse debate sobre políticas de integração na educação e seu alinhamento, ou não, aos valores dos brasileiros, poderíamos unir políticas como o Mercosul Educacional, o Acordo BRICS, a Cooperação Brasil-PALOP, mas isso incorreria em um tema de nova tese.

### **5.2.2.3 O Programa Ciência sem Fronteiras**

A terceira política pública para a internacionalização a analisarmos é o Programa Ciência sem Fronteiras que se manteve ativo de 2011 a 2015 e foi encerrado oficialmente em 2017. Foi criado abruptamente e gerenciado pelo comitê executivo com representantes da Casa Civil da Presidência da República, MEC, MCTI, MRE, CAPES e CNPq, sendo que os dois últimos operacionalizam o processo. O programa teve pouco planejamento e nenhuma interface decisória com as universidades brasileiras, ainda que estas tiveram de dar conta na linha de frente do processo junto aos milhares de alunos brasileiros participantes do programa. As bolsas focaram apenas no que o governo chamou de áreas prioritárias para o desenvolvimento e avanço do país, nomeadamente: áreas de engenharias, tecnologia, indústria criativa - que nunca ficou claro quais cursos contemplava- e saúde. Com o CsF o Estado objetivava: a) Formar pessoas altamente qualificadas nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; b) Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; c) Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; d) Promover a inserção internacional das

instituições brasileiras pela abertura de oportunidades para cientistas e estudantes estrangeiros; e, e) Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil. Percebe-se, pois, um primeiro desalinhamento dos objetivos com os valores dos brasileiros nas ondas 5 e 7 que abrangem essa política visto que a pobreza é indicada como o maior problema do Brasil e do Mundo e o CsF não estava preocupado com esse problema.

Haviam diferentes modalidades de bolsas para o envio de brasileiros ao exterior e atração de pessoas ao Brasil. O Quadro 14 ilustra as metas quantitativas que o governo tinha e os resultados efetivados por modalidade.

Quadro 14: Metas e resultados quantitativos bolsas Programa CsF

Enfoque	Modalidade	Meta inicial nº de bolsas	nº de bolsas atribuídas
<i>Outbound</i>	Doutorado sanduíche	15.000	9.852
	Doutorado Pleno	4.500	3.415
	Pós-Doutorado	6.440	4.801
	Graduação sanduíche	64.000	73.341
	Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060	Não constam dados
	Mestrado no exterior	Não consta nas metas iniciais	558
<i>Inbound</i>	Atração de Jovens Talentos	2.000	505
	Pesquisador Visitante Estrangeiro Especial	2.000	775
Total		101.000	93.247

Fonte: Elaboração própria a partir de dados objetivos da página eletrônica do CsF(<http://csf-adm.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>)

Percebe-se nesses dados um descompasso entre as metas e os resultados. À exceção das bolsas de graduação sanduíche, nenhuma das outras modalidades atingiu o esperado. Foram ao todo 46 países com interface no CsF<sup>43</sup>. Os destinos mais procurados pelos brasileiros foram: EUA (27.909 bolsas), Reino Unido (10.779

<sup>43</sup> Os 46 países são: África do Sul; Alemanha; Argentina; Áustria; Austrália; Bulgária; Bélgica; Canadá; Chile; China; Cingapura; Colômbia; Coréia do Sul; Costa Rica; Cuba, Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estados Unidos; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Hungria; Índia; Irlanda; Israel; Itália; Japão; Luxemburgo; Malásia; México; Noruega; Nova Zelândia; Panamá; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Rússia; Suíça; Suécia; Tailândia; Turquia e Uruguai.

bolsas), Canadá (7.331 bolsas), França (7.314 bolsas) e Austrália (7.092 bolsas). Em resumo, o CsF fomentou a mobilidade internacional de estudantes brasileiros, também contrariando os valores que indicavam um percentual de 54,1% sentindo-se distante do mundo. Aparentemente nada de inovador na proposta, uma vez que a maioria das modalidades já eram desenvolvidas no país, seja por iniciativa do próprio governo, seja pelas instituições de ensino de maneira autônoma. A novidade estava no quantitativo de bolsas implementadas em tão curto espaço de tempo, sobretudo *outbound* no nível da graduação, associada ao dispêndio de milhões dos cofres públicos sem grande controle, ainda que tivesse alguma contrapartida de recursos privados.

Essa política replicou o modelo passivo e colonial de formação no exterior em países ditos desenvolvidos e com educação superior de excelência. Havia uma equivocada expectativa do governo, de que a simples realização de período de estudo no exterior criasse automático avanço tecnológico no país. O governo desconsiderou na criação dessa política, que os brasileiros e seus valores indicavam baixo comprometimento com ações voluntárias que seriam importantes para a disseminação dos conhecimentos adquiridos no exterior. Por isso, corroboramos com McManus *et al.* (2021, p.79) quando afirma que o “[...] o CsF careceu de uma estratégia clara para que o conhecimento adquirido no exterior fosse incorporado, especialmente pelas universidades, atores estratégicos nesse processo”.

Os dados dos resultados qualitativos do programa o país não tem e nem o governo reuniu esforços para tê-los. O retorno ao Brasil, no sentido literal da viagem e também dos resultados, ficaram limitados, assim como no PDSE, à obrigatoriedade dos bolsistas voltarem ao Brasil e permanecerem nele pelo mesmo período de uso da bolsa no exterior. Aqui a política também andou em descompasso com os valores dos brasileiros que indicam a queda tanto no grau de orgulho da nacionalidade quanto na satisfação na vida. Ainda que tenha sido um quantitativo inédito de bolsas e que, contribuiu para a criação de novas visões de mundo aos milhares de brasileiros que receberam a bolsa, ainda assim, o governo brasileiro, nesta política, agiu explicitamente no formato de internacionalização *top-down* e passiva e os alunos foram apenas receptores da política e nada mais.

O descompasso dessa política e seus objetivos com a realidade universitária brasileira é explícita quando nos referimos ao tema idiomas. Elemento basilar da internacionalização e que se configura como elemento constituinte da cultura dos

indivíduos, o fiasco da chamada para Portugal evidenciou o total desprezo do governo e sua política sobre o desconhecimento de idiomas estrangeiros pelos universitários brasileiros. A região Sul e Sudeste brasileira, decorrente da herança étnico cultural que evidenciamos no capítulo anterior, teve candidatos dessas regiões com maior “poder de escolha” por destinos decorrente de algum conhecimento de idioma, ainda que não em nível acadêmico. Isso obrigou o governo a criar ajustes no programa e ampliar de um ano para um ano e meio ou até dois o período de estudos no exterior aos brasileiros. Os primeiros meses do intercâmbio eram dedicados ao estudo da língua e só após a obtenção de proficiência que o estudo na universidade estrangeira era iniciado. Isso representou aos cofres públicos um valor extra no orçamento do programa e evidencia que o elemento cultural da sociedade não foi considerado na criação dessa política. Cabe destacar que surge desse problema, em 2012, outra política pública: o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Este era focado no ensino de idiomas estrangeiros ao público da academia brasileira, sobretudo da rede pública.

Um dos efeitos colaterais do CsF na internacionalização brasileira foi a imagem do Brasil como “a galinha dos ovos de ouro”. O mundo tinha interesse em acolher os brasileiros. Isso porque dos anos 2000 em diante há forte expansão da lógica recrutadora de estudantes estrangeiros por muitos países do Norte global. O Brasil interessava tanto pelo quantitativo de estudantes quanto pelo interesse financeiro, pois o Governo brasileiro pagou as “*tuitions and fees*” dos bolsistas no exterior. Assim, o CsF como política *top-down*, tanto deu visibilidade mundial à Educação Superior Brasileira quanto trouxe desafios às universidades brasileiras que vinham buscando, por anos, construir parcerias bilaterais baseadas na isenção de cobrança de taxas acadêmicas e ações cooperadas bilaterais. Por isso, a internacionalização pelo CsF é exemplo da mais pura falácia cooperativa.

Outro desalinhamento com os valores dos brasileiros pode ser percebido no que se refere às metas *inbound*. A educação superior brasileira não conseguiu e não consegue atrair muitos cientistas nem jovens talentos ao país. Mesmo havendo recursos financeiros para promover a vinda de pessoas altamente qualificadas, menos da metade da meta foi alcançada no CsF. Aqui cabe destacar o descompasso da política com valores dos brasileiros que indicam percentuais consideráveis de desconfiança em pessoas de outras nacionalidades (72% em 2006) e que apesar de ter havido a indicação de valores propensos à uma maior tolerância à acolhida de estrangeiros em 2018, na mesma onda ampliaram os valores de cautela na confiança

em outras pessoas em geral. Ou seja, a política tanto desconsiderou essas evidências de valores atinentes à criação das relações entre as pessoas e, tampouco se ateu à promoção da retenção desses cientistas e talentos para o real desenvolvimento do país conforme propunha.

Foram enviados muitos estudantes e atraídos poucos ao país. Qual é a base explicativa desses resultados? Para além do idioma e das variáveis de valores analisadas, que outros valores motivaram os brasileiros a participarem no CsF? Quando do regresso dos brasileiros ao Brasil, eles contribuíram com o desenvolvimento do país? Essas são algumas das perguntas que se assemelham ao conjunto de questionamentos feitos também sobre o PDSE. As respostas permanecem em aberto e nos remetem a corroborar com o entendimento de Corrêa (2012) que defende a necessidade de políticas públicas serem construídas com alinhamento aos valores da sociedade. Não basta ter a política que diz estar focada no desenvolvimento do país se não se sabe as potencialidades e necessidades dessa sociedade. Sem esse alinhamento, qualquer política tende a ser apenas uma ação de governo com efeitos eleitoreiros e com impactos individuais, mas não de mudança social.

### **5.2.3 Etapa III- Análise da correlação entre valores e a mobilidade internacional brasileira**

As etapas anteriores da análise apontam elementos do desenho da hipótese da tese sobre a sociedade brasileira. Formada, ao longo das décadas analisadas, por valores tradicionais e de sobrevivência. Em termos gerais os brasileiros apresentam pouca confiança em estrangeiros, são pouco engajados em organizações da sociedade e esperam do governo a promoção da melhora de vida das pessoas e a internacionalização do país tem se pautada em políticas públicas que promovem a mobilidade de brasileiros ao exterior. Considerando que a finalidade do processo da internacionalização é beneficiar a sociedade, torna-se ainda mais importante entender a relação entre variáveis de valores e de internacionalização. A fim de verificar estatisticamente a relação entre essas variáveis, dedicamo-nos ao teste de correlação entre elas nesta terceira etapa da análise. Destaca-se, portanto, que não é o foco aqui indicar graus de causalidade entre as variáveis.

Nesse sentido, realizou-se teste de correlação de cinco variáveis de valores WVS, pelo menos uma de cada grupo (ver Figura 5) com dados da mobilidade

internacional *outbound* do Brasil disponibilizados pela UNESCO. O teste de normalidade evidenciou serem variáveis categóricas e, por isso, a correlação emprega o coeficiente de Pearson. Os dados para testagem da correlação bivariada são considerados em nível agregado de país com emprego da média das variáveis do WVS consideradas as ondas da pesquisa. Já os dados da UNESCO que também estão agregados em nível de país, compreendem o período de 1998 a 2020. Para fins de realização do teste, foi ajustada a escala numérica dos dados da mobilidade. O detalhamento do conjunto de variáveis, médias e escalas utilizados para o teste de correlação são indicados no Apêndice C.

Os dois primeiros testes de correlação dizem respeito ao “grupo individual”. O primeiro, testa a correlação entre a “mobilidade *outbound*” e o “orgulho da nacionalidade (G006)”. Constatou-se uma correlação positiva forte ( $r= 0,996$ ) entre o quantitativo de mobilidade de brasileiros ao exterior e a média do grau de orgulho da nacionalidade dos brasileiros. Tal resultado indica que na medida em que aumenta o grau de insatisfação dos brasileiros quanto à sua nacionalidade, aumenta também o número de pessoas que estudam no exterior. Já no segundo teste da correlação entre as variáveis de “mobilidade *outbound*” e “Grau de satisfação na vida (A170)”, constatou-se uma associação positiva moderada ( $r= 0,531$ ). Isso evidencia que o aumento da satisfação dos brasileiros com a vida acompanha o crescimento também da mobilidade internacional. Embora possa parecer ser um resultado estatístico contraditório ao teste anterior, deve ser lembrado que o grau de satisfação na vida pode estar atrelado a outros aspectos como vínculo familiar que é importante em sociedades com valores tradicionais como a brasileira. Com isso, a mobilidade ao exterior pode representar ao indivíduo o afastamento desse núcleo familiar, podendo vir a ser uma possível interpretação do porquê estas variáveis apresentarem apenas uma correlação positiva moderada.

Já o teste da correlação entre a “mobilidade *outbound*” e a “Confiança em pessoas de outra nacionalidade (G007\_36\_B)” busca elucidar o “grupo relacional”. Os dados revelam uma correlação negativa perfeita ( $r= -1,00^{**}$ ). Ou seja, na medida em que diminui o grau de desconfiança dos brasileiros em pessoas de outra nacionalidade, aumenta o índice de mobilidade *outbound*. Os capítulos anteriores já indicam que a confiança interpessoal é essencial para a construção de relações entre indivíduos, sobretudo de diferentes países, enquanto base do processo de internacionalização. Por isso, os resultados dessa correlação abrem margem a

diferentes reflexões sobre a importância das variáveis de confiança e sua relação com a criação de políticas públicas desenvolvidas ao longo dos anos no Brasil. Um aspecto pertinente na interpretação dessa correlação é entender que o grau de confiança dos brasileiros em pessoas de outras nacionalidades, ainda que tenha diminuído entre as ondas 5 e 7, permanece elevado enquanto reflexo de uma sociedade com valores conservadores e de sobrevivência. Outro aspecto que essa correlação revela é que a histórica aposta do governo brasileiro na mobilidade *outbound* como *modus operandi* do processo no país, elucidados nas etapas I e II da análise, indica uma associação no crescimento da confiança dos brasileiros em pessoas de outras nacionalidades. Interpretações em profundidade sobre essa correlação precisam ser realizadas e, com novos dados amostrais. Ainda, destaca-se que, embora houvesse a intenção de testar igualmente a correlação da confiança em estrangeiros com a mobilidade *inbound*, a indisponibilidade de dados do Brasil pela UNESCO inviabilizou tal análise.

No “grupo institucional” o teste da correlação é feito entre as variáveis de “mobilidade *outbound*” e a “responsabilidade do governo versus do indivíduo (E037)” para oferecer boas condições de vida. Aqui tem-se igualmente uma correlação positiva forte ( $r= 0,934$ ). Ou seja, quanto mais os brasileiros atribuem responsabilidade ao governo em promover boas condições de vida, também maior é o quantitativo de mobilidade ao exterior. Esse resultado corrobora os resultados do teste sobre o orgulho da nacionalidade e evidenciam as características do que Inglehart e Welzel (2009) atribuem a uma sociedade com valores de sobrevivência. A crescente atribuição de responsabilidade ao governo e os resultados da também crescente mobilidade ao exterior mostram que os brasileiros buscam em outros países melhores condições de vida que não encontram no Brasil. Sobre isso, cabe retomar o Quadro 9 do capítulo anterior com os principais destinos escolhidos pelos brasileiros que tem, à exceção da Argentina, todos os demais estão localizados na Europa, ou América do Norte, ou Oceania.

Já no “grupo social” testamos a correlação entre as variáveis de “mobilidade *outbound*” e “membresia voluntária de organizações de artes, música ou educação (A100)”, a correlação é negativa perfeita ( $r= -1,000^{**}$ ). Ou seja, quanto menos os brasileiros se engajam em associações, maior é o índice de mobilidade ao exterior. Ou seja, engajar-se em algo que seja diferente do que é obrigatório em termos de sociedade local parece um desafio no caso brasileiro. Além disso, a expectativa de que a realização de experiências internacionais “crie” no indivíduo, valores de

engajamento social que autores da internacionalização têm indicado como algo certo e caminho para a formação de cidadãos globais e mudança social, na verdade pode não ocorrer em sociedades como a brasileira, considerado o presente teste de correlação.

Consideradas as testagens de correlação entre as variáveis de valores e os dados da mobilidade *outbound* do Brasil, foco dessa etapa da análise, percebe-se que de fato os valores da sociedade brasileira estão associados ao formato e aos resultados da internacionalização no país, tal qual preconiza a hipótese dessa pesquisa.

### **5.3 Análise do caso canadense**

Esta seção se dedica à análise do caso canadense. As etapas replicam os moldes da análise empregada nas seções anteriores dedicadas ao caso brasileiro. Antes de avançarmos também indicamos dados amostra canadense que reúne 1.730 respondentes em 1990, 2.164 em 2006 e 4.018 em 2020. Sobre o perfil dos respondentes, em 2006, 57% respondeu ter mãe imigrante e 58% pai imigrante e em 2020 esses percentuais subiram respectivamente para 69% e 67%. No que concerne ao idioma falado em casa, o Inglês é o líder ficando em 67% em 2006 e 74% em 2020, seguido do francês nestes mesmos anos com percentual de 24% e 21% e em terceira posição outros idiomas. O grau de escolaridade dos canadenses respondentes com nível superior era composto por 21% em 2006 e o envelhecimento da população canadense é notório entre os respondentes do WVS. Enquanto que em 1990 registrava o percentual de respondentes de até 29 anos era de 28%, já na sétima onda diminuiu para 19% o público dessa faixa etária, sendo que 48% dos respondentes indicava ter idade de 50 anos ou mais.

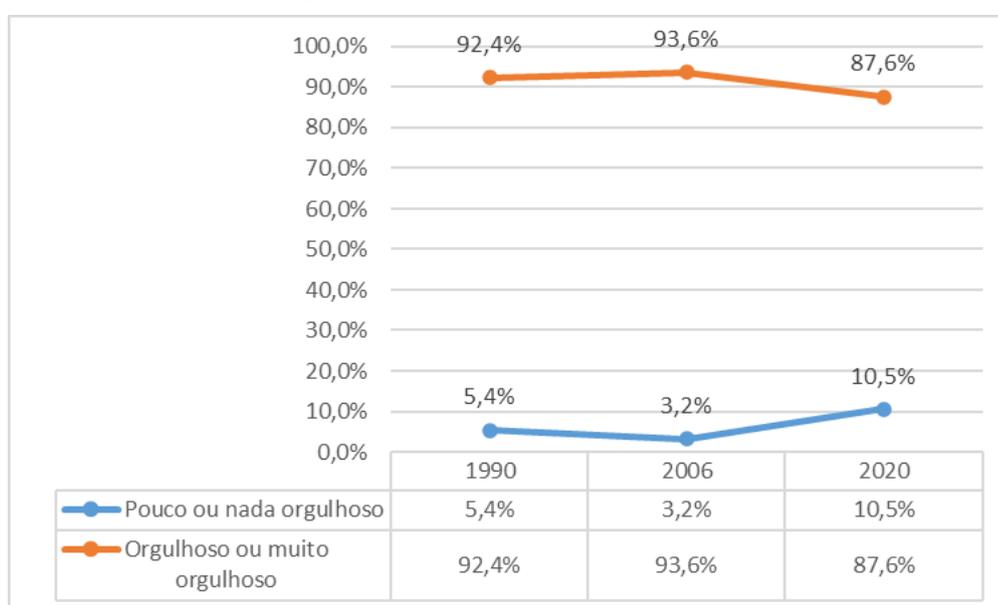
#### **5.3.1 Etapa I- Valores e fases da internacionalização canadense (1991- 2020)**

Nesta etapa da análise do caso canadense também buscamos identificar, no conjunto de variáveis analisadas, sentido para a pergunta: O que as pessoas pensam, no que acreditam e confiam, importa para a internacionalização? Igualmente organizamos o conjunto das variáveis de valores pelos quatro grupos indicados na organização das variáveis dispostas na introdução deste capítulo. Aqui, as fases que compreendem a análise canadense são duas, nomeadamente “Recrutamento de estudantes internacionais” abrangendo o período dos anos 90 a 2010 e a fase

“Estratégias internacionais”, correspondendo ao período entre 2011 e 2019. Lembremos ainda do enquadramento do Canadá, nos termos do “Mapa Cultural Mundial” de Inglehart e Welzel (2009) enquanto país com valores de autoexpressão e que migrou a dimensão de valores conservadores para seculares.

O primeiro conjunto analisado reúne oito variáveis de valores que estão relacionadas ao grupo “As pessoas”. Identificar a autopercepção dos canadenses e a sua visão como parte do mundo é central aqui. As duas primeiras variáveis evidenciam se os canadenses estão satisfeitos com a sua vida (A170) e o quão são orgulhosos de sua nacionalidade (G006). O Gráfico 19 traz os dados sobre a nacionalidade referentes às ondas, 2, 5 e 7 do Canadá.

Gráfico 19: Orgulho nacionalidade canadense- 1990 a 2020 (%)

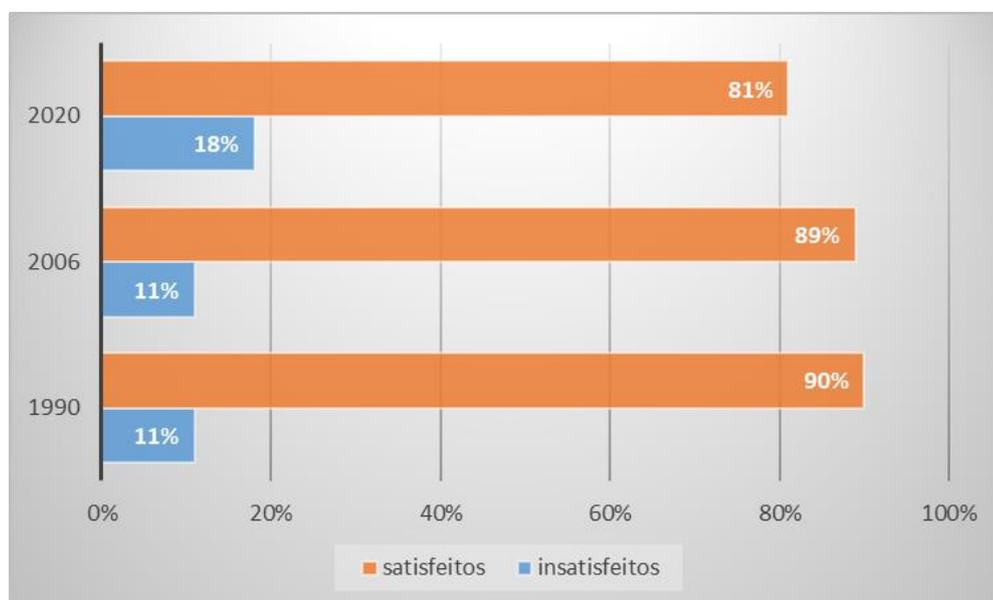


Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Percebe-se que os canadenses, na segunda onda, apresentavam um percentual elevado de 92,1% de orgulho ou muito orgulho da sua nacionalidade, contra 5,4% indicando se sentir nada ou pouco orgulhoso. O nível de orgulho aumentou ainda mais na quinta onda, uma vez que 93,6% indicou ser orgulhoso ou muito orgulhoso da sua nacionalidade, enquanto que apenas 3,2% indicou ser nada ou pouco orgulhoso. Ainda que pouco significativa a mudança, o índice de orgulho diminuiu na sétima onda passando a ser de 87,6% e, conseqüentemente, alimentando o percentual daqueles nada ou pouco orgulhosos para 10,5%. Portanto, um crescimento no percentual de insatisfação dos canadenses por serem dessa nacionalidade.

Já sobre a variável relativa ao grau de satisfação com a vida, é entre as ondas cinco e sete que ocorre uma pequena queda no percentual de satisfação dos canadenses como pode ser visto no Gráfico 20.

Gráfico 20: Satisfação dos canadenses com a vida - 1990 a 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Ainda que o percentual de satisfação de vida fique nos 80%, é pertinente entender a queda corrobora com o mesmo período da queda do orgulho da nacionalidade. Portanto, pode haver relação entre essas duas variáveis no caso canadense, mas interpretação não será tema aqui. O que pode ocorrer é estas variáveis podem estar relacionadas ao leve aumento de mobilidade *outbound* dos canadenses, o que será retomado na terceira etapa da análise. É justamente sobre o comportamento que trata a próxima variável. Esta busca identificar valores dos canadenses frente ao antagonismo de novas ou velhas ideias (E046). Os dados disponíveis apenas na segunda onda, indicam que 54% se consideram cautelosos frente a novas ideias, enquanto que 44,8% indica ser corajoso. Como os anos 90 marcaram o incremento da internacionalização, é pertinente entender que havia um importante quantitativo da população receoso às mudanças.

É justamente buscando entender como os canadenses avaliam sua atuação e relação com o mundo, que trazemos as duas próximas variáveis. Uma delas busca saber como canadenses se veem como parte do mundo (G063) e a outra como cidadãos do mundo (G019). O Quadro 15 indica os dados dessas duas variáveis.

Quadro 15: Canadenses como cidadãos e parte do mundo- 2006 e 2020 (%)

		2006- onda 5	2020- onda 7
Se sente cidadão do mundo	Concorda (plenamente)	83,7	-
	Discorda (totalmente)	13,9	-
Se sente próximo ao mundo	Próximo (muito)	-	50
	Pouco próximo (nada)	-	50

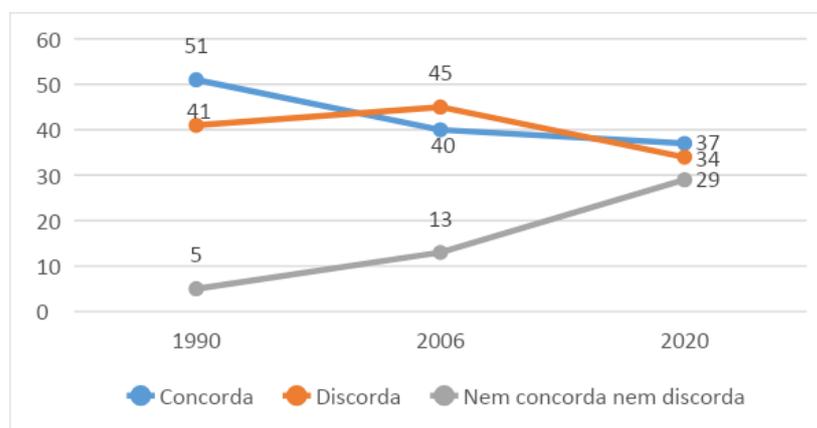
Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Ainda que cada variável tenha dados de uma única onda, entendemos que ambas permitem entender como os indivíduos se veem enquanto atores não apenas em instância nacional, mas, sim, mundial. Nesse sentido, a visão dos canadenses indica que mais de 80% se sente plenamente ou em certa medida um cidadão do mundo, enquanto que apenas 13,9% indica o contrário. A variável da sétima onda corrobora com a interpretação desta anterior, mas indica uma ligeira mudança na visão dos canadenses visto que nesta, 50% se sente parte do mundo ou muito próximo de e outros 50% não se sente muito ou nenhum pouco parte do mundo. A interpretação que cada entrevistado pode ter feito de ambas as questões pode ter sido baseada inclusive nas suas visões sobre o que é se sentir um cidadão do mundo, assim como, se sentir próximo ou mais distante do mundo. Como esse é um elemento subjetivo, entendemos que esses dados permitem criar interpretações diretas com a internacionalização visto que abrange o caráter global dos indivíduos. Estes dados podem, por exemplo, ser subsídio para entender o caso canadenses que pouco tem avançado ao longo das décadas na mobilidade *outbound*. Sentir-se já um cidadão do mundo, pode abrir margem a interpretações de que o indivíduo não tem o interesse em realizar novas experiências internacionais pois o mesmo pode já considerar-se satisfatoriamente conectado com o mundo, dada, por exemplo, à grande diversidade étnico-cultural no país.

E, para entender como os canadenses veem o mundo ao seu entorno, em especial aos estrangeiros, apresentamos três variáveis. A primeira traz dados nas ondas 5 e 7 e indica se canadenses gostariam ou não de ter como vizinhos pessoas que falam outra língua (A124\_43). A pesquisa focou em identificar aqueles que se importam e aqueles que não se importam. Em 2006 apenas 3,35% dos respondentes mencionaram que não gostariam de ter vizinhos que falam outro idioma enquanto que

em 2020 esse índice aumentou para 7,8%. Já o percentual de quem respondeu não se importar se manteve relativamente equilibrado entre as duas ondas, sendo 92,9% em 2006 e 92,2% em 2020. Ainda que o percentual seja pequeno, ter um incremento no número de canadenses que não gostaria de ter como vizinhos aqueles falantes de outra língua parece ir ao encontro do que essa fase da internacionalização promove que é a ampliação da atração de estrangeiros. Corroborando esse posicionamento, a segunda variável trata sobre não querer ter como vizinhos pessoas imigrantes ou trabalhadores estrangeiros (A124\_06). Apesar de ser um índice pequeno, o percentual aqui oscilou de 5,7% em 1990, baixou para 4,1% em 2006 e subiu para 8,8% em 2020. Aqui igualmente o posicionamento dos canadenses parece mudar um pouco, mas, mais de 90% permanece não apresentando rejeição aos estrangeiros. Já na terceira variável, trata da empregabilidade para nacionais a imigrantes (C002). Aqui os percentuais diferem das duas variáveis anteriores com relação aos estrangeiros. O Gráfico 21 indica os dados das três ondas.

Gráfico 21: Opinião canadenses sobre empregos para nacionais ou imigrantes- 1991 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

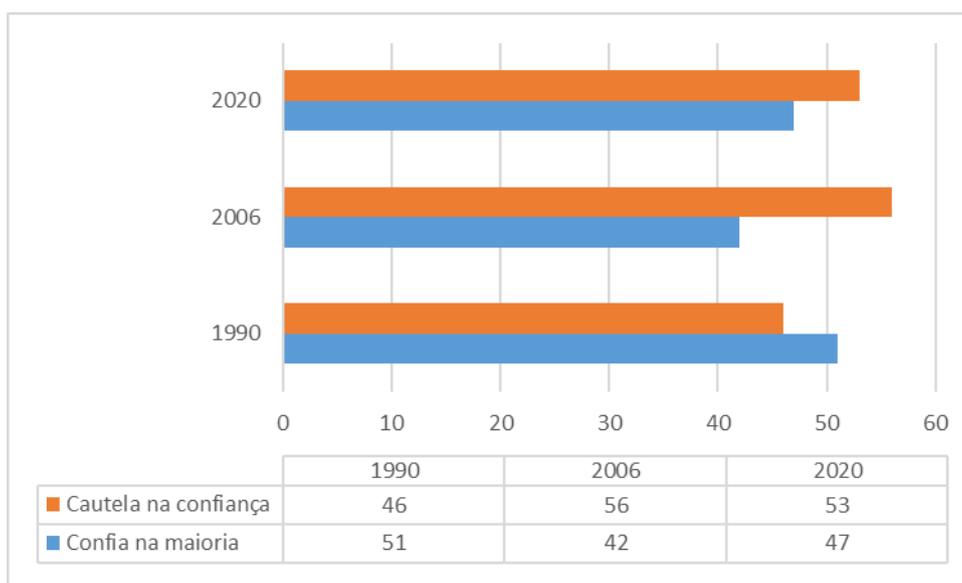
Podemos ver que na onda 2, 51% dos canadenses concordam que em momentos de pouca oferta de emprego, devam ser priorizados os canadenses para ocupação de postos de trabalho enquanto que 41% discorda e outros 5% não se posicionam nem a favor nem contra. Já nas ondas 5 e 7 as respostas indicam um percentual menor de concordância à preferência aos canadenses. O que chama atenção é o crescimento daqueles sem opinião que passou de 5% em 1990 para 29% em 2020. Lembremos aqui que pouco mais de 60% dos respondentes da última onda indicam ter pai ou mãe imigrante, o que pode estar atrelado a essa opinião pois, pelo fato de o respondente já ter o status de cidadão canadense carrega ainda a história familiar como imigrante.

Esse conjunto de variáveis de valores no grupo "As pessoas" indica que:

- Referente à fase "Recrutamento de estudantes internacionais" que compreende as ondas dois e cinco, os canadenses mantiveram alto orgulho da sua nacionalidade (mais de 90%), alto nível de satisfação na vida (90% e 89% respectivamente), eram bastante cautelosos frente a novas ideias (54%), indicavam se sentir um cidadão do mundo (83,7%), tinham alta aceitação a ter vizinhos estrangeiros ou falantes de outro idioma (mais de 90%), e apresentam queda no percentual de concordância de que os nacionais deveriam ser priorizados para contratações de trabalho (de 51% para 40% entre as duas ondas). Essas variáveis indicam claramente o que Inglehart e Welzel (2009) abordam como sociedade com valores de autoexpressão. Ou seja, há segurança e satisfação fazendo com que haja alto grau de aceitação de estrangeiros. Para a internacionalização, portanto, estes valores indicam que nestas décadas, a sociedade canadense manteve-se propensa ao pleno desenvolvimento da internacionalização, o qual foi pautado no recrutamento.
- Já na fase "Estratégias internacionais" da internacionalização, os canadenses reduziram um pouco seu orgulho pela nacionalidade (87,6%), diminuiram também um pouco sua satisfação na vida (81%), apenas a metade indicou sentir-se distante do mundo (50%), mantiveram alta aceitação em ter vizinhos estrangeiros ou falantes de outro idioma (mais de 90%), e, reduziram o percentual de concordância de que os nacionais deveriam ser priorizados para contratações de trabalho (37%). Essas variáveis indicam que os canadenses permanecem bastante abertos ao recebimento de estrangeiros favorecendo assim o desenvolvimento das políticas de recrutamento de estrangeiros, mas, também apresentam indícios de uma tênue revisão de sua vida no país e no mundo.

Focamos agora nas variáveis do grupo "Pessoas e suas relações". Aqui consideramos quatro variáveis que buscam analisar se canadenses têm valores que corroboram o desenvolvimento de relações interpessoais. Iniciamos por identificar graus de confiança nas pessoas (A165). Percebe-se pelo Gráfico 22 que a opinião dos canadenses é bastante dividida entre os que indicam ser necessário ter cautela para confiar nas pessoas e os que dizem confiar na maioria. Além disso, é perceptível pouca mudança ao longo das décadas.

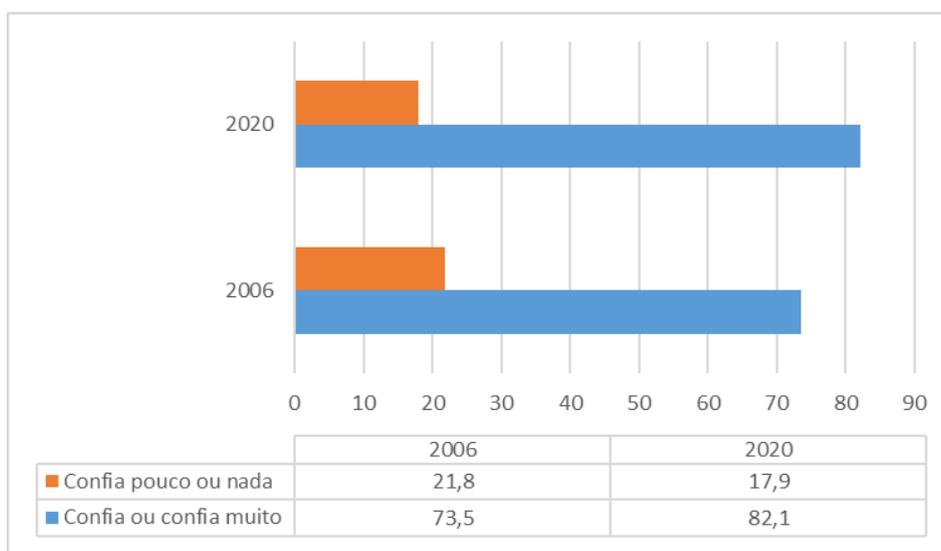
Gráfico 22: Confiança dos canadenses nas pessoas em geral - 1990 a 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Já no que concerne à confiança específica em pessoas de outras nacionalidades (G007\_36\_B), a opinião dos canadenses indica um grau elevado de confiança. O Gráfico 23 indica inclusive que de 2006 para 2020 o percentual de confiança aumentou. A interpretação desse dado à luz da internacionalização, corrobora com o alto quantitativo de atração de estrangeiros ao Canadá. Sem a intenção de aprofundar a relação de causalidade entre as políticas de internacionalização focadas na atração de alunos internacionais e os percentuais de confiança nos estrangeiros, destacamos apenas que, essa opinião dos canadenses reflete a histórica composição multiétnica e elevados índices migratórios no país.

Gráfico 23: Confiança dos canadenses nos estrangeiros - 2006 a 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

A próxima variável indica como os canadenses avaliam o impacto dos imigrantes no país (G052). Presente apenas na sétima onda, indica que mais da metade (58,4%) entende como sendo positivo o impacto dos imigrantes no desenvolvimento do Canadá contra apenas 8,5% que considera ruim e ainda 33,1% se mantém neutro. Aqui, novamente se reforça que os valores dos canadenses indicam abertura e visão positiva de haver estrangeiros no país. Corrobora, pois, com as fases de desenvolvimento da internacionalização vigente no país e também reforça ser uma sociedade com valores de autoexpressão. O mesmo é perceptível na variável sobre como os canadenses se posicionam nas relações interpessoais (D079). As respostas indicam que 95,8% dos canadenses dizem procurar ser eles próprios ao invés de seguir outras pessoas. Considerando esta variável é possível entender que a pouca procura por experiências internacionais é uma decisão individual. Portanto, promover ações de internacionalização *outbound* para canadenses perpassa por compreender essa variável.

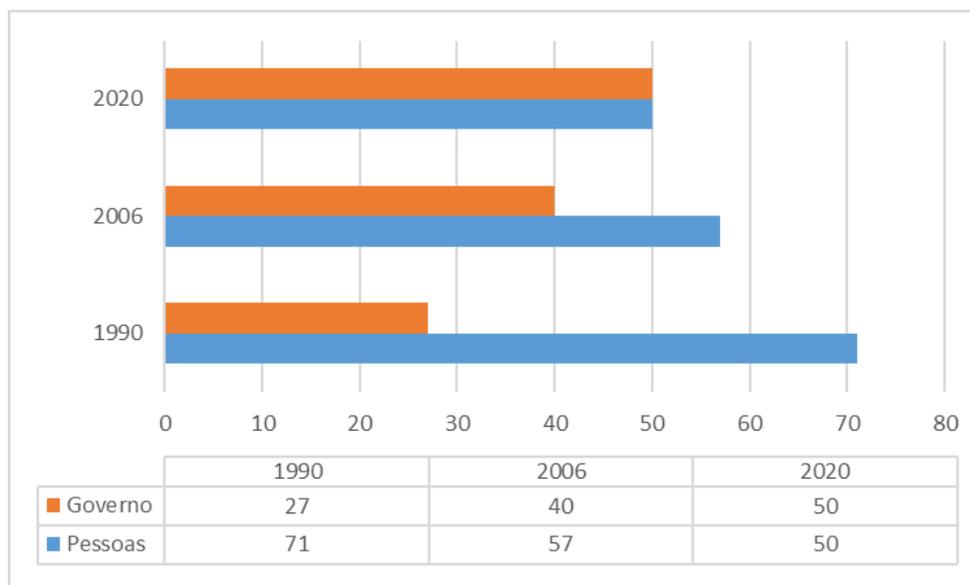
Desse conjunto de variáveis que integram o grupo “Pessoas e suas relações” podemos dizer que:

- Os canadenses tinham na fase “Recrutamento de estudantes internacionais” da internacionalização relativa cautela na confiança em outras pessoas (média de 51% das ondas 2 e 5), tinham elevado grau de confiança nos estrangeiros (73,5% na onda 5) e agiam majoritariamente de forma autônoma ao invés de seguir outras pessoas (95,8%). Ou seja, os valores da população eram favoráveis ao desenvolvimento da política de recrutamento baseado na atração de estudantes internacionais.
- E na fase “Estratégias internacionais” da internacionalização, os canadenses mantinham considerável grau de cautela na confiança interpessoal (47%), ampliaram o percentual de confiança em pessoas de outras nacionalidades (82,1%) e consideraram positivo o impacto de imigrantes no desenvolvimento do país (58,4%). Essas variáveis indicam que esta fase da internacionalização corrobora com os valores dos canadenses favoráveis à acolhida de estrangeiros no Canadá.

Na continuidade da análise das variáveis, chegamos ao grupo “Pessoas e as instituições”. Aqui apontamos por meio de cinco variáveis de valores, graus de confiança e opinião dos canadenses relacionados a instituições concernentes à internacionalização. A primeira variável indica a opinião dos canadenses sobre

responsabilidades por boas condições de vida serem dos indivíduos versus do governo (E037). O Gráfico 24 indica os resultados das 3 ondas.

Gráfico 24: Condições de vida canadenses como responsabilidade do governo versus indivíduo - 1990 a 2020 (%)

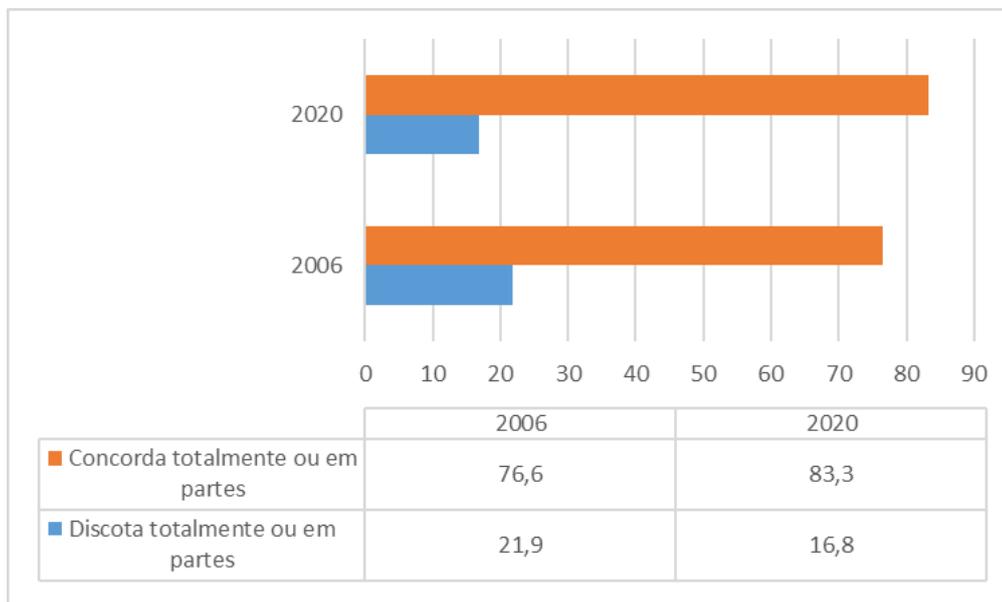


Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Percebe-se que ao longo dos anos a opinião dos canadenses tem mudado com uma crescente indicação ao grau de responsabilidade do governo, que era de apenas 27% na segunda onda, acompanhado da diminuição do papel dos indivíduos nesta questão, chegando ao equilíbrio de 50% na sétima onda. Assim, as políticas do governo nacional de recrutamento internacional de estudantes que injetam anualmente bilhões de dólares na economia canadense pode ser interpretada como parte do cumprimento do papel que a sociedade espera do Estado.

Considerando o contexto da educação superior, abordamos a variável que busca identificar se os canadenses avaliam como positivo o impacto do desenvolvimento da ciência e da tecnologia na criação de oportunidades às futuras gerações (E218). Numa escala de apontar discordância ou concordância os dados relativos às ondas 5 e 7 são evidenciadas no Gráfico 25.

Gráfico 25: Opinião canadenses sobre impacto ciência e tecnologia nas futuras gerações - 2006 e 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Podemos ver nesses dados que os canadenses aumentaram o percentual de concordância sobre impactos positivos da ciência e tecnologia no futuro, passando de 76,6% em 2006 para 83,3% em 2020. O enfoque no desenvolvimento de centros de pesquisa e a atuação das *Tri-agency* pode ser pertinente no aumento dessa opinião favorável no país.

As próximas variáveis tratam da confiança dos canadenses em três instituições: o sistema de educação (E069\_03), as universidades (E069\_04) e o governo (E069\_11). O Quadro 16 indica o grau de confiança em cada uma delas.

Quadro 16: Confiança dos canadenses nas instituições - 1990 a 2020 (%)

		1990- onda 2	2006- onda 5	2020- onda 7
Sistema de educação	Confia ou confia muito	72,2	-	-
	Confia pouco ou nada	27,3	-	-
Universidades	Confia ou confia muito	-	-	71,8
	Confia pouco ou nada	-	-	28,1
Governo	Confia ou confia muito	-	36	46
	Confia pouco ou nada	-	57	54

Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

No comparativo entre as três instituições, pode-se verificar que os canadenses apresentam percentual de mais de 70% de confiança na educação e nas universidades, enquanto que no governo o percentual oscila de 36% em 2006 a 46% em 2020. Considerando o dado da sétima onda de que 54% dos respondentes indicam

ter nenhum ou baixo grau de confiança governamental, cabe entender que essa variável pode impactar na internacionalização que justamente tem tido o governo como ator central e tomador de decisões para o país.

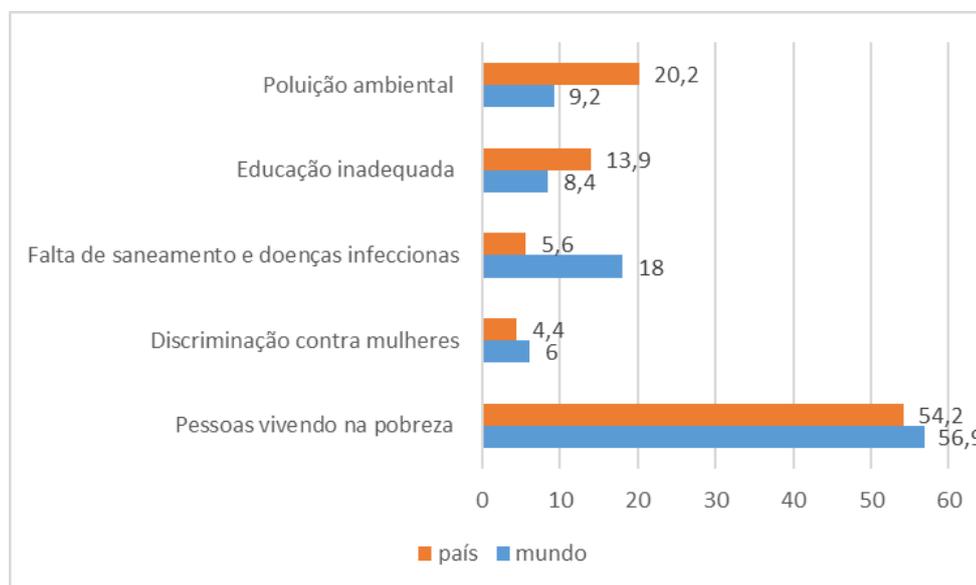
Entendemos, assim, desse conjunto de variáveis de valores no grupo “Pessoas e as instituições” que:

- Os canadenses tinham na fase “Recrutamento de estudantes internacionais” um posicionamento que indica diminuição do papel dos indivíduos pela garantia na condição de vida, sendo em 1990 de 71% e em 2006 de 57%. Além disso, um grande percentual concorda que a ciência e a tecnologia contribuem para as futuras gerações (76,6%). Já sobre a confiança nas instituições, indicavam posições díspares. Enquanto que confiavam no sistema de educação em 72,2%, apenas 36% confiavam no governo. Ou seja, os indivíduos, a ciência, a tecnologia e a educação representavam valores com visões positivas pelos canadenses, enquanto que o governo já não ocorre o mesmo. Lembremos que é neste contexto que o governo diminuiu os investimentos públicos na educação e passou a apostar no recrutamento internacional. Assim, esta fase da internacionalização é passível de incongruências dos valores que indicam o gradual aumento da responsabilidade do governo pelas condições de vida dos canadenses, pois, ainda que haja incremento econômico no país, o Estado transferiu às pessoas recrutadas do exterior parte da responsabilidade do bem-estar da sociedade canadense.
- E na fase “Estratégias internacionais” da internacionalização, a opinião dos canadenses sobre o papel do governo (50%) se equilibra com o das pessoas e o grau de confiança no governo também aumenta (46%). Igualmente aumenta o percentual de concordância sobre a ciência e a tecnologia para o futuro (83,3%) corroborando a também elevada confiança nas universidades (71,8%). Essas variáveis indicam que esta fase da internacionalização corrobora com os valores dos canadenses favoráveis ao papel da ciência e das universidades, bem como, pode evidenciar certa aprovação da atuação do governo em ações de desenvolvimento do país, como por exemplo, a atração de estrangeiros para o desenvolvimento da ciência e movimento na economia do Canadá.

Já no quarto grupo “Pessoas e a sociedade”, analisamos seis variáveis a fim de identificar valores dos indivíduos na sociedade. Iniciamos por abordar as variáveis

que indicam a opinião dos canadenses sobre o maior problema no mundo (E238) e no país (E240). O Gráfico 26 indica a opinião dos canadenses.

Gráfico 26: Opinião canadenses sobre maior problema mundo e Canadá - 2006 (%)

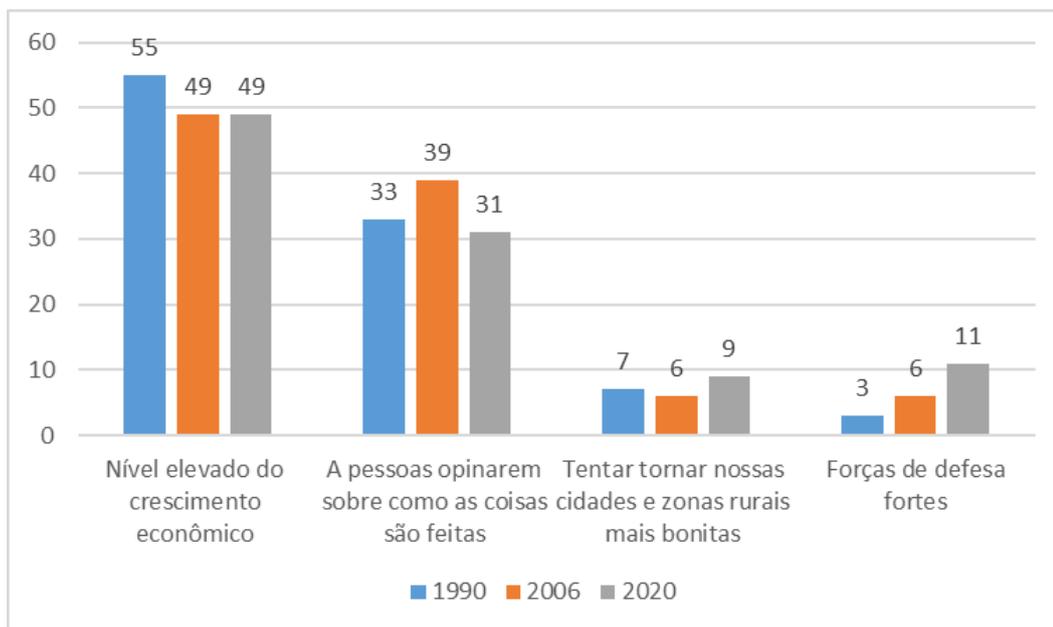


Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

É possível identificar que mais de 50% dos respondentes indicam haver pessoas vivendo na pobreza como o problema mais sério no mundo e também no Canadá, apesar de o Canadá ocupar a posição 13 no ranking mundial do IDH. Em segunda colocação indicam para o Canadá a poluição ambiental com 20,2% e no mundo a falta de saneamento e doenças infecciosas. O fato de indicar como segundo problema a questão ambiental, reflete o que Inglehart e Welzel (2009), apontam como sociedades com valores de autoexpressão que têm mais presentes do que em sociedades com valores de sobrevivência, a preocupação ambiental. Ainda que as variáveis sejam apenas da quinta onda, uma pergunta é importante: a internacionalização canadense tem buscado contribuir para a redução desses problemas identificados pelos canadenses no próprio país e no mundo? Considerado o modelo adotado no país pautado no recrutamento de estudantes internacionais com capacidade econômica para pagar seus estudos no país, reproduzindo, pois, as desigualdades no mundo, então a resposta é não.

Outra variável que identifica valores sobre o entendimento da sociedade pelo indivíduo é a que trata do objetivo considerado o mais importante para o país (E001). Dentro de uma lista de opções do questionário do *survey*, os canadenses indicaram, nas três ondas, o nível elevado do crescimento econômico, como pode ser visto no Gráfico 27.

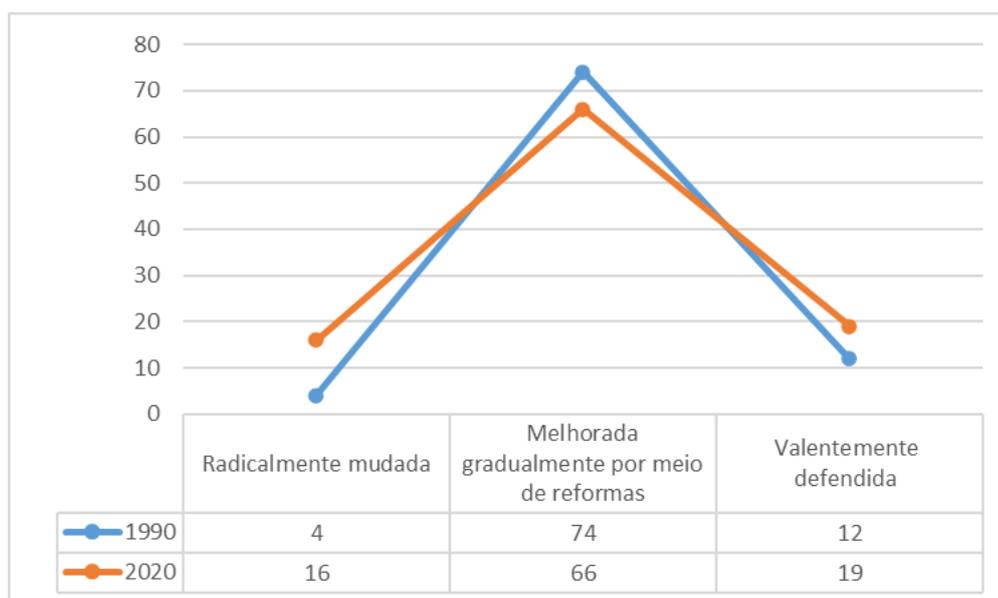
Gráfico 27: Opinião canadenses sobre objetivo mais importante do país - 1990 a 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Chama a atenção o objetivo posicionado em segundo lugar. Com percentual na casa dos 30%, os canadenses indicam a opinião das pessoas sobre como as coisas são feitas como objetivo importante para o Canadá. Ainda que seja subjetiva essa opção sobre opinar, evidencia valores aderentes às liberdades de expressão e representação dos indivíduos no desenvolvimento do país. Aprofundando o entendimento da opinião dos canadenses sobre a sociedade, a próxima variável questiona se os respondentes entendem que a sociedade precisa ser radicalmente mudada, ou gradualmente melhorada por meio de reformas ou então fortemente defendida (E034). O Gráfico 28 indica a opinião na segunda e sétima ondas.

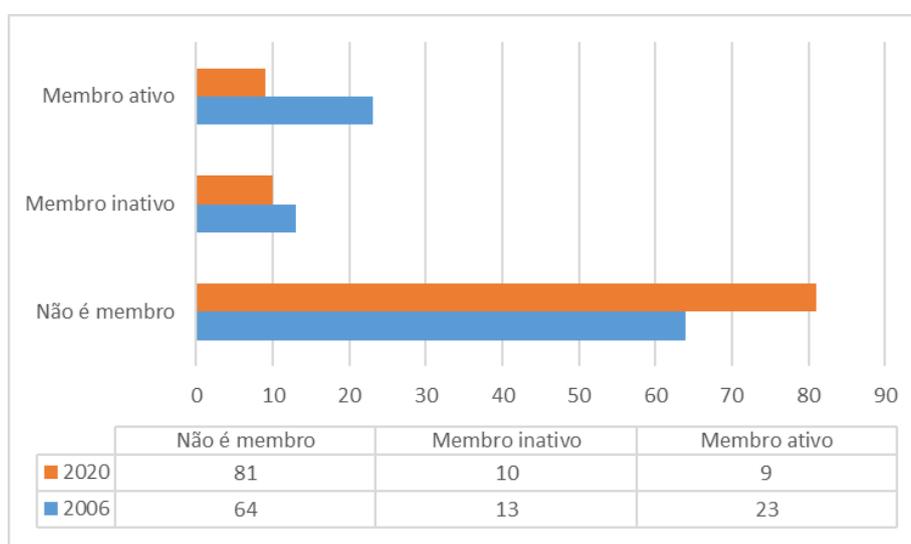
Gráfico 28: Atitudes canadenses sobre sociedade - 1990 e 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS.

Percebe-se que a opinião dos canadenses se mantém estável ao longo das décadas e que entre 60 e 70% entende que a sociedade precisa ser melhorada gradualmente por meio de reformas. Os atores dessas mudanças e quais reformas são consideradas necessárias é que não fica evidente e precisaria ainda ser aprofundado. Nesse sentido, o que conseguimos aqui, é buscar entender a atuação voluntária dos indivíduos. Para isso, usamos a variável que identifica se os canadenses atuam em organizações de arte, música ou educação (A100). Por meio do Gráfico 29 vemos o percentual de membresia nas ondas 5 e 7.

Gráfico 29: Membresia canadenses organização artes, música, educação – 2006 e 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados WVS

Há um alto e crescente percentual de respondentes que indicam a não membresia. De 64% em 2006, subiu para 81% em 2020 que evidencia que organizações destes temas, destacando aqui a educação, contam com pouco engajamento dos canadenses. Talvez estejam associadas a essa variável, a opinião dos canadenses do aumento de responsabilidade do governo por condições de vida à população, assim como, que as reformas necessárias para melhoria gradual da sociedade devam também ser feitas pelo governo e não por elas. Ainda relacionado ao entendimento da relação dos indivíduos e a sociedade, trazemos a última variável desse grupo que aborda como canadenses entendem a adoção de costumes do país como requisito à cidadania (G030). São 88,5% que acreditam ser importante ou muito importante e apenas 9,7% atribuem pouca importância. Cabe lembrar que, o grande quantitativo de imigrantes estrangeiros no país perpassa pela noção de adoção de costumes indicados nesta variável e, portanto, também é um elemento da internacionalização visto que o enfoque do Canadá é atrair estudantes internacionais.

Assim, desse último conjunto de variáveis de valores como parte do grupo “Pessoas e a sociedade” podemos indicar que:

- Os valores dos canadenses com relação à sociedade, no período que abrange a fase de “Recrutamento de estudantes internacionais”, respectivamente indicados nas ondas 2 e 5, apontam a importância do crescimento econômico do país, à necessidade de gradual mudança. Além disso, indicam como principal problema no país e no mundo haver pessoas vivendo na pobreza. Já relacionado à atuação individual enquanto membro voluntário de uma organização, os dados revelam pouco engajamento (23%).
- Já na fase “Estratégias internacionais” da internacionalização, a opinião dos canadenses relacionados à sétima onda, indicam que o aspecto econômico se mantém como objetivo mais importante do país, assim como a gradual mudança da sociedade. No entanto, sobre o papel do indivíduo através de membresia voluntária relacionada a organizações de arte, música ou educação, o percentual cai para apenas 9%. Assim, os canadenses parecem cancelar as estratégias de internacionalização com enfoque no desenvolvimento da sociedade a partir do enfoque econômico.

### **5.3.2 Etapa II- Valores e políticas públicas canadenses para internacionalização**

O capítulo anterior evidenciou que o governo federal canadense é um ator central na internacionalização do país. Por isso, aqui também buscamos analisar como políticas públicas são alinhadas, ou não, com os valores dessa sociedade. Ainda que a educação seja responsabilidade de cada província e território, nem todos os estados têm políticas próprias de internacionalização. Por isso, optamos pela escolha de políticas públicas de caráter federal para permitir abrangência de todo o país e instituições de ensino superior canadenses.

### **5.3.2.1 O *Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants Programme***

A primeira política pública a analisarmos é o *Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants Program* (LACREG). Criado e financiado pelo IDRC (*International Research Development Centre*), o programa era gerenciado pela AUCC / *Universities Canada*. O LACREG, manteve-se ativo de 1995 a 2016 e como o próprio nome indica, estava focado na promoção de colaborações de pesquisa entre pesquisadores canadenses e latino-americanos/ caribenhos<sup>44</sup> em áreas de mútuo interesse. Lembremos do capítulo anterior que o IDRC é um órgão público canadense que foi criado na fase da internacionalização denominada “cultura da paz” com o foco em apoiar e promover relações de pesquisa e colaborações do Canadá com os países em desenvolvimento. Já a *Universities Canada* é uma associação não governamental que busca representar as instituições de ensino superior canadenses no exterior.

Os objetivos do programa eram: 1- apoiar atividades de colaboração de pesquisas pequenas que contribuíssem à criação, disseminação e sustentabilidade de conhecimento para o desenvolvimento do processo em pelo menos uma das áreas prioritárias do IDRC; e, 2- ajudar a sustentar vínculos de pesquisa, atividades e resultados pelo comprometimento explícito das instituições parceiras para um plano de ação de pesquisa colaborativa. Ou seja, ainda que focado na contribuição do desenvolvimento de pesquisa internacional, prevaleciam as áreas de interesse do Canadá, enquanto país financiador, ainda que em pequena escala.

Em termos práticos, eram abertas chamadas públicas pela AUCC e os interessados, tanto canadenses quanto latinos e caribenhos, submetiam suas

---

<sup>44</sup> Os países aplicáveis eram: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

propostas de pesquisa colaborativa internacional abrangente a pelo menos uma instituição latina ou caribenha e outra canadense. Os itens financiáveis na proposta podiam contemplar: passagem aérea e transporte; acomodação; auxílio manutenção; formação em idioma; tradução; publicação; inscrições; equipamentos; custos técnicos; ou diárias. O valor máximo de apoio por projeto era de até 15 mil dólares canadenses, mas, de acordo com o relatório do LACREG elaborado por Dean Pallen em 2008, a média do valor aferido aos projetos aprovados era de apenas 6.500 dólares canadenses. Valor este que corrobora também a informação de que ao longo dos anos, a proposta do LACREG foi apoiar pequenas atividades de pesquisa colaborativa.

O LACREG foi constituído por sete fases. Na fase I (1995 a 1997) havia cinco categorias de financiamento e 68 propostas foram apoiadas. Em 1998 iniciou a fase II (até 2002) na qual foram revistas as categorias e os critérios de elegibilidade dos aplicantes, passando a ser focada no apoio à consolidação e criação de redes de parcerias internacionais entre pesquisadores acadêmicos. Neste período foram 56 propostas aprovadas e todas, relacionadas a uma ou mais áreas prioritárias do IDRC. A Fase III iniciou em 2003 (até 2005), priorizou o apoio à colaboração Norte-Sul também em propostas alinhadas a uma das 3 áreas prioritárias do IDRC e foram 61 projetos aprovados. (IDRC, 2016). Já a fase IV foi de 2006 a 2007 enquanto que a fase V foi de 2008 até 2011, tiveram respectivamente 38 e 34 projetos aprovados (AUCC, 2008; AUCC, 2011). Na Fase VI (2011 a 2014) foram 32 projetos aprovados envolvendo 20 instituições canadenses e outras 31 instituições da América Latina e Caribe envolvendo 12 países (AUCC, 2014). A fase VII (2013 a 2016) foram 28 projetos apoiados em 15 países, envolvendo 18 instituições canadenses e outras 32 da América Latina e Caribe (UNIVERSITIES CANADA, 2016). Ao longo dos 21 anos do LACREG, foram mais de 300 projetos apoiados com financiamento canadense na casa dos 3 milhões de dólares (IDRC, 2016).

Ainda que o LACREG compreenda a fase da internacionalização canadense do “recrutamento de estudantes internacionais”, evidencia um caráter de cooperação em pequena escala relacionada à fase anterior. Alguns aspectos que os relatórios de avaliação trazem são pertinentes aqui. Focado numa pesquisa de opinião qualitativa dos atores envolvidos em projetos, tanto canadenses quanto cubanos, colombianos e costa-riquenhos, o questionário para elaboração do relatório buscou saber se o LACREG teve impacto na criação de uma cultura de relação entre comunidades de

pesquisa do Canadá e da América Latina e Caribe, indo além do que os projetos propriamente indicam. Neste sentido, “*from the Canadian perspective, even if an institution does not have a strong or stated interest in LAC, a department or individual professors may have*” (PALLEN, 2008, p.7). Também, destaca-se que: “Given the lack of federal strategy and financial support for overall student and faculty mobility, the LACREG programme is a great example of what can be done when small grants are available (PALLEN, 2008, p.36). Ou seja, o programa está relacionado aos interesses individuais e não necessariamente fazem parte da estratégia macro de internacionalização da universidade ou do governo canadense e isso corrobora com o argumento desta tese sobre a importância das pessoas no desenvolvimento da internacionalização.

Entre os benefícios indicados no relatório estão também o desenvolvimento profissional, as habilidades como conhecimento de idioma, a criação de novos projetos, além da continuidade dos contatos e o desenvolvimento de respeito mútuo como elemento base nas colaborações entre pesquisadores canadenses e latinos ou caribenhos. “The strength of LACREG is the diversity of people, research areas and circumstances in which the grants are used “(PALLEN, 2008, p.10). Aqui fica evidente que essa política está alinhada aos valores dos canadenses entre as ondas 2 e 5 do WVS. Neste período indicam altos percentuais de confiança nos estrangeiros, além do sentimento de ser um cidadão do mundo. Também, os canadenses indicam a pobreza como o grande problema no mundo neste período. Isso nos leva a entender que estes valores estão alinhados com a atuação colaborativa em projetos financiados pelo LACREG. Lembremos ainda que “It is the only flexible short-term two-way mobility grant programme for graduate students and researchers wishing to go to LAC (PALLEN, 2008, p. 36). Ou seja, foi uma política que, ainda em pequena escala quantitativa de projetos e de investimentos pode-se dizer, alinhada aos valores da sociedade canadense no período.

### **5.3.2.2 O Vanier Canada Graduate Scholarships**

A segunda política a analisarmos é o *Vanier Canada Graduate Scholarships* (*Vanier CGS*). O *Vanier CGS* teve início em 2008 quando passou a integrar o orçamento federal dentro da estratégia de ciência e tecnologia do Governo do Canadá, iniciada em 2007. Esta estabeleceu um quadro plurianual para melhorar a competitividade internacional do Canadá a longo prazo por meio do aumento da oferta

de pessoal de pesquisa altamente qualificado no Canadá. Assim, o programa faz parte de um conjunto de programas federais de elite de desenvolvimento de capacidade de pesquisa. O conjunto começa com o apoio inicial aos alunos de pós-graduação através do *Vanier CGS*, progride para o treinamento de pós-doutorado através do programa *Banting Postdoctoral Fellowships* e continua através da progressão da carreira acadêmica (Cátedras de Pesquisa do Canadá de Nível 1 e 2) até o auge da carreira (Cátedras de Pesquisa de Excelência do Canadá). Juntos, esses programas têm como objetivo tornar o país mundialmente conhecido pela pesquisa de qualidade e pelo treinamento em pesquisa. Assim, atrair e reter as melhores mentes para inovar no Canadá é a prioridade do governo canadense por meio do *Vanier CGS*.

Operacionalmente, o programa é financiado pelas agências federais CIHR, NSERC e SSHRC e anualmente aproximadamente 166 bolsas são oferecidas e até 500 bolsas são mantidas concomitantemente ativas. O valor da bolsa é de 50 mil dólares canadenses por ano por candidato, representando um orçamento anual de aproximadamente 25 milhões de dólares para apoiar 500 estudantes de doutorado ativos. A duração da bolsa é de três anos não renováveis. Podem se candidatar cidadãos canadenses, permanentes residentes no Canadá ou estrangeiros. As instituições canadenses participantes do programa - no ciclo 2010/2012 foram 52 instituições aptas- têm cota de vagas para acolher estudantes com a bolsa de doutorado e estas, após uma pré-seleção interna, fazem a nomeação dos candidatos para a seleção nacional que é feita por uma comissão composta pelas presidências da *Tri-agency* e de deputados do ministério de Inovação, Ciência, e Desenvolvimento Econômico do Canadá.

A seleção ocorre conforme os objetivos do *Vanier CGS* que são: 1- atrair e reter talentos de doutorado de alto nível, tanto nacional quanto internacionalmente; 2- desenvolver o seu potencial de liderança; e 3- posicioná-los para o sucesso como líderes de pesquisa do amanhã. Assim, percebe-se que o programa está diretamente relacionado à fase da internacionalização canadense de recrutamento de estudantes internacionais qualificados e mantê-los no país, assim como, às razões do processo no país, como manter a competitividade internacional. No entanto, o primeiro relatório do programa, elaborado em 2014, indica que o *Vanier CGS* ainda não conseguiu apoiar a atração de estrangeiros visto que 93% dos bolsistas já eram residentes ou estudavam no Canadá (CIHR, 2014). Isso porque "*The role of the Vanier scholarship as a recruitment tool for Canadian and foreign students is furthermore limited by the*

*reluctance of supervisors to nominate students with whom they have not yet worked with*" (CIHR, 2014, p.24). Ainda que a bolsa seja atrativa aos candidatos, ainda assim, é o papel do professor e seus valores que determina o filtro na nomeação, ou não, dos candidatos à bolsa. Portanto, fica evidente que o papel das pessoas e os valores de confiança interpessoal são importantes para o atingimento de metas de políticas públicas como é o caso do *Vanier CGS*.

Lembremos que o período da análise do programa coincide com as ondas 5 e 7 do WVS. Na onda 5, 73% dos canadenses indicaram confiar nos estrangeiros e esse índice aumentou para 82% na onda 7 o que, a priori, indica alinhamento entre valores dos canadenses e essa política. Isso alerta à possibilidade de que no meio acadêmico o percentual na variável confiança em estrangeiros seja ainda menor do que o identificado na dimensão macro da pesquisa WVS, dado o alto grau de competitividade existente dentro da academia. Mas esse é um ponto passível de novas investigações mais aprofundadas sobre a relação entre valores e internacionalização.

O relatório traz ainda o dado das motivações dos bolsistas em continuarem no Canadá após o término da bolsa. "*Over 90% of both Canadian and foreign students indicated that quality of life is the most important factor in their decision to stay in or leave Canada after they graduate*" (CIHR, 2014, p. 22). Aspectos familiares e estrutura de pesquisa foram indicadas, respectivamente, como segunda e terceira motivação para ficar no Canadá. Ou seja, a opinião dos bolsistas está alinhada com a variável de valor sobre satisfação com a vida e valores de sobrevivência como importante elemento a ser considerado em políticas de internacionalização.

Os dados do relatório indicam ainda, que de 2008 a 2012 foram 2.120 inscrições. Dessas 1.317 foram nominadas pelas universidades canadenses e apenas 830 alunos foram selecionados e destes, 22 desistiram. Também, dos que já concluíram o doutorado, 74% estão trabalhando em universidades canadenses, evidenciando uma considerável capacidade de retenção no país. Além disso, a opinião dos supervisores de pesquisa indica que os bolsistas *Vanier CGS* apresentam habilidades diferentes dos demais doutorandos, como é o caso de liderança e qualidade na pesquisa, produtividade nas publicações, capacidade de criar relações colaborativas, habilidades de ensino, entre outros aspectos relacionados a serviços acadêmicos. Para além desses aspectos que indicam alinhamento com os objetivos dessa política canadense, é pertinente considerar que ela replica o modelo *top-down*

de internacionalização, gerenciado pelo governo federal através da *Tri-agency*. Acreditamos que nesta e noutras políticas de internacionalização canadenses, as universidades e comunidades acadêmicas também precisam ser entendidas como atores importantes.

### **5.3.3 Etapa III- Testagem da correlação entre valores e a mobilidade internacional canadense**

Pudemos ver até aqui que a sociedade canadense é formada por valores de autoexpressão e passou de valores tradicionais para seculares. Com base nisso, canadenses apresentam altos índices de satisfação na vida, de orgulho da sua nacionalidade, confiam bastante nos estrangeiros, atribuem à ciência um importante papel, mas, poucos são engajados em organizações da sociedade. Já na internacionalização, o Canadá tem focado massivamente no modelo de recrutamento de estrangeiros, e poucos esforços têm sido empregados em sentido contrário como ficou evidente nas políticas analisadas nas seções anteriores. Entender se os valores dessa sociedade estão associados ao modelo de internacionalização adotado no Canadá é o que esta etapa de testagem de correlação busca analisar.

Nesse sentido, a exemplo do que foi elaborado sobre o Brasil, realizou-se teste de correlação por meio do emprego do coeficiente de Pearson das mesmas cinco variáveis de valores WVS, com dados da mobilidade internacional do Canadá disponibilizados pela UNESCO. Aqui, no entanto, focamos nos dados agregados da mobilidade *inbound* devido ao enfoque dado neste país e, na *outbound* para a compreensão dos valores daquela sociedade.

Na correlação das variáveis do “grupo individual” a primeira testagem é feita entre as variáveis “orgulho da nacionalidade (G006)” com a “mobilidade *outbound*” e após com “mobilidade *inbound*”. Constatou-se na primeira uma correlação negativa fraca ( $r = -0,025$ ), enquanto na segunda uma correlação positiva moderada ( $r = 0,548$ ). Tais resultados indicam que na medida em que aumenta o grau de insatisfação dos canadenses quanto à sua nacionalidade, aumenta também tanto o número de pessoas que estudam no exterior, quanto o de estrangeiros que estudam no país. Ainda que pareçam contraditórios os resultados dessas correlações, cabe lembrar que estas não são significativas. O fato de a insatisfação dos canadenses ser relativamente baixa pode estar associado a tal resultado. Além disso, vale lembrar do foco migratório que está atrelado à atração de estrangeiros, podendo assim, a variável

de orgulho da nacionalidade representar pouca atribuição de sentido diante de tais resultados moderados.

Já no segundo teste da correlação entre as variáveis de “Satisfação na vida (A170)” e também “mobilidade *outbound*” e “mobilidade *inbound*”, constatou-se, respectivamente, uma correlação negativa forte ( $r = -0,852$ ) e uma correlação negativa muito forte significativa ( $r = -0,998^*$ ). Isso evidencia que na medida em que ocorre diminuição da satisfação de vida dos canadenses aumenta a mobilidade internacional no país nos dois fluxos. Por isso, podemos dizer que a mobilidade internacional canadense está correlacionada com valores de satisfação com a vida.

Já o teste da correlação entre a variável “Confiança de pessoas em outra nacionalidade (G007\_36\_B)” e “mobilidade *outbound*” e a “mobilidade *inbound*” busca elucidar o “grupo relacional”. Os dados revelam em ambas as testagens uma correlação negativa significativa ( $r = -1,000^{**}$ ). Ou seja, quanto menor o grau de desconfiança dos canadenses em pessoas de outra nacionalidade, maior é o índice de mobilidade internacional *outbound* e *inbound* no país. Lembremos que os dados das ondas 5 e 7 do WVS indicam que o grau de confiança dos canadenses em estrangeiros é considerável e pode-se dizer estável, característicos de uma sociedade com valores de autoexpressão. Também, os caminhos da internacionalização com atração de estrangeiros ao país são “facilitados” por esses valores da sociedade canadense, tal qual indica que seria a mobilidade *outbound*, se fosse incentivada pelo governo do Canadá, como bem evidencia a análise do LACREG da sessão anterior.

Já no “grupo institucional” o teste da correlação é feito entre as variáveis de “mobilidade *outbound*”, “mobilidade *inbound*” e a “responsabilidade do governo versus do indivíduo para oferecer boas condições de vida (E037)”. Aqui tem-se, respectivamente, uma correlação positiva muito forte significativa ( $r = 0,999^*$ ) e uma correlação positiva forte ( $r = 0,852$ ). Ou seja, quanto mais os canadenses atribuem responsabilidade ao governo em promover boas condições de vida, também maior é o quantitativo de mobilidade. Os resultados dessa testagem de correlação evidenciam que a sociedade legitima o papel do Governo canadense como ator central na promoção do modelo de internacionalização do país baseado no discurso da prosperidade do país.

Já no “grupo social” é testada a correlação entre as variáveis “mobilidade *inbound*”, “mobilidade *outbound*” e “membrosia voluntária de organizações de artes, música ou educação (A100)”. Os resultados indicam correlação negativa e significativa

( $r = -1,000^{**}$ ). Ou seja, quanto menos os canadenses se engajam em associações dessa natureza, maiores são os índices de mobilidade. Assim, a crescente atribuição de responsabilidade ao governo em promover qualidade de vida às pessoas e melhoria na sociedade parecem ser atribuições alheias à responsabilidade dos canadenses no engajamento em instituições de educação, por exemplo. Para tanto, a partir dessa correlação a mobilidade internacional no Canadá e dos canadenses parece estar descolada do paradigma cooperativo da internacionalização pois fica evidente o caráter normativo que a internacionalização tem no país.

Embora pareçam indicar contradições ou erros na testagem os resultados da correlação da mobilidade *inbound* e *outbound* que indicam similaridade, são antes de tudo, evidências de que os fluxos de entrada e saída de pessoas de um país são parte de uma mesma sociedade dotada de valores. Assim, compreender, por exemplo, que a confiança em pessoas de outras nacionalidades é parte inerente do processo de internacionalização, independente do fluxo da mobilidade, é caminho para entender que o indivíduo e suas relações são a base do seu desenvolvimento. Para tanto, também no caso canadense, consideradas as testagens de correlação entre as variáveis de valores e os dados da mobilidade *outbound* e *inbound*, percebe-se que os valores da sociedade canadenses estão associados ao formato e aos resultados da internacionalização no país, nos termos do que indica a hipótese desta tese. É, no entanto, um equívoco afirmar, do ponto de vista estatístico, a existência de correlação entre as variáveis observadas dado o pequeno número de casos testados. No entanto, as informações desta etapa vão ao encontro de todas as informações da tese e, embora não sirvam de comprovação de correlação per se, corroboram as etapas anteriores da avaliação qualitativa e, portanto, contribuem e constituem parte da construção do argumento da tese.

#### **5.4 Conclusão**

Neste capítulo é feita a análise dos casos brasileiro e canadense. Mais precisamente, dedicamo-nos à análise empírica das variáveis de valores e de internacionalização de Brasil e Canadá a fim de identificar a existência de relações entre elas, pondo à prova a hipótese do estudo. Por meio de três etapas, as definições metodológicas adotadas e apresentadas na primeira sessão, conduzem o desenvolvimento dos procedimentos da análise sobre cada país. A primeira apresenta o conjunto de variáveis de valores e as relaciona qualitativamente às distintas fases

da internacionalização. A segunda etapa se dedica a descrever algumas políticas públicas de internacionalização de cada país, e discorre sobre o alinhamento destas aos valores da respectiva sociedade. Já a terceira etapa, é dedicada ao aprofundamento da análise por meio da testagem de correlação entre algumas das variáveis de valores e dados da mobilidade *inbound* e *outbound* de ambos os casos.

Todo o desenvolvimento e organização da análise está baseado no esquema de agrupamento de variáveis constituídas por quatro “grupos de variáveis de valores e dimensões da internacionalização” (ver Figuras 5 e 6), denominadas como: individual, relacional, institucional e social. Tal composição atribui sentido aos argumentos da tese apontados nos capítulos anteriores sobre a construção da abordagem *bottom-up* da internacionalização baseada em valores.

A análise do caso brasileiro, a partir das variáveis de valores observadas, evidenciou na etapa I que: no “grupo individual” ocorreram algumas mudanças de valores durante as ondas como a ampliação na visão de mundo dos brasileiros, mas, a diminuição na satisfação na vida, mostrando relativo alinhamento com as fases da internacionalização; já no “grupo relacional” a baixa confiança dos brasileiros em outras pessoas, incluindo estrangeiros, corrobora com a internacionalização do país marcada pelo desafio da mobilidade *inbound*, assim como, a criação de interações internacionais sólidas; no “grupo institucional” a crescente expectativa dos brasileiros de o Estado promover melhorias, apesar da crescente desconfiança no governo e alta confiança nas universidades, indica convergência entre valores e as fases da internacionalização; e, no “grupo social” fica evidente que os brasileiros têm valores de pouco engajamento com a mudança da sociedade e, portanto, refletem incongruência com o sentido da internacionalização de promover mudança ao país. Já na etapa II, as políticas públicas analisadas evidenciam, em termos gerais, um desalinhamento entre os propósitos das políticas e seus resultados. Os valores dos brasileiros analisados nos quatro grupos servem de evidências desse descompasso. Por fim, na etapa III, os testes de correlação entre a mobilidade *outbound* e as variáveis de valores analisadas indicam considerável associação, comprovando assim, a hipótese da tese para o caso brasileiro.

Na análise do caso canadense, os principais elementos de cada etapa da análise são apontados na sequência. Na etapa I, ficou evidente que: no “grupo individual” os valores indicam elevados graus de satisfação na vida e ampla aceitação de estrangeiros evidenciando alinhamento com a internacionalização do país; já no

“grupo relacional” a considerável confiança em pessoas de outra nacionalidade corrobora com o processo de recrutamento e acolhida de estrangeiros no Canadá; no “grupo institucional” os canadenses indicam crescente confiança no governo e elevada confiança nas universidades, indicando alinhamento com o papel do Governo Federal e das universidades no processo; e, no “grupo social” fica evidente que os canadenses têm valores de pouco engajamento com a mudança da sociedade, atribuem importância ao aspecto econômico enquanto objetivo do país e, portanto, refletem congruência com o modelo recrutador e comercial da internacionalização no país. Ainda na análise do Canadá, a etapa II indica que as políticas públicas estudadas estavam, em grande medida, alinhadas aos valores da sociedade canadense. Já na etapa III as correlações testadas apresentam associações significativas entre as variáveis de mobilidade *inbound* e *outbound* com as variáveis de confiança em estrangeiros, de atribuição de responsabilidade ao governo, e membresia voluntária em organizações como educação. Aqui igualmente os valores dos canadenses legitimam o modelo de internacionalização em curso no país e comprovam a hipótese proposta.

## 6 CONCLUSÃO

A tese cumpriu com seus objetivos de buscar compreender a relação entre os valores de uma sociedade e seu processo de internacionalização da educação superior. Pautada na análise de Brasil e Canadá enquanto casos empíricos estudados, a pesquisa, ao longo do seu desenvolvimento, buscou dar respostas ao problema de pesquisa: qual a relação entre os valores de uma sociedade e o processo de internacionalização da educação superior no país? O argumento central manteve-se concentrado na importância das pessoas e suas relações para a construção de novas bases explicativas ao fenômeno da internacionalização por meio da construção do que denominamos “abordagem *bottom-up*”. Essa elaboração decorre de uma aproximação interdisciplinar tendo como base os postulados da Cultura Política sobre valores.

O primeiro capítulo trouxe evidências da proximidade entre a Cultura Política e a internacionalização. A discussão é construída a partir do entendimento de que a literatura sobre a Internacionalização tem sido com demasiado enfoque institucionalista. Ao tratar especificamente dos dois paradigmas da internacionalização, o econômico e o cooperativo, vimos que estes são orientados por instituições internacionais, mas, nenhum tem explicitamente considerado as pessoas e seus valores. Vimos que Canadá e Brasil representam, respectivamente, tais paradigmas. Assim, a partir dos postulados da Cultura Política sobre o entendimento de que os valores são elemento central e constituinte das sociedades, é iniciada a aproximação interdisciplinar. A partir disso, servindo como alicerce para o restante da tese, os elementos convergentes e complementares apresentados no texto, servem de amarras interdisciplinares empíricas e solidificam o argumento sobre a importância das pessoas. Lembremos que a internacionalização é defendida aqui como sendo um processo educacional, social e político visto que é constituído por pessoas, instituições e relações de poder.

No segundo capítulo, foi discutida a matriz teórico-conceitual da tese. Para compreender as pessoas e suas relações na internacionalização, nos valem das discussões sobre valores, socialização política e definição de cidadão. Lembremos que a acepção de valor utilizada é a de Rokeach (1968) enquanto ‘modos de conduta social e crenças duradouras que são internalizadas e orientam a ação e mantêm atitudes e julgamentos em relação a objetos e situações para justificar suas próprias

ações e atitudes e dos outros'. Assim, os valores são entendidos aqui como elemento constituinte da atuação dos indivíduos. Estes, por sua vez, desenvolvem-se como seres sociais a partir do processo de socialização e assim, compõem uma dada sociedade. Os valores de uma sociedade são entendidos nesta tese como um construto social e o processo de internacionalização é parte inerente.

Tal embasamento teórico guiou-nos durante a revisão da literatura sobre a internacionalização e evidenciou a importância de interpretar o processo baseado em valores. A pesquisa aponta as limitações conceituais da internacionalização devido ao demasiado enfoque institucionalista, o caráter normativo e a ausência do entendimento aprofundado das pessoas e suas relações. Isso nos leva a concluir que há uma “omissão cultural” na literatura. Nesse sentido, reforça-se a proposta da criação da abordagem *bottom-up* servindo como “olhar cultural” servindo de evidência e novo caminho interpretativo da internacionalização. Outro achado diz respeito aos tipos de relações - horizontal - igualitária; vertical- hierárquica/ busca da excelência ou vertical- hierárquica/ ser referência - que orientam pessoas, instituições e países na internacionalização gerando a “falácia da cooperação”. Com base nisso, uma das contribuições da tese é a elaboração do triângulo da internacionalização (ver Figura 3) que elucida os componentes de ambas as abordagens, a *top-down* e a *bottom-up*.

O terceiro capítulo dissertou sobre os casos de Brasil e Canadá. A inicial contextualização da formação étnico-cultural serviu como embasamento à compreensão tanto da internacionalização quanto dos valores dessas sociedades. Em seguida, dedicamo-nos ao aprofundamento do estudo da internacionalização de cada país. Partimos da apresentação das estruturas de educação superior às fases da internacionalização, ao entendimento sobre os atores e as razões do desenvolvimento do processo de cada país. Uma das contribuições dessa pesquisa à literatura é a complementação das fases da internacionalização referente a ambos os países, haja vista o recorte temporal do estudo.

Ficou evidente ao longo da construção desse capítulo, que apesar das diferenças entre Brasil e Canadá o Estado/ governo federal tem sido ator central no desenvolvimento da internacionalização. Conclui-se daí, uma clara importância desse tema para a política, evidenciando ser um campo a ser explorado em estudos da Ciência Política. Outro aspecto relevante foi a evidência da mobilidade de estudantes ser a força motriz do processo e em ambos os países. Enquanto Brasil é entendido como emissor e Canadá como receptor (ver Gráficos 3 e 6), cabe lembrar que os

países de origem e destino do fluxo *inbound* e *outbound* são ligeiramente diferentes (ver Quadros 9 e 12) e ambos se configuram como países com processo *top-down* (ver Figura 4). Já no que concerne aos valores dessas sociedades, são apenas apontamos elementos gerais que indicam o posicionamento dos países nos quadrantes do Mapa Cultural Mundial de Inglehard e Welzel (2009), ficando o Brasil posicionado com valores de sobrevivência e tradicionais enquanto que Canadá na dimensão de valores de autoexpressão e passando na onda 7 para valores seculares (ver Gráficos 5 e 6).

Já o quarto capítulo dedicou-se à análise da relação entre valores e a internacionalização de Brasil e Canadá. A partir do que fora discutido e apresentado nos capítulos anteriores, construiu-se uma composição de operacionalização da análise por meio do agrupamento das variáveis de valores. Os quatro “grupos de variáveis de valores e dimensões da internacionalização” (ver Figuras 5 e 6), denominadas como: individual, relacional, institucional e social, integram a construção da abordagem *bottom-up* e são entendidos como uma importante contribuição da tese por poder vir a servir de referência para outros estudos da internacionalização baseados em valores. Com base nesses grupos, foram desenvolvidas as três etapas da análise de cada país. Na primeira é analisado qualitativamente o conjunto de variáveis de valores WVS e sua relação com as fases da internacionalização. Na segunda é debatido sobre o alinhamento de políticas públicas de internacionalização com os valores da respectiva sociedade. E, na terceira etapa, é realizada a testagem da correlação entre variáveis de valores e dados da mobilidade *inbound* e *outbound* de ambos os países.

No caso brasileiro, a primeira etapa da análise indica relativo alinhamento dos valores dos brasileiros com as fases da internacionalização decorrente de variáveis como a diminuição na satisfação na vida no grupo individual; baixa confiança em estrangeiros no grupo relacional; aumento na expectativa do Estado promover melhorias no grupo institucional; e, pouco engajamento com a mudança da sociedade no grupo social. Já na segunda fase, que analisou três políticas públicas, concluímos que o descompasso entre os resultados e os propósitos estão relacionados aos valores dos brasileiros. Corroborando, os testes de correlação indicam considerável associação entre as variáveis analisadas.

Já no caso canadense, a primeira etapa indica elevados graus de satisfação na vida no grupo individual; considerável confiança em estrangeiros no grupo relacional;

crescente confiança no governo e nas universidades no grupo institucional; e, pouco engajamento com a mudança da sociedade e atribuem importância ao aspecto econômico para o país no nível social. Já na segunda etapa, as duas políticas públicas indicam relativo alinhamento aos valores dos canadenses e a terceira etapa indica associações significativas na testagem da correlação. Destaca-se que os apontamentos pormenorizados dos resultados específicos de cada país estão indicados na seção de conclusão do referido capítulo.

Com vistas a ilustrar os resultados obtidos na análise e retomar a hipótese da tese de que os “os valores de uma sociedade determinam o formato e os resultados do processo de internacionalização da educação superior de um país”, percebe-se que de fato os valores de canadenses e brasileiros estão associados aos modelos e resultados de internacionalização nestes países. Ficou evidente que valores relativos à confiança em pessoas de outras nacionalidades e também em instituições como governo e universidades são variáveis integrantes da composição do processo de internacionalização. Assim, a pesquisa evidencia que não apenas os valores importam para internacionalização, mas as pessoas são atores relevantes para o processo e, como tal, devem ser considerados. Também vimos que políticas públicas para a internacionalização tendem a ter melhores resultados à sociedade quando são baseadas em evidências de valores, tal qual Corrêa (2012) indica.

Como contribuição desta pesquisa a ambas as disciplinas, entendemos que na Ciência Política, buscamos reforçar a importância do diálogo com o campo da educação internacional, algo inédito até então. Já na internacionalização, as contribuições desta tese se pautam sobretudo no desenvolvimento da abordagem *bottom-up* e no entendimento da importância dos valores ao processo. Espera-se que a presente tese venha a contribuir com o entendimento e construção de políticas públicas de internacionalização sem desprezar os valores da sociedade, dada a sua relação aqui evidenciada. Ainda que pareça utópica essa percepção considerando o que Weiss (2014) aponta em seu estudo sobre o sentido dos resultados das pesquisas ao indicar que raramente tomadores de decisão são receptivos aos resultados de pesquisas das ciências sociais, espera-se minimamente que esta pesquisa possa servir como ponto de partida a novas e mais sofisticadas interpretações interdisciplinares que aproximem a Cultura Política da internacionalização.

Tal otimismo decorre dos resultados dessa pesquisa que se mostram pertinentes e promissores à continuidade dos debates para ambas as disciplinas. Na

internacionalização, sugere-se o uso e aprimoramento do debate sobre valores e internacionalização em diferentes países com emprego de outras metodologias, outros recortes longitudinais, outras variáveis. Igualmente, a ampliação das interpretações que consideram este um processo político sob a ótica da Cultura Política assim como de outras correntes da Ciência política como o institucionalismo, o estudo das elites e assim por diante. Na Cultura Política igualmente recomenda-se a expansão das discussões interdisciplinares para novas interpretações que considerem o processo de desenvolvimento humano e formação de valores não apenas como algo limitado ao escopo geográfico de um país, mas, sim, do entendimento do que é essência da sociedade mundial atual: as relações entre indivíduos de diferentes partes do mundo. Em termos práticos, a inclusão de uma pergunta na próxima onda da pesquisa WVS que busque identificar eventual experiência dos indivíduos no mundo, pode vir a contribuir ao entendimento dos valores em perspectiva mundial. Afinal, as pessoas já não estão mais isoladas em espaços geográficos, nem o processo de socialização respeita as fronteiras de cada país.

Os resultados da tese também permitem refletir sobre alguns conceitos indicados nos capítulos anteriores. Vimos, por exemplo, que o benefício à sociedade, conforme preconiza o conceito de De Wit *et al.* (2015), em verdade é algo subjetivo e sem caráter de efetividade nos dois países estudados devido ao papel do Governo/Estado e aos valores dessas sociedades. A internacionalização é, pois, um instrumento político. Assim, a tese refuta o aspecto normativo como é posto nesse conceito de que a internacionalização serve para beneficiar a sociedade. Como pôde ser visto no caso brasileiro, ela pode criar majoritariamente benefícios individuais decorrente dos valores da sociedade.

Igualmente é refutado o conceito de Ledger e Kamalilak (2020) pois, quando as autoras criticam o enfoque econômico do processo levando-as a propor o conceito de “*Conscientious internationalisation*”, o caso canadense evidencia que os valores dessa sociedade conversem com as motivações econômicas adotadas na internacionalização do país por meio da política de recrutamento de estrangeiros que injeta bilhões na economia do país. Conclui-se, a partir disso, que a normatividade desses conceitos recai na armadilha do esvaziamento de sentido quando considerados os valores da sociedade. Para tanto, a presente tese sugere a ampliação das discussões sobre o conceito de internacionalização a partir do

entendimento que esse é um processo político e que os indivíduos são parte de seu desenvolvimento. Talvez Ledger e Kamalilak devessem incluir mais um “P” de *Politics* como parte do entendimento macro do processo.

Os resultados decorrentes da escolha de analisar apenas duas sociedades, a brasileira e a canadense, não restringem a aplicabilidade do método da pesquisa apenas a estes países. Recomenda-se a utilização dos quatro grupos de variáveis, assim como, dos triângulos que indicam a composição das abordagens *bottom-up* e *top-down* da internacionalização, salvaguardadas os contextos e variáveis de valores da referida sociedade analisada. Utilizar a estrutura da presente tese como padrão de análise da relação de valores e internacionalização em outros países exige alguns cuidados de ordem teórica, metodológica e empírica. Isso porque a análise de Brasil e Canadá representam perspectivas opostas da internacionalização como nações “ativas” e “passivas” nos termos de Lima e Contel (2011), ou ainda do Norte e do Sul global, ou então “receptora” e “emissora” em referência à mobilidade. Isso pode fazer surgir a falsa impressão de que podemos obter os mesmos resultados relacionados às sociedades indicadas no Mapa Cultural Mundial de Inglehard e Welzel (2009) nos mesmos quadrantes que Brasil e Canadá se encontram.

Por fim, as conclusões e apontamentos tirados desse estudo não são definitivos, nem se esgotam aqui. Muito ficou de fora. Para além do objetivo central da tese de entender a relação entre valores e a internacionalização, o seu desenho e resultados indicam duas necessidades urgentes de discussão conceitual sobre a internacionalização, às quais poderão vir a ser objeto de novas teses. Uma delas é a abordagem sobre o sentido universal da internacionalização a partir do entendimento substancial do processo. A outra é a necessidade de uma delimitação clara das interpretações e definições do que vem sendo comumente e, a nosso ver erroneamente tratadas como sinônimo. Recrutar alunos estrangeiros é uma ação política com interesse comercial e migratório e não internacionalização. Promover a mobilidade ao exterior sem resultados científicos ao país, é turismo, e não internacionalização. Assim, espera-se que as constatações desta tese abram espaço para novas abordagens no campo teórico e prático acerca da importância dos indivíduos e seus valores para o desenvolvimento do processo de internacionalização da educação, em países de todo o mundo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Joana R. de. **O PDEE e o doutorado no país sem estágio no exterior:** uma análise de aspectos da produção intelectual de docentes da pós-graduação em Educação e em Letras & Linguística. Brasília: Universidade de Brasília. [dissertação de mestrado em Educação], 2009.
- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro.** Rio de Janeiro: Record, 2ed., 2007.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **La Cultura Civica – Estudio sobre la Comparación Política Democrática en Cinco Naciones.** EURAMERICA, S.A., Madrid, 1970.
- ALMOND, Gabriel. **The Civic Culture Revisited.** Newbury Park: Sage Publications, 1980.
- ALTBACH, P. G.. **Perspectives on Internationalizing Higher Education.** International Higher Education. n. 27, Spring, 2002.
- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, Jane. **The internationalization of higher education: Motivations and Realities.** Journal of Students in International Education. Sage Publications, v.11, p.290-305, 2007.
- ANDREOTTI, Vanessa. Soft versus critical global citizenship education. **Policy and Practice: A Development Education Review**, Vol. 3, Autumn, p. 40-51, 2006.
- ANDREOTTI, Vanessa; S. THIAGO, Elisa; e STEIN, Sharon. **Reflections on symmetries and asymmetries in the internationalization of higher education in Brazil and Canada.** Comparative and International Education/ Éducation Comparée et Internationale. v.47, Iss.1. Article 2, Aug. 2018.
- AUCC. Association of Universities and Colleges of Canada. **Canada`s Universities in the World: AUCC Internationalization Survey.** 2014. Disponível em: [www.aucc.ca](http://www.aucc.ca). Acesso em 20 mar.2024.
- AUCC. Association of Universities and Colleges of Canada. Final Technical Report. Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants Program. Sep.2008.
- AUCC. Association of Universities and Colleges of Canada. **Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants (LACREG) Program - Phase V (2008-2011).** Final Technical Report. Feb. 2012.
- AUCC. Association of Universities and Colleges of Canada. **Partnerships for Knowledge.** Highlights from Phase V (2008-2011) of the Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants (LACREG) Program.
- AUCC. Association of Universities and Colleges of Canada. **Knowledge creation through international collaboration.** Highlights from Phase 6 (2011-2014) of the Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants (LACREG) Program.
- AUCC. Association of Universities and Colleges of Canada. **Collaborative Research Partnerships:Tackling Challenges Together.** LACREG Phase 7:By the numbers.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa tipo survey.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1991.

BANKS, J.. **Teaching for social justice, diversity and citizenship in a global world**. The Educational Forum, 2004.

BAQUERO, Marcello (Org.). **Cultura Política e Democracia: Os desafios das Sociedades Contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994, p. 42-54.

BAQUERO, Marcello. **Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo Perspec., vol.15, no.4, São Paulo, oct.dec. 2001.

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação da cultura política participativa**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, n21, p. 83-108, nov. 2003.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de O. e RANINCHESKI, Sônia. **A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 87-106, jan.-abr. 2018.

BARBOSA, Maria L. de O.; NEVES, Clarissa E. B. **Internacionalização da educação superior: instituições e diplomacia do conhecimento**. Sociologias, Porto Alegre, ano 22, n. 54, maio-ago 2020, p.22-44.

BARKER, Chris. **The SAGE Dictionary of Cultural Studies**. SAGE Publications, London, 2004.

BARTELL, M. **Internationalization of universities: A university culture-based framework**. Higher Education, 45 (1), 2003, p. 43-70.

BASÁÑEZ, Miguel E. **A world of Three Cultures: Honor, Achievement and Joy**. New York: Oxford University Press, 2016.

BEELEN, J. **Internationalisation at Home**. Guide of Practices Tempus Corithian. Project nº159186-2009-1-BE-SMGR, 2013.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BELL, Daniel. **Las contradicciones culturales del capitalismo**. Madrid:Alianza, 1996.

BILODEAU, A.; WHITE, S. Trust among Recent Immigrants in Canada: Levels, Rots and Implications for Immigrant Integration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 42:8, Oct. 2015.

BIRCHARD, K. **Canada Starts a 'Branding' Campaign to Help Universities Recruit More Foreign Students**. The Chronicle of Higher Education. Novembro 2009. Disponível em: <http://chronicle.com/daily/2007/11/828n.htm>.

BIZER, George Y. **Attitudes**. Encyclopedia of Applied Psychology. Volume 1. Elsevier Inc., 2004. p.245-249.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOND, S.L., SCOTT, J.T. From reluctant acceptance to modest embrace: Internationalization of undergraduate education. In: S. L. Bond & J. Lemasson (Ed.), **A new world of knowledge: Canadian universities and globalization**. Ottawa, Ontario, Canada: International Development Research Centre, 1999, p.45-76.

BRANDENBURG, Uwe *et al.* **Internationalisation in higher education for society**. University World News, issue 548, 20 Ap.2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). **Censo da Educação Superior 2021**. Brasil, Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 20 jun.2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020** [recurso eletrônico]. – Brasília, 2022.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Infocapes: **Boletim Informativo da CAPES**. v. 10, n. 4. Brasília: CAPES/MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação- PNPG 2011-2020. Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A Internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES**. Brasília, Out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Decreto no 742/2011. Programa Ciência sem Fronteiras**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE)**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-doutorado-sanduiche-no-externo-pdse> . Acesso em: 12 dez.2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2020**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CABRERA, Valéria Cabreira. **A teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart: uma defesa normativa da teoria liberal da democracia**. 2021. 342f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

CANADA. Canadian Institutes of Health Research. **Evaluation of the Vanier Canada graduate Scholarships Program: Final Report 2014**. Disponível em: <https://cihr-irsc.gc.ca/e/documents/vanier-evaluation-report-en.pdf> . Acesso em: 20 jan.2024.

CANADA. **Vanier Canada graduate Scholarships**. Disponível em: <https://vanier.gc.ca/en/home-accueil.html>. Acesso em: 12 jan.2023.

CANADIAN BUREAU FOR INTERNATIONAL EDUCATION. **Branding Canadian Education**. Sainab Kizilbash. CBIE Research Series. 2011. Disponível em: [www.cbie.ca](http://www.cbie.ca). <file:///C:/Users/Cristiana/Downloads/CBIE-research-Kizilbash-EN-FINAL.pdf> Acesso em 23 de maio de 2020.

CANADIAN BUREAU FOR INTERNATIONAL EDUCATION. **A World of Learning. Canada's Performance and Potential in International Education**. CBIE Research Series. 2016. Disponível em: [www.cbie.ca](http://www.cbie.ca). [file:///C:/Users/Cristiana/Downloads/Report\\_Research\\_Flagship\\_2013\\_EN.pdf](file:///C:/Users/Cristiana/Downloads/Report_Research_Flagship_2013_EN.pdf) Acesso em 23 de maio de 2020.

CANADIAN BUREAU FOR INTERNATIONAL EDUCATION. **Organizational Culture and Internationalization: A Brief Literature Review**. Alison Nussbaumer. CBIE Research Series. 2013. Disponível em: [www.cbie.ca](http://www.cbie.ca). <file:///C:/Users/Cristiana/Downloads/CBIE-research-Kizilbash-EN-FINAL.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020.

CANADIAN BUREAU FOR INTERNATIONAL EDUCATION. **Motivations and perspectives of 100 Brazilian students at Canada's post-secondary institutions**. CBIE Research Series. 2013. Disponível em: [www.cbie.ca](http://www.cbie.ca). <file:///C:/Users/Cristiana/Downloads/CBIE-research-Kizilbash-EN-FINAL.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020.

CANOVAN, Margaret. **The people**. In: DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne (Org). *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford University Press. 2006. p. 349-\_\_.

CAPISTRANO, Daniel Jaime. **A imagem do Leviatã: orientações culturais sobre o papel do Estado em perspectiva comparada**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, c1990.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 8 ed. 2005.

CASTRO, Henrique Carlos de O. e CAPISTRANO, Daniel Jaime. **O Papel do Estado e Cultura Política na Argentina e no Brasil**. *Opinião Pública*, Campinas, vol.16, nº2, Nov. 2010, p.338-365.

CASTRO, Henrique Carlos de O. **Cultura Política: a Tentativa de Construção de um Conceito Adequado à América Latina**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 1. n. 1, jan.-jun. 2008.

CASTRO, Henrique Carlos de O. **Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*: v.5 n. 2, p. 79-96, 2011.

CASTRO, Henrique Carlos de O.; RANINCHESKI, Sônia. **A Internacionalização da Democracia: A Universalização dos Valores Liberais**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*: v.7, n.1, 2013.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas Brasil, Argentina e Chile**. Verbena Editora, 2014.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. *et al.* Is self-expression chic? Globalisation, Value change and Convergence in Latin America. **Ediciones Universidad de Salamanca**, vol.9, 2, 2020, p.29-48. DOI: <https://doi.org/10.14201/rlop.23132>

CASTRO, Henrique Carlos de O.; SANTOS, Débora de Oliveira; BEAL, Luana Isabelle. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.14, n.3, set.-dez. 2020.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1951.

CANADIAN INFORMATION CENTRE FOR INTERNATIONAL CREDENTIALS. **Directory of Educational Institutions in Canada**. Disponível em: <https://www.cicic.ca/869/resultats.canada?search=&t=1>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH. Evaluation of the Vanier Canada Graduate Scholarships Program: Final Report 2014. 2014. Disponível em: <https://cihr-irsc.gc.ca/e/documents/vanier-evaluation-report-en.pdf>. Acesso em: 12 jan.2024.

CORRÊA, Helena. A.B. **Cultura e Instituições: Relações entre Cultura Política e Políticas Públicas no Brasil, no Chile e no México**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2rd. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2 ed. 2007.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian. **The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens**. New York: Cambridge University Press, 2014.

DEARDORFF, Darla K. **The identification and assessment of intercultural competence as a student outcome of internationalization at institutions of higher education in the United States**. Thesis dissertation for the Degree of Doctor of Education, Graduate Faculty of North Carolina State University, 2004.

DEARDORFF, D.; JONES, E. **Intercultural competence: An emerging focus in international higher education**. In: DEARDORFF, D.; DE WIT, H.; ADAMS, t. (Ed.) *The SAGE Handbook of International Higher Education* (p. 283-303). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2012.

DEWEY, J. **School and society**. Chicago: University of Chicago Press, 1905.

DEWEY, John. **Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DE WIT, H. **Internationalisation of higher education in the United States and Europe**. Westport, CT: Greenwood, 2002.

DE WIT, Hans; JONES Elspeth. **Inclusive Internationalization: Improving access and Equity**. International Higher Education, Number 94, Summer 2018.

DE WIT, H. **Internationalization in Higher Education, a critical review**. Simon Fraser University Educational Review. Vol.12, n. 3, fall 2019.

DE WIT, H. **The Future of Internationalization of Higher Education in Challenging Global Contexts**. Educação Temática Digital. Campinas: SP, v.22, n.3. jul./set. 2020. p.538-545.

DE WIT, Hans. **Global Trends in International Education: New Forms or Old Habits?** In: Critical Internationalization Studies Network Marsterclass: Rethinking the Internationalization of Education, 2022. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=R2sALZjy6Ac> Acesso em: 20 nov.2022.

DE WIT, H. *et al.* **Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional**. Tradução ao castelhano de Jesús Villamizar Herrera. Bogotá: Banco Mundial en coedición con Mayol Ediciones S.A., 2005.

DE WIT, H.; BRANDENBURG U. The End of Internationalization. **International Higher Education**, n. 62, Winter, 2011, p.15-17.

DE WIT, H. *et al.* (Eds). **Internationalisation of Higher Education**. Brussels: European Parliament, Directorate-General for Internal Policies. 2015.

DFAIT. **International Education: A Key Driver of Canada's Future Prosperity**. Department of Foreign Affairs, Trade and Development. Aug. 2012. Disponível em: [http://www.international.gc.ca/education/assets/pdfs/ies\\_report-rapport\\_sei-eng.pdf](http://www.international.gc.ca/education/assets/pdfs/ies_report-rapport_sei-eng.pdf). Acesso em: 12 jan.2023.

DFATD. **Canada's international education strategy (2014-2019)**. 2014. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/education/assets/pdfs/overview-apercu-eng.pdf>. Acesso em: 12 jan.2023.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York, Harper and Row, 1957.

DROZDOW-ST. CHRISTIAN, Douglass. **Canada**. In: EMBER, M; EMBER, C. R. (Ed.) Countries and their Cultures. Vol.1 Afghanistan to Czech Republic. Macmillan Reference USA, 2001. p.397- 416.

DUARTE, Jéssica da Silva. **Desempenho Econômico e a Consolidação da Democracia – Um estudo comparativo dos casos Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [dissertação de mestrado em Ciência Política], 2016.

DUARTE, Roberto Gonzalez *et al.* **O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior.** Educação em Revista. Vol.28. nº 1, Belo Horizonte, mar. 2012.

EASTON, David. **The theoretical relevance of political socialization.** Canadian Journal of Political Science, 1, 125-146, 1968.

ECKSTEIN, Harry. **A culturalist theory of political change.** American Political Science Review, v. 82, n.3, p. 789-804, sept.1988.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro:Guanabara. 3ed. 1987.

FLORES, A. G; COSTA, J.P; FONTOLAN, M. A internacionalização da pós-graduação no Brasil: a experiência do doutorado pleno e doutorado sanduíche no exterior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior.** Campinas; Sorocaba, SP, v.28, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772023000100046>

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. Políticas da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília (Org). **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p.171-238.

FREEDOM HOUSE. **Countries and Territories.** Disponível em: [Countries and Territories | Freedom House](#) . Acesso em: 17 mai. 2022.

FRIESEN, Rhonda. **The Growth and Development of Internationalization at Canadian Universities: an overview.** University of Manitoba. 2009.

FUKUYAMA, Francis *et al.* **A experiência do século.** Porto Alegre: Palmarinca, 1992.

FURSTENBERG, Saipira; PRELEC, Tena e HEATHERSHAW, John. **The Internationalization of Universities and the Repression of Academic Freedom.** Special Report, 2020. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/special-report/2020/internationalization-universities-and-repression-academic-freedom> Acesso em: 13 set. 2020.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La internacionalización de la educación superior. Paradigma para la ciudadanía global.** Guadalajara: CUCSH-UdeG, 2003.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne *et al.* **Al estilo Larinoamericano: Tendencias, Problemas y Direcciones.** In: DE WIT, H. et. al. Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional. Tradução de Jesús Villamizar Herrera. Bogotá: Banco Mundial en coedición con Mayol Ediciones S.A., 2005. p. 351-380.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La dimensión internacional de las universidades: contexto, procesos, estrategias.** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Coordinación General de Cooperación e Internacionalización, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1 ed. Rio de Janeiro:LTC, Coleção Antropologia Social, 1989.

GERMAN, Daniel B. **A History of the Classic of Political Socialization Research Theory in Western Civilization From Ancient Greece to the Twenty First Century.** Politics, Culture and Socialization, 2. vol. n.3. 2011. p.309-313.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HARARI, Maurice. **The internationalization of the Curriculum**. In: C.B. Klasek (Ed.), *Bridges to the Future: Strategies for Internationalizing Higher Education*. p.52-79. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators. 1992.

HARRISON, Lawrence E. e HUNTINGTON, Samuel. **Culture Matters: How Values Shape Human Progress**. New York: Basic Books, 2000.

HERINGER, Rebera. **Internationalization and Democracy**. A Critique of Canadian Higher Education in Light of John Dewey's Philosophy. *Journal of Thought*, Spring/Summer, p.40-57, 2020.

HOFSTEDE, GEERT. **Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors Institutions and Organizations Across Nations**. 2ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2001.

HOFSTEDE INSIGHTS. Country comparison tool. Disponível em: <https://www.hofstede-insights.com/country-comparison-tool>. Acesso em: 27 mai. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. SP: Cia das Letras, 1995.

HOOGHE, Marc. Political Socialization and the Future of Politics. **Acta Politica**, v.39, n.4, dec., 2004., p.331-341.

HUDZIK, J. **Comprehensive internationalization: from concept to action**. Washington, DC: NAFSA Association of International educators, 2011.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. São Paulo: Objetiva, 1997.

ILIEVA, Roumiana; BECK, Kumari. **Towards sustainable internationalization of higher education**. *Higher Education*, December, 2014.

INGLEHART, R. *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R. **Cultural Evolution: People's Motivations are Changing, and Reshaping the World**. Cambridge University Press, 2018.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho; revisão técnica Benício Viero Schmidt. São Paulo, Francis, 2009.

INGLEHART, R., C. HAERPFER, A. MORENO, C. WELZEL, K. KIZILOVA, J. DIEZ-MEDRANO, M. LAGOS, P. NORRIS, E. PONARIN & B. PURANEN *et al.* (eds.). *World Values Survey: All Rounds - Country-Pooled Datafile* Version: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWVL.jsp>. Madrid: JD Systems Institute. 2014.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES- IAU. **Affirming Academic Values in Internationalization of Higher Education: A Call for Action**. April, 2012.

IDRC. International Development Research Centre. **Evaluation of the Canada-Latin America and Caribbean Research Exchange Grants Program**. Jun. 2008.

JAMARILLO, Isabel Cristina; KNIGHT, Jane. **Actores clave y programas: mejores vinculaciones en la región**. In: DE WIT, H. et. al. Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional. Tradução de Jesús Villamizar Herrera. Bogotá: Banco Mundial en coedición con Mayol Ediciones S.A., 2005. p. 309-350.

JOHNSTON, J.; EDELSTEIN R. **Beyond Borders**. Washington, DC: Association of American Colleges, 1993.

JONES, Glen A. **An introduction to higher education in Canada**. In: JOSHI, K. M.; PAIVANDI, Saeed (Eds.). Higher education across nations. vol. 1, 2014, p. 1-38.

JONES, G. A.; TAMTIK, M.; TRILOKEKAR, R. D. **Research on higher education in Canada: History, emerging themes, and future directions**. Toronto: Centre for the Study of Canadian and International Higher Education, OISE-University of Toronto, 2020.

KHORSANDI, Ali Taskoh. **A Critical Policy Analysis of Internationalization in Postsecondary Education: An Ontario Case Study**. The University of Western Ontario. Graduate Program in Education. Electronic Thesis and Dissertation Repository, 2014. Disponível em: <http://ir.lib.uwo.ca/etd/1933>. Acesso em: 15. Jul. 2020.

KNIGHT, Jane. **Internationalization: management strategies and issues**. International Education Magazine, v.9, p.21-22, 1993.

KNIGHT, Jane. **Internationalization: Elements and Checkpoints**. Research Monograph, n.7, Ottawa: Canadian Bureau for International Education, 1994.

KNIGHT, Jane. **Updated Internationalization Definition. International Higher Education**. v. 33, fall, [S.l.], p.2-3, 2003.

KNIGHT, Jane. **Internationalization Remodelled: Definition, Approaches, and Rationales**. Journal of Studies in International Education. Sage Publications, v.8, n.1, p.5-31, 2004.

KNIGHT, Jane. **Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education**. In: The SAGE Handbook of International Higher Education. SAGE Publications Inc. 2012. p. 27 – 42.

KNIGHT, Jane. Internationalization of Higher Education: Past and Future. **International Higher Education**. n. 95: fall, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.6017/ihe.2018.95.10679>

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed.; e-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNIGHT, Jane.; DE WIT, H. **Strategies for Internationalization of Higher Education: historical and conceptual perspectives**. In: DE WIT, H (Org.). Strategies for Internationalization of Higher Education a comparative study of Australia, Canada, Europe and United States of America. Amsterdam: European Association for International Education, p.5-33, 1995.

KNIGHT, Jane. e de WIT, Hans . **What contribution has internationalisation made to HE?** *University World Review*, 12 October 2018. Disponível em : <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20181010093946721>. Acesso em 27 nov. 2019.

KNIGHT, Jane. **Internationalization of higher education: where have we come from and where are we going?** p. xix-? . In: PROCTOR, Douglas e RUMBLEY, Laura E. (Ed). *The Future Agenda for Internationalization in Higher Education. Next Generation Insights into Research, Polity and Practice*. Routledge, New York, 2018.

KNUTSON, Sonja. **International education leadership experiences in Canadian universities: Policy and practice**. Memorial University of Newfoundland, Thesis of Doctor of Philosophy of Education in the Faculty of Education. 2019.

IDRC. **Innovative grants program teams up Canadian and Latin American researchers**. June 24, 2016. Disponível em: <https://www.idrc-crdi.ca/en/research-in-action/innovative-grants-program-teams-canadian-and-latin-american-researchers> . Acesso em: 03 jun. 2024.

LAKATOS, Zoltán. **Traditional Values and the Inglehart Constructs**. *The Public Opinion Quarterly*, vol.79, Special Issue, Oxford University Press, American Association for Public Opinion Research, 2015, p.291-324. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24546403>.

LAUS, Sonia Pereira; MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalización de la Educación Superior en Brasil**. In: DE WIT, H. et. al. *Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional*. Tradução de Jesús Villamizar Herrera. Bogotá: Banco Mundial em coedição con Mayol Ediciones S.A., 2005. p. 113-154.

LEAL, Fernanda Geremias. **Bases Epistemológicas dos discursos dominantes de “Internacionalização da Educação Superior” no Brasil**. 2020. 350 f. Tese (Doutorado em Administração)- Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEASK, B. **Internationalizing the curriculum**. New York: Routledge, 2015.

LEDGER, Susan; KAWALILAK, Colleen. **Conscientious internationalisation in higher education: contextual complexities and comparative tensions**. *Asia Pacific Education Review*, 21: p.653-665, 2020. DOI:<https://doi.org/10.1007/s12564-020-09659-0>.

LEYDET, Dominique. **Citizenship**. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/citizenship/>. Acesso em: 07 set. 2020.

LIMA, Manolita C.; CONTEL Fabio B. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo Alameda. 2011.

LOUBACK, Rita de C.B. **A cooperação acadêmica internacional sob a ótica dos gestores.** Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2016.

LÜHRMANN, Anna, *et al.* **Autocratization Surges – Resistance Grows.** Democracy Report. Varieties of Democracy Institute (V-Dem), 2020.

MAILLARD, Nicolas. **O gestor de relações acadêmicas internacionais no Brasil: práticas, papéis e desafios.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

MANUAL DE NORMALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS CONFORME AS NORMAS DA ABNT. Biblioteca Serial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS. Porto Alegre, 2018, 68p.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. **Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic.** Higher Education. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands, v.43, 2002.

MARMOLEJO, Francisco. **Internationalization of higher education: the good, the bad, and the unexpected.** The Chronicle of higher education, 2010.

MCCARTNEY, Dale M. A question of self-interest: a brief history of 50 years of international student policy in Canada. **Canadian Journal of Higher Education**, 51:3. 2021. p.33-50.

MC MANUS *et al.* O uso da Internacionalização nas universidades brasileiras. In: JÚNIOR, J.C; PANICO, V.F.B. (Org.) **Programa Ciência sem Fronteiras: idealização, desenvolvimento e resultados.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021, p.77-90.

MESTENHAUSER, Josef A. **Reflections on the Past, Present and Future of Internationalizing Higher Education: Discovering Opportunities to Meet the Challenges.** University of Minnesota, Minneapolis, 2011.

MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva.** São Paulo: Abril Cultural, (Coleção Os Pensadores), 1984.

MIRANDA, J.A.A; STALLIVIERI, L. **Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, v.22 n.03, p. 589-613, nov. 2017.

MIURA, I.K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento.** Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOISÉS, José Alvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23 nº 66 fev. 2008. p. 11-43.

MOREIRA, Larissa C. D. P.; RANINCHESKI, Sonia Maria. **Análise da internacionalização da educação superior entre países emergentes: estudo de caso do Brasil com os demais países membros dos BRICS.** Revista Inter. Educ. Sup., Campinas, SP v.5, p.1-26, 2019.

MOROSINI, M. (Org.) **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2019.

MOROSINI, M. Internacionalización de la Educación Superior em Brasil y desafios em el contexto del sur global. **Revista Educación Superior y Sociedad**. Vol.33, n.1, ene.- jun. 2021. pp.361-383. Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe. 2021.

MUELLER, C.V. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

NEVITTE, Neil. **The Decline of Deference: Canadian Value Change in Cross National Perspective**. Toronto, University of Toronto Press, 1996.

NEVITTE, N.; BILODEAU, A.; WHITE, S. Contemporary Immigration and the future of regionalism in Canada. **Annual Conference of the Canadian Political Science Association**, University of Western Ontario, June 2-5, 2005.

NOGUEIRA, J.M. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Políticas em Dimensão Nacional**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. [dissertação de mestrado em Educação], 2018.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a educação**. 3. ed., rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2020**. Sept. 2020. <https://doi.org/10.1787/69096873-en>.

O'DONNELL, Guillermo. **The Quality of Democracy: Why the rule of law matters**. Journal of Democracy, v. 12. n. 4, oct. 2004.

OLIVEIRA, L.H.H. **Desigualdade social e cidadania no Brasil**. In: LIMA, M. A.S., SILVA, I.LF., e REZENDE, M.j., (Org.) As persistentes desigualdades brasileiras como tema para o ensino médio. Londrina: EDUEL, 2011, p.13- Disponível em: <http://books.scielo.org>, Acesso em: 10 set. 2020.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OXFAM EDUCATION AND YOUTH. **Education for global citizenship: A guide for schools**. London:Oxford, 2015. Disponível em: <https://www.oxfam.org.uk/education/resources/education-for-global-citizenship-a-guide-for-schools> . Acesso em: 15 jun. 2020.

PALLEN, Dean. **Evaluation of the Canada-Latin America and the Caribbean Research Exchange Grants Programme (LACREG): final report**. IDRC Digital Library, June 18, 2008. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/items/8a19ddf6-951f-4793-ba87-421aebee7061>

PAPADA, E., STAFFAN I. L. (Ed.). **Democracy Report 2023**. Defiance in the Face of Autocratization. Varieties of Democracy Institute (V-Dem) at the University of Gothenburg. Mar. 2023. Disponível em: <https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Anual 2020**. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/f48ba1fbcbeaa7d2eb69277d69d2e2ad6c4d5bfa9a94cf92469361b0f16e65b2.pdf>. Acesso em 29 abr. 2022.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia** – A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro. FGV Editora, 1996.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **Logic of comparative social inquiry**. Minnesota: John Wiley & Sons, Inc., 1970.

QIANG, Zha. **Internationalization of Higher Education: towards a conceptual framework**. Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto, Canada. Policy Futures in Education, v.1, n.2, 2003.

REISINGER, William M. **The Renaissance of a Rubric: Political Culture as Concept and Theory**. International Journal of Public Opinion Research. Vol. 7, No.4, 1995.

ROKEACH, Milton. **A Theory of Organization and Change Within Value-Attitude Systems**. Journal of Social Issues, Volume XXIV, number 1, 1968, p.13-33.

ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.

RUMBLEY, Laura E. **Intelligent Internationalization: A 21st Century Imperative**. International Higher Education, number 80, Spring, 2015, p.17-18.

SANDSTRÖM, Anna-Mail; HUDSON Ross. **The EAIE Barometer: Internationalization in Europe (second edition)**. Amsterdam: The European Association for International Education (EAIE), 2018.

SARTORI, Giovanni. **Comparación y método comparativo**. In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 29-50.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARTZ, Shalom H. **Universals in the Content and Structure of Values: Theoretical Advances and Empirical Tests in 20 Countries**. Advances in Experimental Social Psychology, San Diego: Academic Press, p.1-65, dec.1992.

SCHWARTZ, Shalom H. An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values. **Online Readings in Psychology and Culture**, 2(1), 2012. <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1116>

SCHWARTZMAN, Simon. **Nacionalismo vs. Internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nivel**. Texto preparado para el Seminario Internacional “Fuga de cérebros, movilidad académica y redes científicas”, Departamento de Investigaciones Educativas del CINVESTAV e Institut de Recherche pour le Développement, México, 2-4 de marzo, 2009. Disponível em:

<https://www.schwartzman.org.br/simon/sinvestav2009.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

SEBASTIÁN, Jesus. **Cooperación e internacionalización de las universidades**. 1 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

SEEBER, Marco; CATTANEO, Mattia; HUISMAN, Jeroen. **Why do Higher Education Institutions internationalize? An investigation of the multilevel determinants of internationalization rationales**. Higher Education, November, 2016.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The New Brazilian University. A busca por resultados comercializáveis: para quem?** Bauru: Canal 6, 2017.

SMITH, Peter B. **Values and Culture**. Encyclopedia of Applied Psychology. Volume 3. Elsevier Inc., 2004. p.633-640.

STALLIVIERI, Luciane. **As dinâmicas de uma nova linguagem intercultural na mobilidade acadêmica internacional**. Tesis de Doctorado, USAL. 2009.

STALLIVIERI, Luciane; VIANNA, Cleverson Tabajara. **Responsible internationalization: new paradigms for cooperation between higher education institutions**. REGIT, Fatec-Itaquaquecetuba, SR, v.14, n.2, p.9-30, jul-dez 2020.

STATISTICS CANADA. **Postsecondary Student Information System (PSIS)**. 2023. Disponível em: [www.statcan.gc.ca](http://www.statcan.gc.ca) Acesso em: 15 jan.2023.

STATISTICS CANADA. **Ethnic and cultural origins of Canadians:Portrait of a rich heritage**. 2017. Disponível em: <https://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/as-sa/98-200-x/2016016/98-200-x2016016-eng.cfm>. Acesso em: 15 jan.2023.

TAMTIK, Merli. Who governs the internationalization of higher education? A comparative analysis of macro-regional policies in Canada and the European Union. **Comparative and International Education**: Vol.46: N.1 Art.2. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5206/cie-eci.v46i1.9307>

TEICHLER, U. The changing debate on internationalisation of higher education. **Higher Education** 48 (1). 2004. p.5-16.

TEICHLER, U. Internationalisation trends in Higher Education and the changing role of international student mobility. **Journal of International Mobility**. n.5 (1). 2017. p.177-216.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TRINDADE, Hélio. **Construção da Cidadania e Representação Política: Lógica Liberal e Práxis Autoritária**. In: BAQUERO, Marcello. (Org.) Cultura Política e Democracia: Os desafios das Sociedades Contemporâneas. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 42-54, 1994.

TRUJILLO, A.M. **Desenvolvimento, Aprimoramento e Consolidação de uma educação Nacional de Qualidade**. CNE/UNESCO, 2013.

UNESCO. **Global Flow of Tertiary-Level Students**. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/uis-student-flow#slideoutmenu>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UNESCO. **Intercultural competencies: Conceptual and Operational Framework.** Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: [UNESCO Digital Library](#) .

UNESCO. **Global citizenship education: A handbook for parents, community and leaders in Asia-Pacific.** Paris: UNESCO, 2023.

UNILAB. **Relatório de Gestão 2020.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/06/30/relatorio-de-gestao-2020-aponta-periodo-de-crescimento-institucional/>. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acesso em 15 jan.2024.

UNIVERSITIES CANADA. **Internationalization at Cadian universities: Quick Facts.** Dec. 2014. Disponível em: [www.univcan.ca](http://www.univcan.ca). Acesso em: 12 jan.2024.

VAN DER WENDE, M. **Internationalisation policies: about new trends and contrasting paradigms.** Higher Education Policy. v.14 [S.l.], p.249-259, 2001.

VISCARRA, Simone P. **Socialização e Cultura Política dos Moradores de Porto Alegre: Um estudo Longitudinal entre 1968 e 2013.** Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

WASBURN, Philo C. e COVERT, Tawnya J. A.. **Making Citizens: Political Socialization Research and Beyond.** Palgrave Macmillan, 2017.

WEISS, Carol H. The many meanings of research utilization. **Public Administration Review.** Vol.39, n.5. Sep.- oct. 1979. p.426-431.

WELZEL, Christian. **Moral Progress: Expanding the Human Mind.** TEDx Leuphana University Lüneburg, 2017. 1 vídeo (16:42 min). Publicado pelo canal TEDx Talks. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=qesLGw23\\_zQ](https://www.youtube.com/watch?v=qesLGw23_zQ). Acesso em 4 fev. 2023.

WENAR, Leif. **John Rawls.** *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/rawls/>. Acesso em 07 de setembro de 2020.

WORLD BANK. **Indicators.** Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em: 27 jul.2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Ana Thorell. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZHANG, Xiao Ying et al. **A Theory of Success for Disadvantaged Children: Reconceptualization of Social Capital in the Light of Resilience.** The Alberta Journal of Educational Research. Vol.41, nº1, Spring. 2008 p. 97-111.

## **APÊNDICE A- ETAPAS, PROCEDIMENTOS E LIMITAÇÕES DA PESQUISA**

A construção da tese decorre do conjunto de etapas e procedimentos destacados na sequência.

### **Etapa 1- Escolha de Brasil e Canadá como objetos de análise**

A escolha de Brasil e Canadá, para além dos seis elementos já indicados na introdução da tese destaca-se também:

- Por serem países do Ocidente e que se orientam sob bases conceituais com a mesma orientação ocidental. Entende-se que a escolha de um país do oriente acarretaria na necessidade de aprofundamentos teóricos mais amplos.
- Pelas experiências acumuladas da pesquisadora autora da tese em ambos os países no campo da educação internacional. Leia-se intercâmbio no Canadá, viagens de estudo, contatos com instituições canadenses e órgãos governamentais. No Brasil, pela atuação profissional em instituição de educação superior brasileira no campo da educação internacional por mais de 10 anos.
- Por estes países serem multiculturais e concentrarem, nas Américas, um considerável quantitativo de imigrantes estrangeiros, acarretando um campo fértil à avaliação de valores dessas sociedades atinentes ao contato com pessoas de outros países e fluxo internacional de pessoas.
- Reforça-se a representatividade do Global Norte (Canadá) e o Global Sul (Brasil) uma vez que há estudos (MOROSINI, 2021; LIMA e CONTEL, 2011) que indicam resultados distintos à internacionalização como decorrente desse elemento geográfico.

- Apesar de muitas pesquisas comparativas sobre o Brasil, do campo educação ou da Ciência Política, serem desenvolvidas majoritariamente com outros países da América Latina, tendo como denominador comum similaridades da formação histórica, cultural, social ou política, ainda assim, destaca-se que esta pesquisa buscou trilhar um caminho distinto que justamente representa o caráter inovador proposto. Além disso, esclarece-se que a análise de apenas estes dois países e não um quantitativo maior, se dá pela necessidade de aprofundamento necessário a ser feito e que careceria maior dedicação, dado que é uma pesquisa interdisciplinar e que abrange diferentes elementos e variáveis. Assim, qualquer inclusão de mais países poderia acarretar no risco de pouco aprofundamento da tese dado o tempo de execução da pesquisa. Também, a escolha de apenas dois países, dá-se pelo fato de permitir um

aprofundamento na identificação e análise das particularidades de cada país em perspectiva longitudinal conforme é feito nos capítulos terceiro e quarto desta tese.

## **Etapas 2- Apropriação do estado da arte para construção interdisciplinar**

A próxima etapa foi o levantamento sobre publicações para identificar o grau de ineditismo da tese, considerando os contextos de Brasil e Canadá, enquanto fenômeno empírico a ser analisado. Os Quadros 17 e 18 ilustram um resumo desse levantamento e indicam quantitativos e períodos de publicações, além das respectivas áreas e temas abordados, evidenciando o estado da arte dos principais temas desta pesquisa.

Quadro 17- Catálogo de teses e dissertações da CAPES

<b>Termo da busca</b>	<b>Quantidade de trabalhos encontrados</b>	<b>Principais áreas do conhecimento em quantidade de publicações</b>	<b>Período de publicação</b>
“Internacionalização da educação superior”	77	Educação-60 Administração- 12 Sociais e Humanidades-15	De 2009 a 2019 (em 2019 foram 23 trabalhos)
“Cultura política”	2017	História- 407 Sociologia- 479 História- 279 Ciência Política-116	De 1996 a 2019 (em 2016 foram 159 trabalhos)
“Canadá”	1505	Economia-44 Engenharia Civil- 42 Geociências- 42 Direito- 40 Medicina-38	De 1996 a 2019 (em 2019 foram 30 trabalhos)

Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso inicial em: 15 set. 2020. Novos acessos realizados em: 29 nov. 2023 e 27 abr. 2024.

Quadro 18 - *Library and Archives Canada (LAC)*

<b>Termo da busca</b>	<b>Quantidade de trabalhos encontrados</b>	<b>Principais temas</b>	<b>Período de publicação</b>
“Internationalization of higher education”	265	Estratégias institucionais; idioma; benefícios da internacionalização; mobilidade; currículo; relação com a china; cidadania global	De 1996 a 2017
“Political culture”	3870	Estudo de elite; Desconfiança política; estudos sobre outros países; Gênero  OBS: Há apenas um trabalho desde 1990 que aborde Educação com Cultura. Esta aborda perspectiva institucional	De 1972 a 2015
“Brazil”	836	Temas diversos	De 1950 a 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de LAC: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/services/theses/Pages/search.aspx>. Acesso em: 14 set. 2020.

Ficou evidente a partir desse levantamento, que há poucos trabalhos acadêmicos com abordagem interdisciplinar que relacionem a Cultura Política e a Internacionalização.

### **Etapa 3- Definição do problema e da hipótese**

A observação da realidade sobre a internacionalização, associada à apropriação dos postulados culturalistas na Ciência Política deram início a algumas questões servindo de preâmbulo ao estudo e elaboração do problema de pesquisa desta tese. São estes: o crescente fluxo internacional de pessoas para estudar em outros países, mas, com dados desequilibrados de um país a outro como ocorre no Brasil e no Canadá; o entendimento de que a política interfere na educação superior; a constatação de que a internacionalização é pouco estudada na Ciência Política e vice-versa; o demasiado enfoque institucionalista da literatura sobre a internacionalização e o não desenvolvimento da dimensão individual; o conceito da internacionalização que cita normativamente o benefício à sociedade mas que, não aprofunda o entendimento da sociedade.

É a partir de todos estes aspectos que surge a criação do problema de pesquisa da tese com características interdisciplinares. Epistemologicamente a construção desta pesquisa decorre, do que Bachelard (1991) indica como caminho do conhecimento científico que é baseado no permanente questionar em que cada nova experiência “diz não” à experiência antiga e assim, avança com o pensamento e a construção científica. Assim, construir novas interpretações e com enfoque interdisciplinar foi o que fomentou a construção do problema de pesquisa e hipótese da presente tese.

### **Etapa 4- Definição metodológica macro**

Após a apropriação do estado da arte sobre o tema, ficou evidente que seria adotada a técnica metodológica do estudo de caso que, em verdade, se evidencia aqui no estudo de dois casos. Entender em profundidade a realidade do fenômeno estudado em cada país e buscar respostas ao problema de pesquisa mediante análise qualitativa é o fio condutor da tese. Ainda que haja inúmeras particularidades e disparidades de uma região à outra do território nacional, tanto no Brasil quanto no Canadá, ainda assim, optou-se por apresentar características macro e em caráter agregado a nível de país para contemplar a dimensão nacional do assunto.

Neste sentido, reconhece-se que tal escolha metodológica incorre na incapacidade de aprofundamento estrito de características locais de cada caso. Ainda que possa parecer uma definição arbitrária, ela foi feita considerando os modelos em curso em cada país, em especial suas características de centralização nacional do assunto na esfera política. Cabe a ressalva de que a definição por não escolher multicasos, é pelo cuidado do emprego desse método e necessários esforços analíticos para compreender a realidade a partir dos casos estudados.

### **Etapa 5- Revisão da literatura e construção do marco teórico interdisciplinar**

A revisão bibliográfica guiou a agenda de pesquisa no que concerne aos temas centrais desta pesquisa que são: internacionalização da educação superior, e valores a partir dos postulados da Cultura Política. A referida revisão indica que os estudos de internacionalização enfocam, sobremaneira, nas dimensões institucional e nacional com o emprego de metodologia de estudos de caso pautados na análise de estratégias de instituições de ensino ou em políticas públicas adotadas por determinado país.

Já no que concerne à Cultura Política, os enfoques de pesquisas têm recebido maior importância, sobretudo em estudos que envolvam a compreensão de temas como a participação, a (des)confiança nas instituições políticas, políticas públicas em diferentes temas e de um modo mais amplo a compreensão da democracia substancial. Considerando o Catálogo de teses da CAPES, das 116 produções acadêmicas da Ciência Política no Brasil<sup>45</sup> que abordam o tema, são majoritariamente estudos de caso que tratam, entre outros de: confiança e participação política, socialização e cidadania, democracia, consolidação e apoio, consolidação democrática, comportamento, opinião pública, atitudes conservadoras, relações de poder e desigualdade social, capital social, entre outros. Percebe-se com essa revisão bibliográfica o desafio de criar uma nova abordagem interdisciplinar ainda inexistente a fim de relacionar o estudo de valores sob a perspectiva teórico-conceitual da Cultura Política com as discussões da internacionalização.

Construir as amarras interdisciplinares, visto que nenhuma das disciplinas tinham diálogos ou construção prévia que favorecesse o desenvolvimento da tese, demandou esforços nessa etapa. Várias propostas de desenho de pesquisa foram

---

<sup>45</sup> Deste total nacional, 50 foram produções de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

pensadas até que, a partir da leitura de uma obra de Josef A. Mestenhauser (2012) foi construída a atual estrutura de apresentação de elementos complementares e convergentes como capítulo introdutório da tese.

### **Etapa 6- Definição do recorte temporal e variáveis do estudo**

A definição do recorte temporal foi definida a partir da construção das etapas anteriores e se consolidou paralelamente à escolha das variáveis do estudo. Os aspectos considerados para a definição do recorte temporal do estudo já indicados na introdução da tese, foram se fortalecendo quando do desenvolvimento dos capítulos 2 e 3, tratando respectivamente, das concepções conceituais pertinentes tanto sobre o entendimento de valores, Cultura Política e internacionalização quanto das fases de cada processo tratado sobre ambos os países. Em termos gerais, a definição do período do estudo compreendendo as décadas de 1990 a 2020 não apenas representou um recorte, mas também serviu de base ao que foi evidenciado sobre as diferentes fases do processo em ambos os casos analisados.

As variáveis escolhidas para a análise foram consideradas também tendo em vista este recorte temporal a fim de permitir espaço para a observação de eventuais mudanças ao longo dos anos. Nestes termos, cabe referenciar alguns aspectos relacionados às escolhas das variáveis.

Variáveis de valores WVS: Foram inicialmente avaliadas todas as perguntas do questionário WVS de todas as ondas considerando que os indicadores WVS servem de base empírica sobre os valores das sociedades brasileira e canadense como objeto central do estudo. Durante essa análise foram identificadas aquelas que poderiam ter alguma interface com o tema da tese. Após foi verificado se Brasil e Canadá dispunham de informações dessas variáveis nas ondas 2, 5 e 7 por meio de consulta da página eletrônica oficial do WVS. Depois disso, observou-se quais tinham perguntas similares ao longo das ondas para permitir análise longitudinal. O passo seguinte foi agrupar as variáveis escolhidas conforme os quatro grupos que compõem a abordagem *bottom-up* da internacionalização. A lista completa das variáveis de valores utilizadas por grupo está no Apêndice B. Para identificação das ondas da pesquisa WVS e participação de Brasil e Canadá, consideramos o Quadro 19.

Quadro 19: Anos e tamanho da amostra Brasil e Canadá por onda WVS

País	Onda WVS	Ano da pesquisa	Amostra
Brasil	<b>segunda (1990 -1994)</b>	<b>1991</b>	<b>1782</b>
	terceira (1995- 1998)	1997	1143
	<b>quinta (2005- 2009)</b>	<b>2006</b>	<b>1500</b>
	sexta (2010- 2014)	2014	1486
	<b>sétima (2017-2022)</b>	<b>2018</b>	<b>1762</b>
Canadá	primeira (1981- 1984)	1982	1254
	<b>segunda (1990 -1994)</b>	<b>1990</b>	<b>1730</b>
	quarta (1999- 2004)	2000	1931
	<b>quinta (2005- 2009)</b>	<b>2006</b>	<b>2164</b>
	<b>sétima (2017-2022)</b>	<b>2020</b>	<b>4018</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados WVS.

Variáveis da internacionalização: Ainda que a abordagem de Brasil e Canadá seja realizada enquanto dois casos separados, para além disso, foi considerado pertinente a parametrização de variáveis a serem utilizadas e empregadas ao longo do desenvolvimento da tese. Neste sentido, optou-se pelo uso de similar abordagem para ambos os países, a saber, contextualização dos dois casos, indicação de atores e razões do processo de internacionalização nos dois países, indicação de fases do processo de acordo com a realidade encontrada sobre cada país, assim como contextualização dos valores por cada fase a partir das mesmas variáveis. Diferente do que a literatura tem abordado em termos de internacionalização no Norte e no Sul global e suas diferenças, aqui optamos por utilizar as mesmas variáveis para então identificar as características de Brasil e Canadá enquanto países que representam o Sul e o Norte Global na arena da internacionalização.

Apesar desse esforço de uso de variáveis similares da internacionalização, os dados de cada país são um tema complexo, seja pela estrutura dos seus sistemas, seja pela indisponibilidade de dados organizados em nível agregado de país. Nestes termos, e, como a mobilidade de pessoas tem sido tema relevante em ambos os países, ainda que em sentidos contrários, optou-se pelo uso de dados de mobilidade *inbound* e *outbound* disponíveis na página eletrônica da UNESCO para o período de 1998 a 2020. Ainda que não haja dados completos do recorte do estudo, esta foi a

base de dados considerada mais apropriada para tratar da análise de ambos os países no que concerne ao quantitativos de mobilidade.

Escolha das políticas públicas dos países: A escolha das políticas públicas de cada país levou em consideração o período de análise das fases da internacionalização que ficam dentro do recorte temporal do estudo. Como no Brasil são três fases, então, esse também foi o quantitativo de políticas públicas escolhidas, enquanto que no Canadá são apenas duas. Além disso, foi feito um levantamento de diversas outras políticas, mas, as escolhidas e analisadas foram as que mais disponibilizavam de dados de livre acesso, em especial nas páginas oficiais da(s) instituição(ões) promotoras da política.

No Caso do Canadá, por exemplo, umas das políticas que se buscava analisar era o *Emerging Leaders in the Americas Program* (ELAP), mas, a indisponibilidade de dados não permitiu a sua abordagem nesta tese. Já no caso do Brasil, havia também a inicial intenção de abordar o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), mas, igualmente a indisponibilidade de dados sobre resultados, incorreu na sua não utilização para a análise.

### **Etapa 7- Coleta e organização dos dados**

Uma vez definido o recorte temporal e a metodologia a ser empregada, passou-se à coleta de dados. Os dados qualitativos foram obtidos junto às seguintes fontes de ambos os países: livros, disponíveis em formato físico e virtual; artigos científicos; bancos de teses e dissertações; relatórios oficiais de organismos de ambos os países; páginas eletrônicas oficiais de organizações governamentais, organismos internacionais, e instituições privadas relacionadas ao tema; além da obtenção de arquivos por e-mail decorrente de contatos com representações de políticas públicas utilizadas na análise.

Já os dados quantitativos da mobilidade foram obtidos junto à página eletrônica da UNESCO por meio do emprego de filtros de acesso à informação desejada. Igualmente o acesso e obtenção dos dados quantitativos sobre valores ocorreu por meio de acesso à página eletrônica oficial do World Values Survey, realizada em diferentes momentos da pesquisa. Durante a coleta dos dados WVS na página oficial, deparou-se a ausência das informações no banco de dados referente à onda 2 do Canadá. A fim de evitar prejuízos na análise, optou-se pelo uso dos dados disponíveis no formato de análise online da página do WVS sobre o Canadá dessa onda.

No que concerne à organização dos dados, destaca-se que todos foram separados por país e por composição dos capítulos da tese. Já os dados utilizados na análise do quarto capítulo, foram reunidos conforme as etapas da análise bivariada e sistematização da abordagem por grupos de variáveis. Destaca-se que os dados das variáveis WVS foram importados da página eletrônica do WVS e após trabalhados com uso do software SPSS, versão 26, para análises de média, verificação do índice de normalidade e testagem da correlação. Para isso, foram aplicados filtros separando os dados por país e por cada onda conforme as variáveis definidas para cada etapa da análise. Além disso, foram organizados os dados agregados de cada país em nível agregado por onda permitindo assim, a realização dos testes de correlação. Igualmente para isso, os dados da UNESCO foram inseridos manualmente no referido software.

Percebe-se que, os dados avaliados e a estrutura metodológica empregada limitaram a realização de interpretações diretas com o público que se envolve na internacionalização. Para isso é pertinente o emprego de técnicas de abordagem longitudinal ou grupos focais e que poderão ser tratados em novos estudos.

### **Limitações no desenvolvimento da pesquisa**

Ao longo do desenvolvimento da tese, ajustes metodológicos foram realizados, decorrentes de aspectos que impactaram em mudanças no desenho da pesquisa e nas respectivas etapas de seu desenvolvimento. Três deles devem ser registrados. O primeiro decorre de a pesquisa ser desenvolvida durante o período da pandemia da Covid-19 que reconfigurou o cenário mundial sobre o tema da internacionalização, visto que a proposta inicial da tese iniciou antes da pandemia, foi revisitada durante a pandemia e se consolidou no pós-pandemia. O entendimento da internacionalização sobre a mobilidade física internacional das pessoas, inclusive a coleta de dados, teve impacto pois, com o incremento de ações internacionais virtuais, o formato e as dinâmicas mudaram e a pesquisa precisou de um novo olhar. Um exemplo claro disso foi a questão do próprio olhar sobre os “tipos de internacionalização” que existem no mundo. Os termos “emissor” e “receptor” que antes da pandemia faziam claro sentido, já não podem ser os mesmos pois na atividade virtual, já é relativo o entendimento de ir e vir de pessoas fisicamente. Isso impactou, por exemplo, no desenvolvimento dos capítulos teóricos e de análise.

O segundo aspecto decorre do período doutoral sanduíche da pesquisadora no Canadá. O desenvolvimento de cinco meses de vivência no Canadá<sup>46</sup> permitiu novas reflexões sobre o tema atinente a este país, ainda que a observação direta não seja utilizada como método científico para esta tese. Além de permitir ampliar a base bibliográfica, especialmente sobre o processo de internacionalização e sobre os valores neste país enquanto objeto de estudo, também permitiu à pesquisadora um olhar mais apurado sobre o *modus operandi* da internacionalização e a visão desde dentro do país. Estar dentro de uma universidade canadense, interagir com pesquisadores do tema da Ciência Política e também da internacionalização permitiu entender que ainda há muito a ser desenvolvido em termos de pesquisa interdisciplinar entre esses campos do conhecimento. Cada apresentação da proposta de pesquisa permitiu novas reflexões visto que as dúvidas eram diversas e a justificativa desta tese se mostrava cada vez mais pertinente. Além disso, permitiu o entendimento sobre a diversidade étnico-cultural dessa sociedade e motivou a criação de uma seção voltada a este tema no terceiro capítulo.

Já o terceiro aspecto é a observação direta da pesquisadora no Brasil. O fato de a pesquisadora estar atuando diretamente como profissional do tema da internacionalização trouxe benefícios e dificuldades ao desenvolvimento do estudo. O conhecimento prévio e a facilidade de acesso ao contexto sobre o tema no país permitiu facilidades na etapa de desenvolvimento da pesquisa. No entanto, este mesmo contexto acarretou em certa dificuldade no afastamento para o desenvolvimento metodológico e testagem da hipótese com neutralidade visto que o objeto do estudo era algo presente na vida profissional da pesquisadora ao longo da escrita de toda a tese.

Entende-se, pois, que esses três elementos permitiram retrocessos e lentos avanços no amadurecimento da proposta de pesquisa. Afinal, o objeto essencial da ciência é entender e explicar a realidade. Também é certo que os aspectos ontológicos (visão de mundo), epistemológicos (formas de conceituar e criar inferências entre o que é buscado e o que precisa ser observado) da autora desta tese, associado às definições metodológicas podem incorrer em limitações ao estudo. Além disso, acredita-se que a metodologia em novos estudos deva ser aperfeiçoada na medida em que a revisão da literatura for avançando, bem como, possam ser consideradas

---

<sup>46</sup> O período de doutorado sanduíche ocorreu de janeiro a julho de 2022 e foi possível devido à obtenção, pela pesquisadora, de bolsa de estudos do governo canadense pelo Programa ELAP.

outras variáveis. Por exemplo, aplicar as mesmas variáveis escolhidas na análise dessa tese a um grupo focal de universidades brasileiras, canadenses ou até de outros países, como era a intenção inicial desta pesquisa e que, por diferentes aspectos inviabilizou-se, pode vir a representar uma análise ainda mais apurada da relação entre valores e internacionalização. Isso dito, entende-se que outras abordagens, outros métodos e outros pesquisadores podem trazer outros resultados sobre a relação entre valores e a internacionalização.

## APÊNDICE B- VARIÁVEIS DE VALORES UTILIZADAS NA ANÁLISE

Grupos de variáveis de valores	Variáveis WVS	Ondas com dados da variável
As pessoas	<i>(G006) How proud of nationality</i>	Ondas 2, 5 e 7
	<i>(A170) Satisfaction with your life</i>	Ondas 2, 5 e 7
	<i>(C002) Jobs scarce: Employers should give priority to (nation) people</i>	Ondas 2, 5 e 7
	<i>(A124_06) Neighbours: Immigrations/ foreign workers;</i>	Ondas 2, 5 e 7
	<i>(A124_43) Interest in Neighbours: People who speak a different language</i>	Ondas 5 e 7
	<i>(E046) New and old ideas</i>	Onda 2
	<i>(G019) I see myself as a world citizen</i>	Onda 5
	<i>(G063) How close you feel: to the world</i>	Onda 7
As pessoas e suas relações	<i>(A165) Most people can be trusted</i>	Ondas 2, 5 e 7
	<i>(G007_36_B) Trust: People of another nationality;</i>	Ondas 5 e 7
	<i>(G032) Ethnic diversity</i>	Onda 5
	<i>(G052) Impact of Immigrants on the development of the country</i>	Onda 7
	<i>(D079) I seek to be myself rather than to follow others;</i>	Onda 5
As pessoas e as instituições	<i>(E037) Government`s versus individual`s responsibility</i>	Onda 2, 5 e 7.
	<i>(E218) Because of science and technology, there will be more opportunities for the next generation;</i>	Ondas 5 e 7
	<i>(E069_03) Confidence: Education System</i>	Onda 7
	<i>(E069_54) Confidence: Universities</i>	Onda 7
	<i>(E069_11) Confidence: The Government</i>	Onda 5 e 7.
As pessoas e a sociedade	<i>(E238) Most serious problem of the world</i>	Onda 5
	<i>(E240) Most serious problem for own country</i>	Onda 5
	<i>(E001) Aims of country: first choice</i>	Ondas 2, 5 e 7
	<i>(E034) Basic kinds of attitudes concerning society</i>	Onda 2 e 7
	<i>(A100) Active/Inactive membership of arts, music, educational</i>	Ondas 5 e 7
	<i>(G030) Requirements for citizenship: adopting the customs of my country</i>	Onda 5

Fonte: Elaboração própria.

## APÊNDICE C- VARIÁVEIS E DADOS PARA TESTE CORRELAÇÃO

Dados de Variáveis UNESCO de mobilidade inbound e outbound Brasil e Canadá (1998-2020)								
Ano	Brasil				Canadá			
	Mobilidade inbound		Mobilidade outbound		Mobilidade inbound		Mobilidade outbound	
	Dado	Dado na escala teste correlação 1.000=1	Dado	Dado na escala teste correlação 10.000=1	Dado	Dado na escala teste correlação 10.000=1	Dado	Dado na escala teste correlação 10.000=1
1998	NA	0	17325	1,7	28116	2,8	29918	2,9
1999	NA	0	17597	1,7	32466	3,2	30573	3
2000	NA	0	18565	1,8	36450	3,6	31104	3,1
2001	NA	0	20009	2	42711	4,2	34295	3,4
2002	1260	1,2	21737	2,1	49572	4,9	37796	3,7
2003	1246	1,2	22725	2,2	59067	5,9	39701	3,9
2004	1117	1,1	22296	2,2	65001	6,5	40165	4
2005	NA	0	23019	2,3	69126	6,9	43481	4,3
2006	NA	0	23995	2,3	68520	6,8	44594	4,4
2007	NA	0	26201	2,6	92881	9,2	45445	4,5
2008	NA	0	28117	2,8	93479	9,3	45753	4,5
2009	16317	16,3	31672	3,1	95590	9,5	47014	4,7
2010	14738	14,7	33823	3,3	106284	10,6	46882	4,6
2011	14432	14,4	36648	3,6	120960	12,1	46938	4,6
2012	15221	15,2	38536	3,8	135187	13,5	46949	4,6
2013	NA	0	39531	3,9	151244	15,1	46742	4,6
2014	19093	19	45194	4,5	164274	16,4	47538	4,7
2015	19855	18,8	50425	5	171603	17,1	49917	4,9
2016	19996	19,9	52008	5,2	189478	18,9	50580	5
2017	20671	20,6	58319	5,8	209979	20,9	49571	4,9
2018	21181	21,1	70093	7	224548	22,4	48368	4,8
2019	21803	21,8	81719	8,1	279167	27,9	49018	4,9
2020	22364	22,3	89151	8,9	323157	32,3	51156	5,1

Fonte: baseado em dados UNESCO.

	Dados Variáveis de valores WVS		
	Variável WVS e escala de valores	Média Brasil por onda	Média Canadá por onda
<b>Grupo Pessoal</b>	Satisfação na vida (A170) Escala 1 (insatisfeito) a 10 (satisfeito)	Onda 2= 7,37 (N= 1770) Onda 5= 7,64 (N= 1495) Onda 7= 7,56 (N= 1754)	Onda 2= 7,88 (N=1730) Onda 5= 7,72 (N=2164) Onda 7= 7,04 (N=4018)
	Orgulho nacionalidade (G006) Escala 1 (muito satisfeito) a 4 (nada satisfeito)	Onda 2= 1,56 (N= 1782) Onda 5= 1,83 (N= 1490) Onda 7= 2,22 (N= 1724)	Onda 2= 1,46 (N=1730) Onda 5= 1,25 (N=2164) Onda 7= 1,51 (N=4018)
<b>Grupo relacional</b>	Confiança pessoas de outra nacionalidade (G007_36_B) Escala 1 (confia plenamente) a 4 (não confia nada)	Onda 5= 3,15 (N= 1478) Onda 7= 2,91 (N= 1527)	Onda 5= 2,10 (N=2164) Onda 7= 2,07 (N=4018)
<b>Grupo Institucional</b>	Responsabilidade governo versus indivíduo (E037) Escala 1 (indivíduo) a 10 (Estado)	Onda 2= 5,28 (N= 1750) Onda 5= 6,69 (N= 1488) Onda 7= 7,45 (N=1720)	Onda 2= 3,97 (N=1730) Onda 5= 4,92 (N=2164) Onda 7= 5,47 (N=4018)
<b>Grupo Social</b>	Membresia em artes, música ou educação (A100) Escala 0 (não é membro), 1 (membro inativo) e 2 (membro ativo)	Onda 5= 0,25 (N= 1477) Onda 7= 0,15 (N= 1718)	Onda 5= 0,53 (N=2164) Onda 7= 0,31 (N=4018)

Fonte: Base de dados WVS.